

DISSERTAÇÃO PARA DOUTORAMENTO

2013/2017

“A Leitura do Espaço Urbano e Paisagem como Património Cultural e Recurso Indissociável ao Desenvolvimento de um Turismo Sustentável – O caso da Baixa de Luanda

Uma proposta metodológica de intervenção”

Palavras-chave: espaço urbano; paisagem; património cultural; turismo sustentável



Doutoranda: Marta Filipa Almeida Carvalho

Orientador: Professor Doutor Domingo Sanches Fuentes e Professor Doutor José Manuel Santos Custódio Pedreirinho

Entidades: U Sevilha

Agradecimentos

Dedicatória

Resumo

Resumen

Abstract

Índice

Agradecimentos

Aos meus orientadores Prof. Doutor Domingo Sanches Fuentes e Prof. Doutor José Manuel Santos Custódio Pedreirinho pela orientação e confiança nesta dissertação.

Uma particular e profunda gratidão ao último, pelo incentivo permanente que me permitiu nunca desistir de mais uma etapa importante do meu percurso académico e pessoal. Pelo interesse demonstrado no tema, por me proporcionar a oportunidade de trabalhar próximo de um grande Professor, Colega e Amigo que há muito admiro e considero.

Àqueles que em tudo me apoiaram, em Angola e Portugal, dos quais destaco apenas alguns, mas sem desestimar por tantos outros. À amiga e “Tia” Carla Suzana Fernandes, aos Colegas Kahina Ferreira, Thomaz Ramalho, Teresa Quirino, Maria João Teles Grilo, ao Dr. Nelson Barros e às cuidadoras e zeladoras do meu filho ao longo de 4 anos, Márcia, Magui, e Lili, bem como à Universidade Metodista de Angola, à Empresa G.C.I. e ao Gabinete da UN-HABITAT - Programa das Nações Unidas “Baixa Viva” em Luanda.

Finalmente, e mais importante, agradeço à minha Família, em particular ao meu Filho Pedro Kussy pelo sacrifício dos momentos da minha ausência, pela tolerância e cooperação, com a ingenuidade própria de uma criança, à minha Mãe e ao meu Pai, à minha Irmã Ana, aos meus Tios Zizi e António Pedro, pela força e motivação que provocaram em mim, como aliás sempre o fazem em todas as minhas duras batalhas.

Dedicatória

Ao Professor Doutor José Manuel Santos Custódio Pedreirinho

RESUMO

A relação entre espaço urbano e paisagem com o fenómeno do turismo constitui um tema crescentemente pertinente e interessante de se estudar, sobretudo quando recorrendo aos elementos desse espaço como o recurso para o desenvolvimento de um território nas mais diversas valências.

Um território enquanto espaço humanizado, pressupõe uma dimensão turística, logo que os seus elementos de património cultural sejam submetidos a uma leitura holística de articulação entre as dimensões do turismo sustentável e as características desse mesmo território.

Esta circunstância condiciona positivamente a procura e oferta turística e a qualidade do ambiente urbano, favorecendo as populações, fomentando dinâmica económica, divulgando a cultura e o património, reforçando a identidade e autoestima de um povo, ao mesmo tempo que lhes preserva os componentes materiais e imateriais. A transversalidade destes temas com outras áreas, para além de ser indispensável, torna o ambiente de acontecimentos e relações mais complexo, mas ao mesmo tempo, mais sustentável.

O território da Baixa da cidade de Luanda em Angola, apresenta-se como o estudo de caso aqui desenvolvido, em que se pretende demonstrar que o potencial do património cultural existente tem a capacidade de, sob determinadas circunstâncias, transformar a Baixa da cidade num local de excelência no país com a implementação de uma estratégia de turismo sustentável.

No sentido de provar esta tese, recorre-se a uma proposta metodológica de intervenção que implica um tipo de abordagem em rede estruturada no território, analisando os seus elementos constituintes do património cultural material e imaterial, demonstrando que estes respondem às dimensões exigidas para a existência de um turismo sustentável, e por conseguinte, a reunião de condições para a sua aplicabilidade.

RESUMEN

La relación entre espacio urbano y paisaje con el fenómeno del turismo constituye un tema crecientemente pertinente e interesante de estudiar, sobre todo cuando recurriendo a los elementos de ese espacio como el recurso para el desarrollo de un territorio en las más diversas valencias.

Un territorio como espacio humanizado, presupone una dimensión turística, tan pronto como sus elementos de patrimonio cultural sean sometidos a una lectura holística de articulación entre las dimensiones del turismo sostenible y las características de ese mismo territorio.

Esta circunstancia condiciona positivamente la demanda y oferta turística y la calidad del ambiente urbano, favoreciendo a las poblaciones, fomentando dinámica económica, divulgando la cultura y el patrimonio, reforzando la identidad y autoestima de un pueblo, al mismo tiempo que les preserva los componentes materiales y Inmateriales. La transversalidad de estos temas con otras áreas, además de ser indispensable, hace que el ambiente de acontecimientos y relaciones más complejo, pero al mismo tiempo, sea más sostenible.

El territorio de la Baja de la ciudad de Luanda en Angola, se presenta como el estudio de caso aquí desarrollado, en el que se pretende demostrar que el potencial del patrimonio cultural existente tiene la capacidad de, bajo determinadas circunstancias, transformar la Baja de la ciudad en un lugar de excelencia en el país con la implementación de una estrategia de turismo sostenible.

En el sentido de probar esta tesis, se recurre a una propuesta metodológica de intervención que implica un tipo de abordaje en red estructurado en el territorio, analizando sus elementos constituyentes del patrimonio cultural material e inmaterial, demostrando que éstos responden a las dimensiones exigidas para la existencia de un turismo sostenible, y por consiguiente la reunión de la reunión de condiciones para su aplicabilidad.

ABSTRACT

The relationship between urban space and landscape with the phenomenon of tourism is an increasingly pertinent and interesting subject to study, especially when using the elements of this space as the resource for the development of a territory in the most diverse values.

A territory as a humanized space presupposes a tourist dimension as soon as its elements of cultural heritage are subjected to a holistic reading of the articulation between the dimensions of sustainable tourism and the characteristics of the same territory.

This circumstance positively affects tourist demand and supply and the quality of the urban environment, favoring the population, fomenting economic dynamics, spreading culture and heritage, reinforcing the identity and self-esteem of a people, while preserving the material and Immaterial. The transversality of these themes with other areas, besides being indispensable, makes the environment of events and relationships more complex, but at the same time, more sustainable.

The territory of Baixa of the city of Luanda in Angola, is presented as the case study developed here, in which it is tried to demonstrate that the potential of the existing cultural heritage has the capacity, under certain circumstances, to transform the downtown of the city into a place of excellence in the country with the implementation of a sustainable tourism strategy.

In order to prove this thesis, a methodological proposal of intervention is proposed that implies a type of networked approach structured in the territory, analyzing its constituent elements of the material and immaterial cultural patrimony, demonstrating that these respond to the dimensions required for the existence of sustainable tourism, and therefore meeting conditions for its applicability.

ÍNDICE

Introdução	12
CAPÍTULO I – CONCEITOS E ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS	18
1 Espaço Urbano e Paisagem como Património Cultural	19
1.1 Conceito de Património - da simplicidade dos primórdios à versatilidade contemporânea	19
1.1.1 Património Cultural	23
1.2 Conceito de Espaço Urbano e Paisagem – Considerações no contexto de Património Cultural	25
1.2.1 Da paisagem, á paisagem urbana	30
1.2.2 A complexidade do conceito	31
2 Desenvolvimento e Turismo Sustentável	34
2.1 Desenvolvimento/subdesenvolvimento – conceções atuais	35
2.2 Desenvolvimento Sustentável	39
2.3 Turismo Sustentável	40
2.3.1 O turismo quantitativo e o turismo qualitativo	44
3 A preservação e valorização do património enquanto fator de desenvolvimento dos centros históricos	48
3.1 Considerações sobre os centros históricos	49
3.2 Considerações sobre a área de estudo	50
3.3 Do novo paradigma turístico ás dinâmicas territoriais contemporâneas	54

3.3.1	As modalidades turísticas consequentes das mudanças sociais	55
3.3.2	O impacto do marketing territorial no fenómeno turístico	56
3.3.2.1	As componentes materiais e geográficos no marketing territorial	57
3.3.2.2	A diversidade enquanto experiência turística autêntica	58
3.3.2.3	Etapas do processo de planeamento de marketing territorial estratégico	61
3.3.2.4	Dinamização sustentável – pensar global e agir local	62

CAPÍTULO II – ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM DA BAIXA DE LUANDA – ENQUADRAMENTO CRÍTICO **67**

1	Descrição da evolução e contexto situacional – perspetivas temáticas	68
1.1	Geográfica e clima	70
1.2	Perspetiva Urbana	72
1.2.1	Crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Luanda desde as primeiras ocupações à situação atual	74
1.2.2	Crescimento e desenvolvimento urbano da Baixa de Luanda	83
1.3	Perspetiva Histórica	92
1.3.1	Contexto Mundial do Desenvolvimento Global e Urbano das Cidades Subdesenvolvidas	92
1.3.2	Contexto Europeu	99
1.3.2.1	Breves conclusões	105
1.4	Perspetiva Social/Política	107
1.5	Perspetiva Económica/política	115

1.6	Perspetiva Turística	119
2	Análise e Diagnóstico – Levantamento situacional	128
2.1	Luanda património – O percurso para a contemporaneidade	131
2.2	A paisagem e o espaço urbano da Baixa como património cultural	132
2.2.1	Conclusão	133
2.3	Descrição e caracterização crítica dos elementos	135
2.3.1	Introdução	137
2.3.2	Os elementos do território e as dimensões do turismo	139
2.4	Os elementos de referência para a abordagem metodológica	141
2.4.1	O Espaço Público	141
2.4.1.1	A Rua Rainha Ginga	143
2.4.1.2	A Av.4 de Fevereiro (Marginal)	150
2.4.1.3	O Quarteirão	165
2.4.2	O Restante território da Baixa e seus elementos	176
2.4.2.1	Breves Conclusões	179
	CAPÍTULO III – PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO	180
1	Introdução	181
2	Redes e suas abordagens analógicas	181
3	Proposta metodológica em rede adaptada ao estudo de caso	187

3.1	Equilíbrio direcional horizontal e vertical	192
3.2	Aplicabilidade da metodologia	195
3.2.1	Dimensão Ambiental	198
3.2.2	Dimensão Sociocultural	200
3.2.3	Dimensão Socioeconómica	202
3.2.4	Primeiras conclusões	205
3.3	Esquema de relação entre Dimensões	208
3.3.1	Conclusões finais da aplicabilidade da metodologia	216
 CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES		 221
ANEXOS		232
1	Entrevista a Emanuel Caboco	233
2	Lista de “Monumentos e Sítios” registados em Angola	239
3	Artigo do Jornal Expansão “Gestão Urbana – Disciplina e Educação”	245
 APÊNDICES		 247
ÍNDICE DE IMAGENS		254
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS		261
LISTA DE ABREVIATURAS		263
BIBLIOGRAFIA GERAL		265

Introdução

Nos quadros atuais de desenvolvimento regional e local, o Património constitui uma plataforma versátil de estratégias e lógicas de crescimento que rentabilizam os recursos endógenos. Por isso mesmo, “assistimos a uma explosão patrimonial que se manifesta em todos os domínios: cultura, sociedade, política, ecologia”¹.

Em contexto urbano, o Património cultural, quando pensado como uma estratégia económica, é passível de proporcionar vantagens competitivas realçando um território face a outro, facilitando a integração em espaços económicos mais alargados. Contudo, apesar da multiplicidade de estudos e da literatura existente, a “descoberta do valor patrimonial da cidade é incrivelmente recente, só acontece no século XIX”² o que denota a complexidade que lhe está associada.

As cidades constituem espaços privilegiados de afirmação cultural e identitária num Mundo globalizado e aparentemente uniformizado. Com efeito, são as suas especificidades locais e a sua valorização, por vezes até exacerbada, que lançam as cidades para um lugar de destaque no panorama nacional e até mesmo internacional.

É nesta lógica que as cidades se projetam e entram nas dinâmicas competitivas de captação de recursos e turistas, produzindo eventos de abrangência considerável, criando infraestruturas e entrando num ciclo de fabricação da imagem de marca e de um conjunto de tradições e características identitárias.

Ao mesmo tempo as cidades podem tornar-se autênticos motores de desenvolvimento nas mais diversas dimensões, contribuindo para a dinamização económica, melhoria da qualidade de vida e aumento da auto-

¹ Lacroix, 1997, p.16

² Salgueiro, 2005, p. 259

estima das populações, bem como preservação do património e identidade cultural.

O emergir das cidades enquanto foco da atratividade cultural, patrimonial e turística prende-se com um novo entendimento acerca das mesmas fazendo parte de um processo de “nacionalização do passado” e constituindo-se “frequentemente um potente veículo para a expressão da identidade nacional”³. É neste sentido que cada vez mais se encetam processos de valorização das especificidades identitárias, geossímbolos, ambientes, sonoridades, elementos singulares e as lembranças que orientam o nosso sentido de pertença e o nosso quotidiano.

O foco de estudo contemplado nesta dissertação, neste caso a Baixa da cidade de Luanda, apresenta-se na sua real circunstância, de território inserido numa cidade caracteristicamente de influência colonial, marcada pela ambivalência cultural e simultaneamente por fenómenos simbólicos, nascidos de um legado que é impreterivelmente Angolano e Português, e cuja conjuntura atual de confrontação de desafios ideológicos e culturais se torna essencial para a definição de estratégias de desenvolvimento geral do próprio país.

Apontados os limites geográficos da área de estudo, importa enquadrar nos limites temporais que se cingem á última década da história da cidade, na qual se insere a permanente vivência da autora no local, bem como a evidência de uma forte transformação a todos os níveis da cidade de Luanda.

Para isso será inevitável uma relação constante com o passado e perspectivas do futuro da cidade, não só na dimensão temporal e espacial, mas também numa dimensão simbólica e ideológica que remete para a memória coletiva. A identidade e autenticidade da cidade dependem do equilíbrio destas dimensões.

³ Lew, 2004, p.215

Assim, constitui objetivo geral desta dissertação perceber e avaliar o magnetismo da cidade de Luanda no âmbito do desenvolvimento e turismo sustentável, identificando os fatores urbanos mais importantes na percepção da zona da Baixa, enquanto território marcado pela diversidade, recorrendo a uma leitura valorizadora do espaço urbano e das paisagens enquanto elementos patrimoniais, das experiências estéticas mais profundas, do entendimento do espaço de confronto com o outro, constituindo espaço de afirmação de singularidades num contexto de diversidade cultural.

Desta forma, encarando Luanda como uma multiplicidade de identidades, e imaginando-a como elemento que é constantemente reutilizado e reinventado, ou como o local onde existe todo o tipo de informação, facilmente se aplica à cidade de Luanda a denominação de urbanidade enciclopédica.

Definição esta que pode ser atribuída tanto a um espaço como a um edifício e mais concretamente ao território da Baixa desta cidade. Relacionar os espaços públicos e a paisagem bem como os seus elementos, que, tal como nesta definição, reúne, de forma intrínseca, tanta história, com a dinâmica urbana do espaço aqui em foco, será o ponto de partida para o trabalho proposto, percebendo assim as diferentes camadas desta “urbanidade enciclopédica”.

Para uma abordagem mais construtiva ao cumprimento do objetivo, apresenta-se uma proposta metodológica de intervenção na zona de estudo no sentido de complementar, bem como reforçar a fundamentação do objetivo central. A metodologia assenta sobretudo na constituição de uma rede urbana que se reflita numa linguagem territorial própria e legível no contexto do turismo sustentável, recorrendo a características e elementos patrimoniais ao nível do espaço urbano e paisagem, numa abordagem holística, flexível e permeável.

Esta rede, mais do que um carácter geométrico, terá um carácter conceptual constituído não só por elementos físicos e visuais, mas também por elementos imateriais, circunstâncias, momentos e acontecimentos comuns, de dimensões várias associadas ao espaço urbano e paisagem. A linguagem que daqui surge falará por si, mas pretende transmitir uma mensagem de envolvimento das

várias dimensões territoriais, uma vez que se julga ser esse o caminho para um turismo sustentável. A procura e descoberta de um modelo estruturado em rede devidamente organizado e coerente nas suas várias componentes, permite o início da perseguição de um paradigma de intervenção urbana em territórios com as características aqui apontadas nesta dissertação.

A pertinência deste estudo impõe-se assim, considerando que o âmbito teórico se encontra ainda insuficientemente estudado e explorado ao nível académico, bem como institucional e governamental, ao mesmo tempo que urgem intervenções na cidade que respondam às necessidades de crescimento e desenvolvimento com recurso às mais-valias existentes e ainda subaproveitadas.

A metodologia de investigação assentou, numa primeira fase, na seleção de material bibliográfico. Esta pesquisa permitiu a construção do esquema mental da dissertação, orientando a reflexão para clarificar o objetivo específico do trabalho.

A posterior análise bibliográfica teve como objetivo sistematizar e clarificar conceitos cruciais abordados ao longo da dissertação como é o caso do património, paisagem, e do turismo sustentável. Concluída a abordagem teórica, estabeleceu-se uma ponte entre esta e o estudo do caso, analisando a paisagem cultural urbana da Baixa de Luanda e com posterior abordagem aos projetos urbanos de relevo mais recentes, uma vez que se considera que as dinâmicas turísticas e de lazer estão intimamente ligadas à qualidade urbanística.

Para um estudo mais incisivo a nível das intervenções na malha urbana e, dado que a cidade de Luanda não possui um plano estratégico devidamente conclusivo, no qual esteja assinalada e identificada a zona de análise em causa, utilizou-se como referência o estudo “Projeto Baixa Viva” em desenvolvimento por parte das Nações Unidas que incide na Baixa de Luanda, no qual está claramente apontado o limite da Baixa devidamente fundamentado.

Paralelamente procurou-se informação sobre o que está proposto a nível turístico para a cidade junto do Plano Diretor do Turismo de Angola. Para o estudo do espaço urbano e da paisagem da Baixa de Luanda procedeu-se à identificação dos elementos, dos agentes e das personalidades mais significativos que marcam esta zona da cidade, percebendo que geossímbolos podem funcionar como atrativo ou como elementos-chave de uma estratégia de turismo, articulando a Baixa com a restante cidade.

Quanto à organização da dissertação, esta apresenta-se estruturada em quatro capítulos. No capítulo I encontra-se o enquadramento geral, abordando algumas questões da atualidade bem como de historicidade a nível da visão do património, da evidenciação turística das cidades e do processo paralelo da valorização da imagem urbana bem com os conceitos inerentes. Apresenta-se ainda o objetivo geral da investigação e a questão formulada seguidos da metodologia adotada para a concretização da investigação.

Ainda neste capítulo elabora-se um quadro teórico de referência que pode ser lido como tendo duas partes, dados os conceitos que se definiram. Numa primeira parte tratar-se-á dos conceitos de espaço urbano e paisagem enquanto património cultural. Numa segunda parte associa-se as definições de desenvolvimento e de turismo sustentável ao espaço urbano e paisagem numa leitura conjunta e articulada.

No segundo capítulo da dissertação, procede-se à análise, leitura e caracterização do espaço urbano e paisagem cultural da Baixa de Luanda, explana-se a sua evolução e contextualização históricas, apresentando as especificidades do próprio país, introduzindo-se, num outro ponto, o estudo das dinâmicas urbanísticas que a Baixa tem conhecido e que podem ser cruciais no melhoramento da imagem da mesma, no desenvolvimento da cidade e, por consequência, de grande importância na captação de uma estratégia de turismo sustentável.

No terceiro capítulo apresenta-se uma metodologia de intervenção que pretende completar o trabalho adiantando algumas propostas que parecem ser

viáveis para a Baixa de Luanda e que visam um novo entendimento e leitura das potencialidades da mesma.

A consciencialização da importância da salvaguarda patrimonial para a Baixa e cidade é a mensagem que circula e que passa para o exterior, mas diz-nos pouco sobre a verdadeira essência da zona, ao mesmo tempo que é acompanhada de uma certa apatia interventiva implicando o adormecimento do assunto. Assim, pretende-se também que este trabalho acorde a Baixa, Luanda e as suas consciências adormecidas.

A Introdução termina com o enquadramento geográfico do território do estudo de caso, a sua localização na cidade de Luanda, bem como no país Angola e continente Africano (Figuras 1, 2, 3 e 4).



Fig. - 1, 2, 3 e 4 (enquadramento geográfico da área de estudo)

Capítulo I

Conceitos e enquadramentos teóricos

Capítulo I – Conceitos e enquadramentos teóricos

1. Espaço Urbano e Paisagem como Património Cultural

Nesta fase procura-se arquitetar um quadro teórico de referência analisando diversos discursos e perspetivas teóricas assim como metodológicas. O objetivo prende-se com o clarificar de conceitos e de incentivo ao debate sobre as complexidades inerentes aos diferentes conteúdos.

Salienta-se que os diferentes conceitos que serão abordados – património, espaço urbano, paisagem e turismo sustentável – devem ser refletidos e questionados no âmbito interdisciplinar para que se promovam diálogos contextualmente enquadrados.

Só assim se conseguirá encontrar o eixo comum aos diferentes conceitos e trabalhá-los, não como estanques, antes como flexíveis e complementares, ao mesmo tempo que enquadrados num contexto específico de uma cidade do continente africano e com historial de séculos de colonização, guerra e subdesenvolvimento.

1.1 O conceito de Património

Na atualidade assistisse-se a uma variedade de discursos, de índole mais ou menos paternalistas, relativamente às questões patrimoniais. No entanto, o que realmente se impõe saber é o que se pode entender como património, nesta sociedade em constante mutação.

A noção contemporânea de património é abrangente, possui múltiplas aceções e a “transferência semântica sofrida pela palavra assinala a opacidade da

coisa”⁴. Lançar aqui a definição de património não é o que se pretende, pois para além do risco de se cair no erro por defeito, a instável sociedade em que se vive rapidamente remeteria para o obsoleto uma ingénua tentativa. Assim, o que se pretende é a consciencialização dos seus contornos e da mutação que sofreu até à sua perceção atual.

Na sua origem etimológica, Património provem do latim *patrimonium* e surge no século XVIII associado a um conjunto de bens de pertença familiar, às estruturas económicas e jurídicas de uma sociedade. É com o Iluminismo que o património vai conhecer novas teorizações e entendimentos onde a memória lhe está cada vez mais associada e as diferentes aceções vão surgindo numa dimensão conceptual que abrange, para além do hereditário e do genético, o cultural, o histórico e o natural, com uma consciente perceção temporal.

Esta evolução do conceito desenvolve nas sociedades um “poderoso movimento em favor da salvaguarda, que se esforça por contrariar as forças da destruição, da negligência e da modernização excessiva (...) num mundo cuja fragilidade é extrema”⁵.

Este medo da fragilidade e da conseqüente perda de algo leva à evolução de alguns critérios como: de monumentos isolados ao entendimento do conjunto; de bens culturais a sítios e de uma dimensão material a uma imaterial numa era em que os ideais defendidos pelo conceito de salvaguarda chocam com os de modernização, como aponta Lacroix.

É nesta ética da salvaguarda que se desenvolveram organismos de carácter internacional como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e de associações internacionais como o Conselho da Europa, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS – International Council of Monuments and Sites), o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauo dos Bens Culturais (ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of

⁴ CHOAY, Françoise, A Alegoria do Património, Edições 70, 1999. (Choay, 1999, p. 11)

⁵ Lacroix, 1997, p.12 LACROIX, Michel, O principio de Noé ou a ética da salvaguarda, Instituto Piaget, 1997.

Cultural Property), o Conselho Internacional de Museus (ICOM – Internacional Council of Museums) até órgãos estaduais, como o Instituto Gestão do Património Arquitetónico (IGESPAR), assim como, entidades privadas e outras associações de base, que têm contribuído de forma ativa e veemente para o crescente esforço de manutenção do património.

Em paralelo, é numerosa a panóplia de cartas, convenções e declarações que abrangem as mais recentes noções de património, estipulando diretrizes na forma da sua preservação e dinamização.

No caso concreto desta tese, apontam-se algumas entidades/organizações que apresentam uma similar preocupação e empenho como a UNESCO, a UN Habitat, o ICOMOS, CEICA-ULA (Centro de Investigação da Universidade Lusíada), o Development Workshop Angola, a Fundação Sindika Dokolo, o Ministério do Turismo e Hotelaria, Ministério da Cultura, o Instituto Camões, entre outros não tão relevantes.

Salienta-se ainda o acordo entre a UNESCO e a CPLP em 2000, como protocolo privilegiado para a proteção do património angolano numa cooperação direta com Portugal.

No entanto, a expressão real, bem como o impacto na aplicabilidade da manutenção do património em Angola apresenta-se demasiado distante daquela que se constata noutros países e continentes, ficando muito aquém do desejável.

Com efeito, o património africano permanece muitas vezes desconhecido pela historiografia e menosprezado pelos atores políticos responsáveis pela sua conservação e valorização, designadamente em Angola⁶.

Para tal contribui também a quase inexistência de menções à arquitetura africana nos principais guias de arquitetura moderna, demasiado centrados na América do Norte e, particularmente, na Europa.

⁶ Prado, 2011; Milheiro, 20121

O património é um tema que entrou no quotidiano, mas está longe de ser pacificamente aceite. Na aceção atual, o património constitui “uma das maiores (mas, ao mesmo tempo, mais tortuosas) invenções da contemporaneidade ocidental, sendo, provavelmente, uma das suas mais relevantes criações propagadas à escala mundial e de instrumentalização de propagação por todos os países do ideário de uma determinada ocidentalidade”⁷.

Uma das questões que se julga pertinente aqui levantar é precisamente a tendência para a internacionalização e universalidade dos conceitos, modelos e fundamentos ideológicos, que tendem para uma certa leitura europeísta.

Com efeito, julga-se que as leituras deveriam ser mais diversificadas e com maior participação de representantes de outras culturas. Uma abordagem com essa preocupação seria não só importante atendendo ao enriquecimento académico, mas também construtivo do ponto de vista do cumprimento alargado dos objetivos aqui subjacentes.

Por outro lado, torna-se cada vez mais imprescindível conhecer o espectro de visão que cada qual retém sobre si mesmo e sobre as demais culturas. Com efeito, a valorização de cada um e a do todo universal seriam reciprocamente reforçadas, os mitos e preconceitos atenuados, a autenticidade e originalidade acentuados.

Ainda neste contexto, outro assunto que importa aqui levantar, prende-se com a condição de “idade” do património, ainda que se apresente como uma questão mais consensual. É aceite á partida que este não seja, por si só, um critério classificador, mas que, na verdade o património histórico com antiguidade é aquele que concentra uma maior atenção de todos exigindo á partida mais e renovados cuidados.

⁷ (Martins, 2004, p.115). MARTINS, Ana Cristina, A memória da ruína, ou a ruína da memória, 8ª Mesa Redonda de primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março, 2004.

No entanto, estabelecer uma fronteira temporal é um problema complexo e seria muito redutor descorar um património histórico como por exemplo o dos últimos 50 anos, que comparativamente com outro centenar é relativamente recente e obedece a concepções e modelos que, de uma maneira geral e durante muito tempo, foram considerados como desprovidos de cariz cultural, colocando em esquecimento a importância da influência e do campo de ação que os temas da arquitetura e urbanismo detêm.

Por último, aponta-se para uma especial atenção a uma certa dificuldade que reside na avaliação do espaço público como obra arquitetural, como objeto patrimonial independente e considerado como monumento, autonomamente do contexto urbano em que se insere. Com efeito, é normalmente enquadrado no contexto dos centros históricos, em conjuntos ou sítios, sobrevalorizando-se o construído do tipo edificado isolado ou conjuntos, em detrimento do espaço público.

1.1.1 O Património Cultural

A aplicação do termo património cultural obriga-nos a clarificar esta noção de cultura que se associa ao vastíssimo e abrangente conceito de património. Deslindar os contornos ao conceito de património apresenta-se como algo de complexo.

Da mesma forma, o conceito de cultura mostra-se uma tarefa demasiado extensa para o espaço disponível de indagação teórica. Contudo desenha-se os contornos do conceito no contexto deste trabalho sem se querer assumir uma postura redutora ou simplista.

Analisando a cultura enquanto conceito alargado e genérico, verifica-se que esta assume vários e distintos contornos, pelo que se traduz num campo de atuação que vai desde a literatura às artes performativas, do turismo ao

património. É nesta aceção que interessa refletir a cultura descortinando o entendimento que a sociedade possui da sua identidade e do seu património.

Ora, se se entender a cultura como identidade e património, tendo em conta as dinâmicas do tempo e da atividade humana, dever-se-á pensar em duas dimensões que lhe estão associadas: por um lado a mutabilidade, necessariamente instável, e por outro, a permanência estática mas sem abandonar uma hipotética mudança.

A noção de património cultural sofre uma ampliação, sobretudo devido ao contributo decisivo da Antropologia que, numa perspetiva relativizadora, nele integra contributos de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente à chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa.

Por outro lado, superando a visão substancializada da cultura como um “conjunto de coisas”, tende-se cada vez mais a abordá-la como um processo, focalizando-se a questão do “imaterial” como parte inerente da formação do significado.

A identidade não se dissocia da pluralidade, conceito que cada vez mais se afirma numa altura em que as diferenças se valorizam, funcionando como elemento diferenciador dos lugares numa lógica global. O pensar global e agir local é o paradigma da atualidade e aplica-se na perfeição às cidades no geral e concretamente na de Luanda. São as especificidades locais que catapultam o meio para as dinâmicas turísticas e de lazer destacando-as dos restantes e fazendo com que se distancie do carácter ambíguo e massificado.

Assim, as identidades culturais e patrimoniais podem funcionar como motor de afirmação e, por consequência, de desenvolvimento numa lógica sustentável e integrada. É nesta fase que as entidades governamentais locais, têm um papel decisivo, estabelecendo diretrizes e monitorizando procedimentos através de

um plano estratégico de cidade. Caso contrário, há fragilidades que se impõem comprometendo o futuro das cidades nas mais diversas áreas de atuação, entre as quais no turismo urbano.

1.2 Conceito de Espaço Urbano e Paisagem – Considerações no contexto de Património Cultural.

A noção de Património Histórico Urbano (património específico suscetível de ser preservado como monumento histórico) teve a sua origem na Grã-Bretanha com Ruskin⁸.

Na busca da noção de Património Histórico Urbano⁹, Choay adianta que a complexidade e a dimensão do espaço urbano, a associação da cidade a uma comunidade e a inexistência de documentação cartográfica credível conduziram a um aparecimento tardio da noção de “Cidade Histórica” o que por sua vez se traduz na escassez de estudos até à segunda metade do século XX¹⁰.

A verdade é que, os propulsores que conseguiram um grande avanço nesta matéria, serão os fundadores do urbanismo que reconhecem às formações antigas uma identidade conceptual, todavia sem a preocupação da conservação do Património Histórico Urbano¹¹.

O surgimento dessa preocupação só se torna visível depois de estabelecida a lei Malraux¹² de 4 de Agosto de 1962 que nomeia para o topo das prioridades a necessidade de preservação dos conjuntos urbanos com valor arquitetónico e histórico. O objetivo desta diretiva seria o de preservar o sentido e a cultura dos lugares, alargando as preocupações de preservação para além do monumento

⁸ Ruskin (Choay, 1999, p 155-156)

⁹ Choay (1999)

¹⁰ idem, p.157-158

¹¹ (Chueca, 1996, p.135)

¹² Malraux

isolado efetuando propostas quanto aos meios para renovar e reabilitar quarteirões considerados importantes para a imagem da cidade.

Neste processo a obra de Giovannoni¹³ teve uma importância crucial, pois ele é pioneiro na utilização do conceito de “Património Urbano” enquanto elemento intrínseco de uma realidade territorial.

Hoje, a questão do património é colocada numa nova dimensão e a preservação do mesmo assume-se como elemento basilar para a manutenção da identidade cultural das cidades, o que leva ao repensar do papel dos centros antigos das áreas urbanas. Com o sintoma da salvaguarda já enraizado e a atenção redobrada para tudo o que possa constituir uma ameaça, surgem fatores suficientes para justificar a unanimidade a favor da conservação e da sua proteção.

Prova disso é a atenção manifesta que recai sobre o património por parte das instâncias internacionais, o que se traduz num número elevado de encontros com o intuito de definir medidas e de garantir a imutabilidade desse património. Prova clara destas preocupações é a resposta dada pelo direito internacional através da noção de Património Comum da Humanidade.

Esta circunstância conduz a algo que é intrínseco à condição humana: a necessidade de transmissão do legado de geração em geração, acrescentando que neste caso se trata de uma herança considerada como comum a todas as gerações do mundo.

A preocupação nessa transmissão levou a que se percebesse que o incumbir de uma função ao uso do património fosse à partida reconhecida como uma das melhores e mais práticas formas de o conservar. Assim, em 1931 a Carta de Atenas do Património, inaugurou uma vasta lista de documentos de âmbito internacional a declarar a necessidade de um uso para os monumentos, assegurando a sua salvaguarda e autenticidade.

¹³ Giovannoni

Nela encontra-se exposto que, embora a salvaguarda de edifícios ou de conjuntos urbanísticos com valor cultural seja muito importante, não se pode comprometer a qualidade de vida das populações, salvaguardando a necessidade de construir novas cidades, modernas e funcionais que respondessem aos direitos fundamentais do indivíduo, entre eles o direito à habitação, ao trabalho, à circulação e à recreação.

Em 1954 surge, sob a égide da UNESCO, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado, ou também denominada de Convenção de Haia. Esta convenção surge na sequência das perdas provocadas pela 2ª Grande Guerra Mundial. Este documento recomenda o recenseamento dos bens culturais de valor inquestionável ficando os Estados signatários na responsabilidade de os preservar, interditando-os à exposição dos efeitos destrutivos dos conflitos armados e procurando em simultâneo prevenir o roubo e a exportação de bens culturais como despojos de guerra.

Também da responsabilidade da UNESCO, surge em 1962 a Recomendação para a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e Sítios, também designada por Recomendação de Paris. Nesta XII Conferência Geral a UNESCO enunciou medidas de salvaguarda e quando possível de restituição do aspeto das paisagens e dos lugares urbanos, não esquecendo de referenciar a importância da existência de planos de ordenamento das regiões culturais.

Na Carta de Veneza de 1964¹⁴, que surge pela iniciativa do ICOMOS estão presentes algumas noções anteriormente aceites como válidas e outras que foram repensadas, colocando-as em causa ou sendo alargadas. Esta carta é incontornável pelo contributo que deu para a ampliação da noção de monumento histórico “da obra arquitetónica isolada ao sítio rural e urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um dado acontecimento histórico”.

¹⁴ Na Carta de Veneza de 1964

Em 1972, surge a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural e a Recomendação respeitante à proteção, no plano nacional, do Património Cultural e Natural, ambas sob a alçada da UNESCO. Na primeira distinguiram-se as noções de Património Cultural e Património Natural, é criado o comité intergovernamental para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural e recomenda a criação de programas educativos de informação e sensibilização para estas questões. Quanto à segunda, é produto da 17ª sessão da conferência da UNESCO, onde são apresentados princípios ecológicos, responsabilizando os estados nacionais nas questões da preservação e salvaguarda.

Segundo a Recomendação de Nairobi de 1976, também designada por Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu Papel na Vida Contemporânea, o fracasso atingido pelas sucessivas intervenções urbanísticas que conduziram ao crescimento descontrolado das cidades desencadeou novos anseios e exigências, entre as quais a revitalização dos centros urbanos antigos através da reutilização do Património edificado. Acima de tudo, deu um forte contributo para a clarificação da noção de conjunto histórico e tradicional ou salvaguarda.

Em 1987 o ICOMOS lança a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas e Áreas Urbanas, ou Carta de Washington. Esta carta veio complementar a Carta de Veneza no que concerne à exposição dos objetivos, princípios e métodos necessários à conservação deste património, quer no domínio público quer no privado. Este documento explica as etapas necessárias para a proteção e conservação dos espaços urbanos e para um desenvolvimento adaptado às dinâmicas e necessidades das sociedades contemporâneas.

Mais recentemente, o ICOMOS elabora o Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994) que surge como resposta ao alargamento das preocupações e interesses relativos ao Património Cultural no mundo contemporâneo e tendo em conta o contexto de globalização.

Após a adoção da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados-membros manifestaram interesse em ver criado um instrumento de proteção do património imaterial, o qual se materializou em 2003, com a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que entrou em vigor a 20 de Abril de 2006.

Retomando a Carta de Atenas do Património de 1931, e agora no contexto de Angola, importa referir o seu impacto na cidade de Luanda, á data como colónia portuguesa, onde o Movimento Moderno teve uma forte aceitação, quer ao nível da arquitetura como do urbanismo.

Com efeito, foi com o Movimento Moderno que se atingiu o expoente máximo da adaptação da arquitetura aos trópicos. As décadas de 40 e 50 foram reveladoras e expressivas na procura de novas soluções, valorizando sempre a relação entre o sítio e o seu clima, aliás elemento fundamental dos princípios modernos defendidos por este documento.

É também nesta fase que se introduz com mais expressão o tema de noção de património em Angola e uma sensibilização para o assunto nomeadamente com a criação em 1946, da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais, integrada na Direção dos Serviços de Obras Públicas de Angola que refletia o interesse pela defesa do património, englobando tanto os edifícios, como os conjuntos urbanos, ou mesmo os sítios naturais.

Neste contexto, mas numa clara oposição ao próprio movimento moderno, a referência ao arquiteto Fernando Batalha torna-se fulcral, no sentido em que se considera ser o pioneiro e grande defensor do património em Angola. Se não leia-se:

“A sua postura e chamada de atenção baseiam-se, sobretudo, numa preocupação legítima em preservar o legado arquitectónico do passado, sem que isso signifique inviabilizar o natural crescimento das cidades. Critica ferozmente a forma abusiva como os edifícios marcantes de Luanda estavam a ser sucessivamente demolidos para dar lugar a novas edificações, chamando a atenção para o fato da cidade se estar a

transformar num lugar igual a tantos outros, em vez de manter o que a diferenciava e distinguiu".¹⁵

A noção de património transporta também, cada vez mais, uma relação de proximidade com paisagem, estando a ambos os conceitos, associadas importantes funções de interesses públicos no domínio cultural, ecológico, ambiental e social podendo, inclusivamente, constituir um recurso favorável à atividade económica, mantendo o princípio da sustentabilidade.

1.2.1 Da paisagem á paisagem urbana

Orlando Ribeiro¹⁶ afirma que “esta renovada curiosidade pela paisagem não nos pode levar a esquecer que o seu estudo é tão antigo como a própria geografia” o que denota “como a importância deste conceito variou no tempo”, estando ligada “a diferentes escolas de pensamento”¹⁷. Denota, paralelamente, que sempre existiu ambiguidade em torno do conceito de paisagem.

Pensando em “paisagem” sem os contornos que a geografia lhe dá, verifica-se que o seu emprego tem conotações variáveis, pois, por um lado, pode-se encontrá-la abrangida por um sentido mais “naturalista” onde se multiplicam os elementos de referência; por outro, verifica-se o emprego no estilo literário de forma frequente, numa tentativa de resgatar representações de um mundo mais ou menos ruralizado, onde a valorização do bucólico, do pitoresco e do autêntico (conceito altamente relativizado, discutível e ideológico) conduz à construção de uma imagem idealista de determinado local.

¹⁵ FONTE, Maria Manuela – Tese de Doutoramento - “Urbanismo e Arquitetura em Angola – de Norton de Matos à Revolução”; Edição Caleidoscópio, 2012.

¹⁶ Orlando Ribeiro

¹⁷ (Ribeiro, 2001, p.27).

Domingues, citando Corbin, refere que “este sentido do pitoresco remonta, em França, aos princípios da proteção da paisagem, e inaugura “uma política da paisagem”, já em 1906”¹⁸.

Isto remete para o pensamento de que a “nova relação que conhecemos da sociedade com o seu espaço não é, portanto um dado mas um produto, construído por um processo cultural e social” ¹⁹.

1.2.2 A complexidade do conceito

Para se definir o conceito de paisagem pode-se recorrer às evoluções que as suas abordagens científicas e culturais sofreram. Socialmente, a busca pela paisagem, pelos lugares e pelo património material ou imaterial, multiplica-se numa panóplia de conteúdos e significações heterogéneos que por vezes se tornam vagos e contraditórios.

O que parece consensual é a vontade generalizada de alcançar uma “identidade cultural” e de valorização das especificidades locais numa lógica de defesa dos valores patrimoniais, naturais e ecológicos, para “qualificar o quadro de vida quotidiano, mas também (e, sobretudo, agora) de chamar a atenção sobre patrimónios e lugares excepcionais”²⁰.

De fato, o surgimento do conceito de paisagem foi seguido de uma revolução científica e técnica que livrou a natureza do seu papel divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins²¹.

Essa revolução científica passa também pelo re-entendimento da paisagem e permite uma outra contextualização no âmbito da Estética, da Arquitetura Paisagista, do Urbanismo, da Etnologia da Paisagem e de outras áreas disciplinares análogas.

¹⁸ (Domingues, 2001, p.60-61)

¹⁹ Salgueiro, 2001, p.38

²⁰ (Domingues, 2001, p.62)

²¹ (Salgueiro, 2001, p. 39)

A paisagem, no período em que a geografia se constituía o eixo nevrálgico entre as ciências físicas e humanas, funcionava como uma síntese e epifenómeno, os quais derivavam da relação entre fatores naturais e biofísicos e a intervenção da humanidade organizada em sociedades que detêm uma historicidade, uma cultura e uma evolução tecnológica.

Refletindo sobre a Paisagem-Património, esta constitui um caso particular no contexto das Paisagens Culturais e que nos interessa especificamente para o trabalho em causa. Centrando-se numa abordagem menos incisiva, verifica-se que o valor patrimonial da paisagem circunscreve-se, frequentemente, a dinâmicas cenográficas distantes das condições intrínsecas de produção e de evolução dessas paisagens, caindo em jogos de hipervalorização de elementos com conotações tradicionalistas que, por sua vez, são alvo de uma recente abordagem iconográfica exaltada, transformando-os em símbolos de uma “autenticidade cultural perdida”.

O fenómeno remete para processos de fabricação da imagem da cidade, estratégia largamente aplicada nos modelos de gestão que entendem a cidade numa perspetiva empresarial.

Contudo, não é isso que visa o marketing territorial, hoje mais compreendido e aplicado nas dinâmicas competitivas entre lugares e na conquista de um estatuto favorável no âmbito dos fluxos turísticos internacionais e que não excluem a comunidade recetora, o meio empresarial e eventuais *stakeholders*.

Este trabalho da imagem levou ao fenómeno do consumo das paisagens que se traduziu conseqüentemente numa valorização mais abrangente e autêntica do património. Isto é, o interesse pela peça patrimonial em si deu lugar ao interesse pelo conjunto e pela envolvente paisagística. Aqui, julga-se poder ir mais longe integrando a imaterialidade da cidade como fator intrínseco de valor e interesse no processo de observação e absorção da paisagem cultural urbana.

Retomando a abordagem teórica, a paisagem, enquanto objeto de estudo, torna-se progressivamente uma temática de interesse científico para novas áreas e abordagens, as quais acabaram por remeter a sua conceptualização para uma situação menos direcionada e preenchida de alguma indefinição.

Isto verifica-se em várias vertentes, nomeadamente pela perda da geografia do seu património hegemónico – a paisagem; pela emergência de novas ciências do ambiente que leva à incorporação de novas variáveis, constituindo uma fonte de enriquecimento, mas, em contrapartida pode ser entendida como um elemento de ameaça à própria referenciação e caracterização do seu objeto de estudo; pelo crescente interesse atribuído aos valores patrimoniais que concedem à paisagem um grande impacto social e, por outro lado, contribui para o aumento da diversidade dos estudos e dos investigadores da paisagem que se traduz num reforço dos valores do conceito de autenticidade cultural das paisagens patrimoniais.

A revisão e reconceptualização da paisagem durante as últimas décadas e sobretudo por parte da geografia anglófona conduziram inevitavelmente à variação do conceito e à sua complexa apropriação o que se traduz numa rutura, numa “crise” da paisagem, no fundo, numa mudança de paradigma.

A paisagem deixa de ser interpretada como uma “combinação hierárquica das componentes físicas e simbólicas numa vista estática, valorizando o visual e estético” para ser remetida a “interpretações bem menos assertivas e definitivas, que procuram posicionar e enquadrar as paisagens em contextos mais complexos, dinâmicos e instáveis”²².

No que respeita às paisagens urbanas, podem subdividir-se, segundo George, em áreas centrais, áreas consolidadas e áreas suburbanas/periféricas²³, sendo que para o caso interessa debruçar sobre as áreas centrais, mais concretamente da área de estudo aqui em causa - a Baixa de Luanda, tema que será abordado no próximo capítulo.

²² (Linehan, 2006, p.115)

²³ (George, 2001, p.115-116)

2. Desenvolvimento e turismo sustentável

2.1 Desenvolvimento/Subdesenvolvimento – as conceções atuais

Ao falar de “desenvolvimento do turismo sustentável”, impõe-se antes abordar algumas considerações sobre o conceito de desenvolvimento, bem como subdesenvolvimento no sentido de enquadrar esta dissertação no contexto da cidade de Luanda e nos seus pressupostos e circunstâncias históricas, assunto que se desenvolverá com mais profundidade no próximo capítulo.

É frequente atribuir-se rótulos, designações e enquadramentos para que se possa lidar com os diversos conceitos que fazem parte das diferentes abordagens aqui presentes. Contudo, definir desenvolvimento é uma tarefa que se apresenta extensa e de difícil conceptualização encontrando-se desadequada para o enquadramento que aqui se propõe, até porque o próprio conceito de “desenvolvimento” encontra-se algo desgastado pela falta de consenso nos discursos e pela multiplicidade de adjetivos que foi conquistando à medida que as sociedades evoluíram.

Assiste-se facilmente a definições mais ou menos elaboradas e transversais, mas sempre a partir de uma perspetiva ocidentalizada de desenvolvimento.

O que se pretende para o enquadramento em causa é perceber a evolução da aplicabilidade do conceito no âmbito do património e do turismo urbano numa perspetiva de sustentabilidade, e numa abordagem direcionada para o real contexto da cidade em foco neste trabalho.

No sentido restrito do termo, desenvolvimento tem surgido frequentemente associado à ideia de alteração da estrutura económica e do crescimento das suas variáveis. Pressupõe-se assim que, para que haja desenvolvimento, tem de haver uma melhoria, um avanço e uma mudança significativa. Isto pode processar-se no domínio económico-financeiro, na política, em contextos sociais e comunitários e na cultura.

A dificuldade de tratar este conceito prende-se igualmente com a versatilidade que possui e com a incessante busca de novas formulações para uma aplicabilidade mais direcionada. Por isso julga-se necessário recorrer a dados históricos para enquadrarmos cronologicamente a sua evolução.

O final da II Guerra Mundial (GM) marca o período a partir do qual começaram a existir preocupações com as questões do desenvolvimento e de identificação das componentes que viriam a ser delimitadoras da sua noção, permitindo-lhe adquirir validade científica, desconhecida até então.

Por outro lado, com a difusão dos novos paradigmas económicos propostos por estudiosos da matéria, despertou-se para a demonstração de que o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento se encontravam diretamente dependentes da intervenção estatal, permitindo esse fato que o próprio Estado despertasse para o papel de relevo que deveria ter no assunto.

Neste contexto é relevante o contributo que a Revolução Industrial (termina com a II Guerra Mundial entre os séculos XIX e XX) deu neste campo, nomeadamente através da maior importância dada à componente humana nas teorias de crescimento, resultantes das consequências danosas desta Revolução, tanto a nível das questões ambientais como profissionais e humanas.

Em paralelo, as teorias economicistas não atingiram resultados satisfatórios nos países designados como subdesenvolvidos, o que conduziu inevitavelmente ao questionar do sistema de desenvolvimento economicista adotado, e ao levantamento de novas interrogações sobre o próprio conceito de desenvolvimento uma vez visionado no enquadramento de diferentes países, o que automaticamente fez remeter a perspetiva economicista do desenvolvimento para uma situação menos prestigiante.

Desta situação ao início da multiplicação das crises económicas nos países desenvolvidos foi uma questão de pouco tempo, verificando-se a partir dos

anos 70 do século XX a estagnação e até mesmo retrocesso do progresso científico, o que veio corroborar com a desadequação do modelo.

A literatura é vasta e nem sempre consensual no que diz respeito às designações que o conceito de desenvolvimento foi adquirindo. Contudo, optou-se aqui por apresentar as “cadeias conceptuais” propostas por Amaro²⁴ podendo sintetizar os diversos conceitos no seguinte quadro, ao mesmo tempo que se constata a introdução do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” nas décadas de 80 e 90.

Décadas	Designação
Anos 60	Desenvolvimento Comunitário
Anos 60 e uma nova versão nos anos 90	Desenvolvimento Integrado
Anos 70	Desenvolvimento Autocentrado
Anos 70	Outro Desenvolvimento
Anos 70	Ecodesenvolvimento
Anos 70 e 80	Villageconcept
Anos 70 e 80	Desenvolvimento Alternativo
Anos 80 e 90	Desenvolvimento Participativo
Anos 80 e 90	Desenvolvimento Endógeno
Anos 80 e 90	Desenvolvimento Sustentável
Anos 90	Desenvolvimento Humano

Quadro 1 – Sintetização dos diversos conceitos de desenvolvimento a partir da década de 60.²⁵

Foi esta falência do modelo economicista que permitiu o avanço, no sentido em que se procuraram abordagens alternativas e se investiu na construção de uma nova noção de desenvolvimento.

²⁴ Amaro (1996)

²⁵ Idem

Para a presente dissertação decidiu-se expandir, de entre todos os conceitos existentes, também o de desenvolvimento sustentável, uma vez que os discursos sobre turismo e o património frequentemente abordam este conceito, transportando a sua essência e adaptando-a.

Antes, porém, importa introduzir as noções de subdesenvolvimento. Atualmente o termo tem vindo a ser muito discutido, pois alguns autores defendem que não existem países subdesenvolvidos, mais sim países em via de desenvolvimento argumentando que o subdesenvolvimento não é estático.

Atualmente, subdesenvolvimento é utilizado para definir o estágio de um país com renda per capita baixa, relacionando-se ao mesmo, as assimetrias quando comparadas com outros países, povos ou regiões, bem como a ausência de emprego, alimentação, educação e habitação para a população.

“Na verdade, o subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza – sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas sob a forma de colónias políticas diretas ou de colónias económica”²⁶.

Nos dias de hoje, o conceito de subdesenvolvimento envolve de alguma forma um significado que influi na forma de pensar e de agir das pessoas num sentido por vezes discriminatório ou até de subjugação.

Há, no entanto, uma série de teorias que tentam explicar o fenómeno de subdesenvolvimento de acordo com a época, o lugar, entre outras dimensões cuidando a subjetividade que lhe é inerente.

²⁶ (Trabalho apresentado na Conferência Environment and Society in Transition e publicado no Annals of the New York Academy of Sciences, sob o patrocínio da American Geographical Society e da American Division os the World Academy of Art and Science, Nova York, 1970. Incluído no livro Fome, Um tema proibido.)

Como já foi aqui referido, é com o impacto da II Guerra Mundial que surgem as teorias do conceito de desenvolvimento. Nesse ambiente de pós-guerra, os Estados Unidos introduzem então o conceito de subdesenvolvimento, apresentando-se como nação hegemónica, enquanto a Europa destruída precisava recuperar-se e desenvolver-se.

Os Estados Unidos introduzem a antítese do desenvolvimento como objeto de sua política externa fazendo crer os demais países que esses encontram subdesenvolvidos ou abaixo do desenvolvimento tal a discriminação que o conceito contém a subtileza da sua política de condição colonizadora.

Nas décadas de 60/70 as propostas de ação da ONU determinavam que o problema dos países subdesenvolvidos não se centrava simplesmente no crescimento, mas sim no desenvolvimento implicando mudanças sociais, culturais e económicas sobretudo mais qualitativas do que quantitativas, sendo o conceito chave direcionado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesta fase, questões importantes como a degradação do meio ambiente, o crescimento demográfico, a fome, a opressão das mulheres, o deficit habitacional e o desemprego, foram discutidas, mas não solucionadas.

A discussão em torno da satisfação das necessidades humanas em cada país entrou em moda e permaneceu nos debates por algum tempo, merecendo uma crítica profunda pois o capitalismo ampliou muito a noção de necessidade pelo consumo.

A expressão “país subdesenvolvido” evoca ideias que podem ser consideradas cientificamente falsas. Sugere que os lugares designados assim estejam simplesmente em atraso em relação àqueles desenvolvidos, designados como lugares “avançados” do capitalismo.

Urge então substituir a análise mistificadora dessa realidade por uma realista, que não isole a situação desses lugares, tidos como subdesenvolvidos do contexto global. Pelo contrário, eles deverão ser colocados na cadeia dos elos de dependência e de exploração em que os lugares estão inseridos²⁷.

Por outro lado, analisando de uma forma crítica ambos os conceitos desenvolvimento versus subdesenvolvimento, e recorrendo às teorias de Throtski²⁸, o desenvolvimento é um processo que acontece de forma desigual e combinada, logo o mesmo processo que produz riqueza para uns, faz também pobreza para outros, em que esses outros podem até chegar a representar a maioria.

E nesta lógica não se deveria dizer que uns países são desenvolvidos e outros subdesenvolvidos, mas sim que o fenómeno está presente em qualquer um deles e em todos eles, o que á partida levanta uma análise relativa de ambos os conceitos. É partindo deste pressuposto que se inicia o abandono da denominação de “países subdesenvolvidos” para ser substituída por “países em vias de desenvolvimento”.

Angola, depende fundamentalmente de receitas de exploração e comercialização do petróleo. Como a maioria dos países africanos, depende também de uma produção primária, que inclui a agricultura e pecuária, mas cuja industrialização se encontra muito pouco desenvolvida para a demanda das necessidades nacionais.

Embora possua também algumas jazidas para a extração de minérios e pequenas indústrias para o beneficiamento dos produtos produzidos, o país depende sobretudo da importação de bens e produtos.

²⁷ (Os limites do desenvolvimento e do turismo)

²⁸ Throtski

O país ainda não sustenta a sua economia pelo uso da forte tecnologia, do mesmo modo que países como os Estados Unidos ou Europa. Por esses motivos, mas não só, a Angola acaba por ser considerada como um país subdesenvolvido, de economia fraca e fortemente dependente de fatores externos, assunto que se tornará a abordar no próximo capítulo.

2.2 Desenvolvimento sustentável

Entendendo-se o património e o turismo enquanto fatores de progresso e desenvolvimento das cidades históricas, obrigatoriamente terá que se alargar a abordagem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Este conceito é hoje utilizado inúmeras vezes sobretudo em discursos governamentais e nos preâmbulos de projetos de investimento alargado e, cada vez mais, em reflexões e debates sobre o património como recurso endógeno explorado de forma sustentável, sobre o turismo sustentável e sobre cidades sustentáveis.

Ora, impõe-se questionar sobre o que é “sustentável”. Se abordarmos o caso de uma forma mais profunda percebemos que o conceito está envolto nalguma falta de consenso.

No entanto, a fim de evitar cair na análise dos inúmeros discursos sobre a matéria, julga-se indicado o recurso à definição que tem sido amplamente utilizada e que se encontra em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação e na Comissão de Brundtland²⁹.

A definição mais conhecida é a da Comissão de Brundtland³⁰, segundo a qual o desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do

²⁹ (ONU, 1987)

³⁰ (O Nosso Futuro Comum, 1987)

presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas.

Apesar de se encontrar esta definição aplicada de forma vasta na variada literatura, o que sugere uma correta e adequada conceptualização, a verdade é que tem sido alvo de críticas. Consideram os especialistas que a definição não dá a ênfase necessária às condições internacionais verificando-se, por isso, a necessidade de pensar numa outra deontologia, mais integradora. Desta forma, a multiplicidade de definições que se criaram propicia alguma relatividade na abordagem ao conceito.

Todavia, o eixo nevrálgico é comum a todas as definições, sendo que os objetivos intrínsecos mantêm-se consensuais e passam pelo atingir de um processo de desenvolvimento que garanta a manutenção da capacidade de suporte de vida e de qualidade ambiental, assim como a equidade de custos e benefícios do desenvolvimento, não só em relação às gerações do presente como em relação às vindouras.

Não esquecendo que um dos elementos basilares do desenvolvimento sustentável é a sua componente ecológica, conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, este tem sido transportado para as problemáticas patrimoniais, urbanas e turísticas. Esta ampla aceitação do conceito sucede da aparente exequibilidade de interligação entre ambiente e desenvolvimento e da consequente atenuação em que o desenvolvimento sustentável assenta.

A incorporação desses pressupostos à análise turística conduziu a uma maior flexibilidade do termo permitindo que se chegasse ao conceito de “turismo sustentável”.

2.3 Turismo Sustentável

Utilizado mais frequentemente nas modalidades de ecoturismo, o termo turismo sustentável, apoia-se nos princípios do uso sustentável dos recursos naturais, de manutenção da diversidade natural e cultural, de envolvimento e integração das comunidades locais, de um marketing responsável, da necessidade de pesquisas, entre outros. Hoje, a aplicação do conceito estende-se ao turismo urbano e cultural.

Esta proposta pressupõe que haja uma efetiva preocupação com a preservação ambiental, procurando regularizar o mercado da indústria do turismo de massas e do, mais recentemente designado, turismo alternativo. Para os investigadores e teóricos que tratam da problemática do turismo sustentável a escala de análise remete-se ao lugar ou ao contexto regional. Mas, apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser reconhecido como cientificamente legítimo, ele é, antes de tudo um instrumento político que não deixa de permitir a exploração económica ao longo do tempo e à escala mundial.

Atualmente, é cada vez mais frequente falar de desenvolvimento local baseado no turismo, e são muitos os territórios que estão protagonizando processos de recuperação e expansão económica, graças à extraordinária evolução que está vivendo este sector. Historicamente o turismo mostrou a sua grande flexibilidade e versatilidade, ocupou posições relevantes nas economias locais e, soube satisfazer e adaptar-se às demandas do constante fluxo que o torna possível: o movimento das pessoas.

Neste contexto, pode-se afirmar sem reservas que se está perante uma importante atividade económica, que confirmou o seu carácter transversal no panorama económico, e se manifesta como uma oportunidade estratégica de primeira magnitude para o âmbito local.

Há muitas razões para considerar que se deve prestar ao turismo um tratamento profundo e intenso, que exige de um lado, a realização de uma

análise pormenorizada dos seus pressupostos e características intrínsecas, e por outro, estudar em como articular os mecanismos para que façam desta atividade uma verdadeira oportunidade para o desenvolvimento sustentável dos territórios e das pessoas que neles moram.

Talvez mais do que qualquer outra atividade económica, combina dinamicamente recursos endógenos e exógenos, que corretamente vertebrados, propõem todo um catálogo de benefícios sociais, económicos, ambientais e culturais. Contudo, temos que ser conscientes que esta atividade, se for mal planificada, e se se esquece a intervenção dos atores locais em todas as fases do processo, pode envolver determinados riscos e, por conseguinte, provocar efeitos nocivos e irrevocáveis para o desenvolvimento territorial.

Respeito pelo meio-ambiente e cultura local, são as condições indispensáveis para fazer do turismo uma atividade sustentável, mas não exclusivamente. O consenso e o diálogo a nível local, são os apêndices precisos que devem ser impulsionados entre todos, para que o desenvolvimento seja uma realidade a consolidar a médio e longo prazo.

Nos últimos anos, e devido ao crescimento do sector turístico, começou-se a falar sobre turismo sustentável que, além de abranger as perspetivas de ócio e tempo livre para os visitantes, considera uma série de postulados socioeconómicos, meio-ambientais e culturais que concernem o destino turístico.

A sustentabilidade converteu-se, portanto, num ponto de inflexão iniludível em qualquer modelo turístico que queira contribuir para o desenvolvimento local e articular respostas às demandas dos territórios e seus habitantes.

Poucos sectores como o turismo se encontram perante a necessidade de resolver, na atualidade, esta difícil equação: crescimento sustentável a médio e longo prazo, e otimização dos recursos para que esta atividade económica

tenha efeitos diretos e imediatos nas suas economias e pessoas, sendo que evolução, transformação e expansão são termos inerentes ao turismo.

Isso leva-nos a questionar e ao mesmo tempo a acreditar que os modelos tradicionais de turismo se esgotaram e, conseqüentemente, é necessário buscar alternativas. Com efeito, acredita-se que o turismo representa uma oportunidade para o desenvolvimento socioeconómico de um território. Ao mesmo tempo, a atividade turística pode contribuir com algum valor agregado em termos de criação de emprego e criação de entradas nas economias em processos de regressão e/ou reconversão.

O valor estratégico do turismo enquanto motor para o desenvolvimento dos territórios tem sido observado pelos agentes locais de todo o mundo e, como consequência, demanda-se mais informação e formação para enfrentar, com garantias de êxito, as oportunidades que o turismo pode oferecer aos territórios onde atua.

Diante das perguntas sobre se é importante o sector do turismo para o desenvolvimento local e por quê, os especialistas afirmam que a expansão do fenómeno turístico e o progressivo desenvolvimento que o sector teve nas últimas décadas foram uma situação comum observada em diversas partes do mundo. A globalização sem dúvida interveio nesta expansão, onde as fronteiras são praticamente inexistentes.

Essa tão extraordinária evolução tem como características a mobilidade de pessoas e recursos, o que permite afirmar, sem hesitações, que o turismo tem uma grande capacidade para mostrar-se presente e condicionar o desenvolvimento social e económico dos territórios.

Poucos subsectores da economia desfrutam de tamanha versatilidade e flexibilidade para adaptar-se às condições próprias de cada território e de cada população. Exatamente por isso é que se fala de turismo e de oportunidade estratégica para o desenvolvimento local com cada vez maior frequência.

Neste cenário, abre-se uma ampla variedade de possibilidades para a expansão do turismo, sempre atento às conjunturas económicas e sociais dos territórios. Dependendo de como estes enfrentam seus processos de auge e/ou recessão económica e suas transformações produtivas, o turismo poderá ou não converter-se numa alternativa viável.

É por isso que falar de oportunidade estratégica também exige que, paralelamente se adotem atitudes recetivas e abertas ao fenómeno do turismo e às atividades inerentes ao sector. Em outras palavras, é preciso que se produza uma transformação em termos de cultura e de mentalidade.

O Turismo, como qualquer outra atividade que faz parte de uma economia local, precisa de ser minuciosamente analisada para detetar os elementos que possam chegar a convertê-la num potente motor de desenvolvimento local.

Para um determinado território, o turismo pode ser um importante instrumento de geração de riqueza, em termos de criação de empresas e emprego, como já aqui se frisou. No entanto, há muitos outros efeitos que o turismo pode produzir e que podem ser muito positivos nomeadamente, o reforço dos valores próprios de um lugar, o reafirmar da cultura local, a abertura da sociedade local às influências do exterior, ou munir um território de valores agregados, etc.³¹.

2.3.1 O turismo quantitativo e o turismo qualitativo

Ao longo da história, a conduta dos mercados turísticos variou bastante. As tendências e preferências dos visitantes estiveram caracterizadas pelas circunstâncias económicas e sociais da época em que viviam.

Sintetizando, é possível falar da existência de duas grandes modalidades de desenvolvimento turístico, que nasceram ao longo do século passado, e que representam o comportamento dos mercados europeus, mas que podem ser vir

³¹ (notícias DELNET, Nº 24, Abril/Maio 2004 – turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate)

de referência para o caso que aqui se pretende analisar, um país do continente africano:

Modelo de turismo **quantitativo**, também conhecido como o modelo 3 “S” (sun, sand, sea) (sol, areia e mar).

Modelo de turismo **qualitativo**, também conhecido como 3 “L” (landscape, leisure, learning) (paisagem, ócio e aprendizagem).

As características principais do primeiro modelo turístico são as mesmas de uma atividade de massas, e mede-se em função da obtenção de maiores entradas efetuados pelos turistas. É um modelo que não levou em conta fatores meio ambientais, culturais e sociais para o seu desenvolvimento e, portanto, não se pode falar desta modalidade em termos de sustentabilidade a longo prazo.

O segundo deles é um modelo sobre o qual se começa a falar mais intensamente nas duas últimas décadas do século passado. As características que definem este modelo são, por um lado, um desenvolvimento respeitoso do meio-ambiente e da cultura local e, por outro, a potenciação dos valores intrínsecos de cada sociedade, buscando a singularidade do lugar turístico, etc. É um modelo incipiente, atualmente praticado por um grupo de minorias que, fundamentalmente buscam o “diferente”, a “peculiaridade”.

São duas maneiras contrapostas de entender o fenómeno turístico e que passam atualmente por uma evolução desigual. Por isso, apesar da coexistência atual dessas duas grandes modalidades, cada vez mais, se apreciam e se pede a substituição do turismo 3 “S” pelo turismo 3 “L”.

Constata-se que, em turismo, tem-se vindo a impor uma visão “eurocêntrica”, já que a Europa conta com o principal mercado emissor de visitantes. Por outro lado, poder-se-ia deduzir que, para os países em desenvolvimento, este pode não ser um modelo interessante já que não produz lucros económicos

imediatos. Pelo contrário, o turismo 3“S”, enquanto gera entradas de modo imediato, converte-se á partida, num modelo mais atrativo para esses países.

No entanto, esta teoria perde fundamento a partir do momento em que se tem defendido — sobretudo ultimamente em que se passa uma crise grave em Angola — que o modelo económico para este país implica uma visão a longo prazo e com uma forte aposta nos recursos locais, por forma a se desenvolver de forma sustentável.

É por esta razão, que no caso aqui presente, se procura explorar o modelo qualitativo, sendo que se acredita ser este que sustenta o conceito de turismo e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que se enquadra melhor nas características do território em causa, pelo potencial que se pretende explorar ao nível do espaço urbano e paisagem.

Isso verifica-se também ao se abordarem as questões patrimoniais que se prendem com a proteção, conservação e a valorização dos recursos, sejam eles naturais, patrimoniais ou de índole cultural.

No entanto, parte-se do princípio que não se podem encará-los individualmente e fora do seu contexto onde estão inseridos. Aliás, em muitas das situações são indissociáveis e de certa maneira dependentes daquilo que os rodeia.

E esse contexto a que se faz referência, importa referir, permite a coexistência dos dois modelos aqui apresentados do turismo 3 “S” e do turismo 3 “L”. Com efeito, e como se terá oportunidade de aprofundar, o potencial turístico da envolvente próxima do nosso território da Baixa de Luanda, apresenta-se com características que permitem a aposta no modelo 3“S”.

Desta forma, a junção de sinergias destes potenciais territoriais constituiria uma mais-valia para o cumprimento geral dos objetivos propostos para a zona de estudo desta tese, assunto que poderia ser estudado e aprofundado numa outra oportunidade académica.

3 A preservação e valorização do património como fator de desenvolvimento

3.1 Considerações gerais sobre os centros históricos

Verifica-se que os centros históricos se assumem como espaços peculiarmente suscetíveis ao desenvolvimento turístico e, por vezes, a uma procura não controlada e não planeada corresponde efeitos destrutivos, degradação e especulação. Aqui impõe-se a criação de um plano estratégico de desenvolvimento sustentado do turismo, que deve assentar em estudos que prognostiquem a dinâmica dos fluxos turísticos e proponham diretrizes quanto a programas de ação específicos para estas áreas.

Com esta atitude pró-ativa pode-se evitar e prevenir que a indústria comprometa ou destrua recursos patrimoniais valiosos. A exploração turística dos locais com interesse histórico não é fruto do acaso. Embora o turismo não deva ser entendido como o único agente a moldar a cidade contemporânea, ele é, sem dúvida, um agente de forte impacto, o qual é reconhecido quase instantaneamente pelas cidades. Daí que se tenha tornado e afirmado como uma estratégia potenciadora de regeneração urbana generalizada.

O interesse turístico dos centros históricos resulta, simultaneamente, do que Lew³² designa por “heritagization”, ou seja, o processo através do qual o Património é fabricado com atributos do passado, revelando histórias, memórias e vivências culturais, praticado à escala global. Isto conduz-nos à problemática da fabricação da imagem de um determinado local.

Esta valorização e crescente contato com o turismo urbano em cidades históricas sugerem também que o passado é valorizado enquanto uma das dimensões mais importantes da singularidade.

³² Lew (2004)

Este, “materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória ”, ou ainda vivo na cultura e no quotidiano dos lugares” transforma-se no “suporte mais sólido dessa procura de diferença”³³. Daí que a correta valorização das especificidades locais se traduza em desenvolvimento económico, social e cultural da região.

3.2 Considerações sobre a área de estudo

A cidade do Luanda enquanto fim turístico, no contexto do país, constitui-se assim, de entre todos os outros destinos urbanos, o de maior atratividade; significa isto que capta não apenas volumes mais elevados de turistas, mas também turistas de mais longe, o que sugere uma visibilidade externa e uma capacidade de irradiação superior à dos restantes turismos urbanos do país.

O turismo urbano, com a sua forte componente cultural tem sido considerado como uma área de consumo elevado e em expansão, pelo que tem contribuído para a concretização de metas que passam pela regeneração económica e cultural.

Esta modalidade turística representa uma forma de atração de investimento interno e externo que se traduz no investimento da melhoria da imagem da cidade, no sentido em que tiram proveito das receitas que a despesa turística movimenta. Assim, a promoção patrimonial com fins turísticos pode, mediante uma boa gestão, ser encarado como uma forma crucial de recompensar o custo da disponibilização de infraestruturas e equipamentos culturais.

Em Luanda, mais concretamente na Baixa, já se encontra um número relativamente elevado de elementos inscritos na Lista do Património Nacional (LPN) o que sugere, alguma preocupação no âmbito da preservação e salvaguarda do património e a valorização do passado, um papel cada vez mais (mas ainda insuficiente) interventivo do património da humanidade nos

³³ (Abreu, 1998, p.79)

processos de desenvolvimento, não só a nível da afirmação local e de uma comunidade humana mais direcionada para o fomento das relações internacionais, mas também na promoção do exercício de cidadania por parte das populações.

Apesar desta constatação, é ainda muito pouco visível no que respeita a exemplos concretos, a preocupação por parte das autoridades responsáveis governamentais no que respeita a esta matéria.

Com efeito, ao analisar-se o documento governamental do “Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda 2013/2017” constata-se a total falta de referencia à zona da Baixa de Luanda enquanto ponto de interesse patrimonial ou turístico, o que revela preocupação de um leitor externo, atendendo ao potencial deste território nestas matérias.

Neste documento, o capítulo da Hotelaria e Turismo refere o seguinte:

“(...) Alguns dos pontos de interesse turístico na Província que merecem particular destaque são a Barra do Cuanza, Cabo Ledo, o Miradouro da Lua, a Península do Mussulo, Santuário da Muxima e o Parque Nacional da Quiçama.(...)”³⁴

No mesmo documento, no capítulo da sustentabilidade ambiental, e fazendo referencia á politica de turismo, mais uma vez não se verifica qualquer menção ao território da Baixa, ao seu Património e potencial turístico ou ambiental:

“(...) Relativamente à Hotelaria e Turismo o PND 2013-2017 preconiza que a «defesa do ambiente» esteja entre as principais preocupações no desenvolvimento de uma política de turismo, dando assim força também nesse sector à necessidade de incorporar elementos que, ao defender o ambiente, o preservem e contribuam para a sua sustentabilidade, o que é da maior importância para a Província, mormente no seu Pólo Turístico de Cabo Ledo e Parque da Quiçama (...)”³⁵

³⁴ “Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda 2013/2017

³⁵ Idem

Por outro lado, analisando um outro documento relevante, a “Agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo em Angola”, parte integrante do documento do “Plano Diretor do Turismo de Angola”, desenvolvido pelo Ministério da Hotelaria e Turismo, é possível retirar algumas elações.

De acordo com os quadros abaixo indicado, e em todo o documento, é evidente a preocupação, no contexto do turismo, da qualidade urbana e ambiental, a preservação dos recursos e do património, ao sugerir a inventariação do património natural, histórico e cultural, a requalificação do património, entre outras, mas sem aprofundar mais especificamente quais são esses elementos ou recursos (Quadros 2 e 3).

F QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL

O património com interesse para o Turismo será alvo de progressiva recuperação e integração na oferta, sendo garantidos elevados padrões de qualidade urbanística nas áreas turísticas.

1. ^a FASE	GESTÃO DE PATRIMÓNIO	<ul style="list-style-type: none"> • Inventariação do património natural, histórico e cultural. • Requalificação do património associado aos pólos de desenvolvimento prioritários. • Desenvolvimento de infra-estruturas e entidades de apoio associadas às grandes apostas do Turismo Angolano (e.g. enfoque no Sol & Mar com a criação de entidade reguladora da qualidade das praias e rede de nadadores-salvadores).
	AMBIENTE E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de sistemas de certificação ambiental e seu controlo. • Introdução de políticas de planeamento urbanístico com enfoque nos pólos de desenvolvimento. • Melhoria dos sistemas de transportes urbanos nos principais pólos de desenvolvimento. • Desenvolvimento de infra-estruturas complementares necessárias ao bem-estar dos turistas (e.g. sistemas de tratamento de águas, saneamento e eficiente fornecimento de electricidade). • Reforço da segurança nos pólos de desenvolvimento do sector do turismo.
2. ^a FASE	GESTÃO DE PATRIMÓNIO	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do património em todo o território Angolano. • Desenvolvimento de parcerias com a iniciativa privada para a reconstrução e exploração de espaços de aproveitamento turístico.
	AMBIENTE E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento das políticas de planeamento urbanístico a todo o território e aplicação de best practices. • Enfoque na segurança nas zonas envolventes, nas cidades e nas principais vias de comunicação nacionais e internacionais.
3. ^a FASE	GESTÃO DE PATRIMÓNIO	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento do processo de requalificação do património e adaptação de instalações à utilização como fontes de receitas autónomas (e.g. para realização de eventos / jantares de grupos de turistas).
	AMBIENTE E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Elevação dos standards de ambiente, urbanismo e ordenamento das áreas turísticas e sua envolvente para níveis internacionais de referência.

Fonte: Análise da Equipa do Projecto

Quadro 2 – Excerto do documento “Agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo em Angola”

A melhoria da atractividade dos destinos turísticos só fica completa com o investimento na gestão do património e na preservação da qualidade urbana e ambiental.

GESTÃO DE PATRIMÓNIO	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a recuperação e preservação da autenticidade dos centros históricos das cidades e vilas. • Incentivar a conservação de edifícios históricos e museus e a recuperação de edifícios abandonados. 	Angola deverá promover o investimento em programas de recuperação e preservação da qualidade urbana e ambiental das zonas com interesse para o Turismo.
AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Manter áreas circundantes limpas, livres de entulho e sucata. • Controlar os níveis de poluição atmosférica e sonora. • Eliminar a existência de esgotos a céu aberto ou não direccionados a estações de tratamento. • Desenvolver infra-estruturas de tratamento de resíduos e melhorar sistemas de recolha de lixo. 	
URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e manter infra-estruturas de apoio. • Desenvolver boas práticas de planeamento do território. • Desenvolver rede de transportes urbanos que facilite o acesso aos principais pontos turísticos. • Melhorar estado de conservação das vias de acesso dentro dos principais centros urbanos. • Melhorar a sinalização e iluminação dos monumentos de interesse. • Fomentar a criação de zonas pedonais, espaços verdes e esplanadas nos centros das cidades e ciclovias dentro e fora dos espaços urbanos. 	

Fonte: Análise da Equipa de Projecto

Quadro 3 – Excerto do documento “Agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo em Angola”.

Refere-se inclusivamente que “a melhoria da atratividade dos destinos turísticos só fica completa com o investimento na gestão do património e na preservação da qualidade urbana e ambiental”, sendo que no que respeita a gestão do património a única referência feita que se julga relevante é “incentivar a recuperação e preservação da autenticidade dos centros históricos das cidades e vilas, bem como incentivar a conservação de edifícios históricos e museus e a recuperação de edifícios abandonados”.

Mas na verdade, quando abordados estes assuntos, toda a informação é vaga e pouco aprofundada, e quando é efetivamente mais específica, o enfoque da oferta é nas riquezas naturais, praias, sol, marinas e clubes náuticos.

O documento acrescenta ainda que “O esforço de desenvolvimento da oferta deverá focar-se num conjunto de Polos de desenvolvimento Turístico seleccionados em função do seu potencial de exploração turística a curto prazo”, sendo que em Luanda a prioridade apontada no domínio “Cultural” são a zona de Futungo de Belas e Cabo Ledo no domínio do “Sol e Mar”.

Ou seja, no caso de Luanda, nos dois documentos atrás citados, não é feita nenhuma referência expressa á Baixa de Luanda enquanto recurso patrimonial nas suas diferentes dimensões, pressupondo esta área do território de Luanda como pouco valorizada ou ignorada.

De acordo com a opinião do Arquiteto Victor Leonel, Bastonário da Ordem dos Arquitetos de Angola, “apesar de existir património já classificado, pelo Instituto Nacional de Património Cultural, a sua preservação ou conservação não tem correspondido às exigências, situação que tem estado a provocar a sua degradação paulatina.

Para além de edifícios, existem vários sítios e locais considerados património cultural e de interesse público, mas que estão também em mau estado de conservação. Daí a imperiosa necessidade de se trabalhar com as autoridades competentes para dar a volta à situação”.

Este autor esclarece ainda que a proteção que o carimbo de património arquitetónico oferece aos edifícios, monumentos, sítios e lugares, “permite que as novas gerações conheçam a cultura sem deformação”³⁶.

Esta nova abordagem aos temas culturais revela “a forma como as questões de salvaguarda do património se tornaram num objeto corrente da atenção da opinião pública”³⁷ o que contribui diretamente para a diversificação dos elementos sobre os quais incide a procura do turismo urbano.

Para finalizar, o Património pode funcionar como um excelente motor de desenvolvimento se for pensado de forma multidisciplinar e se forem propostos os mecanismos corretos de conservação, renovação e reabilitação.

³⁶ (<http://opais.co.ao/victor-leonel-preservacao-do-patrimonio-arquitetonico/>)

³⁷ (Henriques, 1996, p. 55)

É a crescente consciencialização para a salvaguarda do património e o uso turístico dos centros históricos dos últimos anos que têm funcionado como rampa de lançamento de numerosas iniciativas de conservação e dinamização³⁸.

Neste âmbito verifica-se que, de um modo geral, cada vez mais os Estados apostam em investimentos de envergadura considerável, não só em infraestruturas, como em projetos de investigação, conservação e restauro, sempre com a expectativa do retorno. Aliás, a crescente importância dada aos tempos de lazer, pode proporcionar a médio/longo prazo esse retorno dos investimentos favorecendo a criação de um espaço económico próprio, associado ao usufruto e divulgação do Património cultural.

3.3 Do novo paradigma turístico às dinâmicas territoriais contemporâneas

Na atualidade, o turismo nos centros urbanos ligado ao património e à cultura desperta grande atenção não só nos meios académicos como junto da sociedade em geral. No entanto, a verdade é que não é uma atividade recente. Pelo contrário, o turismo baseado na herança cultural como indústria reconhecida é um desenvolvimento moderno, remontando ao século XVIII o estreitamento das relações entre turismo e Património.

Até ao emergir da sociedade urbana industrial, o que conhecemos como tempo de trabalho e de não-trabalho ou o tempo do trabalho e do ócio, não faziam parte da organização laboral nem eram reconhecidos como uma disposição lógica binária da vida. O panorama só conhece a rutura com o trabalho assalariado que instituiu tanto o ócio como o não-trabalho e vai conquistando progressivamente as férias remuneradas como um tempo de lazer em oposição ao tempo de trabalho.

³⁸ (Atlante, 2005, p. 45)

Se o capitalismo industrial constitui o trabalho como valor universal, não tardou a que o tempo de ócio fosse reclamado pelos assalariados. É nesta fase que a noção contemporânea de turismo começa a evidenciar os seus contornos uma vez que já não era da exclusividade das classes de elite, mas alargava-se agora, a um leque maior e necessariamente mais diversificado da população. Esta conquista deve-se às inúmeras pressões sindicais e progressivamente o tempo de ócio das classes populares e trabalhadores vai sendo admitido com menor resistência.

O que tem de novo na indústria do turismo é o fato de cada vez mais os destinos utilizarem as imagens do património como forma de afirmação da sua identidade, assistindo-se em simultâneo ao aumento da procura interna deste tipo de produto, agora democratizado e passível de ser usufruído por outras camadas populacionais.

Este uso alargado da imagem do património remete-nos para a hegemonia visual sobre a cultura e a cognição, alimentada pela proliferação das tecnologias de informação que nos levam a pensar que só conhecemos aquilo que vemos³⁹.

Esta modalidade turística com forte componente cultural experimentou um desenvolvimento equilibrado ao longo da primeira metade do século XX. O período mais espetacular do seu crescimento manifesta-se os últimos 50 anos, acompanhando o crescimento do turismo internacional e das atividades de lazer.

O crescimento exponencial da indústria turística criou uma forma massificada da procura e uma oferta pouco personalizada, abordagem que se questiona atualmente pelas consequências que poderá ter com o meio.

³⁹ (Fortuna; Ferreira, 1996, p.6)

Se considerarmos a relação do turista com o meio, então parece-nos legítimo que a indústria turística passe a avaliar os seus fluxos fazendo a mediação entre o turista e o lugar. Numa perspectiva económica, a gestão dos fluxos é uma mediação necessária, legitimada pela necessidade de preservação.

A rutura do turismo tradicional massificado surge motivada pelas transformações que ocorreram na sociedade e que possibilitaram o fortalecimento do “pós-fordismo” ou da sociedade “pós-industrial”.

A transformação turística surge pela mudança de comportamento dos consumidores e da sua motivação para viajar, manifestando-se contra uma oferta homogénea conduzindo à “crise da massificação”. A crescente valorização da cultura visual sobre o conhecimento resulta na referida “espetacularização” da sociedade “pós-moderna”. Nesta rutura a alteração na motivação do turista não é um agente singular.

Devemos ainda reconhecer que o marketing, as características dos próprios destinos, entre outros fatores determinantes, colocaram em fragilidade o turismo massificado. Portanto são estas alterações, que dão oportunidade ao aparecimento do modelo turístico atual questionando a essência do modelo fordista e os comportamentos que lhe estavam associados.

É nesta dinâmica de rutura que o interesse pelo turismo urbano surge acompanhado pelo interesse das questões patrimoniais ficando a procura turística afastada dos espaços turísticos tradicionais.

3.3.1. As modalidades turísticas consequentes das mudanças sociais

Este aprimorar das modalidades turísticas resultado do crescimento recente da indústria do turismo pode ser encarado como consequência de três mudanças sociais importantes.

O desenvolvimento dos meios de transporte e a criação de infraestrutura para a atividade possibilitaram a aproximação do mundo e impulsionaram o acesso à tecnologia da comunicação, levando-nos a questionar o novo entendimento de tempo e espaço (compressão do espaço-tempo). A movimentação turística ficou claramente afetada no sentido em que a viagem foi democratizada e destinos que nos pareciam remotos tornaram-se alcançáveis, alimentando a competitividade entre companhias da indústria.

O interesse pelo desconhecido e por hábitos diferentes dos que adotamos conduziu à necessidade de conhecer outras culturas e à vontade de vivenciar experiências estéticas, humanas e sociais únicas. Este crescente interesse pode ser entendido como o resultado da inúmera e transversal informação que circula diariamente pela internet, pelos audiovisuais e pela imprensa do mundo globalizado.

É esta sede de conhecimento mútuo por parte das diferentes culturas, aliada à evolução dos transportes e a uma conjuntura política e económica favorável, que a iniciativa de viajar para novos destinos, incluindo as cidades históricas e grandes metrópoles, despontou.

Assim, estas três mudanças - sistema de transportes, maior disponibilidade económica por parte dos turistas e a tecnologia de comunicação – fizeram com que aumentasse o número de pessoas que viaja frequentemente impulsionadas por múltiplas motivações. Esta tendência se for bem aproveitada pode servir como processo potenciador de desenvolvimento dos territórios e das cidades.

3.3.2 O impacto do marketing territorial no fenómeno turístico

Contudo é crucial que estas estejam sensibilizadas para a importância do marketing territorial estratégico num processo de captação de fluxos turísticos não padronizados e de promoção da imagem de marca. Mesmo não temendo a

existência da concorrência, é vital que se mantenha atenta na mudança da opinião pública ou na emergência de novas tendências e modas que poderão levar a uma alteração nos fluxos, daí que não devam ser entendidos como constantes e padronizados.

A própria existência de vários perfis de turistas, com diferentes motivações pela busca do conhecimento ou com diferentes necessidades culturais faz-nos encarar os fluxos turísticos com alguma flexibilidade.

A cidade enquanto produto só pode ser consumido e vivenciado se os turistas se deslocarem até ela. Assim, o produto é também o lugar e ambos podem ser consumidos por diferentes turistas e por diferentes preços. Se, por um lado, a cidade procurando a captação de uma determinada elite, proporciona espetáculos para pessoas com códigos de leitura mais exigentes como uma sessão de ópera ou de música clássica; por outro, não abdica das restantes franjas de consumidores e aposta em festivais temáticos ao ar livre, concertos, feiras e mercados. Assim, a crescente valorização do património urbano acumula, paralelamente, uma importância económica e uma importância estratégica e política.

O interesse pelo seu património intangível por parte de potenciais visitantes depende, entre outros fatores, da tipologia de estratégia que se adota e dos meios pelos quais a fazem passar. A cidade enquanto produto exige uma estratégia de marketing única no sentido em que não pode ser estipulada por modelos universais, uma vez que o produto em causa é a combinação de uma vertente intangível, tangível, de serviços e ideias que permitem uma experiência turística profunda.

3.3.2.1. As componentes materiais e geográficas no marketing territorial

A cidade contém a sua componente material como a arquitetura e o património histórico construído, os monumentos, as ruas de hoje e do passado que transparecem a riqueza histórico-urbana do local, os espaços públicos como parques, praças, a frente de mar que, no caso da Baixa de Luanda, é emblemática juntamente com todo um conjunto urbano que interliga estes espaços. São estas condições e a disponibilidade dos equipamentos que terão uma forte influência na construção da imagem da cidade histórica, tradicional ou moderna.

A localização geográfica do lugar e, neste caso da cidade de Luanda, é igualmente uma mais-valia na medida em que a proximidade ao mar está muito presente, nomeadamente na zona histórica da Baixa, permitindo um outro tipo de experiência ao visitante. Tudo isto, representativo da cultura material, torna evidente a importância da cultura no âmbito do desenvolvimento da região, económico e social, e permite uma maior afirmação da cidade nas dinâmicas locais e globais.

Veja-se por exemplo o resultado da remodelação da baía de Luanda, e o protagonismo que lhe foi conferido por parte dos responsáveis decisores e técnicos, no sentido de reforçar uma imagem de marca da cidade que se fixe e permaneça no imaginário do cidadão.

Com efeito, as “frentes de água” têm captado a atenção dos agentes decisores e técnicos nos últimos anos pelo seu forte potencial turístico e de lazer alguns casos com bastante sucesso.

Paralelamente, outras preocupações foram alvo de resolução como a escassez de estacionamento, alargamento das vias e conseqüente descongestionamento de trânsito, hierarquização e definição dos espaços através do desenho urbano, diminuição dos níveis de insegurança, e dinamização urbana, introduzindo diversidade funcional.

Note-se, no entanto, que no contexto do território em estudo, a intervenção de requalificação na Baía de Luanda apresenta uma forte preocupação que se prende com o isolamento do percurso marítimo da baía, desarticulado em todos os sentidos do restante território da Baixa, como se de um elemento a parte se tratasse e não como um todo, um conjunto único.

Esta circunstância levanta sérias dúvidas sobre a estratégia de planeamento da Baixa, por entre várias razões, o fato de não se permitir a experimentação da diversidade articulada das diferentes realidades urbanas que a compõem. Sobre este assunto falar-se-á mais á frente.

3.3.2.2 A diversidade enquanto experiência turística autentica

É esta diversidade que a cidade encerra que contribui para a riqueza da experiência estética e cultural do turismo urbano, funcionando a combinação das componentes físicas com as componentes humana, social e artística como elemento-chave da criação da imagem da cidade. Esta imagem construída pode passar determinadas sensações suscetíveis de serem vivenciadas numa visita à cidade, ou pode transparecer a culturalidade e os estilos de vida dos residentes.

As abordagens mais restritivas, com as quais se discorda, dotam o marketing do território de poderes ilusórios sobre determinado local ou cidade, aplicados abusivamente no sentido de influenciar decisões que se verificam dispares dos interesses do próprio território e que vão contra as prioridades e necessidades do desenvolvimento endógeno.

É preferível entender este assunto como um conjunto de práticas que visam a formatação de ações fundamentadas de promoção da imagem da cidade, naturalmente pré-concebida, no sentido de fortalecer o valor intrínseco do território em causa, alertando para as suas verdadeiras qualidades e características culturais, sociais e históricas que o distingue. Assim, na sua

essência não encontramos a manipulação, mas sim uma valorização que deve ser levada a cabo num quadro de competências básicas mais amplo.

O património urbano assume-se como uma vantagem competitiva das cidades que desde a década de 80 foi alvo de novos interesses, agora dircionados para atividades turísticas e recreativas. A motivação para o consumo cultural e para novas formas de lazer permitiram o despertar das pequenas e médias cidades para uma dimensão internacional o que inevitavelmente suscitou uma maior preocupação nos mecanismos de gestão territorial urbana e respetivo planeamento.

Estas novas preocupações conduziram à rutura do tradicional planeamento urbano que assentava em planos descritivos e passou a adotar os princípios do planeamento estratégico urbano que enquadram objetivos específicos promocionais da vertente cultural e económica da cidade.

3.3.2.3 Etapas do processo de planeamento de marketing territorial estratégico

Acredita-se que aqui se deu o verdadeiro despertar do interesse pelo marketing territorial levantando questões e problematizando a sua importância enquanto agente dinamizador de determinadas competências específicas, uma vez que os territórios dependem cada vez mais dos seus recursos, habilidades e competências próprias. Para isso devem saber identifica-las, seleciona-las e geri-las correta e eficazmente de modo a afastar as soluções fáceis e rápidas que prejudicariam o seu desempenho a longo prazo.

Seguindo a linha de pensamento de um dos mais conceituados investigadores da área - Kotler⁴⁰ - o desenvolvimento de um processo de planeamento de marketing territorial estratégico torna possível a experimentação de uma nova dinâmica de desenvolvimento que deve assentar na referida gestão eficaz, ao

⁴⁰ Kotler⁴⁰ (1993)

anunciar como finalidade a adaptação da gestão de um lugar às necessidades dos seus agentes ou futuros colaboradores, como a fórmula mais estável e consistente de melhorar tanto a curto como a longo prazo a qualidade da competitividade global do território na sua envolvente concorrencial.

O sucesso deste processo de planeamento de marketing territorial estratégico passa pela gestão de quatro etapas: primeiro, e como ponto de partida, é necessário traçar os objetivos para o futuro tendo presente os diversos condicionalismos tanto dos fatores internos como externos; segundo é crucial conhecer de perto os atores e agentes que já existem no território em causa ou que se pretendem fixar pelas características, vantagens competitivas e recursos da região; terceiro, neste contexto de exploração da envolvente é necessário tomar conhecimento das características dos potenciais concorrentes e proceder à escolha do nicho de mercado e, por último, estruturar uma política de promoção e divulgação que dê a conhecer ao público-alvo, no timing certo, as vantagens do território em causa.

Estas vantagens do território não devem prender-se apenas à lógica económica da visibilidade e notoriedade da sua posição. Deve antes apostar num posicionamento de redes globais de relacionamento, desenvolvendo o seu próprio produto ou aquilo a que se pode chamar de oferta territorial específica.

3.3.2.4 Dinamização sustentável – pensar global e agir local

A aquisição destas competências específicas deve resultar na dinamização sustentável e criativa dos recursos endógenos, dos saberes locais e culturais. Isto abrirá caminho para um lugar na economia global. Contudo, apesar de um determinado território se especializar numa tipologia restrita e canalizar os esforços nessa mesma direção, não deve remeter para a inutilidade outras atividades provavelmente potenciadoras de funcionarem como suporte económico significativo.

A vantagem da especialização prende-se com uma integração facilitada em diferentes redes que permitirão o acesso a novas oportunidades de negócio, a novos mercados favoráveis ao tecido económico e ainda estabelecer alianças e parcerias com novos agentes e atores.

É um contexto de grande pro-atividade por parte do território que lança a sua localidade no mercado global. Daí que a estratégia de pensar global e agir local – glocalização – ganhe atualmente uma enorme adesão, uma vez que não opõe as oportunidades globais às potencialidades de desenvolvimento locais.

Esta valorização das competências locais face a um cenário globalizado (desde que se conheçam as oportunidades e as ameaças) pode trazer a garantia de níveis de desenvolvimento sustentável. Aqui é imperativo que se aposte na qualidade da oferta e do lugar e que se mudem determinadas atitudes, por exemplo, face à preservação e salvaguarda do património cultural e face às questões ambientais urbanas, apostando não só na manutenção como na divulgação.

Neste estudo de caso, a Baixa da cidade de Luanda, verifica-se um esforço no sentido de projetar o território nas dinâmicas globais, para a captação de fluxos turísticos e sensibilização do cidadão para a importância destes temas na vertente cultural. No entanto, é ainda muito pouco expressivo, o impacto real desse esforço, que parte de um núcleo muito restrito de agentes sobretudo privados e não tanto governamentais.

Estas dinâmicas territoriais, no entanto, permitem, em paralelo com o conjunto de aprendizagens apresentadas, o estímulo de sinergias no sentido de funcionamento em rede e com mais interações, troca de experiências, promover princípios de confiança entre os atores e tirar partido desta proximidade favorável às vontades coletivas de mudança.

Por outro lado, o estabelecimento de redes a nível supra-local vai permitir que a cidade e a sua capacidade de inovação tirem partido da proximidade e do relacionamento que desenvolve com o exterior. Ao longo da história da humanidade, os territórios que se mostraram mais dinâmicos foram os que tiraram partido do funcionamento em rede, assumindo-se eles próprios como agentes estruturadores desse relacionamento de trocas e de poder.

Esta sobrevivência dos territórios encontra-se intimamente ligada ao conceito de resiliência que vem atenuar os efeitos das adversidades nas dinâmicas territoriais.

Atualmente, na economia global há lugar para diversos territórios com diferentes níveis de vitalidade, mas a sua sobrevivência depende da forma como enfrentam os problemas, adaptando-se. Esta capacidade de adaptação e de minorar as consequências dos múltiplos problemas sem ruir é o que está no âmago do conceito de resiliência, também vista como uma capacidade passível de ser aumentada com o objetivo de melhorar a adaptação de um determinado sistema às condições envolventes.

Isto implica que o território se conheça a fim de identificar onde é que o sistema possui resiliência para que os processos de adaptação e de aprendizagem se verifiquem eficazes. O mesmo autor Santos⁴¹, salienta ainda quatro propriedades chave inerentes ao conceito de resiliência e que se julga pertinente expor: a Latitude que se refere à “elasticidade” do sistema, isto é, o quanto ele pode mudar antes de perder a sua capacidade de recuperação; a Resistência que se refere à capacidade, aproveitando as facilidades e contornando as dificuldades, de fazer mudar o sistema; a Precariedade que se refere à proximidade do sistema ao limite e por último a Panarquia que dada a interação entre várias escalas, a resiliência do sistema numa dada escala focal torna-se dependente da influência das restantes escalas que se encontram acima ou abaixo.

⁴¹ (Santos⁴¹, 2009, p.15)

As cidades para se tornarem resilientes devem apostar numa maior e reforçada ligação entre o urbanismo, o planeamento e a ecologia para que possam mais facilmente tolerar as dinâmicas e mutações antes de se reorganizarem em torno de um novo conjunto de estruturas e processos. Aqui deve ter-se em conta os fluxos, as dinâmicas sociais, as redes e parcerias já estabelecidas, o meio biofísico, entre outros.

Em jeito de conclusão, reconhece-se que o turismo pode ser entendido como agente nevrálgico da mudança económica, social e cultural no âmbito do sistema das cidades nas últimas décadas motivado pelo afastamento de uma economia induzida e pela produção industrial, dando lugar a novas formas de organização mais flexíveis, a uma maior mobilidade de capital e de pessoas e, sobretudo, a uma crescente competitividade entre os locais.

A valorização dos seus recursos patrimoniais e culturais, passa não só pela salvaguarda do património, mas, simultaneamente, por iniciativas dinamizadoras que promovam a imagem do território em causa e que simultaneamente permitiram que o turismo e o património estreitassem relações.

Quando protagonizado pelo espaço urbano o ato turístico revela-se mais flexível e segmentado dada a multiplicidade de dinâmicas em interação na cidade, proporcionando as experiências mais diversificadas que o turista atual valoriza como é o caso do consumo das paisagens urbanas.

O fomento do desfrutar turístico em centros urbanos não se prende apenas com o significativo consumo da cultura e do património, mas também pela capacidade de antecipação da oferta, o que leva à crescente atenção dada pelo poder local às políticas urbanas, que se traduz no reconhecimento da importância do planeamento estratégico da cidade e no marketing territorial.

A capacidade de antecipação está também na ativa intervenção dos sectores público e privado no âmbito do património, transformando-o em recurso para a atividade turística. O objetivo centra-se na vontade de perceber o potencial do

património enquanto aspeto específico da oferta turística, ambicionando a captação de um determinado segmento.

Não sendo este um tema de desenvolvimento, importa apontar que há também que recorrer em paralelo a instrumentos legais e a práticas de planeamento sustentáveis, para que os valores do passado sejam verdadeiramente salvaguardados.

Capítulo II

Análise e diagnóstico do Espaço Urbano e Paisagem da Baixa de Luanda – enquadramento crítico

Capítulo II – Análise e diagnóstico do Espaço Urbano e Paisagem da Baixa de Luanda – enquadramento crítico

1 - Descrição da evolução e contexto situacional – perspetiva geográfica, urbana, histórica, social, política, turística

1.1 Perspetiva geográfica/climática

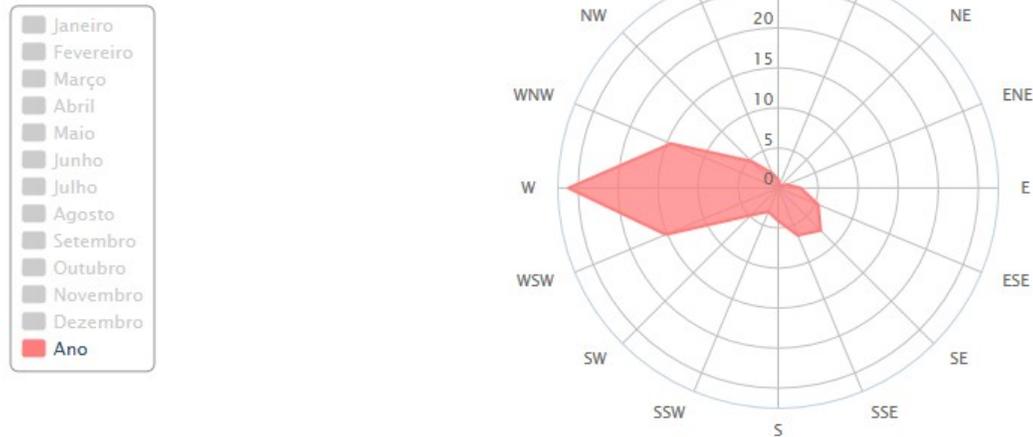
Localizada na costa com o Oceano Atlântico e com 2,442.60 Km de superfície, Luanda é a capital política e administrativa da República de Angola, situada geograficamente na latitude 8° 50' 00'' Sul e longitude 13° 14' 00'' Este. Os seus limites não estão bem definidos, e o nome da capital confunde-se com a província do mesmo nome – Luanda - uma das 18 em que o país está dividido.

Até há pouco tempo a cidade era constituída por sete Municípios, porém, a nova divisão administrativa, recentemente aprovada contempla oito Municípios, mais concretamente, o município de Luanda, Viana, Cazenga, Belas, Cacucaco, Icolo e Bengo e Quissama.

O clima é tropical húmido, mas seco devido à corrente fria de Benguela que dificulta a condensação da humidade para produzir chuva. As temperaturas são geralmente elevadas mesmo durante a noite, devido ao nevoeiro. A precipitação média anual é de 323 milímetros com variabilidade das mais altas do mundo, com um coeficiente de variação de 40%.

O curto período de chuvas de Fevereiro a Abril depende de uma contracorrente húmida que vem do norte do país. No que respeita aos ventos dominantes, constata-se que existe uma maior intensidade durante o ano na direção de Este para Oeste, o que indica a presença de ventos provenientes em toda a extensão da Baía de Luanda contando com os ventos que vêm naturalmente do mar.

Distribuição da direção do vento em (%)
Ano



Quadro 4 - Distribuição da direção do vento⁴²

Luanda tem um ótimo enquadramento natural e durante quase todo o ano tem um clima quente muito agradável favorecido também pela localização no litoral. Os rios Kwanza e Bengo são a base dos recursos hídricos, mas a cidade e o seu interior também têm tributos naturais favoráveis para que haja boas condições físicas e naturais para uma boa qualidade de vida em geral.

O relevo é ligeiramente acidentado e divide a cidade em duas partes, a parte Baixa da cidade – foco deste estudo - com altitude próxima do nível médio do mar e a parte alta da cidade, comumente denominada de “Cidade Alta”, com altitude superior, cerca de 300 a 400 metros⁴³.

⁴² - Fonte: <http://pt.windfinder.com/windstatistics/luanda>

⁴³ MODELAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO DA PROVÍNCIA DE LUANDA, ANGOLA - Agostinho José João Secuma - Junho de 2012

Ilídio do Amaral descreve num dos seus estudos a propósito do crescimento da cidade de Luanda:

(...) terminara o século XVI, foi crescendo em dois planos escalonados: o da “Cidade Alta”, num sector de planalto, bem arejado pelos ventos e brisas marítimas, ocupada pelos serviços públicos e gentes do governo e da administração, quer civil, quer militar, quer religiosa, e o da “Cidade Baixa”, na praia, menos “salutífera”, sede do comércio e da navegação (...)

(...) Entre as duas partes da aglomeração se interpunham as escarpas, antigas arribas que em tempos recuados passaram a envolver como vertentes, desde o momento em que os processos de erosão marinha deixaram de actuar directamente sobre as suas bases e se construíram as praias que as orlam (...)⁴⁴

As características geográficas e morfológicas da Baixa apontam-se como relevantes nesta zona uma vez que contribuem para uma das potencialidades do ponto de vista do património paisagístico. Com efeito, e como se deverá demonstrar num próximo capítulo, a envolvente paisagística da Baixa toma forma e assume-se na paisagem através da sua morfologia contextualizada, sendo um dos exemplos mais significativos o morro da Fortaleza de São Miguel, ou a Ilha de Luanda, como elementos paisagísticos localizados fora dos limites do território da Baixa, mas dentro do seu limite visual.

Neste ponto do discurso há que se apontar a localização da já referida Baixa da cidade. Ela apresenta-se com uma situação geográfica privilegiada, limitada pelo mar e pelo Município de Luanda, sendo que o seu relevo não apresenta acontecimentos relevantes com excepção da envolvente próxima, como é o exemplo do morro da Fortaleza de São Miguel, ou as escarpas responsáveis, em parte, pela modelação da estrutura urbana ao relevo como aponta Ilídio do Amaral.

⁴⁴ “Luanda e os seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e ilhas baixas e o das escarpas abarrocadas”, Ilídio do Amaral

Os exatos limites do território da Baixa têm sido alvo de atenção e estudo, sem que, no entanto, exista um documento de cariz governamental que indique formalmente essa informação. Desta forma, para o estudo de caso que aqui se apresenta, recorreu-se à informação disponibilizada pelo programa das Nações Unidas – “Baixa Viva” delimitado a vermelho na imagem abaixo⁴⁵ (Fig. 5).

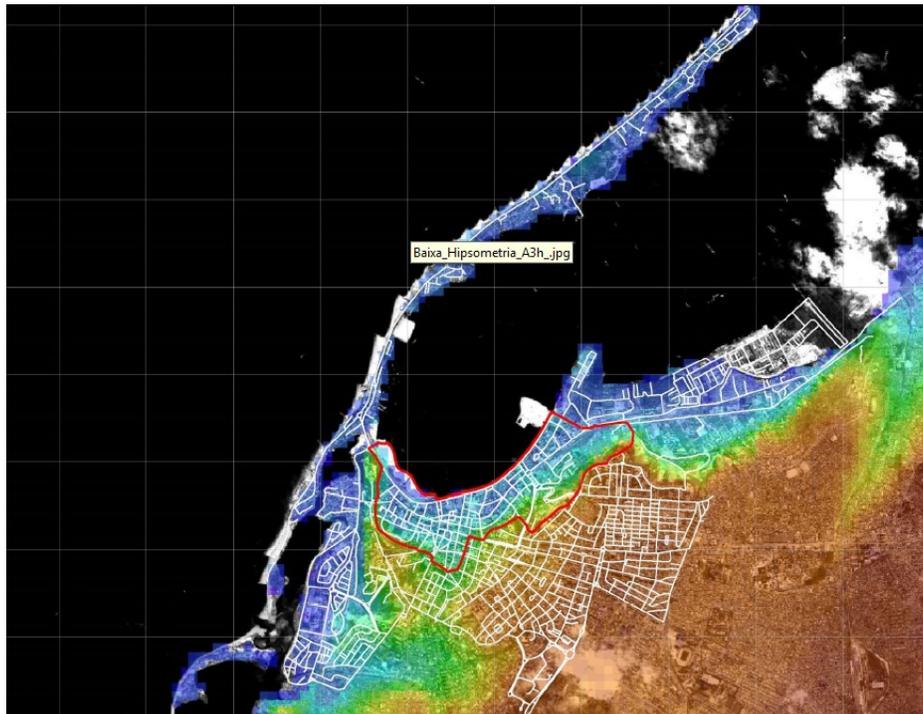


Fig. 5 - Limites da Baixa de Luanda a vermelho

Este documento disponibilizado pelas Nações Unidas, indica ainda, de forma fundamentada, e em três contextos, os limites definidos da Baixa de Luanda⁴⁶:

1. **Contexto topográfico:** área de menor cota na cidade, próxima ao nível do mar circundado ao Sul pela Cidade Alta, a leste pelo Kinaxixe ao norte pelo Miramar (Mapa 1).
2. **Contexto histórico:** historicamente, refere-se a Baixa como a cidade formal e urbanizada (contraponto BAIXA e MUSSEQUE).

⁴⁵ (UN-HABITAT, Programa das Nações Unidas “Baixa Viva”)

⁴⁶ Idem

3. **Contexto atual:** No imaginário dos luandenses, a Baixa significa “centro da cidade” ou mesmo cidade antiga (Baixa) em contraponto à nova cidade (Cidade Alta).

Importa elucidar que, para o estudo aqui em causa, e tendo como base a fonte de informação acima citada, não está incluída no território em estudo, a zona nova de aterro, bastante significativa em termos de área de invasão do mar, também decorrente das últimas intervenções na baía, situada junto ao Porto de Luanda e que se aponta na imagem abaixo (Fig. 6, 7 e 8).

Com efeito, esta área ainda não se encontra totalmente finalizada em termos de execução de obra, não estando, por isso acessível ou a cumprir funções concretas que justifiquem a sua inclusão na área de estudo.



Fig. 6 – Vista aérea de toda a Baía de Luanda e recente intervenção



Z1

Fig. 7 - Vista aérea parcial da Baía de Luanda e recente intervenção



Z2

Fig. 8 - Vista aérea parcial da Baía de Luanda e recente intervenção

1.2 Perspetiva urbana

1.2.1 Crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Luanda desde as primeiras ocupações à situação atual⁴⁷

Luanda foi fundada em 1575 com a chegada de Paulo Dias de Novais. O povoamento iniciou-se em torno da fortaleza erguida numa elevação junto à baía de Luanda, já referida no ponto anterior a propósito do relevo. A nomeação de “Loanda” foi dada em meados do século XVII. Até então a cidade era designada por São Paulo de Assumpção cujo núcleo nasceu com a construção do hospital e da Igreja na hoje ainda chamada Cidade Alta⁴⁸.

Como já foi referido no capítulo da dimensão geográfica e climática, a cidade de Luanda desenvolve-se em dois níveis muito marcantes:

A Cidade Alta, onde se localizam o centro administrativo, o governo, as residências dos funcionários superiores e o palácio episcopal;

A Cidade Baixa, que iniciou o seu crescimento na parte baixa a sul da Fortaleza e desenvolvia-se em direção à Corimba, ao longo da qual se localizavam algumas pequenas habitações e abrigos temporários de escravos para serem posteriormente transportados por navios.

Após a abolição da escravatura, em 1836, Luanda sofre uma crise económica e social que faz com que grande parte da população europeia abandone a cidade. Esta crise, no início do século XIX, teve reflexos negativos na cidade, tais como: aparecimento de construções de fraca qualidade, descarga de esgoto na praia, lixo acumulado ao longo das vias e o abastecimento de água através de mangueiras, cujos barris eram transportados desde os rios Kwanza e Bengo.

⁴⁷ (Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas. Os musseques de Luanda - **Dissertação para Obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura Lisboa, FAUTL, Julho 2011**).

⁴⁸ (Amaral, 1968; Dar al-Handasah, 1997: 2.1; Martins, 2005)

Em 1862 começam a ser introduzidas as primeiras normas de construção, que levam à demolição das cubatas, sendo os seus residentes africanos realojados em comunidades da periferia da cidade, em zonas que passaram a ser conhecidas por musseques. Nesta época, a grande área fora dos limites da cidade correspondia a uma cintura verde onde se desenvolviam plantações de algodão, legumes e tapioca (Fig. 9).

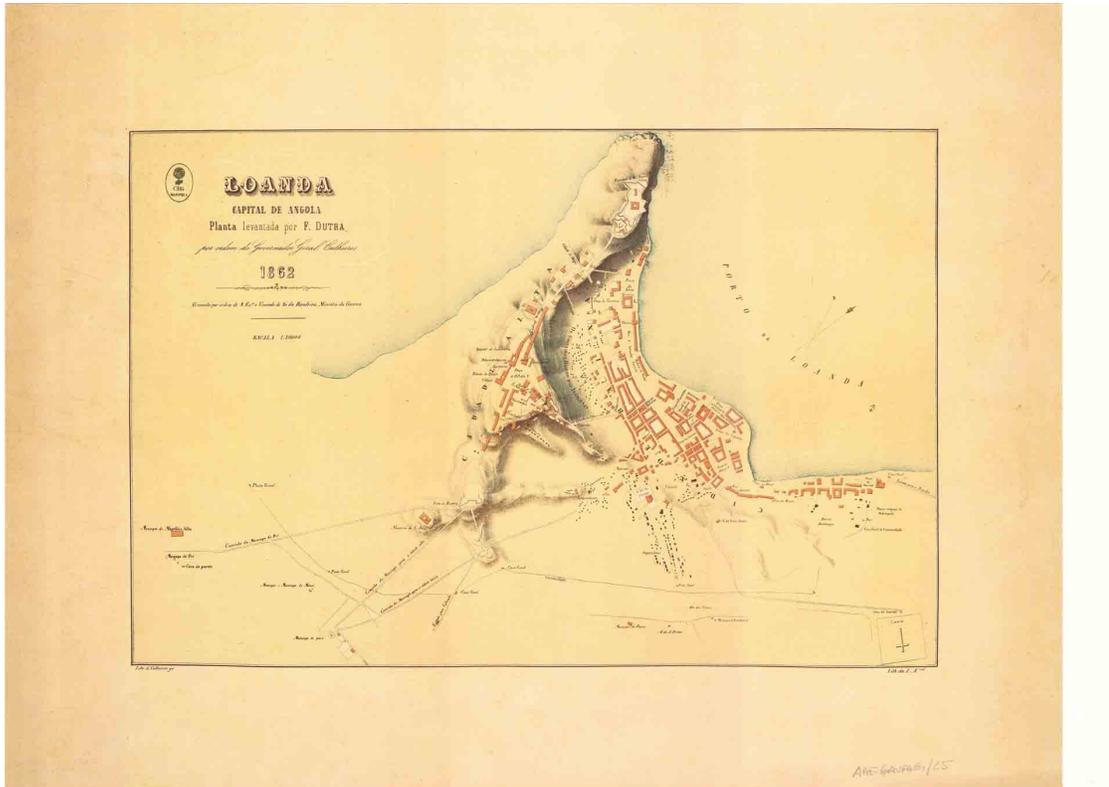


Fig. 9 – Carta da cidade de Luanda com indicação dos assentamentos urbano em 1862

No final do século XIX iniciou-se a implantação das infraestruturas urbanas, nomeadamente rede telefónica, rede de abastecimento de água, sistema de iluminação pública a gás, caminhos-de-ferro e outros grandes projetos de desenvolvimento urbano como resultado do progresso económico que a cidade vivia.

A partir de 1930, é introduzido o abastecimento de energia elétrica na cidade que foi crucial para o seu crescimento e desenvolvimento. A população branca cresce e passa a ocupar a zona que fica entre a baixa da cidade e os musseques da periferia.

Nos anos 1940 o panorama da cidade apresentava uma densidade populacional baixa com moradias de dois pisos e jardins. O transporte público era o comboio interurbano. Após este período de progresso, a cidade passa por uma crise económica e financeira que dura até à segunda guerra mundial.

A partir do ano de 1945, com a construção do porto de Luanda, de estradas e o aumento da exploração mineira e agrícola, a então colónia passa por um rápido crescimento económico associado a um crescente processo de industrialização, o que proporciona um aumento dos movimentos migratórios de portugueses vindos da metrópole e até mesmo de população de outras “províncias ultramarinas” portuguesas.

Foram vários os estudos urbanos desenvolvidos nas várias fases de desenvolvimento da cidade, uns mais abrangentes do que outros, uns implementados outros não, mas cada um com um cunho pessoal de cada Arquiteto responsável (Fig. 10 e 11).

Os planos que se desenvolveram guardam a história do desenvolvimento da cidade e das intensões de crescimento urbano de cada época, bem como os modelos aplicados sob influência de outros países.

Desta forma, nas décadas de 1940 a 1960 houve um crescimento exponencial da população da cidade de Luanda de cerca de 61 mil para 224,5 mil habitantes⁴⁹ (Fig. 12).

Isso fez com que os limites da cidade, que se haviam mantido inalterados durante dois séculos, se estendessem formando-se novos bairros tais como o Bairro da Ingombota e Maculusso (Fig.13).

“A cidade urbanizada e branca começou uma expansão acelerada através de tentáculos que penetram nos vários blocos dos musseques, que eram forçados a retirar-se para distâncias cada vez maiores”⁵⁰.

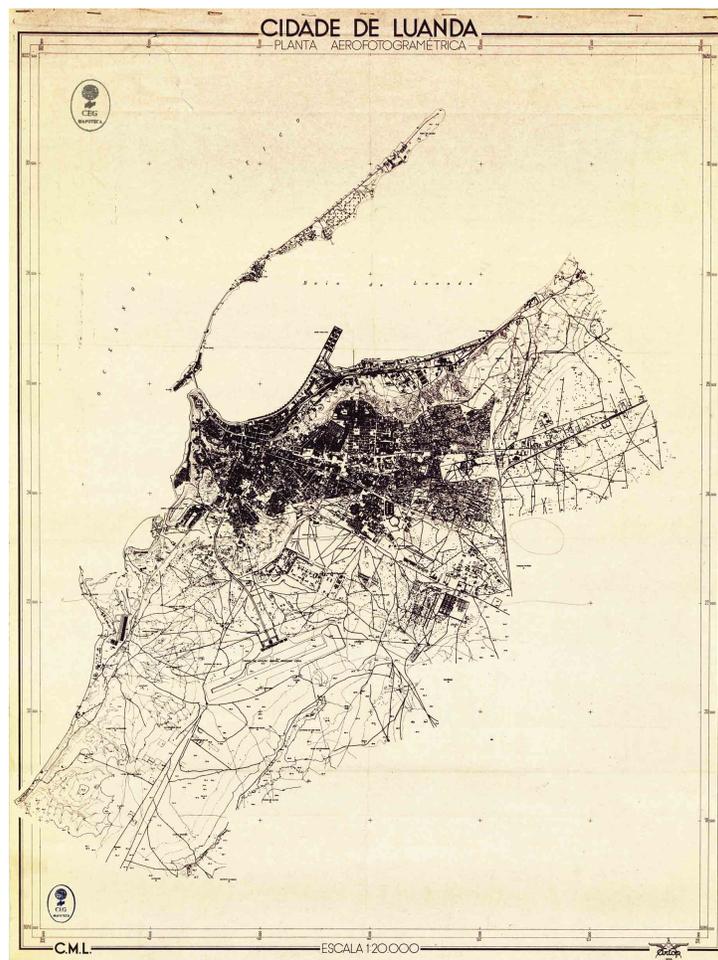


Fig. 12 – Carta da Cidade de Luanda em 1959

⁴⁹ (Dar al-Handasah, 1996: 2.3.)

⁵⁰ (Amaral, 1968)

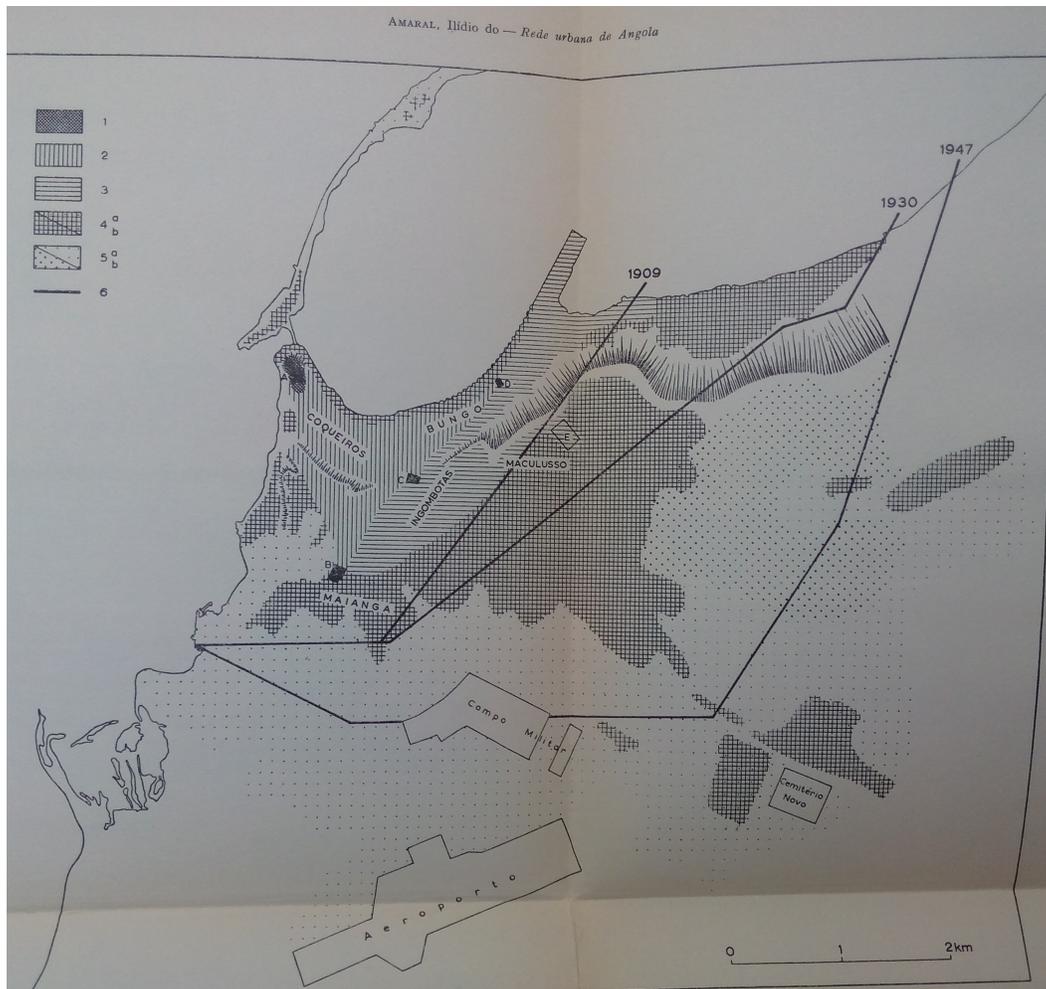


Fig. 13 – Planta com representação da rede urbana de Luanda em diferentes fases, 1962

No início dos anos 70 a população rondava os 480.613 habitantes, sendo a população branca inferior a 26% deste total. Houve nesta fase um aumento da população negra, 50% dos residentes dos musseques eram nativos angolanos, de origem dos povos Umbundu (74%), Ovimbundo (18%) e Bakongo (6%).

Com o desenvolvimento das atividades económicas, a cidade Baixa expandiu-se até o novo porto, tornando-se o lugar ideal para o comércio, administração pública e outros serviços. O valor dos terrenos sobe e os espaços livres e verdes em redor das construções de baixa altura existentes, passam a ser ocupados por edifícios mais altos, iniciando-se a transformação do centro histórico.

Hoje é na Cidade Alta que ainda se mantêm grande parte dos edifícios da arquitetura colonial do fim do século XIX e princípios do século XX. Esta zona da cidade considera-se protegida, pois aqui se encontram alguns serviços públicos e grande parte das residências das entidades militares e do Governo.

Os musseques eram cada vez mais habitados por população migrante vinda das áreas rurais, com poucos meios e sem capacidade de se instalar na cidade formal. Essa população migrante foi estimada em 8.300 habitantes por ano no período entre 1950 e 1960 e aumentou 25 mil habitantes em cada ano no período entre 1960 e 1970.

Os serviços urbanos tiveram um crescimento lento, de tal forma que o sistema de abastecimento de água implantado em 1952 só aumentou a capacidade em 1971. O consumo de energia aumentou significativamente no período entre os finais dos anos 1950 e os finais dos anos 1960, havendo a necessidade de se recorrer ao abastecimento adicional da barragem de Cambambe, no rio Kwanza.

A população dos musseques que, em 1971 era de cerca de 200 mil habitantes, não foi abrangida por nenhum destes serviços públicos, dependendo apenas de abastecimento de água por chafarizes. O crescimento da cidade foi de tal forma galopante que em 1971, já se recomendava a necessidade de transferência do aeroporto para o Sul da Barra do Rio Kwanza.

No período antes da independência, em 1974-1975, Luanda foi alvo de conflitos violentos devido à guerra contra o colonialismo que se alastrava a todo o país. Com a declaração da independência a maioria da população branca regressou a Portugal.

Assim, as áreas residenciais da “cidade do asfalto” começaram a ficar vazias com o abandono dos colonos sendo posteriormente ocupadas por angolanos regressados do exílio, por populações oriundas das regiões mais críticas do território abrangidas pela guerra e populações que procuravam alternativas de sobrevivência.

Estas populações foram também ocupando zonas já destinadas a urbanização mas que ainda não eram servidas por infraestruturas devidamente concluídas. Os migrantes rurais que afluíram à cidade neste processo pós-independência ocuparam preferencialmente zonas que até então eram previstas para cintura verde. Os musseques que nesta fase emergiram localizavam-se em zonas cada vez mais distantes do centro da cidade, como o caso do Golf e da Petrangol.

Constatou-se também que nos musseques, as casas abandonadas com melhores condições eram ocupadas pelos recém-chegados e vizinhos, tal como na cidade se ocupavam, as melhores casas das zonas privilegiadas. Na Baixa da cidade, por exemplo, houve uma grande ocupação por uma comunidade de regressados, vindos do estrangeiro, especialmente da antiga República do Zaire.

Esse processo de ocupação da urbe por população oriunda do musseque e de cultura rural, a par do desaparecimento da estrutura urbana e da retirada das pessoas responsáveis pela manutenção dos serviços urbanos, causaram uma grande deterioração na parte urbanizada de Luanda. As infraestruturas estavam subdimensionadas para o aumento de população.

Esta não tinha hábitos de vida adequados ao novo tipo de alojamento. A transição rápida da casa térrea, com área social ao ar livre e sem saneamento, para uma vida em apartamento de prédios providos de elevadores, acessos verticais e espaços sociais interiores comuns levou à degradação dos edifícios.

Este processo de êxodo para a capital explica a heterogeneidade da população residente nas zonas peri-urbanas da cidade, vindas das zonas mais específicas do imenso território de Angola. Nesta fase a cidade cresceu principalmente a nível populacional e não tanto em termos de área.

No início dos anos 1980, Luanda apresentava um total urbano de 934.881 habitantes, de acordo com o censo de 1983⁵¹.

Depois dos anos 1980, no período entre 1985 e 1995, a cidade foi crescendo ao longo das vias principais de penetração (estradas de Cacuaco, Catete e estrada para a Barra do Kwanza), confinando as zonas irregulares. A área urbana de Luanda estendeu-se para Sul com o desenvolvimento dos bairros Prenda e Rocha Pinto e para Leste atingindo o limite administrativo entre Luanda e Cacuaco. Estas ocupações aleatórias e densificadas junto às vias de penetração dificultaram mais tarde, o programa de reabilitação das estradas obrigando à expropriação das construções à população.

Com o decorrer dos anos, o agravar da guerra civil pelo território angolano, o contínuo fluxo do êxodo rural e o colapso da economia, Luanda assiste nos anos 1990 a extensão maciça dos seus musseques em curto espaço de tempo. Os municípios periféricos de Cacuaco, Viana, Kilamba Kiaxi e a Samba foram novos municípios que foram densamente ocupados nesta fase. As construções e ocupações destas zonas tornavam-se cada vez mais aleatórias e desordenadas.

Qualquer tipo de espaço vazio era ocupado, incluindo zonas de risco, como linhas de água, margem da estrada ou da linha ferroviária, ou terrenos reservados a fábricas, por exemplo. As casas construídas pelos próprios proprietários, representam um grande esforço por parte de toda a família, por isso levam sempre alguns anos a serem concluídas. Geralmente a construção é feita em blocos de cimento e coberta em chapa de zinco.

Com o final da guerra civil em 2002, houve um crescimento económico a larga escala, tendo-se privilegiado projetos urbanos para o centro e periferia da cidade. Destaca-se a parceria com o sector privado, para o desenvolvimento urbano, com uma abordagem tendencialmente virada para grupos de rendimento médio e alto. A resposta às necessidades dos grupos de baixo

⁵¹ (Pepetela, 1990: 121)

rendimento a nível de habitação social e infraestruturas ficou à responsabilidade do Governo Provincial e central.

O crescimento urbano prosseguiu ao longo das principais vias de ligação do centro à periferia. Mais recentemente, com a conclusão da autoestrada circular que liga a estrada de Cacuaco a Cabo Lombo (saída a Sul de Luanda), cruzando a estrada de Catete, e com o crescimento das áreas a Sul e a Norte de Luanda, prevê-se a alteração dos padrões de crescimento.

Pretende-se que esta autoestrada circular, para além de atuar como um foco de desenvolvimento, venha a constituir um limite à expansão dos musseques, através do controlo da ocupação dos terrenos disponíveis. A localização do novo aeroporto, para lá da autoestrada circular, vai proporcionar o surgimento de uma nova zona urbana afastada do atual centro da cidade. Foram anunciados pelo Governo grandes projetos de urbanização para a área envolvente do aeroporto.

Os principais usos do solo mantêm a sua distribuição desde os anos 1990, nomeadamente: o CPA (Centro Político e Administrativo) estendeu-se da Cidade Alta para a Ingombota; as principais atividades comerciais e de serviços privilegiam a Av. Marginal; o pequeno comércio formal localiza-se na baixa da cidade; a indústria concentra-se no Cazenga, estrada da Boavista, estrada de Cacuaco-Viana e em Viana.

Segundo o estudo em desenvolvimento pela UN, no qual se efetuou o levantamento das áreas funcionais da Baixa, constata-se que existe diversidade funcional destacando-se uma forte presença de comércio, serviços e entidades institucionais como ministérios (Fig. 14).

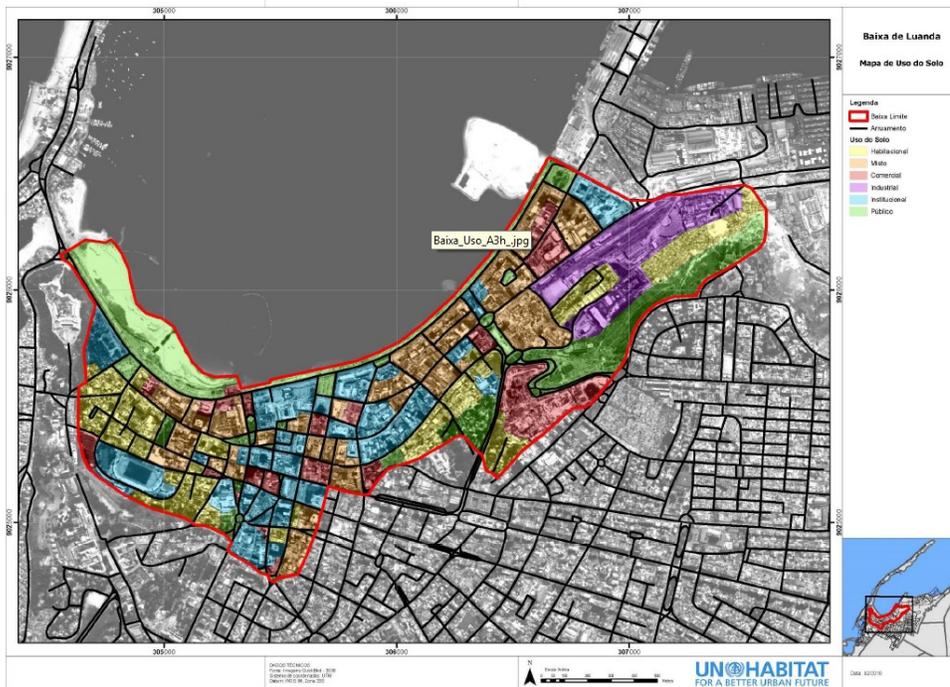
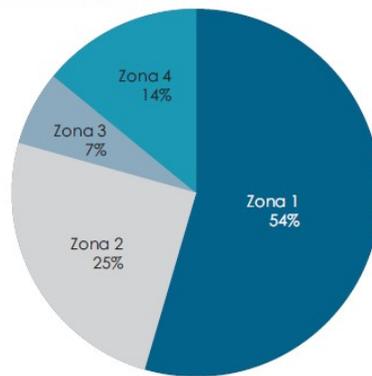


Fig. 14 – Planta com indicação de uso do solo

O gráfico seguinte apresentado pela Zenki Real Estate, aponta para a zona da Baixa de Luanda como aquela que comporta a mais forte existência de escritórios em comparação com outras zonas da cidade (Gráfico 1).

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DO STOCK DE ESCRITÓRIOS POR ZONAS



ZONA 1 - Baixa da Cidade - CBD
 ZONA 2 - Zona Alta
 ZONA 3 - Praia do Bispo
 ZONA 4 - Talatona

Fonte: Zenki Real Estate

Gráfico 1 – Gráfico de distribuição de stock de escritórios por zonas

A cidade aparece como um permanente estaleiro de obras de grandes empreendimentos, destes condomínios luxuosos, edifícios de escritórios e habitação, centros comerciais, novas estradas, reabilitação de vias e passeios, até à pintura de fachadas.

Por outro lado, continuam deficitárias as redes técnicas de água, esgotos e eletricidade, tanto de edifícios como de vias públicas, a rede viária e o estacionamento são deficientes e insuficientes, assiste-se à ocupação ilegal de espaços públicos, à drenagem pluvial ineficiente, à recolha de lixo e limpeza de vias deficitária e a maioria dos edifícios estão em estado mais ou menos acentuado de degradação.

Luanda urbanizada, que engloba o centro e fragmentos até aos limites da cidade, é hoje marcada por uma dualidade entre novas construções e a degradação generalizada. Cresceu para o dobro da área num período de 10 anos, ocupando uma faixa de baixa densidade na direção leste e sul.

Relativamente às áreas informais constata-se um desenvolvimento de mercados e atividades comerciais, como consequência da dificuldade de acesso ao transporte para o centro pela população de baixa renda.

1.2.2 Crescimento e desenvolvimento urbano da Baixa de Luanda

O desenvolvimento da atividade mercantil deu origem ao estabelecimento, na Cidade Baixa, das grandes firmas e armazéns que fizeram prosperar a urbe luandense. As primeiras construções com carácter definitivo eram marcadas pelo cunho dessa atividade predominante e possuíam, regra geral, um rés-do-chão que era ocupado para fins comerciais ou o armazenamento de produtos, um andar superior que se destinava à habitação dos proprietários e empregados e os seus quintalões que serviam para concentração dos escravos.⁵²

⁵² [influ proce planem terr prod espaço urbano - luanda.pdf](#)

Ao longo do tempo a zona da Baixa foi sendo alvo de intervenções e de especial atenção por parte das entidades responsáveis pelo seu desenvolvimento urbano, nomeadamente com as obras de aterro da baía que alterou e adaptou o seu recorte através da eliminação de duas enseadas e construção de um paredão (Fig.15).

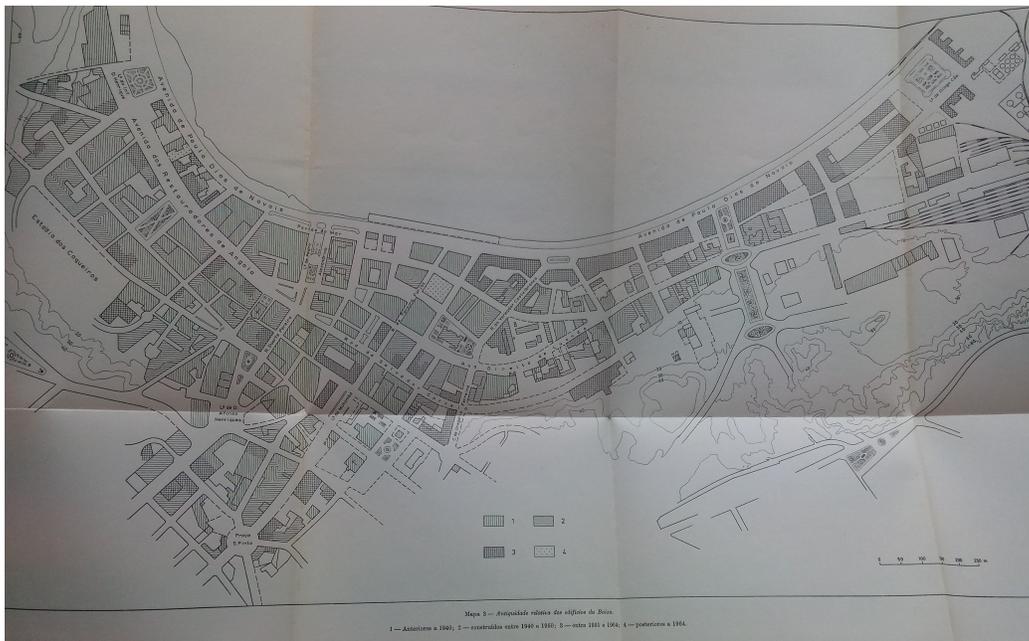


Fig. 15 – Mapa indicativo da antiguidade relativa dos edifícios da Baixa - Ilídio do Amaral 1962

Estas intervenções tomaram consistência com a conclusão da construção da Avenida Marginal já na década de 50 e que havia sido estudada anteriormente no primeiro Plano de Urbanização de Luanda (Fig. 16 e 17).

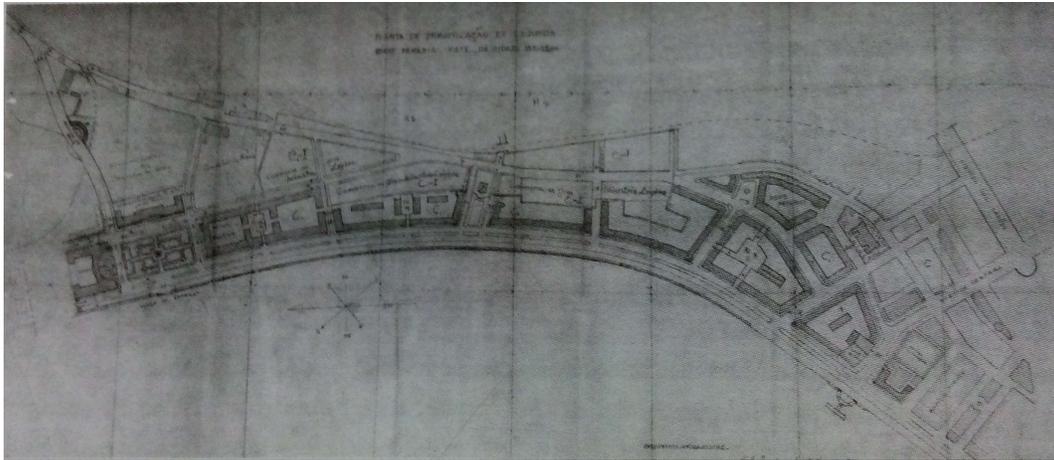


Fig. 16 – Planta de urbanização de luanda – Arte Marginal Este da cidade. Arquitectos Etiénne de Groer e David Moreira da Silva, 1943



Fig. 17 – Marginal no final da década de 50

Com efeito, nos vários Planos de Urbanização que se desenvolveram para a cidade de Luanda, a zona da Baixa representava um foco de cuidado específico. Em 1942 é apresentado, como já referido, o primeiro Plano de Urbanização da cidade dos arquitetos De Groer e David Moreira da Silva a convite da Câmara Municipal de Lisboa. Neste plano era já visível na planta “Arte Marginal Este da Cidade” uma solução urbana que encerrava claramente em desenho o limite entre a linha do edificado e a frente de mar.

Essa linha de limite geométrico seria pontualmente interrompida por atravessamentos transversais ao longo da Avenida Marginal que culminavam em arruamentos interiores com um desenho que acompanhava longitudinalmente a Avenida Marginal, formando quarteirões bem definidos.

Em 2009 foram executadas alterações estruturantes na sua configuração com a construção de aterros e novas instalações de redes técnicas bem como infraestruturas de apoio. Era objetivo geral do Estado aumentar a capacidade da rede viária e melhorar o estacionamento; contribuir para a despoluição das águas da baía e melhorar o escoamento das águas pluviais; requalificar o espaço urbano e ampliar a área destinada a lazer, dotando-a de equipamentos e espaços verdes⁵³.

Por isso, requalificou-se o espaço público e ampliou-se as áreas destinadas ao lazer. O projeto propôs um parque linear com 3.1 km ao lado da baía, entre a zona marginal e o mar, constituído por áreas ajardinadas entrecortadas por pequenas zonas de estadia, um passeio pedonal, percursos de mobilidade suave com ciclovia e pequenas estruturas desportivas, incluindo comércio e restauração.

As imagens seguintes apresentam a nova intervenção ao nível do espaço público e a sua expressão do desenho urbano e do impacto na estrutura da marginal (Fig. 18 e 19).

⁵³ (<http://www.landplan.pt/projetos/requalificacao-da-marginal-da-baia-de-luanda/>)



Fig. 18 - Requalificação da baía de Luanda em 2009



Fig. 19 - Projeto da baía de Luanda em 2009

Já na década de 50, ocorriam algumas obras significativas e de melhoria da cidade como o Plano para a Baía de Luanda do Arquiteto Vasco Vieira da Costa enquanto funcionário daquela autarquia.

“...É aqui proposta uma frente contínua de edifícios que, por um lado rematam a cidade e, por outro a abrem, formando um skyline ondolante, na promessa de um novo ritmo para o conjunto edificado, com a particularidade de criar, ao nível dos pisos térreos, uma galeria contínua, que marca não só o grande embasamento da marginal como, e acima de tudo, a criação de espaços e percursos protegidos da insolação...”⁵⁴

Um outro impulso ideológico da cidade surge com o Plano Diretor de Luanda datado de 1971, chefiado pelo Arquiteto Simões de Carvalho, que numa abordagem assente nos princípios da Carta de Atenas, contempla a cidade consolidada como é o caso da zona da Baixa de forma integrada nas suas inter-relações⁵⁵ (Fig. 21).



Fig. 20 - Plano Diretor de Luanda, camara municipal de luanda – direção dos serviços de cadastro de arquitetura e urbanismo, planta de zonagens, 1971

⁵⁴ (Maria Manuela da fonte, pág. 125)

⁵⁵ (TRINDADE, Augusto José Silva, O fenómeno urbano na africa subsahariana – o caso de luanda, ISCSP/UTL, Lisboa 2000 p. 266)

No caso da Baixa, no âmbito da arquitetura, urbanismo e paisagismo, ela comporta historicamente um número significativo de bens, alguns entretanto desaparecidos como Património Histórico e Cultural, dentre os quais edificações religiosas, militares e civis, sítios históricos, zonas históricas e conjuntos urbanos.

A importância da preservação e reforço do núcleo da cidade enquanto centro institucional, administrativo, empresarial, motivou ao longo do tempo, mas com forte impacto na última década, o tombamento de uma Zona Histórica que compreendia não somente as antigas construções, mas também os primitivos eixos de acesso ao casco urbano.

Com efeito, os modelos de gestão política e administração do território nacional, através de planos urbanos que nunca foram aplicados efetivamente por falta de capacidade técnica e condições políticas, influenciaram profundamente as questões de mobilidade e a expansão económica para as periferias⁵⁶.

Assim sendo, o crescimento urbano acelerado e a grande procura habitacional originaram uma oferta e inadequada distribuição da população neste pedaço de território. Hoje a Baixa reúne uma combinação da arquitetura histórica (antiga) e arquitetura moderna com novos edifícios contemporâneos com significativo impacto na forma e estrutura urbana existente, os quais nos últimos anos têm alastrado á ocupação de terrenos livres ou substituindo edifícios coloniais das mais variadas épocas.

Apesar da destruição de parte do seu património, a Baixa pode ainda oferecer, um número razoável de edificações cujo valor histórico, arquitetónico, paisagístico, ou simplesmente pela sua antiguidade e simbolismo, ainda contribuem fortemente para a identidade desta zona.

⁵⁶ (Castro & Neto, 2014). (Castro, J. C., & Neto, P. R. (2014). A guerra como fator de interferência na organização do espaço urbano e regional: Conflitos sócio espaciais em Luanda - Angola. Anais do Seminário Nacional de Planeamento e Desenvolvimento, 2, 2. Florianópolis-Brasil.)

Esse património pode projetar a cidade de Luanda a um lugar ímpar no turismo regional e internacional, desde que acompanhado de políticas e estratégias adequadas.

Ainda que nem todos os imóveis tenham valor histórico ou arquitetónico e haja intrusão de novas construções, grande parte, de períodos bem mais recentes, é possível e urgente enquadrá-los como um potencial na estratégia de turismo que se defende; com efeito ainda é possível preservar-se os que restam, por constituírem elementos de identidade e de valorização da cidade e, que são determinantes à atração turística.

Esta contínua construção no centro histórico, juntamente com a adaptação funcional dos equipamentos e espaços existentes, remete novamente à multiplicidade de identidades que se vão sobrepondo pelo tempo na cidade de Luanda.

Ao contrário da maior parte dos centros históricos de cidades, o centro histórico de Luanda apresenta uma diferença fundamental, levantando outras questões em relação às suas características. Diferença de simples deteção, pois atualmente, e desde a década de 60, que o centro histórico de Luanda permanece em construção e crescimento, o que dificulta a determinação duma linguagem arquitetónica única na definição e solidificação de um centro histórico e da sua identidade cultural.⁵⁷

Por outro lado, e relativamente às zonas com características formais e espontâneas, verifica-se uma forte dinâmica crescente do mercado e atividades comerciais nestas áreas, como consequência da dificuldade de acesso ao transporte para o centro de Luanda pela população de baixa renda. Estas áreas atualmente apresentam-se mais densas, com grande carência de infraestruturas básicas, e com as vias de comunicação em estado precário.

⁵⁷ in Banco Mundial [em linha], 2014,

<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx#> [consultado em 15-07-2014]

Esta realidade, no entanto, não pode ignorar ou depreciar, no contexto do cumprimento dos objetivos aqui propostos, os edifícios e outras intervenções recentes que se têm integrado na Baixa, independentemente da crítica que se possa apontar no que respeita á assimilação do novo com o antigo, ou de prováveis interesses políticos e imobiliários que possam estar na base de determinadas opções urbanas.

A título de curiosidade, apresenta-se na imagem seguinte um estudo de 2012 sobre a Baixa de Luanda desenvolvido pelo IPGUL, no sentido de identificar os imóveis de interesse de preservação; as zonas de proteção do património cultural; as zonas não edificadas; a zona especial de proteção da marginal; e as zonas envolventes do património cultural (Fig. 22).

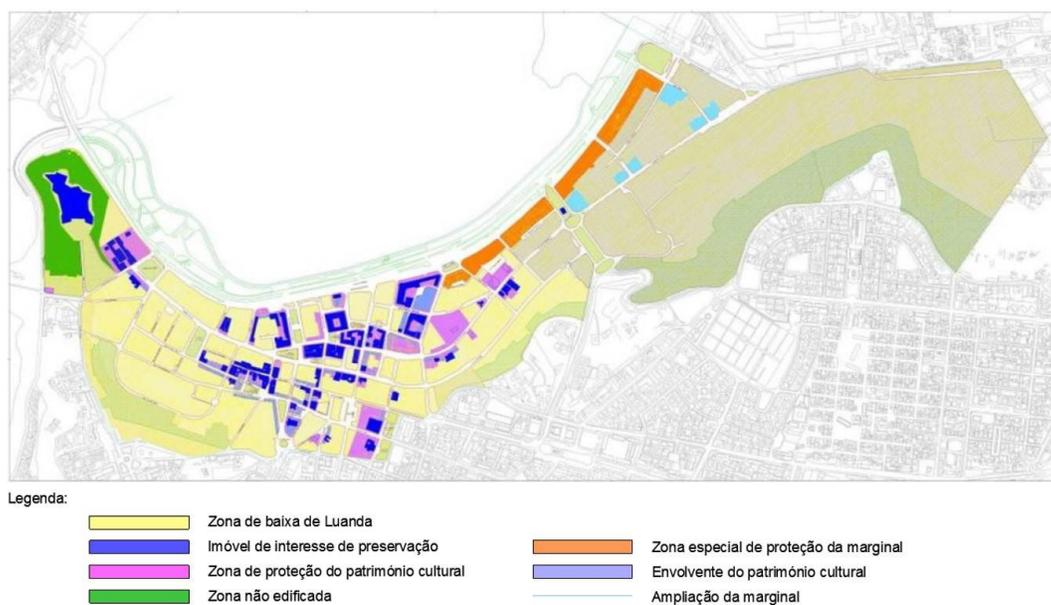


Fig. 21 - Estudo urbano sobre baixa de Luanda

Note-se que na imagem, a área manchada definida como “Zona de baixa de Luanda”, não abrange a área da marginal anterior á última intervenção já atrás descrita, nem a área denominada de “ampliação da marginal”, concluindo que para os autores deste estudo, este último pedaço de território que toca o mar, não faz parte integrante da zona da Baixa.

Esta circunstância, porém, contraria o que se defende nesta tese logo no primeiro capítulo e como pressuposto teórico manifesto, de que toda a marginal é também a Baixa, tal como ilustra a planta desenvolvida pela UNHABITAT cuja fonte de informação foi aqui usada e assumida.

Num próximo capítulo este assunto será novamente abordado com mais profundidade e fundamentação, uma vez que a Marginal de Luanda é considerada um dos elementos fundamentais para a leitura do espaço urbano e paisagístico enquanto património cultural e recurso indissociável ao desenvolvimento de um turismo sustentável.

Considera-se fundamental para a definição de um turismo sustentável a visão conjunta das diferentes fases de desenvolvimento urbano, seus elementos constituintes, sua história evolutiva, numa lógica articulada e integrada, por forma a tirar proveito das características que compõem o território de análise. Ainda que numa primeira abordagem algumas dessas características possam parecer redutoras para o cumprimento de objetivos, há que se transformar criativamente as “fraquezas” em “oportunidades”.

1.3 Perspetiva Histórica – analogias nos contextos mundiais

1.3.1 - Contexto mundial do desenvolvimento global e urbano de cidades subdesenvolvidas.

No capítulo I já foi abordada de várias formas a perspetiva história, no contexto do tema desta tese, do território de estudo, bem como da cidade de Luanda e fazendo também várias referências a Angola. Importa agora abordar este tema numa perspetiva mais abrangente considerando o contexto mundial do desenvolvimento global e urbano de cidades subdesenvolvidas.

Optou-se por uma análise comparativa de Angola com outras realidades cujas características dentro deste subtema são idênticas ou muito similares, nomeadamente no Brasil e países Latino-Americanos, sendo que os impactos no crescimento urbano/social se apresentam bastante semelhantes.

O desenvolvimento desigual e combinado traduz-se numa contradição que não é nova e foi há muito evidenciada pelos grandes intérpretes da formação do Brasil, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado⁵⁸. Embora as suas análises se ancorem intimamente na realidade das sociedades latino-americanas, elas descrevem uma lógica comum, em muitos aspetos, a todos os países que vivem sob a égide do capitalismo dependente⁵⁹.

Estes autores ressaltam os interesses da expansão da economia-mundo capitalista⁶⁰ e formação de Estados Nacionais capazes de controlar o próprio destino⁶¹. Tal oposição manifesta-se na impossibilidade de compatibilizar desenvolvimento capitalista, democracia e soberania nacional.

Tomando o exemplo do Brasil, a aliança estratégica da burguesia com o capital internacional e com as potências hegemônicas permitiu que, a industrialização por substituição de importações, fosse levada às últimas consequências, aumentando o grau de autonomia relativa do país dentro do sistema capitalista mundial⁶².

Em outros países periféricos, a ausência de uma indústria nacional minimamente significativa relegou às elites um papel de simples coadjuvante interno dos agentes do comércio internacional, o que foi denominado, pelo sociólogo egípcio⁶³ de "compradorização" das elites subdesenvolvidas.

⁵⁸ Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado

⁵⁹ Aceitando-se, é claro, as variações devidas às especificidades históricas e culturais tão diferentes de cada país. Ver, por exemplo, Amin (1991).

⁶⁰ Nos termos propostos por Braudel (1978) e Wallerstein (1994)

⁶¹ (Sampaio Jr., 1999a) SAMPAIO Jr., P.A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis, Vozes, 1999a. [Links].

⁶² Idem

⁶³ Samir Amin (1991) AMIN, S. L'empire du chaos. Paris, L'Harmattan, 1991.

O impacto extremamente destrutivo da globalização sobre a estrutura industrial brasileira, ao ameaçar a continuidade do processo de industrialização, relega a burguesia ao mesmo papel de mera "compradora" dentro do sistema capitalista mundial.

No caso de Angola, mas como consequência da inexistência de uma história industrial, de uma forte dependência de importação de bens e total dependência do comércio do petróleo e diamantes, deixou a economia sempre num ambiente de eminente fragilidade e incerteza face ao impacto da globalização, desprotegendo ao mesmo tempo as classes mais frágeis cujo acesso á dinâmica económica esteve praticamente tomada pelas elites soberanas.

O que importa de fato destacar aqui é o processo pelo qual a burguesia "moderna" garante os seus interesses de hegemonia interna, sobrepondo-se às elites mais conservadoras ("atrasadas") e promovendo o avanço capitalista internacional sobre uma estrutura social arcaica baseada em relações de desigualdade e domínio herdadas de vários fatores históricos e factuais.

Não obstante, é nesse cenário de antagonismo que se insere o discurso da globalização, incorporado pelas burguesias "modernas" como o instrumento mais apropriado, no novo contexto histórico do capitalismo financeiro, para perpetuar uma nova imposição de incorporação dos progressos técnicos do capitalismo hegemônico, que somente à elite beneficiarão e lhe garantirão a manutenção de sua hegemonia interna.

As grandes metrópoles subdesenvolvidas são hoje a expressão do antagonismo e da desigualdade anteriormente descritos. Em primeiro lugar, porque o fenômeno de urbanização acelerada observado no mundo nos últimos 40 anos ocorreu, em grande parte, nos países da periferia do sistema. Em segundo lugar, porque, uma vez isto posto, observa-se que são justamente as cidades os instrumentos de excelência do fenômeno de expansão da economia-mundo capitalista que se convencionou a chamar de globalização.

O fenômeno de urbanização observado em grande parte dos países subdesenvolvidos em muito se deve à matriz de industrialização tardia das periferias, ou como no caso de Angola, ao forte movimento da população rural para Luanda, fruto da insegurança causada pelo ambiente de guerra.

Noutros países como Brasil e Índia, a atratividade exercida pelos polos industriais sobre a massa de mão-de-obra expulsa do campo (em especial nos países que receberam empresas multinacionais que alavancaram a passagem de economias agroexportadoras para economias "semi-industrializadas", como o Brasil ou a Índia) provocou, a partir da década de 60, a explosão de grandes polos urbanos no Terceiro Mundo, que não receberam a provisão de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos que garantisse qualidade de vida a essa população recém-chegada em que as taxas de urbanização elevadíssimas apresentam grande número de metrópoles que, isoladamente, ultrapassam os 5 milhões de habitantes, tal como Luanda.

Essas grandes aglomerações urbanas da periferia, justamente em virtude dessa urbanização desigual, apresentam hoje, invariavelmente, um absoluto quadro de pobreza. As condições de pobreza encontradas nessas cidades podem ser verificadas pela alta percentagem de moradores que habitam em habitações anormais. No Brasil, entende-se por esse termo moradias em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. Já em Angola, atribui-se a denominação de sanzalas ou musseques.

A informalidade urbana diz respeito à inadequação físico-construtiva da habitação e/ou geomorfológica/ambiental do entorno (construções precárias, terrenos em áreas de risco ou de preservação ambiental, área útil insuficiente para o número de moradores, etc.), à ausência de infraestrutura urbana (saneamento, água tratada, luz, acessibilidade viária, etc.), ou ainda à ilegalidade da posse da terra ou do contrato de uso.

A título de curiosidade, nas grandes metrópoles brasileiras, estima-se que cerca de 50% da população, em média, resida na informalidade, o que só em São Paulo representa cerca de 6 milhões de pessoas. Os moradores de favelas chegam a cerca de 20% da população dessa cidade.

Em Córdoba, na Argentina, cerca de 20% da população mora em favelas (villas) (Luciano, 1997) e na região metropolitana de Lima (Peru), 50% dos habitantes moram em condições subnormais, sendo 30% em favelas e 20% em cortiços (Castro e Riofrío, 1997).

Esse número repete-se em Quito e em Caracas, no Equador, atingindo 59% na Cidade do México e em Bogotá (Cepal, 2000b). Em Luanda, capital da Angola, 70% da população morava na informalidade. Em Adis Abeba, na Etiópia, eram 85%⁶⁴.

Esse é, portanto, o cenário das grandes cidades subdesenvolvidas, no início do século XXI: um alto grau de pobreza, oriundo da natureza estruturalmente desequilibrada da industrialização e da urbanização periféricas.

No contexto urbano, a contradição estrutural das economias de desenvolvimento desigual e combinado traduz-se pela incompatibilidade entre os bairros "globalizados" da cidade formal e os assentamentos ditos "anormais", que configuram a tipologia predominante da cidade real, nas zonas periféricas abandonadas pelo capital e pelo poder público.

Como mostraram os números da exclusão urbana apresentados anteriormente, há hoje mais pobres do que ricos em muitas metrópoles do Terceiro Mundo, sendo que Luanda é certamente um dos grandes exemplos. Esta circunstância provoca um fenómeno de inversão do conceito daquilo que se considera a verdadeira cidade, pois as elites estão na verdade cada vez mais conviventes com um ambiente de pobreza.

E na verdade, nunca as classes dominantes estiveram tão ameaçadas. Nota-se no caso de Luanda, um expressar por parte do poder político, de outros agentes influentes bem como a sociedade em geral, de um sentimento de que a verdadeira cidade, a que "vale", é apenas a cidade formal que as elites ocupam.

⁶⁴ (Bueno, 2000) BUENO, L.M. de M. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

Outro mais, ao invés de perceberem, no crescimento inexorável da pobreza a preocupante e inaceitável mudança do perfil socioeconômico geral dos habitantes, as elites apenas se preocupam com uma invasão indesejada da "sua" cidade.

Esta recusa em aceitar que “essa” cidade já não é mais representativa da cidade real, verifica-se tanto na constante busca de segurança e conforto em bairros ou condomínios fechados de altíssimo padrão, mas também na reação de indignação face aos níveis insustentáveis de violência urbana. Com efeito, citando o Arquiteto Thomaz Ramalho, “os musseques não são o problema, mas sim parte dele”.

Exposto o fenómeno num contexto global da situação atual da cidade de Luanda, e suas características de confronto entre o formal e o informal, importa enquadrar a zona de estudo da Baixa nestes fatos.

Com efeito, a Baixa representa uma realidade de contrastes entre o que é formal e informal quer seja, no que respeita ao tipo de comércio praticado, ao tipo de habitações existentes, ao tipo de cidadão que frequenta, ao tipo de função laboral que se pratica (Fig. 23, 24, 25 e 26).



Fig. 22 e 23 – Venda informal de produtos por Mulheres que se deslocam dos musseques, onde residem, para a Baixa.



Fig. 24 e 25 - Venda informal de produtos por Mulheres que se deslocam dos musseques, onde residem, para a Baixa.

É também ao nível do espaço público e da paisagem que se evidencia este contraste e separação/segregação da vivência do território nas suas diversas realidades, momentos, características (Fig. 27 e 28).



Fig. 26 – Vista do Cruzamento da Rua Major Kanhangulo, Rua Engrácia Fragoso e Dr. A. Maciel – Vista dos contrastes paisagísticos com arquiteturas de várias épocas, estilos e escalas territoriais.



Fig. 27 – Rua Major Kanhangulo – Vista dos contrastes paisagísticos com arquiteturas de várias épocas, estilos e escalas territoriais, com destaque para o edifício do Palácio de Ferro do lado esquerdo como exemplo de elemento patrimonial de destaque.

Nesta tese pretende-se defender a feliz convivência da diferença como uma mais valia para a criação de um ambiente turístico atrativo, autêntico e sustentável, aceitando os contrastes que compõem este território como impulsionadores de interesse, curiosidade e estímulo ao conhecimento cultural, ambiental, paisagístico e urbano com recurso a estruturação dos seus elementos componentes.

1.3.2 - Contexto Europeu

Pretende-se analisar e apresentar sucintamente alguns exemplos de estratégias e políticas culturais aliadas à regeneração urbana, de acordo com a visão da cidade criativa, mas nestes casos, ao contrário dos casos abordados

no ponto anterior, procurando a maximização do capital, a diferença, a inovação, e por fim, a comunicação.⁶⁵

Porém, a analogia entre o estudo de caso da Baixa e metodologia de intervenção proposta, pode ser feita com todos estes casos, na medida em que se apresentam elementos urbanos que podem ser encarados como recursos turísticos a explorar e otimizar no sentido de responder a uma estratégia de turismo sustentável.

Para tal, destacam-se, neste estudo, oito casos exemplares para quatro modelos de sub-unidades urbanas, tais como:

- a) O quarteirão e os conjuntos de quarteirões e espaços públicos. Dublin e Bruxelas;
- b) O pátio, o vazio e o interior dos quarteirões. Berlim e Barcelona;
- c) A rua e os eixos urbanos. Londres/Yorkshire e Copenhaga;
- d) O edifício: quartéis militares, fábricas, hospitais, palácios, etc., Viena e Amesterdão;

Na **primeira unidade de intervenção** enunciada valoriza-se o quarteirão e o conjunto de quarteirões à escala de bairro. Enquanto em Dublin, na zona conhecida como Temple Bar, após um fenómeno de gentrificação,⁶⁶ seguiu-se uma forte aposta na regeneração cultural como ato prévio à intervenção física, no segundo caso, Les Marolles no centro da cidade de Bruxelas, o plano de escala regional, simbioticamente, e através do modelo do processo participativo envolveu a população à escala do quarteirão e do bairro.

⁶⁵ [..\TESE_doutoramento_janeiro 2013\03. bibliografia de trabalho\MUITO IMPORTANTE\models de regeneração urbana-modelo tese - MT IMPORTANTE.pdf](#)

⁶⁶ O fenómeno de *gentrificação*, conforme referido anteriormente, caracteriza-se por ser cada vez mais, algo presente na maior parte das cidades e por um processo de especulação imobiliária por mudança do uso do solo ou por grandes investimentos público e privados.

Conforme referido, neste último caso, a região de Bruxelas e o estado federal estão diretamente envolvidos e empenhados na resolução dos problemas das grandes cidades.

Nos dois casos, a intervenção de pequena escala, o quarteirão - implicou um plano de conjunto à escala intermédia de bairro com a visão e eixos estruturantes de ação. Nos dois casos, o espaço público, a sua requalificação e no caso Irlandês a transformação do seu uso para predominantemente pedonal constitui peça chave do processo de regeneração. Este último detém mais tempo de vida tendo iniciado o processo em 1989 e concluído a intervenção física após a regeneração cultural em 2001.

O caso Belga teve o seu início em 1998 com dossier-base por bairro datado de 1999 e início de intervenção em 2004/05. Quanto ao enquadramento destes estudos de casos como exemplos de modelos que se relacionam com o estudo de caso desta dissertação, a visão e ideia de cidade inerente à intervenção Irlandesa baseia-se na criação de uma zona marcada por uma cultura popular jovem, pela mudança e aposta na cultura visual e na criação do lugar através do divertimento, arte e cultura, dia e noite, comércio e habitação.

No caso Belga a intervenção à escala de bairro e do quarteirão é baseado numa plataforma de micro-projetos que pressupõe uma ideia de cidade multicultural constituída por bairros com identidades diversas.

Relativamente à maximização dos recursos urbanos e seus elementos, em Bruxelas é dado incentivo à criação artística e aos encontros culturais ao nível do bairro, sendo reforçada a coesão social, igualmente pela participação ativa das populações. Em Dublin, a aposta numa mudança da imagem e numa nova cultura visual fundamenta o incentivo ao design e à arquitetura e é promovido através dos concursos lançados para os jovens artistas, arquitetos e designers.

São, igualmente, desenvolvidas e incentivadas as indústrias e centros culturais emergentes. No que diz respeito à diferença, Temple Bar apostou na regeneração cultural numa estratégia de planeamento, tal como identificou

Graeme Evans⁶⁷ como sendo um dos modelos de regeneração urbana, enquanto em Bruxelas o método participativo pressupõe a valorização da diversidade cultural.

Na **segunda unidade de intervenção** o pátio e miolo dos quarteirões, procurou-se exemplificar através de dois exemplos, Berlim e Barcelona, as duas escalas possíveis. No primeiro caso a conjugação de intervenções nos interiores dos quarteirões, vazios urbanos, e o estabelecimento por consequência de redes pedonais paralelas às principais da malha urbana e no segundo caso a intervenção per si no interior dos quarteirões de Barcelona.

A visão e ideia de cidade aqui presentes resulta da premência e necessidade de espaços públicos de proximidade como regeneradores urbanos em Barcelona, enquanto em Berlim a cidade é tratada por unidades de vizinhança marcada por uma forte cultura urbana.

A maximização do capital criativo é, em Barcelona, vista como fenómeno de gentrificação na Ciutat Vella e motor de regeneração através do uso dos espaços públicos para eventos e ações socioculturais, incluindo no miolo dos quarteirões. Em Berlim é definido como objetivo estimular recursos e potenciar experiências em todas as áreas e níveis dando poderes à ação cívica e coletiva.

Berlim tem a diversidade como aposta de uma política do tipo sustentável e participativa e Barcelona as soluções variadas de espaços públicos e as diferentes medidas na cidade contribuem para o incremento da diversidade.

Barcelona destaca-se pelo envolvimento com os promotores imobiliários numa ação concertada pela inversão do capital social na recuperação do miolo dos quarteirões e a passagem do domínio privado para o uso público e Berlim através do novo processo de regeneração urbana.

⁶⁷ Graeme Evans

Quanto à **terceira unidade de intervenção**, a rua e os eixos urbanos, salienta-se o espaço público como espaço expectante de acontecimentos no relacionamento entre o plano horizontal, o chão, e o vertical, as fachadas e interior do edificado, em que o caso Inglês mostra um exemplo espontâneo de cluster cultural e um exemplo planejado de um projeto cultural para um eixo urbano.

O caso Dinamarquês começa por uma intervenção numa rua Stroget e na sua transformação em espaço exclusivamente pedonal e o alastramento da influência regeneradora desta ação à envolvente e a outras cidades. No reino Unido os atores e mediadores do processo são diversos e profícuos, pois a aposta política na regeneração é fortíssima e determinante na sociedade inglesa.

O processo participativo de envolvimento comunitário caracteriza as tendências britânicas, seja em Bricklane ou Yorkshire. No caso dinamarquês, a cidade é espaço de encontro e de estar e por isso, a visão presente implica o disciplinar do tráfego e a qualidade do ambiente, visual e ecológico.

Quanto à maximização do capital criativo, neste último caso, o espaço público e o lugar de acontecimentos são propiciadores de eventos e acontecimentos culturais. No caso Inglês, a rua é o espaço de mercado, feira de produtos alternativos em Bricklane e de arte pública em Yorkshire.

Obviamente que, a diferença está presente pela variedade étnica, artística e multicultural dos casos ingleses e diversidade de acontecimentos efémeros em Copenhaga. A Inovação encontra-se interligada e destaca-se pela intervenção regeneradora começar pelo vazio urbano que por sua vez influencia a qualidade ambiental e estimula a intervenção no edificado.

Por fim, **a quarta unidade de intervenção**, o edifício, Museums Quartier Wien, designado por MQ e Westergasfabriek, Amesterdão na Holanda caracterizam uma das tendências atuais na reabilitação e recuperação de edifícios de grandes dimensões como espaços industriais, quartéis militares, hospitais, instalações reais, etc. através de programas culturais.

A intervenção é do conjunto edificado, cheio e vazio do quarteirão e simultaneamente edifício. No caso austríaco, o estudo de caso demonstra que o património histórico e cultural é um campo de lutas e afirmações políticas e que a mera existência de monumentos classificados e distinções de classificações não são suficientes para o marketing urbano, tal com em Berlim (Postdam) e Bilbao.

Neste caso a reação cívica a uma visão capitalista e de economia global levou à discussão dos objetivos e políticas culturais, na combinação entre objetivos económicos externos e a mobilização coletiva interna.

No caso Holandês, uma antiga fábrica de gás foi declarada monumento industrial em 1989 e a partir de 1990 passou a ser utilizada como espaço alternativo, culturalmente e artisticamente, em Amesterdão. Em 1992 o poder local tomou posse do edifício e de 96 a 98, foi realizado o projeto e concessionado o financiamento de 40% pelo governo federal.

Daí que, os atores envolvidos são diversos e vão do estado federal com a atribuição de financiamento ao poder local. Aliás, após a intervenção o poder local ficou responsável pela manutenção do parque e uma empresa privada dos espaços e da programação e animação sociocultural.

Como visão e ideia de cidade, a antiga fábrica de gás passou a ser um centro cultural para a cidade e parque natural e de lazer para a comunidade envolvente. Quanto a Viena, a intervenção do MQ surge como complemento à Viena Imperial numa aposta de marketing urbano e ponto de atração de turismo cultural mais jovem.

O projeto de reconstrução do MQ foi no sentido de incentivar e acolher indústrias culturais, enquanto em Amesterdão os anos de experimentação com a instalação de organizações e centros culturais previamente ao plano levou ao reconhecimento do capital criativo das ocupações temporárias.

A diferença encontra-se patente nos dois casos pela variedade de intervenções culturais e artísticas, institucionais e emergentes. Quanto à inovação destaca-se em Amesterdão o processo de envolvimento comunitário com base numa ocupação experimental nas áreas criativas e em Viena o projeto de espaço publico e mobiliário urbano, a partir do vazio, como espaço de encontro e de estar em constante transformação.

1.3.2.1 – Breves conclusões

Todos estes processos surgem num contexto em que o aumento e alteração do papel da cultura é central para a compreensão destas tentativas de utilização da cultura em iniciativas de revitalização urbana. Tal requer o reconhecimento da mudança da natureza das relações entre cultura e a vantagem deste modelo e a interação cada vez maior entre economia e cultura.

Neste contexto, alguns autores sugerem que é possível observar a reestruturação da vida cultural em que as características dos proveitos, marcas e imagens estão substancialmente mudadas. Por um lado, pela sociedade de consumo em que as marcas estão associadas à imagem e ao valor simbólico sobre os valores funcionais e utilitários, depois a gentrificação das cidades transformou o espaço publico o uso do espaço e a relação de cidadania.

A gentrificação e o valor arquitetónico dos objetos edificados, por vezes desviam a atenção para os problemas do tecido urbano envolvente.

Os quarteirões ou bairros culturais, caracterizam-se por serem áreas geográficas com elevada concentração de equipamentos e ofertas culturais. Quase todas as grandes cidades caracterizam-se por possuir um lugar com estas características, providenciando oportunidade profissional e residencial a uma comunidade artística.

Transformam-se em zonas de vanguarda artística e ponto de encontro para a comunidade e para o turismo cultural. Lugares associados a camadas de população jovem em que o consumo e produção cultural ligado principalmente

à música, arte e cultura leva ao surgimento de espaços noturnos de bares e clubes. Os novos negócios e iniciativas empresariais associam-se a este movimento pela conotação *avant-garde*, oportunidade e agregação.

Estes negócios de pequena e média escala estão ligados à cena cultural e ao ambiente do lugar e as práticas laborais flexíveis e diversas levam a que estes locais estejam cheios de vitalidade e animação de rua para além do horário dos serviços “*nine to five*” e horários comerciais convencionais.

Os quarteirões culturais poderão promover o cosmopolitismo urbano numa cidade multicultural, segundo Michael Lery⁶⁸, lugares de conflito, mas também de desejo, de vida artística e cultural mas também de residências, lazer e trabalho.

A conceptualização e a terminologia quarteirão ou bairro cultural nas teorias de crescimento da cidade, desenvolvimento económico e desenho urbano, definem a combinação de estratégias para o consumo da arte e cultura associada à produção cultural ligada à ideia do lugar cultural.

Segundo Derek Wynne⁶⁹, os *Cultural Quarters* são zonas *avant-garde* e providenciam local de encontro para residentes, artistas e turistas. Estes quarteirões cresceram simbioticamente ao longo de grandes períodos de tempo e possuem um passado espacial, económico e político ligado ao seu desenvolvimento.

A maior parte das grandes cidades tem quarteirões associados à vida artística e cultural, tal como o Soho de Londres e Nova Iorque, Rive Gauche e Quartier Latin em Paris e Montreal, Bairro Alto Lisboa, Miguel Bombarda, Porto.

⁶⁸ Michael Lery⁶⁸, da Faculty of the Built Environment de Londres

⁶⁹ Derek Wynne⁶⁹

O Soho⁷⁰ tem como referência histórica o pequeno povoado rodeado por campos nos arredores de Londres, cujo nome foi deliberadamente conotado e utilizado em Nova Iorque, Hong Kong e Birmingham como zonas urbanas multiculturais com uma vivência própria diurna e noturna, refúgio intelectual e artístico associado à vanguarda e aos movimentos culturais e alternativos.

Fundamentalmente, fenómenos espontâneos ligados ao crescimento e desenvolvimento da cidade ou a iniciativas da sociedade civil, como são o caso da rua de Miguel Bombarda do Porto, também conhecido pelo Soho do Porto.

Neste caso, o movimento cívico de galeristas originou a deslocação, sediação e agregação de espaços culturais numa zona da cidade, os quarteirões envolventes à rua Miguel Bombarda. O Soho do Porto caracteriza-se como movimento cívico, sem apoio político e com a ausência de integração do projeto no plano da cidade.

Os exemplos reais acabados de apresentar, representam uma forma de fundamentação da tese aqui defendida, ainda que esta, incida em mais temas gerais como turismo, património, paisagem e respetiva forma de relacionamento para o fim turístico sustentável.

No entanto, são exemplos de abordagem dos elementos do espaço urbano enquanto recurso culturais e patrimoniais que tem influência no território deixando marcas positivas do ponto de vista da regeneração urbana e também nas dimensões associadas ao turismo sustentável defendidas pela Organização Mundial do Turismo, ou seja, a Dimensão Ambiental, a Dimensão Sociocultural e finalmente a Dimensão Socioeconómica.

⁷⁰ Soho

1.4 Perspetiva Social/Política

O fenómeno da polarização social explica-se sobretudo a partir da última década de ambiente de paz, uma vez que Luanda atingiu neste período o seu maior crescimento económico, demográfico e urbano. A cidade passou a exercer uma hegemonia exagerada sobre o resto do país.

Embora se discuta hoje, através de planos territoriais, a criação de polos urbanos, acredita-se mais que, a polarização social de Luanda não foi uma política planeada e controlada, foi antes, um fenómeno consequente de vários acontecimentos⁷¹.

Com efeito, nas últimas décadas a população de Luanda aumentou consideravelmente em consequência do êxodo massivo de populações das zonas rurais para a capital durante a Guerra Civil angolana. Como consequência assistiu-se a um crescimento acentuado, desordenado e não controlado, o que tem provocado sérios problemas como a escassez de habitação condigna, o deficiente saneamento básico, défice no abastecimento de água e energia elétrica, insuficiência de estradas, desemprego e consequentemente aumento dos índices de pobreza, condições precárias de saúde e criminalidade.

Um dos anseios do governo angolano na implementação de uma estratégia global para o combate à fome e a redução da pobreza no país. Neste âmbito, o lançamento do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação deverá contribuir sobremaneira na consecução deste objetivo estratégico, tendo em conta a sua capacidade de criação de oportunidades de acesso ao emprego para um maior número de cidadãos, sobretudo nas zonas urbanas.

⁷¹ (Castro & Neto, 2014). Castro, J. C., & Neto, P. R. (2014). A guerra como fator de interferência na organização do espaço urbano e regional: Conflitos sócio espaciais em Luanda - Angola. *Anais do Seminário Nacional de Planeamento e Desenvolvimento*, 2, 2. Florianópolis-Brasil.

Sendo o acesso à habitação uma condição fundamental para o exercício da cidadania, o governo angolano adotou a política do fomento habitacional que visa garantir o direito universal à habitação, a promoção da qualificação do território nacional e o enquadramento da problemática habitacional como componente importante do processo de desenvolvimento social e económico do território.

Considerando os grandes desafios de valorização da componente habitacional e as opções prioritárias da política social, o governo assumiu o compromisso de promover a construção de unidades habitacionais em todo país, envolvendo os sectores públicos e privado, de onde surgem as “novas centralidades” a implementar na província de Luanda. Ainda no âmbito deste programa, estaria prevista a construção de outros projetos nomeadamente o novo Porto bem como o novo Aeroporto⁷².

Observando as tabelas em baixo (Gráficos 2 e 3), constata-se que a população passou de 189.500 em 1960 para 475.328 em 1970, altura em que se realizou o penúltimo censo populacional, e de 898.000 em 1983 para 5.000.000 em 2010, um aumento de 456% em 27 anos, ou seja, um crescimento médio anual de quase 17%, considerado recorde, comparado com o crescimento populacional de outras cidades do mundo.

⁷² MODELAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO DA PROVÍNCIA DE LUANDA, ANGOLA - Agostinho José João Secuma - Junho de 2012)

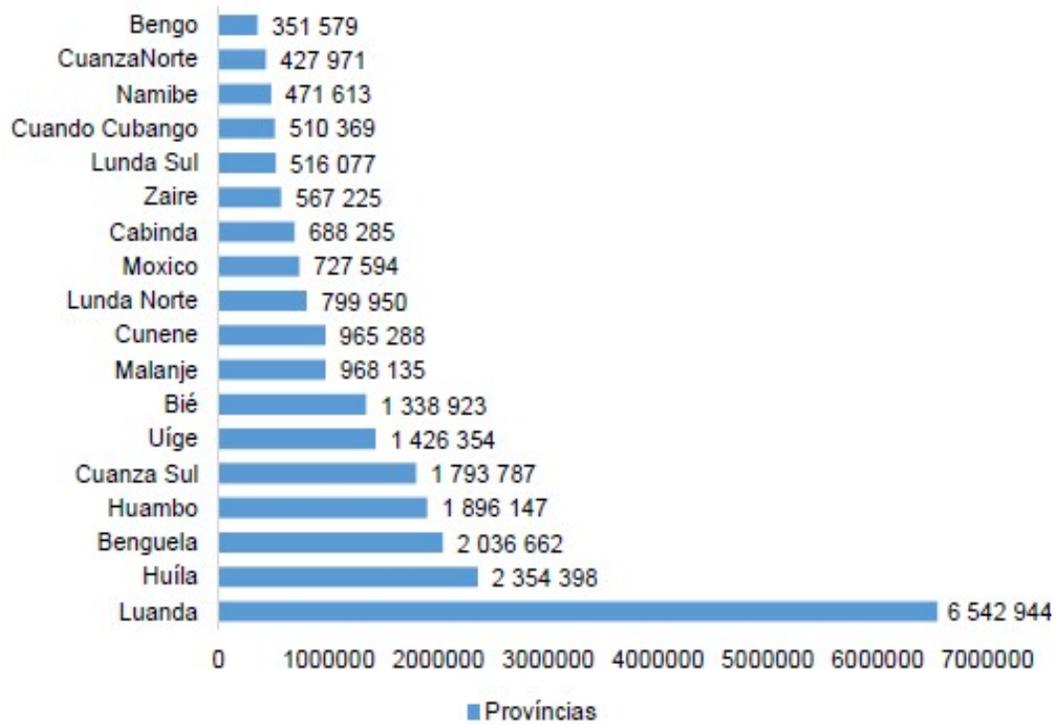


Gráfico 2 - Distribuição da população residente por províncias

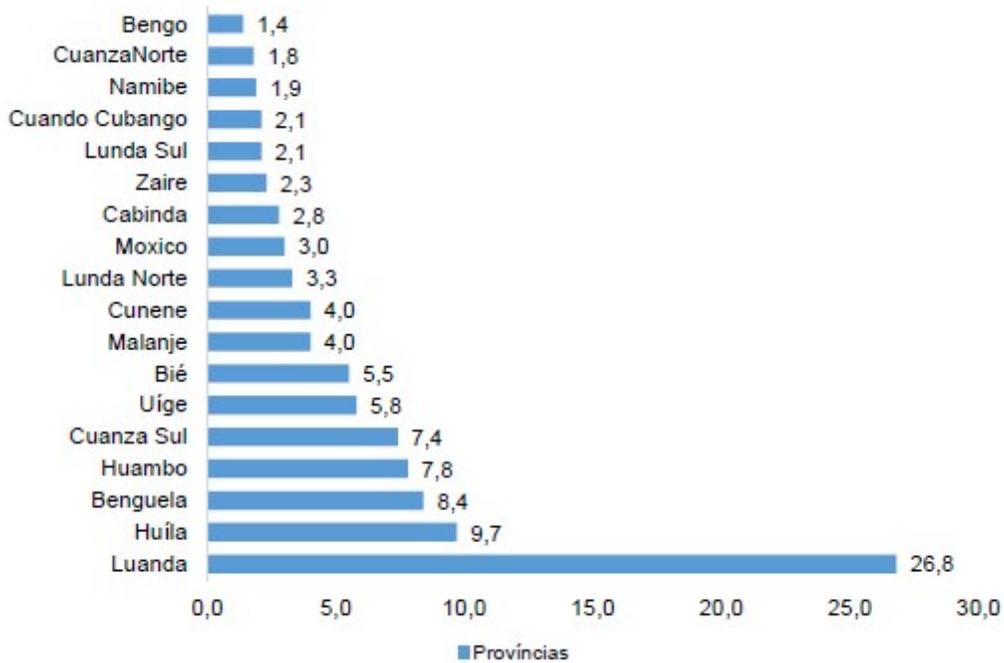
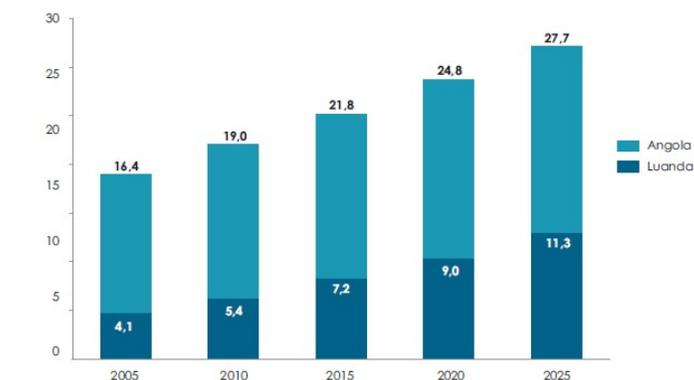


Gráfico 3 - Percentagem da população no território nacional

As Nações unidas apontam, no relatório do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma previsão para o volume global de população do país que ultrapassa os 30 milhões de pessoas em meados de 2030. Face a uma migração galopante oriunda do interior para a cidade de Luanda, existe uma grande concentração populacional na capital, com praticamente 30% da população total do país (aproximadamente 6 milhões de habitantes) (Gráfico 4).

GRÁFICO 2: POPULAÇÃO ANGOLANA
(Milhões de Habitantes)



Fonte: INE; NAÇÕES UNIDAS

Gráfico 4 – População Angolana

De acordo com o último senso populacional realizado em 2014 a população, só do Município de Luanda (convém lembrar que é neste município que está localizada a Baixa, caso de estudo desta tese), ultrapassa os dois milhões de habitantes, e a população de toda a Província de Luanda tem cerca de seis milhões e meio de habitantes.

A sociedade luandense é bastante heterogénea como consequência da origem diversificada dos seus habitantes, tendo os hábitos e costumes influenciados pelas migrações, por um lado, e pelo fenómeno da globalização, por outro. Nos primórdios da sua existência, os habitantes de Luanda dedicavam-se quase exclusivamente à pesca e os kimbundus eram o único grupo étnico africano que vivia na cidade. Com o tráfico de escravos e mais tarde com a guerra pela independência e a guerra civil angolana, populações de outras origens de Angola começaram a povoar a cidade.

Como consequência da sua história, o português é a única língua oficial de Angola, mas existem numerosos dialetos, característicos de cada região, sendo que a língua com mais falantes em Luanda, depois do português, é o kimbundu.

A população de Luanda é maioritariamente católica romana. Porém, o segmento cristão de outras denominações religiosas tem vindo a crescer nos últimos anos, como é o caso da Igreja Metodista. A forte migração de populações de outras regiões do país para Luanda, em razão da Guerra pela Independência e posteriormente da Guerra Civil angolana, reforçou significativamente a presença da Igreja Baptista em Luanda cuja principal base social se encontra entre os Bakongos, e da Igreja Congregacional de Angola enraizada significativamente entre os Ovimbundos.

Há também uma forte presença de igrejas pentecostais, em particular a Igreja Universal do Reino de Deus e muito recentemente a Igreja Mundial do Poder de Deus.

De forma geral, devido ao cruzamento de várias culturas, os hábitos e costumes dos luandenses não diferem muito dos hábitos e costumes dos restantes angolanos, porém, contrariamente ao que ocorre nas províncias, em Luanda a “autoridade tradicional” não se faz sentir de forma tão vincada e a sua presença bem como influência são mais ténues.

Em contrapartida, em Luanda como nas restantes províncias, as artes continuam a manifestar-se expressivamente como uma forma de afirmação identitária, cultural. A dança distingue diversos géneros, significados, formas e contextos, equilibrando a vertente recreativa com a sua condição de veículo de comunicação religiosa, curativa, ritual e mesmo de intervenção social, onde a dança se revela determinante enquanto fator de integração e preservação da identidade cultural.

A música e as artes plásticas (Fig. 28) são outra forma de manifestação de identidade cultural e é aqui que se encontra um significativo espaço de projeção e sucesso. A literatura é outro campo da cultura que encontra em Luanda o espaço representativo de todo o país. Ainda relevante como forma de manifestação cultural é o Carnaval que, não obstante ocorrer em todo país, realiza o ato central em Luanda e acontece anualmente com um desfile que ocorreu durante largos anos na Avenida Marginal da cidade (Fig. 29 e 30).



Fig. 28 – Tela em técnica mista do artista plástico Angolano Sabby



Fig. 29 e 30 – Imagens das festas anuais do Carnaval Angolano na Baía de Luanda

Na realidade de hoje, em Angola encontram-se situações, que entrecruzam elementos quer “modernos” quer “tradicionais” em várias áreas. Estas soluções de compromisso, no entanto, não são apenas o resultado de uma vontade de manter e cultivar hábitos e práticas ancestrais, mas é também resultado da impossibilidade de, em algumas áreas, aceder aos modos de vida e às estruturas urbanas (nomeadamente o ensino, a segurança social, as infraestruturas modernas).

Esta impossibilidade torna difícil a definição daquilo que constituem as aspirações e necessidades das populações inseridas em meio urbano já que nem sempre se traduzem em práticas efetivas, sendo apenas possível aceder a este conhecimento através dos discursos sobre aquilo que constituem as aspirações das populações urbanas.

E, neste âmbito, é recorrente a eleição de modelos e modos de vida marcadamente urbanos e modernos como aqueles que justificam os esforços diários de educação dos filhos, a migração para a cidade, a procura de melhores condições de vida. Em todo o caso, os graus de acesso a estruturas urbanas, a transformação dos hábitos e a inserção urbana, criam diferenciações entre os indivíduos e entre os grupos.

Estas diferenças tornam-se evidentes na análise das atividades económicas, das famílias, da religiosidade, da escolarização, das habitações, dos hábitos e costumes diários. A estes indicadores é possível adicionar outros mais visíveis (mas, no entanto, de mais difícil definição) como os locais onde são feitas as refeições, os divertimentos urbanos as transformações nas relações de género, os ritos funerários, da música, da sexualidade, entre outros⁷³.

Importa aqui ainda frisar que são precisamente estas diferenças sociais que evidenciam a forte desigualdade a todos os níveis presente na sociedade luandense. Desigualdade que se reflete também numa discriminação profunda no que respeita ao alcance de oportunidades imprescindíveis numa sociedade

⁷³ (Recomposição Social e Urbanização em Luanda - Cristina Udelsmann Rodrigues – centro de estudos africanos)

democrática e livre, e na qual assenta a garantia de uma melhor qualidade de vida, mais justa, bem como no granjear de metas e objetivos pessoais, e na sustentação dos pilares básicos de uma sociedade, como acesso a saúde e educação condigna.

Para além dos constrangimentos já apontados sobre o país, como as infraestruturas deficientes, a falta de capacidade energética ou a fraca capacidade institucional do país, acrescenta-se também a falta de uma força de trabalho qualificada, que vai continuar a ser uma desvantagem estrutural que atrasa o processo de crescimento e que levará algum tempo a ser colmatada, exigindo, entretanto, o recurso a mão-de-obra e quadro formados estrangeiros⁷⁴.

Esta circunstância reflete-se consecutivamente numa espécie de frustração conjunta das camadas sociais mais vulneráveis, uma vez entregues a um estado de impotência generalizada, reforçada pela ausência de resultados satisfatórios e eficazes por parte dos responsáveis e decisores políticos.

Para conclusão deste subcapítulo importa referir mais uma vez, a vaga importância atribuída á zona de estudo aqui em causa, por parte das entidades governamentais e que indicam a reabilitação da “cidade antiga”, mas sem especificar o que efetivamente é considerado como “cidade antiga”, como uma condição de relevo para a definição de estratégias de desenvolvimento da Província de Luanda.

⁷⁴ (<http://observador.pt/2015/11/07/angola-petroleo-garante-receitas-desafio-evitar-dependencia/>)

No documento do “Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda 2013-2017”⁷⁵, pode-se ler:

(...) Correspondendo ao potencial já existente na Província, e com vista a rentabilizar social e economicamente os investimentos significativos na modernização de infra-estruturas já realizados, as soluções estratégicas deverão ter necessariamente em atenção o seguinte:

- *A reabilitação da cidade antiga;*
- *A fundação de novas centralidades;*
- *A criação de novos bairros bem estruturados;*
- *Readequação dos centros logísticos e industriais, face ao novo aeroporto internacional e ao novo porto do Dande;*
- *Inserção dos parques e reservas naturais na dinâmica da grande metrópole.*

Parece óbvio também a necessidade de se definir um novo paradigma estratégico de intervenção, pois que apesar das elevadas potencialidades da Província, incluindo a sua força histórica e cultural, os planos definidos no passado tiveram dificuldades de implementação, o que não tem conduzido a que Luanda se reafirme como o motor central do crescimento económico no País.(...)

No último parágrafo deste excerto, chama-se a atenção para a afirmação “necessidade de se definir um novo paradigma de intervenção”, o que de certo modo vem confirmar a concordância da necessidade de pensar novos padrões, no sentido de dar resposta a uma estratégia de intervenção nas políticas integradas de desenvolvimento.

1.5 Perspetiva Económica/Política

Uma das consequências do crescimento não planificado das cidades é a degradação das condições de vida dos seus cidadãos. A cidade de Luanda é um exemplo dessa realidade.

⁷⁵ Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda 2013-2017

Apesar do fato da qualidade de vida ser uma questão relativa, isto é, dependente da avaliação de cada indivíduo ou grupo de indivíduos, existem padrões universalmente aceites para caracterizar o bem-estar tendo em conta as várias dimensões do desenvolvimento social e humano.

A economia angolana, em parte devido à guerra, mas também pelas características especiais dos sectores intensivos em capital, estruturou-se de modo muito desarticulado e dependente. A guerra provocou a fragmentação do tecido social e a atomização dos mercados, desligados entre si, quase autossuficientes ao nível de uma reprodução simples da atividade económica.

Um dos principais objetivos que as políticas públicas devem perseguir é a busca da qualidade de vida, isso não acontece na maioria dos países subdesenvolvidos devido geralmente a corrupção e a privação das liberdades dos cidadãos. A qualidade de vida deve ser aplicável a qualquer pessoa independentemente da sua condição física, social e ideológica.

Ela não deveria ser determinada pelas condições ambientais nem pelo comportamento do meio social em que a pessoa vive. Deveria sim, ser inerente ao indivíduo, aos seus anseios mais pessoais. A qualidade de vida é por isso, algo que somente o próprio indivíduo deve avaliar sem o julgamento a partir de valores extra indivíduo.

Questões relacionadas com a assistência médica e medicamentosa, saneamento básico do meio, disponibilidade de água potável e energia elétrica, facilidade de deslocar-se de e para casa, segurança das pessoas e bens, realização sócio profissional e financeira, emprego, educação, cultura, habitação condigna, lazer, enfim, morar bem é ter o que cada indivíduo considera como importante e necessário para o seu bem-estar. Atendendo a estes pressupostos, pode-se considerar como baixa a qualidade de vida em Luanda.

Considerando estas dimensões, a qualidade de vida em Luanda está longe de corresponder a tais objetivos, senão veja-se: grande parte dos habitantes não dispõe de água potável e energia elétrica, os cidadãos levam entre quatro a seis horas para se deslocarem de casa para o trabalho e vice-versa, por vezes correm-se sérios riscos no que respeita à integridade física e moral ameaçada por se transportar um simples objeto.

O comércio informal é ainda o grande mercado a que as se recorre em Luanda, correndo o risco de se adquirir produtos expostos a condições ambientais e higiénicas inadequadas. Com efeito, as condições de salubridade na maior parte das ruas de Luanda são débeis, sobretudo nas zonas periurbanas; ao percorrer a cidade a pé ou de carro, verificam-se quantidades significativas de poeiras que pairam no ar bem como gases libertados pelos automóveis, contribuindo para um aumento gradual da poluição atmosférica.

A maioria dos cidadãos têm rendimentos que não chegam para suprir as necessidades básicas provocando sentimentos de decepção e stresse às populações. Estes são apenas alguns exemplos que demonstram a precariedade da qualidade de vida em Luanda.

Para além de ser o centro político e administrativo do país, Luanda é também o centro económico e com especial ênfase na zona da Baixa, onde se localizam as sedes das principais empresas do país, bem como a maior parte dos Ministérios nomeadamente o das Finanças, Justiça, Interior, entre outros.

As principais atividades económicas são a indústria transformadora e serviços, sendo que dos produtos mais produzidos em Luanda, destacam-se os produtos alimentares, bebidas, têxteis, materiais de construção, produtos plásticos, cigarros, etc. Estes sectores económicos, no entanto, estão longe de ser autossuficientes para dar resposta às necessidades e demanda da procura, uma vez que a produção industrial depende em demasia da importação de matéria-prima proveniente de outros continentes.

Como consequência direta no cidadão, é frequente a escassez de produtos básicos no mercado quer formal quer informal, com reflexo na inflação e variação constante de preços dos produtos e bens.

Por outro lado, a riqueza das fontes de petróleo – tema indispensável - é, simultaneamente, uma enorme vantagem para o país e um constrangimento ao desenvolvimento dos outros sectores, o que torna o país dependente das variações de preços e, conseqüentemente, de receita, o que se manifesta particularmente grave num país ainda com enormes lacunas ao nível das infraestruturas básicas.

Angola cresceu muito rapidamente nos últimos 40 anos, mas principalmente desde o fim da guerra civil, em 2002. Isto foi possível porque o país aumentou significativamente a receita do petróleo, não só pelo preço, mas também pelo aumento da produção a seguir ao fim da guerra civil, e posteriormente porque houve um crescimento muito rápido do sector não petrolífero⁷⁶.

Em Angola, o petróleo ocupa uma parte central da vida, sendo que essa circunstância apresenta aspetos positivos e negativos: A existência de grandes quantidades de petróleo é um benefício porque permitiu que a reconstrução da economia e a redução da pobreza nos anos seguintes ao conflito fosse mais rápida.

Por outro lado, como acontece noutros países produtores de matérias-primas e que dependem delas, a velocidade com que se fazem as reformas para diversificar a economia é mais lenta e tornam-se complacentes e ficam expostas às flutuações dos preços.

⁷⁶ (<http://observador.pt/2015/11/07/angola-petroleo-garante-receitas-desafio-evitar-dependencia/>)

Com efeito, o enclave petrolífero da economia angolana tem um modelo específico de funcionamento, assente na lógica do dólar e integrado num espaço cada vez mais globalizado. Contudo, as articulações com o resto da economia pela via dos fluxos reais ainda não existem verdadeiramente. Só agora começam a dar os primeiros passos.

Além disso, o sector petrolífero, pela via dos fluxos financeiros, contribuiu para o atrofiamento da economia não petrolífera. Esta situação de atrofiamento e marginalização de um sector económico do qual dependeu, ao longo de muitos anos, a esmagadora maioria da população, provavelmente, a causa mais importante do surgimento da pobreza em Angola.

É neste dilema que Angola vive nos últimos anos, quando foi “apanhada” pela crise financeira mundial que fez os preços descerem abruptamente e atirou o crescimento económico para níveis do início da década de 2000, tornando notória a excessiva dependência do petróleo.

A reconciliação e unidade nacional têm, na recuperação da economia e no desenvolvimento, um fator decisivo de sucesso. Dito de outro modo, o processo de reconciliação e unificação da nação angolana está positivamente correlacionado com o processo de recuperação e desenvolvimento da economia.

A aproximação entre angolanos, far-se-á mais facilmente através de uma distribuição equitativa dos recursos económicos e dos resultados de um desenvolvimento sustentado, uma vez que a guerra civil angolana agravou os conflitos distributivos, não só ao nível da propriedade dos meios de produção, mas também no que toca à repartição da riqueza nacional.

1.6 - Perspetiva Turística

Nos finais da década de 50 e princípios da década de 60 do século XX, o turismo registou algum crescimento, tanto em Portugal como nas Colónias Ultramarinas (da qual Angola era parte integrante), tendo contribuído para tal o papel preponderante do Estado Português através de adequadas medidas legislativas de orientação e de controlo.⁷⁷

Em 1953 foi publicada uma planta turística de Luanda, onde está representado o desenvolvimento da malha urbana radial no decorrer da década anterior e as novas áreas que foram surgindo (Cruz, 2012, p. 58). Ver na Figura 29 a planta turística de Luanda.



Fig. 31 - Planta turística de Luanda em 1953

⁷⁷ (site do MINHOTUR)

Neste período de grande importância inicial, já o turismo em termos de equiparação, vinha sendo tratado com a mesma relevância de outros sectores básicos da atividade económica, como sejam a agricultura e a indústria.

O Turismo em Angola, na qualidade de “província ultramarina”, era tão-somente uma reminiscência e apêndice do turismo realizado e promovido em Portugal, servindo apenas como recetor do vasto movimento turístico que se registava na Europa particularmente naquele país da península ibérica.

Foi fruto deste amplo movimento e do crescimento económico desempenhados pelo sector do turismo, a criação das primeiras instituições públicas do ramo em Portugal e posteriormente, muito mais tarde nas ditas Províncias do Ultramar particularmente em Angola, refletindo assim o interesse do Estado no cumprimento do seu papel de orientação e controlo deste sector.

No que concerne a Angola e as restantes ex-Províncias do Ultramar, só em Março de 1959 através do Decreto-Lei n.º42194 de 27 de Março que cria nesses territórios os Centros de Informação e Turismo, foi institucionalizado o primeiro órgão que viria ser o mais antigo antecessor do atual Ministério de Hotelaria e Turismo, o Centro de Informação e Turismo de Angola C.I.T.A.

O Centro de Informação e Turismo de Angola - C.I.T.A, foi o órgão público ao qual desde a sua constituição em 1959 lhe estavam adstritas as atribuições e competências no domínio do turismo, de promover e favorecer a sua expansão mediante a elaboração de planos gerais e que coordenava a conjugação dos esforços das entidades públicas e privadas locais bem como de toda atividade diretamente relacionada com o turismo, até no limiar da independência de Angola em 1975.

Nas quatro décadas de Independência Nacional o turismo na República de Angola teve uma evolução algo titubeante devido ao conflito armado que então se viveu até no limiar do ano de 2002. Com o atual clima de paz efetiva no

País, com o conhecimento e compreensão do sector público e privado, o turismo tem estado a tomar o seu verdadeiro rumo.

De forma sintética pode-se descrever a evolução do sector nas últimas décadas, no modo seguinte:

Na sequência da proclamação da independência de Angola e sua constituição em República Popular no ano de 1975, é constituído o primeiro Governo do Estado Angolano, no qual é instituído a Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, que a partir de então personifica a Administração Turística Angolana, a par de outros sectores da atividade socioeconómica.

Face à situação de abandono por parte dos seus antigos proprietários deixando mais de 90% das unidades hoteleiras e similares do país, as mesmas foram intervencionadas com base no Decreto n.º128/75, tendo-se criado paralelamente o Centro de Controlo e Gestão dos Estabelecimentos de Hotelaria, Restaurantes e similares da Província de Luanda.

Tendo sido priorizada naquele período, a atividade comercial, a S.E.C.T, empenhou-se fundamentalmente na reorganização e reestruturação do sector do Comércio que se encontrava completamente desarticulado e, diga-se quase, inexistente, sem operadores oficiais para atender as carências da população em bens alimentares e outros bens de primeira necessidade.

Assiste-se, nos dois anos subsequentes à independência nacional, a uma utilização irracional e a conseqüente degradação das infraestruturas hoteleiras, restaurantes e similares, bem como das unidades complementares, bens patrimoniais e de cariz cultural.

Na perspetiva de pôr cobro a tal situação o Governo promulgou o decreto n.º42/77 de 12 de Maio que cria o MINCI - Ministério do Comércio Interno e aprova o seu Estatuto Orgânico, onde se insere a Direção Nacional do Turismo e Hotelaria.

A partir de 1978 o órgão reitor do turismo iniciou o processo de criação de empresas hoteleiras de âmbito provincial totalizando em 1983, 19 empresas do género, denominadas Emprotel. Em Luanda foi criada a Anghotel – U.E.E, de âmbito local, a qual foi atribuída a tutela dos hotéis Trópico, Panorama, Turismo, Costa do Sol, Alameda, Continental e Globo.

Em 1988 e em consequência da evolução socioeconómica interna provocada pelo Programa de Saneamento Económico e Financeiro, assim como pelos contatos iniciados pelos dirigentes do Ministério do Comércio com o Secretariado Geral da Organização Mundial do Turismo, a Administração Nacional do Turismo, lança o objetivo de estruturação do sector.

A criação em 1988 da primeira empresa angolana de turismo, ANGOTUR LDA, e a negociação com o Bureau do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com vista a integrar a República de Angola no Projeto Regional sobre o Desenvolvimento do Turismo na África Austral e Oriental e o processo de adesão de Angola à OMT são a prova da vontade de lançar uma nova dinâmica neste sector.

Esta evolução traduziu-se na implementação do Projeto “Reforço Institucional do Estado Angolano no domínio do Turismo”, financiado pelo PNUD, executado pela OMT, e consubstanciado na Reestruturação da Direção Nacional do Turismo; Criação de um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatística do turismo; Criação de um serviço estatístico informatizado; Elaboração de propostas de legislação turística e Capacitação dos recursos humanos.

A fase de organização, estruturação e de afirmação da Administração Turística Nacional atinge mais uma etapa com a criação em Julho de 1996 do Ministério de hotelaria e turismo, que tem a responsabilidade de licenciar, orientar, disciplinar, fiscalizar e apoiar a política do governo referente do sector turístico e colocar o turismo angolano a par dos países que possuem potencialidades turísticas como Angola, sobretudo no que se refere aos países do Continente africano.

Este Ministério no exercício da sua atividade conta hoje em dia com as parcerias ativas de associações profissionais privadas do sector, constituída por representantes de hotéis, restaurantes e similares; um universo de mais de meia centena de agências de viagens e turismo entre outros agentes⁷⁸.

O que se assiste pela primeira vez na época moderna é que países pobres estão a ganhar posições hegemónicas no mundo (como a China, o Brasil ou Angola), ao contrário dos países desenvolvidos que antes dominaram o mundo e que já eram ricos antes de serem impérios (com exceção de Portugal). E existe uma nova dinâmica entre esses países, diferente da hegemonia anterior.

O crescimento do continente Africano - com o aumento dos preços das matérias-primas entre outros fatores, oferece novidade e complexidade: É a era dos países em desenvolvimento.

Com a obtenção da paz, a retoma económica e a organização do CAN 2010, um dos importantes investimentos, foi a reabilitação das infraestruturas aeroportuárias, rodoviárias e hoteleiras, a fim de aumentar as capacidades recetivas. Os trunfos, em termos de potencialidades turísticas de Angola, são verdadeiros e afirmam-se com o crescimento excecional do número de entradas de turistas no país durante os últimos anos.

A diversidade cultural paralelamente com o cosmopolitismo está no cerne do turismo Angolano. O amplo leque de experiências que podem ser vividas pode contribuir para atrair os visitantes que escolhem este país como destino turístico.

A rica variedade do seu património cultural, das suas paisagens naturais, da sua gastronomia e da sua história faz com que cada Província ofereça sensações diferentes a quem os visita.

⁷⁸ site do MINHOTUR)

A preservação dessas diferenças é primordial e constitui um trunfo de primeiro plano na promoção de Angola no resto do mundo.

No entanto, o desenvolvimento do sector ainda se encontra limitado por diferentes obstáculos, tais como os processos administrativos (como é o caso dos vistos de entrada), a política de preços nas unidades hoteleiras, a falta de preparação dos atores e a fraca promoção do país como destino turístico, a inexistência de uma legislação completa e eficaz, ou ainda o clima de insegurança que ainda classifica o país.

2 - Análise e Diagnóstico – Levantamento situacional

2.1- A Baixa de Luanda património - O percurso para a contemporaneidade

A cidade contemporânea é de fato o "lugar onde se depositam todas as anteriores concepções"⁷⁹. Relativamente ao centro histórico da Baixa, apesar de no plano das ações parecer haver um afastamento, um desinteresse inibidor do investimento ou mesmo a incapacidade financeira de o fazer, no plano teórico e científico a questão é mais discutível.⁸⁰

Os centros históricos, como já se referiu no capítulo anterior, levantam "a questão do vazio simbólico e funcional deixado por essas infraestruturas ou por esses espaços consolidados que faziam parte da memória coletiva e da toponímia das cidades.

Com efeito, da Baixa resta-nos apenas um território vulnerável e definido pela ausência de uma verdadeira identidade urbana.

⁷⁹ AMARAL Ilídio do. *Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola*, 1962, p. 59

⁸⁰ Susana Ferraz

Neste sentido, torna-se pertinente questionar sobre as políticas de renovação urbana", bem como a estratégia definida para o turismo neste território e sobretudo o interesse sobre os diversos elementos patrimoniais que a compõem⁸¹.

Na verdade, parece haver uma pendência para um reencontro da cidade contemporânea com a cidade histórica que vai sendo sucessivamente idealizado, experimentado, buscando-se o melhor modo e forma de causar e um inatingível consenso de opinião.

É frequente atribuir-se uma carga dramática às metamorfoses impressas no nosso tempo porque não existe serenidade ou resignação para aceitar que a história se faz dessas mutações e que simplesmente evolui.

O tempo presente, na temática aqui estudada, assim como em muitas outras disciplinas, ficará registado pela pluralidade ideológica e morfo-linguística, pluridireccionada, relativizada pelo grupo e subjetivada pelo indivíduo. Procura-se assim articular a tradição e a modernidade, por continuidade ou por rutura, responder a necessidades quotidianas e providenciar o futuro, fomentam-se nostalgias e revivalismos.

Até a corrente aparentemente mais conservadora poder ser olhada sob os desígnios da modernidade e contemporaneidade, como uma espécie de tendência. O tradicional, bem como o património, é construído sempre na contemporaneidade, no hoje.

Trata-se de inverter a tendência da planificação operacional de apenas gerir e administrar o consumo de espaço indiferente às diversas dimensões que o compõem, e contornar a ideia de que a arquitetura e os elementos urbanos já não podem pretender intervir numa escala territorial.

⁸¹ (POMBOTManuel Ruela. *Paulo Dias de Novais e a Fundação de Luanda. 25 de Janeiro de 1576 - 25 de Janeiro 1926.*)

Pelo contrário, eles devem funcionar como fio condutor da organização territorial, contrapondo os seus modelos ambientais aos modelos essencialmente funcionais, económicos e administrativos, cuja falência tem sido demonstrada ao se sobrepor o crescimento interesseiro do produto à custa da destruição do ambiente e da cidade histórica.

O urbanismo deve reconstituir, com a arquitetura, um conteúdo disciplinar de base cultural, técnica e metodológica comum sobre a qual possa assentar em bases sólidas o exercício do desenho urbano⁸².

Nuno Grande⁸³ explica esta ideia ao afirmar: "Não tem sentido, por isso, continuar a debater o mosaico formado pelos tecidos urbanos, sem considerar o que os cose ou rompe, nem valorizar as peças do puzzle que conforma a cidade contemporânea sem perceber as estruturas que as suportam.

É sobre esta dimensão estrutural, este espaço-entre, que se deve colocar o estudo e leitura da morfologia urbana contemporânea"⁸⁴ e conseqüentemente assentar o desenvolvimento de uma estratégia de turismo sustentável no território da Baixa com recurso à sua paisagem e património.

2.2. A paisagem e o espaço urbano da Baixa como património cultural

A «cultura da paisagem» e a «consciência do património cultural» nos profissionais do planeamento das suas diversas dimensões, e do projeto urbano, torna-se uma condição essencial para a constituição de políticas de valorização e preservação dos bens patrimoniais herdados, e para uma política de desenvolvimento urbano orientado para a paisagem e de regeneração da

⁸² AMARAL Ilídio do. *Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola*, 1962, p.56-57-59

⁸³ Nuno Grande

⁸⁴ AMARAL, Ilídio do. *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, 1968, p. 121

cidade que equacione a história do lugar, a ecologia e a cultura como fundamento da intervenção contemporânea, fatores aliás fundamentais para o desenvolvimento de um turismo sustentável no território aqui em estudo.

Para desenhar o perfil paisagístico cultural da Baixa da cidade de Luanda recorre-se ao que se percebe nas deambulações pelas ruas da mesma, numa tentativa de absorção das suas características materiais e imateriais, da sua história, das suas tradições e experiências vivenciadas.

No fundo, senti-la e interpretar os seus espaços e os seus territórios simbólicos, uns familiares, outros estranhos. Opta-se, assim também, por uma abordagem sensorial dado que a “cidade é uma experiência sensorial e isso não deve ser descurado quando se pensa no seu futuro. Acima de tudo, nós vemos, ouvimos, cheiramos, tocamos e saboreamos a cidade.”⁸⁵

Esta abordagem fez-nos reconhecer que o centro histórico da Baixa, paralelamente a outras áreas da cidade, constitui-se crucial para a valorização da paisagem cultural da própria cidade de Luanda, pois nele conjugam-se elementos do espaço urbano e da paisagem, do passado e do presente, numa dinâmica e diversidade que se refletem na concentração da criação da oferta cultural e na abertura de espaços para esse fim, denunciando uma Luanda que anseia cosmopolitismo.

Por isso, a observação direta é a condição *sine qua non* para tornar possível a reflexão e a interpretação imaginativa do urbano, estimulando o pensamento crítico sobre o espaço da Baixa, e do conhecimento dos seus componentes característicos, seus elementos particulares, segredos, perigos, referências, seguridades.

⁸⁵ (Landry, 2007, p.75)

Este exercício permitiu perceber, também, a essência da Baixa enquanto Património da cidade e do país, com fortes raízes no passado que se traduzem numa riqueza patrimonial cultural, histórica e paisagística com a grandeza suficiente para a colocação de Angola num destino turístico de qualidade, pese embora as dificuldades político-institucionais imperem como um obstáculo fatal a este objetivo.

Não sendo este um tema a desenvolver, importa reforçar a convicção de que para se ter sucesso na estratégia que aqui se defende, é importante desde logo que se consigam definir as responsabilidades dos vários atores e agentes envolvidos, quanto às estratégias e sobre o mecanismo de se atingir a sustentabilidade, o que pode ser feito a partir do envolvimento de três agentes principais que permitam assegurar: (i) uma visão de estado; (ii) uma visão comunitária e (iii) uma visão de mercado⁸⁶.

Há que se proporcionar mais abertura á entrada de turistas facilitando o acesso a vistos de entrada, oferecendo os devidos serviços de facilitação destes processos; há que se formar quadros especializados que possam dar uma resposta com qualidade ao turista.

Há que se resolver os problemas de falta de condições básicas como o acesso a água e energia; E obviamente, há que se dar uma importância maior ao património cultural existente valorizando-o e cuidando-o em detrimento de outros interesses paralelos que atingem apenas um nicho da população, e não a população em geral.

⁸⁶ (Benetti, 2006)

2.2.1 Conclusão

Torna-se um fato adquirido o forte potencial patrimonial cultural no que concerne á leitura do espaço urbano e paisagem bem como os seus elementos constituintes, como recursos indissociáveis ao desenvolvimento de um turismo sustentável, que nesta dissertação se pretende defender.

É neste contexto que surge a oportunidade de repensar a cidade, com perspectivas de futuro e de conhecimento do passado e entende-la enquanto espaço de diferenças, de subjetividades, de interações de identidades e de confronto com o “outro”.

A Baixa de Luanda tem duas características particulares, que influem decisivamente na construção da imagem da cidade e na conceção espacial do território e sua paisagem, sobretudo quanto ao carácter e à morfologia:

Uma prende-se com as condições geográficas e topográficas naturais do lugar (o acentuado desnível marcado por um degrau a que chamam barrocas), que a divide em cidade alta e cidade baixa (que detêm funções dominantes diferentes); e, a outra, é a (co)existência de uma cidade branca e de uma cidade negra, portadoras de uma linguagem própria e de uma expressão na urbe significativamente diferentes.

Nestas terminologias não estão implícitas descremações raciais, mas sim urbanísticas e sociais. A primeira, que é basicamente a cidade colonial (“histórica” e moderna), é considerada a cidade urbanizada e, a segunda, contrariamente ao que sugere, é atípica relativamente aos tradicionais modelos africanos, e é tida como a cidade suburbana.

É importante referir que entre a cidade branca e a cidade negra houve sempre permeabilidade de pessoas e bens, foi o predomínio de residentes brancos ou negros, numa ou noutra, que espelhou urbanisticamente as diferenças culturais.

Desde a independência de Angola que a ocupação maioritária, de toda a Luanda, é feita pelos Luandenses e por outros cidadãos angolanos, o que, obviamente, não resultou na alteração do seu carácter e as diferenças supracitadas traduzem apenas discrepâncias sociais entre classes. Portanto, mantém-se a traça e as características arquitetónico-urbanísticas quer lusíadas quer angolanas.

A modernidade é o sentido apontado pelo e para o seu desenvolvimento. Mas, falar de modernidade não é só falar das áreas de expansão recente da cidade, dotadas de requisitos para as exigências de vida atuais e de uma linguagem arquitetónica contemporânea e universal; é falar também duma atitude que passa pela contemplação da existência de um centro histórico na cidade, deliberando sobre o seu futuro, acerca da sua conservação e em torno das problemáticas dos musseques (o papel social, urbano e cultural), que agora são estudados e analisados por técnicos angolanos, o que constitui um fator fundamental para uma leitura e interpretação mais realista e autêntica.

2.3 – Descrição e caracterização crítica dos elementos

2.3.1 – Introdução

Já foi aqui defendido o forte potencial patrimonial da Baixa de Luanda, o seu contexto nas várias dimensões, bem como a vasta riqueza deste território em elementos que surgem agregados a uma história muito própria com séculos de existência e evolução.

Existem já alguns documentos e trabalhos realizados neste sentido, ou seja, num levantamento e inventário do património não só da Baixa de Luanda, mas da própria cidade e país. De entre os vários que apoiaram as fontes desta tese, referencia-se aqui o livro “Arquiteturas de Luanda” coordenado por Isabel Maria Martins, Maria João Teles Grilo e Roberto Machado, ou o trabalho “Estudio, catalogación y definición de estrategias de recuperación del patrimonio

moderno de Luanda” com direção de Roberto Goycoolea Prado y Paz Núñez Martí, entre outros.

Desta forma, no contexto desta dissertação, a descrição e apontamentos dos elementos culturais do espaço urbano e paisagem, que se presenciam no território da Baixa serão selecionados para que seja possível no capítulo seguinte abordar a proposta metodológica de intervenção.

Com efeito, não é intenção elaborar um inventário de elementos, mas sim selecionar os mais relevantes e pertinentes para a demonstração da metodologia, bem como a fundamentação do potencial da Baixa da cidade de Luanda no contexto do tema da dissertação. Para isso foi efetuada uma seleção criteriosa dos elementos com base em características que correspondam às expectativas do tema.

2.3.2 – Os elementos do território e as dimensões do turismo

Desta forma, o esquema de apresentação desta seleção compreende uma descrição agrupada de elementos que compõem o recurso turístico “património cultural do espaço urbano e paisagem” por três dimensões que se defende como essenciais para o alcance dos princípios de um turismo sustentável e que são também as defendidas pela Organização Mundial do Turismo, mais concretamente uma Dimensão Ambiental, uma Dimensão Sociocultural e finalmente uma Dimensão Socioeconómica.

Para a compreensão da descrição e caracterização dos respetivos elementos, importa explicar o significado das três dimensões a que aqui se faz referência. Estas dimensões serão também fundamentais para a explanação e fundamentação teórica da proposta metodológica de intervenção.

No site desta organização pode-se ler mais desenvolvidamente:

"(...) sustainable tourism should:

1) Make optimal use of environmental resources that constitute a key element in tourism development, maintaining essential ecological processes and helping to conserve natural heritage and biodiversity.

2) Respect the socio-cultural authenticity of host communities, conserve their built and living cultural heritage and traditional values, and contribute to inter-cultural understanding and tolerance.

3) Ensure viable, long-term economic operations, providing socio-economic benefits to all stakeholders that are fairly distributed, including stable employment and income-earning opportunities and social services to host communities, and contributing to poverty alleviation (...)"⁸⁷

Como defende também esta organização, é primordial o estabelecimento de um equilíbrio ajustado entre estas dimensões para a garantia de um ambiente sustentável a longo prazo.

Ao contrário dos estudos aqui citados no ponto 2.3.1 de apoio á seleção dos elementos, que assentam sobretudo, mas não só, num critério temporal, de uso e tipologia, optou-se pelo apontamento dos elementos com base nas três

⁸⁷ (Organização Mundial do Turismo) ou *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*, UNEP and UNWTO, 2005, p.11-12 ou <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>

"(...) o turismo sustentável deve:

1) otimizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, manter processos ecológicos essenciais e ajudar a conservar o património natural e a biodiversidade.

2) respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar o seu edificado, património cultural e valores e contribuir para o entendimento e a tolerância interculturais.

3) assegurar operações económicas viáveis e de longo-prazo, providenciando benefícios socioeconómicos para todas as partes interessadas que sejam distribuídas de forma equitativa, incluindo emprego estável e oportunidades de rendimento e serviços sociais à comunidade anfitriã, e contribuindo para a diminuição da pobreza (...)"

dimensões acima referenciadas para a garantia no alcance dos princípios de um turismo sustentável com uma organização de apresentação por Espaços Públicos, Edificado e Paisagem, sendo que, tal como já foi explanado e defendido nos capítulos anteriores, os elementos deverão relacionam-se num ambiente holístico, constituindo uma estrutura agregadora.

A título de curiosidade e reforço da importância e pertinência deste tema, aponta-se uma passagem de um encontro proporcionado pelo OMT em Marrakech a 10 de Novembro de 2016, no qual Angola, entre outros países africanos, assinam um documento que servirá de referência para a implementação de princípios sustentáveis e responsáveis no turismo em Africa.

“(...) African Ministers of Tourism and heads of delegation along with UNWTO officials assembled in Marrakech in the framework of the 22nd Session of the UNFCCC Conference of Parties (COP22) to adopt the first African Charter on Sustainable and Responsible Tourism and sign the Declaration on ‘Tourism and Climate Issues in Africa’. Both documents pave the way for the implementation of sustainability and responsibility principles in the tourism sector in Africa. The meeting was held in Marrakech on 10 November 2016. The African continent has now a common reference framework to promote sustainability and responsibility in the tourism sector. The African Charter on Sustainable and Responsible Tourism, signed during the Ministerial Forum on Tourism and Climate in Africa, on the sidelines of the COP22, aims at becoming an instrumental tool for the continent to engage in sustainable tourism best practices by reconciling social and economic growth, the preservation of the environment and the respect for the cultural diversity of each country. During the opening, H.E.M. Aziz Akhannouch, Minister of Tourism of Morocco, said “the charter which is signed today is a commitment for the future in order to promote sustainable tourism for the benefit of Africa while showing respect to biodiversity and the heritage of each African country”. UNWTO was represented by its Márcio Favilla, Executive Director for Operational Programmes and Institutional Relations, who highlighted that the signature of this significant document “is the result of the vision that African countries have for the future of their tourism sector: one that respects the environment, local communities, promotes

gender equality, creates jobs for the youth and is a key driver for sustainable and economic growth.” In addition he recalled that “the Charter constitutes also an open working platform for countries which provides global orientations to preserve, respect and benefit African destinations and African people”.

The following countries undersign the document: the Kingdom of Morocco, the Republic of Congo, Angola, Benin, Cameroon, Ethiopia, Guinea-Bissau, Cabo-Verde, Burundi, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, The Gambia, Gabon, Kenya, Mali, Mauritania, Central African Republic, Nigeria, Niger, Senegal, Seychelles, Sudan, Zimbabwe, Tunisia and Chad.(...)”⁸⁸

Os dois documentos aqui citados, representam uma preocupação conjunta dos países africanos na abordagem ao tema do turismo sustentável como um caminho imprescindível para as três dimensões que são apontadas e que se prendem com o desenvolvimento socioeconómico, sociocultural, e ambiental, recorrendo para isso ao aproveitamento dos recursos disponíveis de cada um.

⁸⁸ “(...) os Ministros do Turismo africanos e chefes de delegação, bem como os representantes da UNWTO, reunidos no âmbito da 22.ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) (COP22), adotar a primeira Carta Africana para o Turismo Responsável e Sustentável e assinar a Declaração sobre ‘Turismo e Questões do Clima em África’. Ambos os documentos abrem caminho para a implementação de princípios de sustentabilidade e responsabilidade no sector do turismo em África. A reunião teve lugar em Marraquexe a 10 de Novembro de 2016.

O continente Africano tem agora um quadro de referência para promover a sustentabilidade e a responsabilidade no sector do turismo. A Carta Africana para o Turismo Responsável e Sustentável, assinada durante o Fórum Ministerial sobre o Turismo e o Clima em África, À margem do COP22, pretende tornar-se uma ferramenta instrumental para o continente recorrer a boas práticas de turismo sustentável ao reconciliar o crescimento económico e social com a preservação do ambiente e o respeito pela diversidade cultural de cada país.

Durante a abertura, Aziz Akhannouch (H.E.M.), Ministro do Turismo de Marrocos, disse “a carta que é assinada hoje é um compromisso para o futuro no sentido de promover o turismo sustentável para benefício de África, ao mesmo tempo que mostra respeito pela biodiversidade e pelo património de cada país africano”.

A UNWTO foi representada por Márcio Favilla, Director Executivo para os Programas Operacionais e Relações Institucionais, que realçou que a assinatura deste significativo documento “é o resultado da visão que os países africanos têm para o futuro do seu sector do turismo: um sector que respeita o ambiente, as comunidades locais, promove a igualdade de género, cria emprego para os jovens e é um motor-chave do crescimento económico sustentável.” Para além disso, ele lembrou que “a Carta constitui também uma plataforma de trabalho aberta para os países, que fornece orientações globais para preservar, respeitar e beneficiar os destinos africanos e o povo africano”.

Os seguintes países subscreveram o documento: o Reino de Marrocos, a República do Congo, Angola, Benim, Camarões, Etiópia, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Burundi, Burkina Faso, Costa do Marfim, a Gâmbia, Gabão, Quênia, Mali, Mauritânia, República Centro-Africana, Nigéria, Níger, Senegal, Seychelles, Sudão, Zimbabué, Tunísia e o Chade.(...)”

A descrição dos vários elementos será acompanhada em anexo com uma ficha de caracterização como complemento de informação. Antes, porém, lembra-se a planta com delimitação do território em análise em linha de cor vermelha, mais concretamente a Baixa de Luanda na imagem seguinte:



Fig. 32 – Limite da área de estudo - Baixa de Luanda - enquadrada com a envolvente da cidade

Importa referir que houve inevitavelmente uma necessidade de escolha de elementos com base no critério geográfico bem como na importância que esses elementos têm na correspondência às diferentes dimensões já especificadas para a constituição do património cultural do espaço urbano e paisagem.

A variedade e diversidade de elementos, extremamente significativa neste pedaço de território, implicou a abordagem mais sintetizada dos mesmos, pelo que existem elementos importantes enquanto referências urbanas, patrimoniais e paisagísticas que não são descritos e caracterizados, ainda que considerados como fazendo parte da composição uma estrutura com fim á implementação de uma metodologia de turismo sustentável.

Por um lado, esta opção acontece não só porque se quer evitar um inventariado de elementos, como também porque se pretende evitar que a proposta metodológica apresentada se torne demasiado complexa e desajustada ao objetivo desta tese.

Desta forma, considera-se que a escolha dos elementos que se passará a abordar, será a suficiente para a ilustração e apresentação da proposta metodológica no próximo capítulo.

2.4.1 – O Espaço Público

2.4.1.1 - Rua Rainha Ginga

Assinalada a verde na imagem que se segue, constitui um elemento de análise fundamental no contexto do espaço público deste território. A importância desta Rua enquanto elemento de referência a considerar, prende-se, não só, mas também, com a sua posição geográfica atravessadora longitudinalmente no território de grande parte do território da Baixa de Luanda.

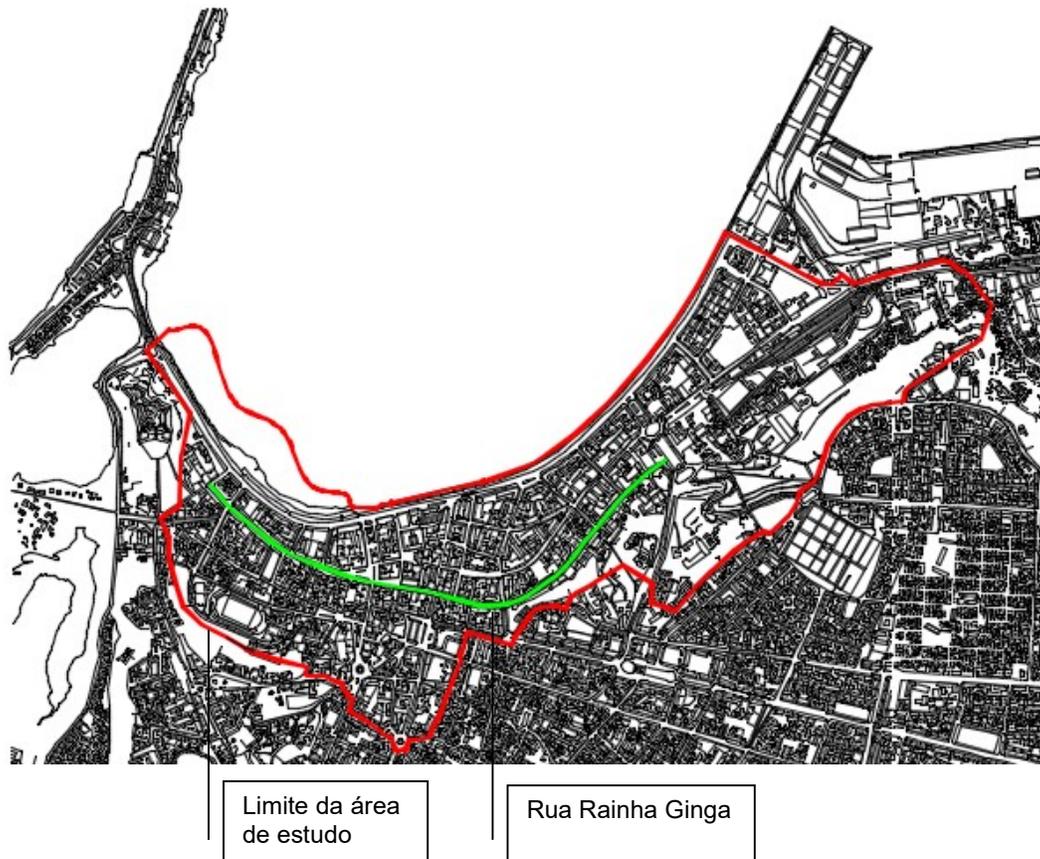


Fig. 33 – Apontamento da Rua Rainha Ginga a verde na Baixa de Luanda, enquadrada com a envolvente da cidade

Tem o seu percurso concluído em dois largos de importância também significativa, o Largo do Baleizão (Fig. 34) e o Largo do Ambiente (Fig. 35, 37 e 38), o que lhe confere um traçado de enquadramento no território sólido, orientador e previsto.



Fig. 34 – Largo do Baleizão



Fig. 35 – Largo do Ambiente

Esta circunstância, caracteriza este elemento como agregador de outros elementos não só espaço público, mas também de edificado, que irão igualmente ser abordados, constituindo um fio condutor carregado de momentos e acontecimentos do território da Baixa, sendo por isso, um elemento fundamental para uma estratégia de turismo sustentável que aqui se defende.

Com efeito esta Rua agrega grande parte dos edifícios mais significativos de serviços, comércio e grandes empresas da cidade, conferindo-lhe um carácter dinamizador social económico e urbano de forte impacto não só no contexto da Baixa da cidade, mas também para toda a Cidade em si.

Inclui uma particularidade muito interessante do ponto de vista da estrutura urbana e que se prende com o fato de conter uma série de atravessamentos (Fig. 36) de ruas secundárias que se direccionam, ou para o mar (assinalados a cor amarela no mapa), unindo geograficamente a Rua Rainha Ginga á Av. Marginal 4 de Fevereiro (apontada com mancha) - também conhecida por marginal de Luanda - ou para o restante território da cidade (assinalados a azul no mapa).



Fig. 36 – Planta da Baixa de Luanda com apontamento da Rua Rainha Ginga, Av. 4 de Fevereiro e respetivos atravessamentos de arruamentos secundários



Fig. 37 – Vista geral do Largo do Ambiente – enfiamentos visuais para o mar



Fig. 38 – Vista descendente do Largo do Ambiente – enfiamento visual para o mar

Os vários atravessamentos para ambas as direções constituem o início da estrutura urbana radial que caracteriza a cidade de Luanda e que aliás já o Arquiteto Vaco Vieira da Costa descrevia de forma simples, mas concreta, na sua dissertação para obtenção do diploma do arquiteto, em 1948 da seguinte forma:

“(...) os principais elementos geradores que explicam a conformação do plano de Luanda são todos de ordem geográfica:

- a) O mar*
- b) O clima*
- c) A topografia*

Após a escolha dum sítio abrigado, - a baía – seguiu-se o clássico traçado e ruas convergentes, cortadas por vias secundárias grosseiramente paralelas à costa.

A “grosso modo” podemos dizer que o esquema geral do plano pertence ao tipo “radioconcêntrico”, onde algumas ruas se apresentam sabiamente orientadas segundo a direção dos ventos dominantes. (...)”⁸⁹

Alguns destes atravessamentos têm o mar no foco do seu enfiamento visual (Fig. 37, 38, 39, 40 e 41). Esta circunstância aproxima visualmente estas duas ruas (Rua Rainha Ginga e Av. 4 de Fevereiro) de carácter diferente, mas igualmente importantes no território.

⁸⁹ *Cidade satélite nº 3 – luanda – plano para a cidade satélite – vasco vieira da costa*



Fig. 39 – Rua da Alfândega – atravessamento enfiamento visual para o mar



Fig. 40 – Rua Duarte Lopes, Coqueiros - vista para o Largo do Baleizão com enfiamento visual para o mar



Fig. 41 – Rua dos Enforcado (acesso à parte Alta da cidade) – vista para o Largo do Baleizão com enfiamento visual para o mar

Por outro lado, o elemento aqui em causa apresenta uma forma ligeiramente curva decorrente da evolução do seu traçado ao longo do tempo que acompanha o perfil da baía, mas percorrendo um longo espaço geográfico, o que permite um campo de visão bastante profundo para ambas as orientações.

Há que se fazer referência ao fato de que esta rua é protagonista do remate de quase todos os quarteirões formados no território da Baixa. Partindo do pressuposto que o quarteirão se enquadra no contexto desta tese como um dos elementos que sugere a leitura do espaço urbano e da paisagem como património cultural, então torna-se importante assinalar a relação entre a Rua Rainha Ginga e os Quarteirões (manchados a preto na imagem seguinte) que a mesma conforma, dotando-a de uma significativa influência na estrutura urbana.

A coesão física urbana entre a Rua e o Quarteirão (Fig. 42) apresentam-se como uma característica de potencial deste território uma vez que permitem a relação entre as várias dimensões descritas (económico-social, sociocultural e ambiental) de forma holística.

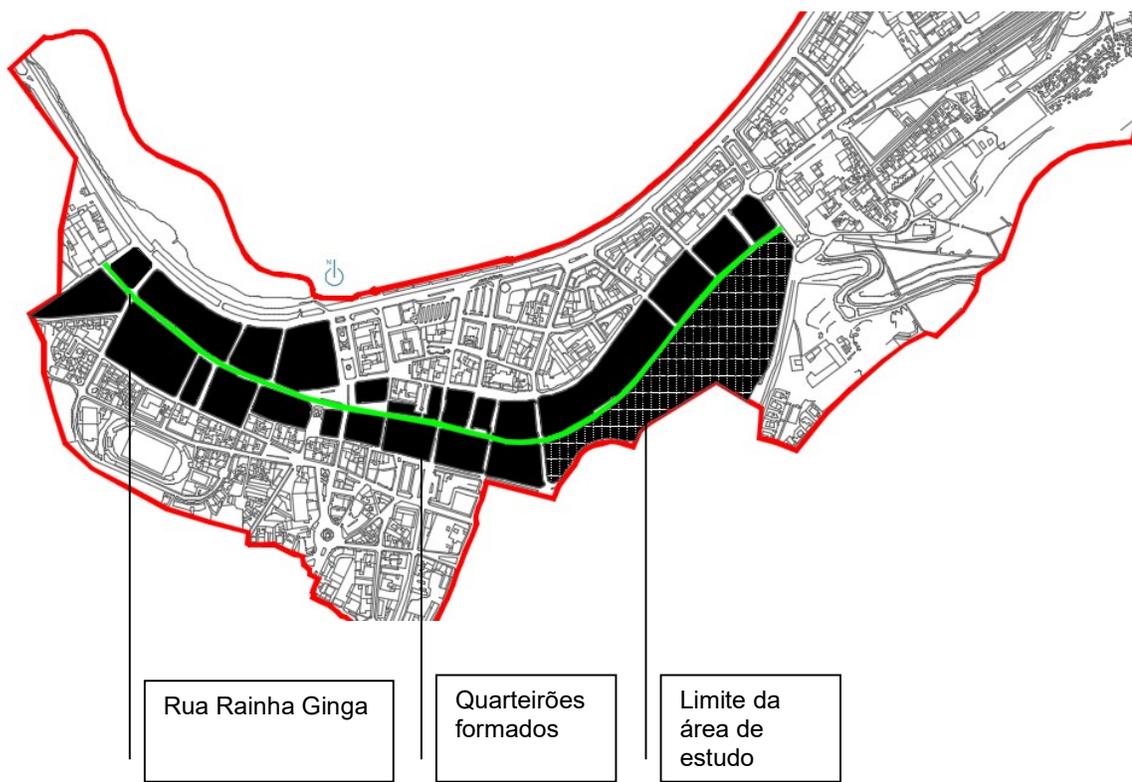


Fig. 42 – Apontamento dos Quarteirões formados com a Rua rainha Ginga

A relação visual e geográfica julga-se fundamental no que respeita á segurança, orientação e estruturação do território como um todo, bem como ao suporte da constituição de uma estrutura urbana que terá os seus reflexos na composição de uma estrutura de elementos fundamental a uma estratégia de turismo sustentável, cujos pressupostos foram já explanados no capítulo anterior.

No que respeita á correspondência com as três dimensões anteriormente apontadas no ponto 2.3.2 deste capítulo, verifica-se que se trata de um elemento fortemente caracterizado pelas três dimensões, o que lhe confere uma importância significativa para a proposta metodológica que se pretende desenvolver á frente.

Ao longo da Rua Rainha Ginga existem elementos de funções diversas alguns dos quais se irá abordar em particular. A diversidade funcional e a cosmopolitização são uma característica que se observa num rápido deambular pela zona.

Serviços, comércio, espaços culturais, grandes empresas internacionais, edificado de características patrimoniais de todas as épocas, edifícios institucionais e religiosos, restauração, entre outros elementos que contam a história de Luanda (Fig. 44, 45, 46, 47, 48 e 49) através do seu simbolismo como a livraria Lello, ou o Hotel Globo (Fig. 43), bem como os rituais religiosos e culturais realizados junto das igrejas, carregam o elemento “Rua Rainha Ginga” de uma forte carga central dinâmica, diversificada, simbólica e identitária da Luanda dos dias de hoje.



Fig. 43 – Vista do Hotel Globo na Rua Rainha Ginga



Fig. 44 – Rua Rainha Ginga – Vista para o Largo Rainha Ginga



Fig. 45 – Rua Rainha Ginga – Vista de parte do edificado



Fig. 46 – Rua Rainha Ginga - Vista do Hotel Continental



Fig. 47 – Rua Rainha Ginga - Vista de um edifício em estado de degradação



Fig. 48 – Final da Rua Rainha Ginga - Vista pormenorizada da nova intervenção no Largo do Ambiente



Fig. 49 – Rua Rainha Ginga - Vista do edifício Sede da empresa Sonangol

2.4.1.2 - A Av. 4 de Fevereiro

A Avenida 4 de Fevereiro, constitui *per si* um elemento único em toda a cidade. Ela encerra a Baixa de Luanda ao longo da Baía com o mar aos pés (Fig.50). É desde há muito um pedaço de território multifuncional no qual se desenvolvem atividades portuárias, comerciais, turísticas, lúdicas, serviços, dotando-a de um carácter de representatividade da Baixa e da Própria cidade.

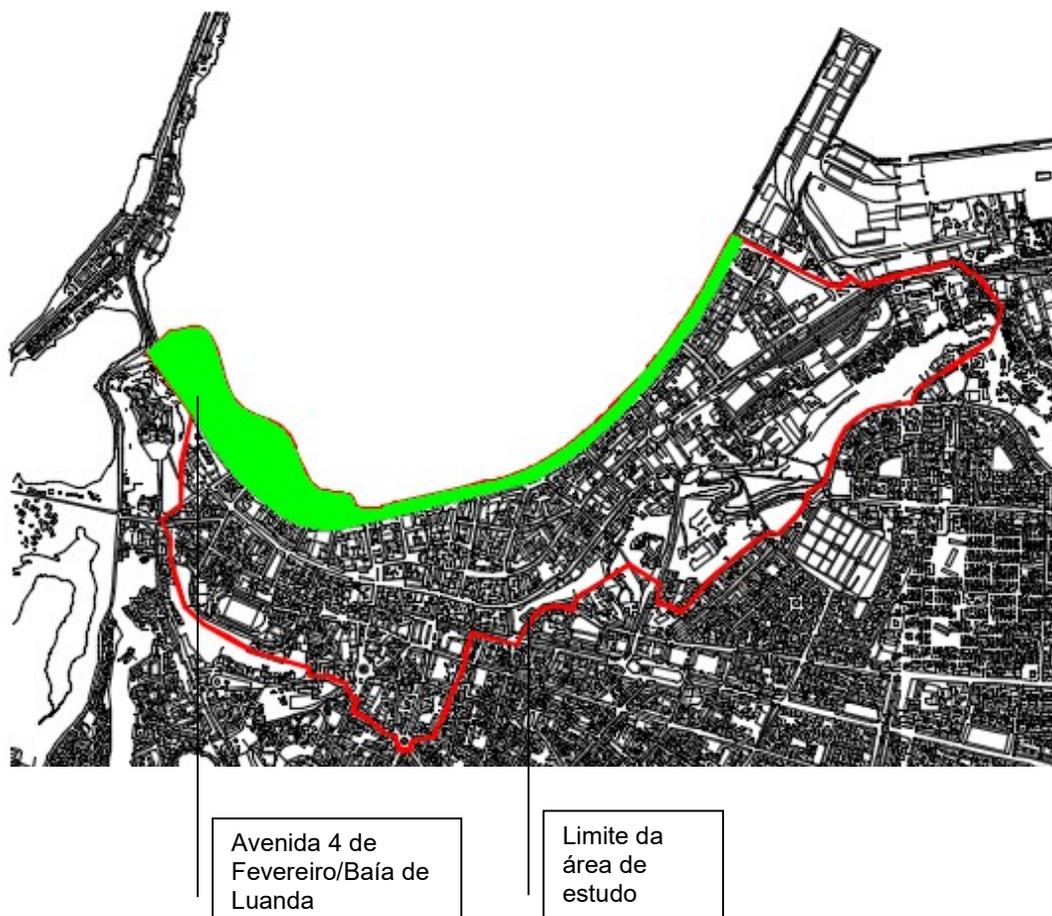


Fig. 50 – Apontamento da Av. 4 de Fevereiro assinalada a verde na Baixa de Luanda, enquadrada com a envolvente da cidade

Sofreu recentemente uma requalificação urbana que a transformou num espaço mais atraente ao cidadão, com uma estrutura viária mais completa e funcional, mais organizada do ponto de vista do desenho urbano e com um aproveitamento funcional mais diversificado. Antes da referida requalificação a Av. 4 de Fevereiro, era descrita na tese de mestrado de Suzana Ferraz⁹⁰ com as seguintes palavras:

(...) O espaço próprio é composto pela faixa de rodagem, bolsas de estacionamento e os passeios norte e sul, respetivamente linha costeira e frente urbana. O primeiro, acompanhado parcialmente por areias avermelhadas, é largo e arborizado por duas linhas paralelas de palmeiras, dispõe de mobiliário urbano, de pequenas construções de carácter provisório e, ainda, à semelhança do que acontece noutros espaços, é perturbado pela existência de um posto de abastecimento de combustível (mais um!). O segundo, a sul, é pontestado e dinamizado pelos espaços públicos que brotam no primeiro plano de construção e prolonga-se, em parte, para as galerias lineares formadas pelo rés-do-chão recuado dos edifícios. Estas galerias, além de conterem acessos a vários serviços, oferecem alguma proteção climática e, por isso, é o percurso mais frequentado, apesar do passeio norte possibilitar um maior desfrute da beleza local. O clima (sol e calor) é, de fato, um dos constrangimentos ao uso pleno do dito passeio, tomando-o escasso e ocasional.

A avenida marginal não se limita a ter atributos funcionais e estético-paisagísticos. A sua morfologia possui predicados arquitetónicos e urbanísticos facultados pela definição clara das suas extremidades, compostas por "pequenos" mas interessantes largos, que não a deixam perde-se para a malha como apenas mais um circuito. Assim, é balizada a nascente pelo Largo 17 de Setembro (e pelo porto) e a poente pelo Largo do Infante D. Hennque, embora o sistema viário se prolongue para a ilha e continue pela via marginal após a dobragem do morro da fortaleza de S. Miguel.

A circulação viária é regular. O seu estado de conservação é precário, sendo nalguns sítios muito mau, noutros abunda o lixo (parecendo até uma permanência dos hábitos do século XIX, de despejo de lixo na marginal), e as águas da baía estão muito poluídas (...)

⁹⁰ Suzana Ferraz

Entretanto, converteu-se num verdadeiro espaço de descompressão urbana, não só por esta última intervenção que sofreu, mas também e não menos importantes, por outras características formais e estruturais que caracterizam esta marginal.

Aquando desta intervenção, foram efetuadas obras estruturantes que melhoraram também o sistema de drenagem de águas o que evitou o fenómeno que todos os anos caracterizava esta zona, as inundações provocadas pelas fortes chuvas ao longo da marginal. Sobre este assunto escreveu-se na altura:

(...) A capital angolana passa a ter nova cara para o seu bilhete postal. A requalificação da marginal da baía de Luanda durou 30 meses e - após as infraestruturas, saneamento e despoluição da baía - esta última fase foi concluída em apenas 14 meses, ao longo dos 3.100 metros de extensão da baía da capital angolana. Os habitantes de Luanda podem agora disfrutar de uma área completamente renovada para lazer, serviços de estacionamento, melhoria na fluidez rodoviária, eventos culturais, espaços verdes e comércio, mas ainda falta concluir a última fase de sinalização de estacionamentos na avenida 4 de Fevereiro (1750 novos lugares, 2900 lugares no total).(...)⁹¹

Tal como a Rua Rainha Ginga, mas bastante mais abrangente na sua extensão ao longo do território da Baixa, a importância desta Avenida enquanto elemento de referência a considerar, respeita ao agarrar das duas pontas geográficas que se localizam nas extremidades da Baixa.

Entre as extremidades, verifica-se o confronto com o mar e a localização geográfica que lhe confere uma característica favorável a um clima próprio tropical, propiciando ventilação e arejamento em toda a Baía e consequentemente proporcionando-se uma agradável zona de percorrer, estar e fruir.

⁹¹ <http://expresso.sapo.pt/economia/inaugurada-nova-marginal-da-baia-de-luanda=f749660>

Ao mesmo tempo confronta, em oposição ao mar, um conjunto de quarteirões que se formam tendo a marginal como uma das suas frentes e que compõem o perfil da baía de Luanda, visível de várias perspetivas e que tanto a caracteriza do ponto de vista urbano, simbólico e identitário.

A Avenida Marginal, constituindo o culminar de uma série de arruamentos que lhe tocam transversalmente (Fig. 51), ligando à Rua Rainha Ginga, como aliás já se apresentou atrás.

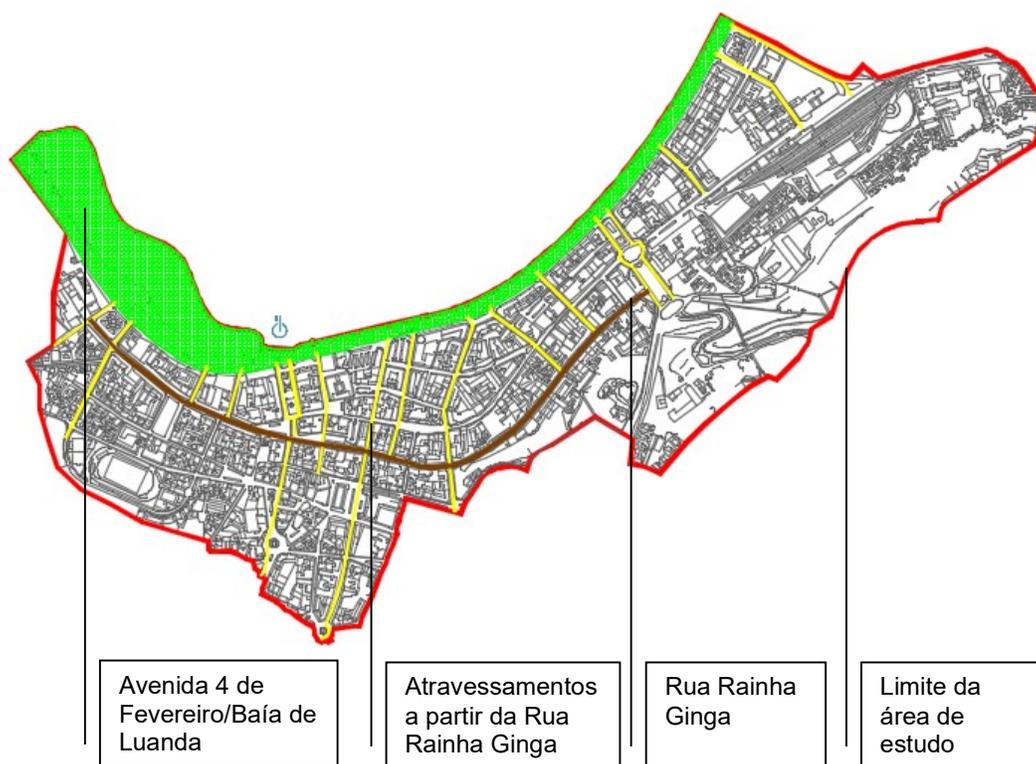


Fig. 51 – Apontamento da Av. 4 de Fevereiro assinalada e atravessamentos que unem à Rua Rainha Ginga

Constata-se inclusivamente que alguns destes referidos arruamentos têm continuidade para a restante cidade já fora do perímetro delineado como sendo o limite da Baixa.

Esta circunstância reforça a ideia já aqui comentada de que a zona da Baixa constitui o início de uma estrutura urbana radial, sendo que os arruamentos transversais partem da marginal, Av. 4 de Fevereiro, atravessam a Rua Rainha Ginga e dão acesso ao restante território da Baixa e cidade de Luanda, como aliás se verifica na imagem.

Em alguns destes arruamentos transversais conformam-se enfiamentos visuais, a maior parte dos quais entre os elementos Rua Rainha Ginga e Marginal, de interesse relevante para um ambiente turístico através do enriquecimento da paisagem.

Este fenómeno verifica-se, no sentido em que proporcionam orientação no espaço, constituem pontos de referência de carácter apelativo, quadros visuais que representam momentos passíveis de ser observados á medida que se percorrem longitudinalmente ambos os elementos.

A imagem seguinte representa a azul a direção em ambos os sentidos dos respetivos enfiamentos visuais diretos (Fig. 52), quer para a Av. Marginal, quer para a Rua Rainha Ginga, atravessando grande parte do território da Baixa situado entre os dois elementos.

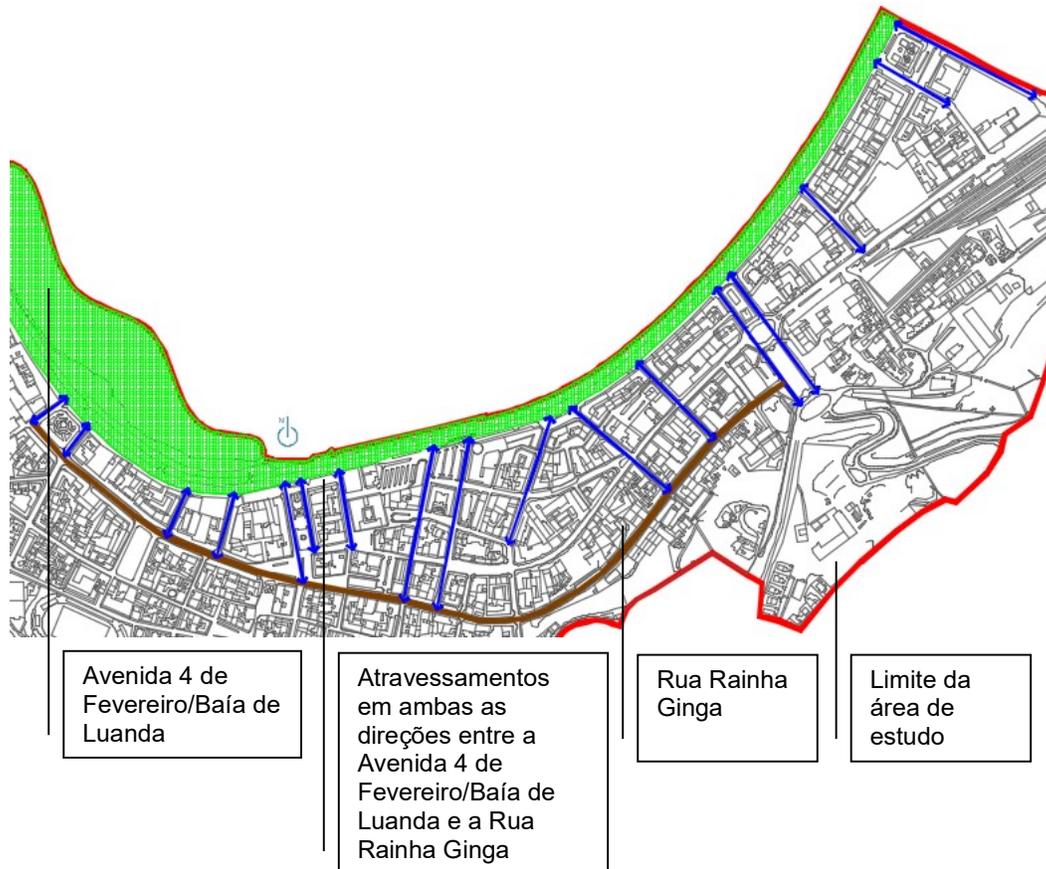


Fig. 52 – Av. 4 de Fevereiro e respetivos enfiamentos visuais diretos com a Rua Rainha Ginga

Tal como se ensaiou no caso da Rua Rainha Ginga, constata-se, na Avenida aqui em causa, que a frente de mar encerra a constituição de quarteirões sendo alguns comuns á Rua Rainha Ginga como se pode observar nas imagens em baixo (Fig. 53).

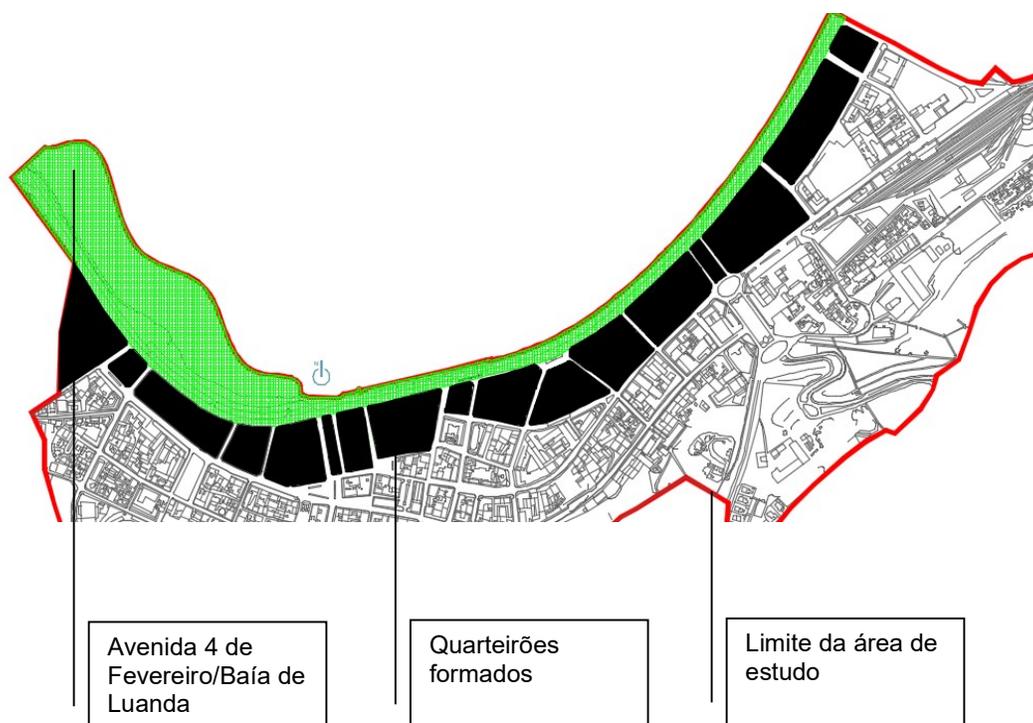


Fig. 53 – Av. 4 de Fevereiro e respetivas frentes com os quarteirões

Por outro lado, este elemento, por outras razões que se passará a explicar, contribui expressivamente para o tema desta tese “A Leitura do Espaço Urbano e Paisagem como Património Cultural e Recurso Indissociável ao Desenvolvimento de um Turismo Sustentável”, uma vez que a abrangência de elementos que suporta dentro e fora dos seus limites físicos, das diferentes dimensões defendidas pela OMT, é forte e única no território da Baixa, nomeadamente no que respeita ao seu potencial de amplitude paisagística que se estende até à Ilha de Luanda, à Fortaleza de São Miguel, ao Porto, à longitude do mar e do céu (Fig. 54 e 55).



Fig. 54 e 55 – Av. 4 de Fevereiro com representação da linha da curva da baía abrangendo uma diversidade de elementos de interesse turístico

Com efeito, o potencial deste elemento destaca-se enquanto encerrador privilegiado do território da Baixa, enquanto detentor privilegiado do contato direto com o mar, enquanto dono das melhores paisagens que caracterizam a cidade e mesmo do País.

Dos elementos que suporta de importância para o contexto em causa, destacam-se vários, correspondendo às dimensões do património cultural do espaço urbano e paisagem, entre os quais se destaca o conjunto de edifícios modernistas localizados ao longo da Av. 4 De Fevereiro, que Vasco Vieira da Costa descreve do seguinte modo e cujas imagens acompanham (Fig. 56, 57, 58, 59 e 60):

(...) Paralelamente, ocorriam algumas obras de vulto e de melhoria da capital, executadas durante os anos 50, como o Plano para a Baía de Luanda, do Arquitecto Vasco Vieira da Costa enquanto funcionário da autarquia. É aqui proposta uma frente contínua de edifícios que, por um lado rematam a cidade e, por outro, a abrem, formando um sky line ondulante, na promessa de um novo ritmo para o conjunto edificado, com a particularidade de criar, ao nível dos pisos térreos, uma galeria contínua, que marca não só o grande embasamento da marginal como, e acima de tudo, a criação de espaços e percursos protegidos da insolação (...)⁹²



Aspecto da Marginal, anos 70



Fig. 56, 57, 58 e 59 – Av. 4 de Fevereiro na descrição de Vasco Vieira da Costa

⁹² (Maria Manuela da Fonte – urbanismo e arquitetura em Angola)



Fig. 60 - Av. 4 de Fevereiro – na descrição de Vasco Vieira da Costa com vista de edifícios de galerias

No entanto, hoje, esse *skyline* que Vasco Vieira da Costa descreve dos anos 50, está alterado, ainda que a frente contínua de edifícios a que se refere a citação anterior se mantenha, o crescente aparecimento de edifícios em altura, transformou claramente toda a frente da Av. 4 de Fevereiro e da envolvente próxima ainda dentro dos limites do território da Baixa (Fig. 61).



Fig. 61 - Av. 4 de Fevereiro com vista da nova frente urbana e seus edifícios em altura

O fenómeno de crescimento em altura tem sido, na última década, exponencial em toda a cidade, fazendo-se sentir com mais visibilidade na marginal, uma vez que a rotura com as cêrceas predominantes foi abrupta e sem critérios de planeamento que suportem as opções urbanas para esta frente da cidade.

Perdeu-se a lógica de continuidade do perfil que caracterizava anteriormente a tão conhecida Marginal, com a imposição aparentemente aleatória desses novos edifícios, ganhando-se em oposição um novo perfil em zig-zag, conferindo uma imagem desequilibrada e infundada.

Diz-se aparentemente aleatória, uma vez que a localização destes novos edifícios não é de todo ingénua. Eles implantam-se em áreas da Baixa demolidas propositadamente para o efeito, ou ocupando espaço público outrora destinado á descompressão urbana da cidade como praças ou largos que desapareceram, entretanto por este propósito também.

De fato, a estrutura urbana da Baixa não foi nunca devidamente preparada ou planeada para o aparecimento repentino destes edifícios com todas as exigências que lhe são inerentes, do ponto de vista de alteração de fluxos de trânsito viário, crescimento acentuado de tráfego automóvel, reperfilção dos arruamentos, aumento da frequência da população, necessidades de estacionamento, espaços públicos com escalas apropriadas á nova realidade, entre outros (Fig. 62 e 63).



Fig. 62 – Novos edifícios em altura na Baixa de Luanda – contrastes do edificado

Esta circunstância tornou-se um fator de julgamento por parte dos cidadãos em geral, mas sobretudo por parte de estudiosos, conhecedores e críticos defensores do Património da cidade em particular da Baixa, onde se encontra um conjunto de elementos a preservar e considerar sob pena de se perder a funcionalidade, a história e a identidade da cidade (Anexo1 – entrevista Emanuel Caboco).



Fig. 63 – Vista dos novos edifícios em altura na Baixa de Luanda e alteração da sua paisagem

Característica de importância relevante nesta Avenida, é a realização anual dos festejos carnavalescos. O Carnaval é um acontecimento cultural de forte cariz simbólico que transforma todos os anos a Av. marginal num festival de música, dança, desfile de grupos e animação que se destaca do resto do mundo.

Todos os dias da semana, a dança e a música fazem-se presentes na Marginal. Não faltam grupos de pessoas ativas, até muito depois do fantástico e característico pôr do sol, a praticar desporto, a assistir a aulas de dança, prática de capoeira, entre outras atividades.

Uma das realidades que se constata também, e que aqui se assume como um problema de cariz de desenho urbano, não contribuindo para a tese que se defende, prende-se com a relação de descontinuidade, sobretudo física da nova Avenida Marginal com o restante território da Baixa, formando a primeira uma barreira na passagem de um espaço para o outro.

Com efeito, a recente intervenção na Marginal, com a introdução de uma nova estrutura viária e incorporação de espaços públicos de lazer, entre outras características já aqui descritas, rompeu com a continuidade fluida e natural entre estas duas realidades que fazem, ao mesmo tempo, parte de um todo.

Formam-se assim dois momentos distintos, de costas viradas, isolados um do outro, cuja cozedura formal urbana não se verifica, isto porque o desenho urbano, a par de algumas outras opções de desenho da estrutura viária, contribuirão para o isolamento do elemento “Marginal” com o restante território.

Se não veja-se: Os arruamentos transversais já atrás referidos, entre a Rua Rainha Ginga em direção à Marginal fazem-se pelo atravessamento dos quarteirões comuns que os ligam. No final desses arruamentos, constata-se uma barreira física e funcional constituída numa primeira fase por áreas amplas de estacionamento, seguida de 4 faixas de rodagem rápidas alcatroadas para cada sentido, com separador a meio constituído por vegetação não acessível ao peão, e sem passagens superiores alternativas (Fig. 64).

O movimento e velocidade do transito automóvel é controlado unicamente por semáforos, o que tem como consequência o constante incumprimento das regras dos mesmos, e, por conseguinte, um elevado grau de insegurança para os peões que fazem o atravessamento destas vias para alcançar a zona de lazer apenas recorrendo a passadeiras, quando o semáforo permite.

O perfil viário criado na nova marginal não beneficia o peão, quebra a relação e a permeabilidade urbana entre duas realidades distintas, mas que fazem parte de um todo, pelo que não contribui para a fluidez da vivência deste território e por conseguinte não é uma circunstância que favoreça uma estratégia de turismo funcional.

Constata-se que esta estrutura viária e o seu desenho urbano do espaço público não são favoráveis aos fatores de circulação automóvel e pedonal que deveriam estar articulados por forma a funcionarem com segurança, fluidez, e continuidade natural, unindo a nova marginal ao restante território da Baixa ao qual pertence.

Constatam-se com efeito, esta menor valia, tal como outras apontadas, as quais serão consideradas como pressupostos de mudança imprescindíveis para a defesa desta tese e que se apontarão também no capítulo das conclusões.



Fig. 64 – Vista da Av. 4 de Fevereiro enquanto barreira física com o restante território da Baixa

Ainda assim, e atendendo a esta realidade atrás esplanada, o potencial do território, no seu todo, mantém-se no que respeita à leitura do espaço urbano e paisagem como património cultural e recurso indissociável ao desenvolvimento de um turismo sustentável, tese que se pretende continuar a defender.

Com efeito, a Avenida Marginal compõe-se de valiosos elementos que isolados, ou em conjunto, contribuem para a constituição de um ambiente favorável ao desenvolvimento de um turismo sustentável entre os quais se destaca: O Banco Nacional de Angola, o atual Museu da Moeda (Fig. 65), o Porto de Luanda, a Torre Secil, a Sede do Banco de Poupança e Crédito (BPC), largos espaços públicos de lazer, sobrados, comércio, hotelaria e serviços variados como ministérios ou embaixadas.



Fig. 65 – Vista do edifício do Banco Nacional de Angola (à direita) e edifício do Museu da Moeda (à esquerda) com enfiamento visual para a Av. 4 de Fevereiro

2.4.1.3 – O Quarteirão

A importância do quarteirão no contexto da Baixa de Luanda, enquanto elemento de referência para a abordagem metodológica, prende-se sobretudo com as características que comporta e contribuem para o tema desta tese.

Com efeito, a leitura do espaço urbano e paisagem do quarteirão, a par dos elementos que comporta, conferem-lhe uma forte carga das dimensões cultural, ambiental e económica, constituindo, por conseguinte, um recurso fundamental para a defesa de um turismo sustentável.

Deste modo, pretende-se detetar através da análise de um quarteirão-tipo, quais as características que viabilizam esta circunstância, recorrendo á articulação entre as características físicas, do tecido urbano, da diversidade funcional bem como a humanização da paisagem, transformando-o na Baixa de Luanda que se conhece.

Devido à área da Baixa ser uma área tão abrangente, optou-se por determinar de forma expedita que os quarteirões constituem, na sua maior parte, características idênticas ás do quarteirão em estudo, sendo que se admite também que à partida existem aqueles que não correspondem á descrição, mas apenas porque não reúnem a mesma diversidade de características.

Assim, após a análise dos vários casos em que o quarteirão representa o módulo gerador de cidade da zona da Baixa, enquanto elemento de recurso turístico, nas três dimensões atrás apontadas, identificou-se o pedaço de território a estudar, as principais características que o definem, bem como a relação com os quarteirões que o confrontam, sendo que a leitura e análise do quarteirão não faz sentido sem considerar a relação de continuidade com a envolvente próxima (Fig. 66 e 67).

Caraterísticas que definem o quarteirão enquanto elemento de recurso turístico:

- ▶ Agrega e organiza os outros elementos que constituem um ambiente favorável ao desenvolvimento de um turismo sustentável;
- ▶ É um instrumento de organização dos edifícios na malha viária;
- ▶ Espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias;
- ▶ Define o espaço urbano social;
- ▶ É definido pela sua forma/Definido pelo traçado;
- ▶ Mistura funcional

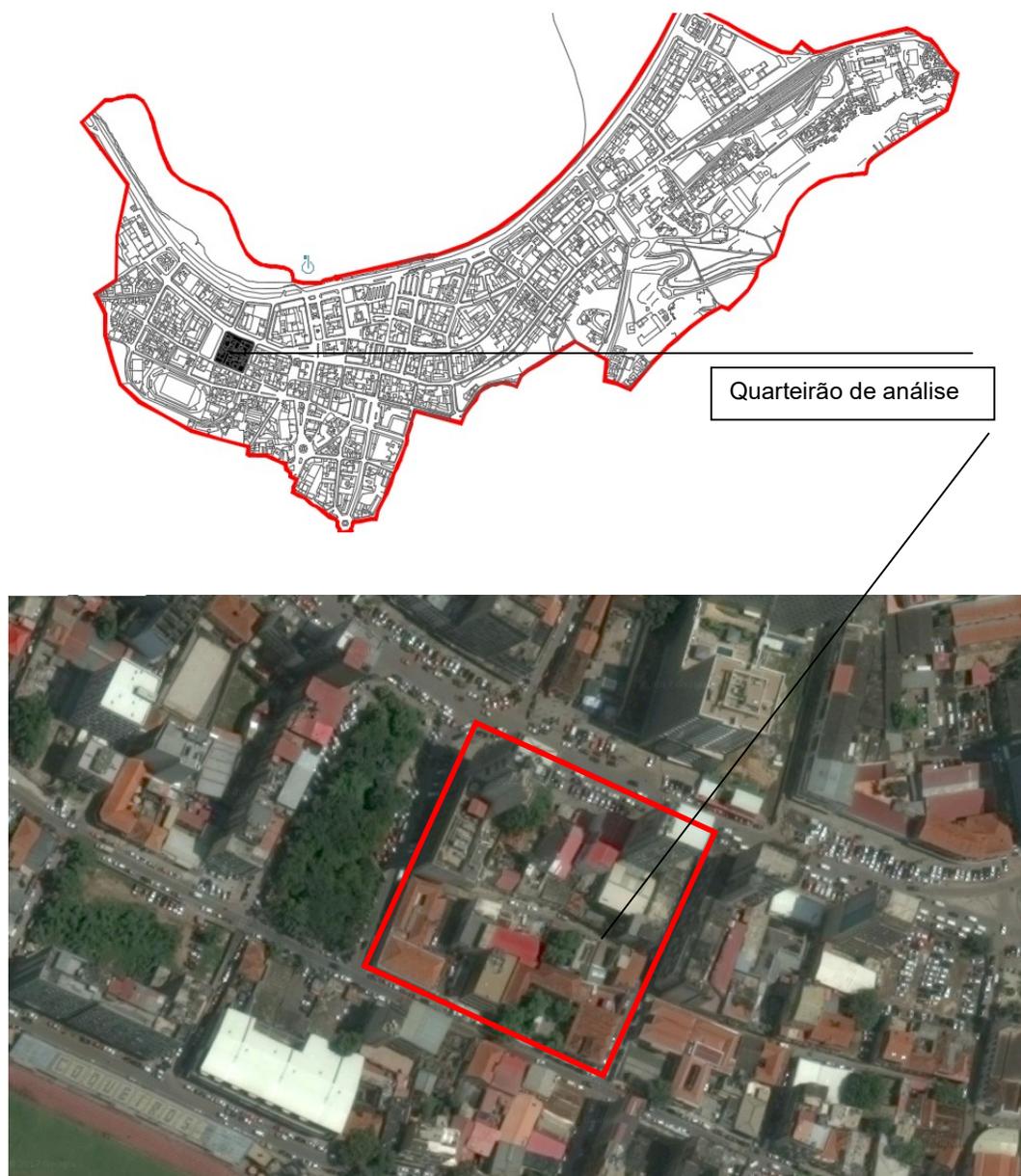


Fig. 66 e 67 – Apontamento do Quarteirão de análise no enquadramento do território da Baixa

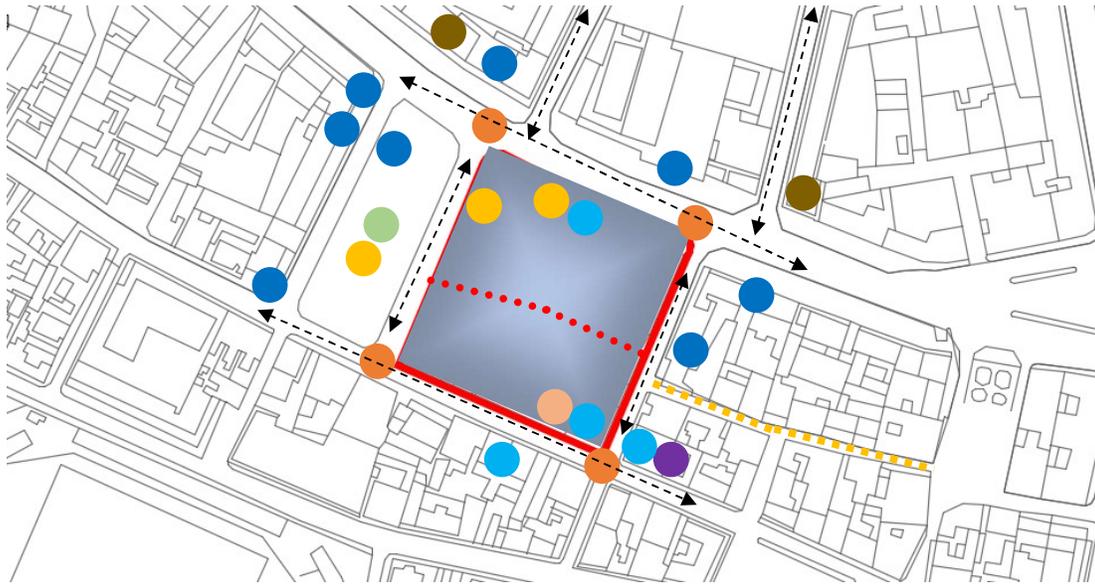


Fig. 68 – Apontamento das características do Quarteirão enquanto elemento de recurso turístico

- Espaço Social
- Museu Nacional de Antropologia
- Comércio/hotelaria/serviços/habitação
- Edifício do tipo Sobrado
- ↔ Enfiamento visual – paisagem urbana
- Centro Cultural Brasil/Angola
- Cruzamentos de vias
- Largo do Atlético
- Edifício de interesse arquitetónico (Edifício da União)
- Rua dos Mercadores
- ... Atravessamento do quarteirão
- Traçado/Forma

As imagens que se apresentam de seguida, complementam e ilustram o mapa do quarteirão de análise para uma melhor visão do que se aponta (Fig. 69 e 70).



Fig. 69 – Edifício da União na Rua Rainha Ginga



Fig. 70 – Rua dos Mercadores (uma das mais antigas ruas da Baixa com existência de alguns sobrados)

O edifício que outrora abrigou o Grande Hotel de Luanda foi reabilitado e, por conseguinte, resgatado do abandono. A construção, com elementos da “art deco” e da arquitetura do ferro, passou por uma grande reforma a fim de abrigar a Centro Cultural Brasil/Angola (Fig. 71, 72 e 73), espaço que visa abrir mais um canal de integração entre a cultura destes dois países, cujo projeto deseja criar um espaço para atividades culturais, mas também conta com salas de Internet, bibliotecas, galerias de arte e um anfiteatro.



Fig. 71 e 72 – Edifício do atual Centro Cultural Brasil/Angola antes e durante a sua recuperação arquitetônica



Fig. 73 – Edifício do atual Centro Cultural Brasil/Angola após a sua recuperação arquitetônica

O Largo do Atlético confronta a lateral do quarteirão em todo o seu comprimento e é, na verdade, um "pequeno" jardim bastante arborizado, de ambiente intimista e muito acolhedor, que acaba por formar uma barreira visual para o seu interior oferecendo uma zona de sombra natural. É delimitado por um pequeno murete e gradeamento, e encontra-se muito mal conservado com exceção da zona pertencente á restauração que ali ocupa parte do espaço.

A sua morfologia atual é a original, mantendo-se também a relação existente com o Largo do Infante D. Henrique, mas, entretanto, as construções envolventes foram ganhando altura. A semelhança de outros espaços públicos da cidade, este, pelas propriedades que evidencia, foi totalmente pensado e planeado detalhadamente.

Em conclusão da leitura e análise do quarteirão tipo e envolvente, depreende-se que engloba um conjunto de características que o determinam como um recurso turístico, agregando as dimensões cultural, ambiental e económica que se defendem como imprescindíveis para a defesa do tema da tese.

No entanto, tal como se constata na descrição da Rua Rainha e Av. 4 de Fevereiro, e apesar de se assumir o potencial destes elementos, também o quarteirão apresenta necessidades paralelas a considerar por forma a que estão reunidas todas as condições para um turismo sustentável.

Por exemplo, na conceção de Jansen-Verbeke (1988) o produto turístico urbano é constituído por componentes primárias, secundárias e adicionais. As componentes primárias referem-se aos aspetos relacionados com a atividade no lugar (serviços culturais, desportivos e de diversão disponíveis) e com os atributos do lugar (recursos históricos e patrimoniais, recursos ambientais e também recursos culturais), as componentes secundárias relacionam-se com os serviços hoteleiros, restauração e comércio, e as componentes adicionais referem-se às acessibilidades ao local, estacionamento e infraestruturas de apoio aos turistas. Para o autor, o conjunto destas componentes define o nível de desenvolvimento da cidade enquanto produto turístico.

Neste sentido, e tomando esta conceção como referência, pode-se afirmar que as componentes adicionais referidas no que respeita às acessibilidades ao local, estacionamento e infraestruturas de apoio aos turistas, são claramente insuficientes ou mesmo inexistentes.

2.4.2 – O Restante território da Baixa e seus elementos

O Ministério da Cultura de Angola, apresenta no seu site, uma lista de “Monumentos e Sítios” registados em Angola por Província. Para se ter uma ideia dessa informação, apresenta-se a listagem da Província de Luanda, dos quais aqui se destacam apenas os elementos respeitantes ao território em estudo da Baixa de Luanda (Anexo 2).

O destaque dado aos sobrados nesta listagem justifica-se pelo seu valor patrimonial. Com efeito, são as últimas casas que datam do tempo da escravatura. O soalho destas casas era feito com a madeira com a qual se enchiam os porões dos navios de escravos que voltavam vazios do Brasil, e as paredes eram em adobe (uma técnica à base de terra crua), fabricados com uma mistura de terra e de conchas apanhadas pelos pescadores da Ilha. São características que já não se encontram com facilidade nas ruas da Baixa pois os últimos vestígios estão em vias de desaparecer (Fig. 74, 75 e 76).



Fig. 74 e 75 – Edifícios do tipo sobrado, recuperado e em estado de degradação



Edifício escolar e esplanada Baleizao - 1963

Fig. 76 – Edifício da antiga esplanada Baleizão em 1963. Atualmente encontra-se em estado de degradação e ao abandono

Ainda relativamente à lista apresentada, convém acrescentar que esta é uma lista incompleta no contexto desta tese, pois existem muitos outros elementos que devem ser considerados, sobretudo noutras dimensões que não só a que engloba os “Monumentos e Sítios”.

Com efeito, constatou-se das pesquisas efetuadas, que se encontram várias abordagens listadas sobre esta matéria nomeadamente o estudo desenvolvido pelo grupo de trabalho da Universidade Agostinho Neto que resultou no livro intitulado “Arquiteturas de Luanda” coordenado pela Arquiteta Isabel Martins⁹³.

Este estudo aponta na nota introdutória a propósito desta investigação:

“(...) tem como objetivo final a investigação das diferentes tipologias arquitetónicas construídas em Luanda que se foram desenvolvendo ao longo dos tempos e que encarnam beleza, valores, caráter e um espírito que as tornaram muitas vezes admirada, outras ignorada e em muitos casos desprezada. (...)”

Outros exemplos interessantes podem-se referir como a investigação que originou o documento “Estudio, catalogación y definición de estrategias de recuperación del patrimonio moderno de Luanda”, resultado de uma parceria entre a Universidade de Alcalá em Madrid, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Agostinho Neto de Angola.

Também importa fazer referência à informação disponível do site do “Património de Influência Portuguesa” da Fundação Calouste Gulbenkian, no qual se disponibiliza material muito proveitosa.

No entanto, como já foi referido antes, não é objetivo geral deste trabalho constituir uma listagem de elementos, mas registar a sua existência e confirmar que juntos proporcionam uma leitura do espaço urbano e paisagem como património cultural e recurso indissociável ao desenvolvimento de um turismo sustentável na Baixa de Luanda.

⁹³ “Arquiteturas de Luanda” coordenado pela Arquiteta Isabel Martins

O conjunto dos inúmeros elementos ao longo de todo o território da Baixa, são o recurso necessário para a abordagem do próximo capítulo no qual se pretende apresentar uma proposta metodológica de intervenção neste território.

Na imagem seguinte mostra-se um mapa com apontamento de alguns dos elementos seleccionados ao longo de todo o território da Baixa mostrando a diversidade de elementos que com o objetivo concreto da fundamentação da proposta metodológica (Fig.77 e 78).



Fig. 77 – Planta com apontamento de alguns dos elementos seleccionados ao longo de todo o território da Baixa



Fig. 78 – Edifício sede da EPAL e traseiras da Igreja da Sé

2.4.2.1 Breve Conclusão

Os principais constrangimentos verificados prendem-se com os já descritos nos capítulos anteriores, identificados não só em toda a Baixa de Luanda, mas também em toda a cidade, e que se prendem com o excesso de trânsito automóvel, escassez de estacionamento, a existência de muito lixo nas ruas, edifícios degradados, acessos pedonais invadidos e condicionados por veículos ou vendedores de rua, entre outros.

Como também já foi referido anteriormente, é imprescindível que todas estas características sejam resolvidas para que toda a defesa de estratégia que aqui se aponta faça sentido. O potencial é enorme, é real, mas não basta.

Capítulo III

Proposta Metodológica de Intervenção em Rede

Capítulo III – Proposta Metodológica de Intervenção em Rede

1. Introdução

Durante a última década, foram realizados vários estudos na tentativa de entender o uso das redes, clusters e teorias de aglomeração, explicar o seu papel no turismo e sua influência no desenvolvimento regional⁹⁴.

Entretanto, para se compreender mais claramente a relação de redes no turismo, faz-se necessária a compreensão do significado oferta e demanda turística.

A oferta pode ser representada pelos atores/nós da rede e a demanda significa os turistas que proporcionam a ligação entre os atores/nós. Ou seja, podemos dizer que a rede de turismo se compõe de ícones pertencentes à oferta e a demanda, do meio analisado.

É esse conjunto que gera os dados de fluxo de uma rede. É importante ressaltar que o entendimento do comportamento do fluxo de uma rede constitui-se numa abordagem relevante para a gestão pública e proporciona oportunidade às autoridades do setor na busca de alternativas que otimizem o funcionamento dessa rede.

2. Redes e suas abordagens análogas

De maneira geral, as redes podem ser entendidas como uma forma organizacional, não são nem mercados nem hierarquias⁹⁵. As redes são alternativas às formas de mercado e de integração vertical por conter estruturas horizontais e verticais de troca, interdependência de recursos e linhas recíprocas de comunicação.

⁹⁴ (NOVELLI, SCHMITZ, SPENCER, 2006)

⁹⁵ (POWELL, 1990).

Redes, de uma maneira geral, são estruturas formadas por nós e ligações. Por mais de 40 anos, todas as redes foram tratadas pela ciência como sendo completamente aleatórias; tais redes poderiam ser modeladas pela adição de ligações aleatórias aos nós das redes⁹⁶.

Uma predição importante dessa teoria das redes aleatórias é de que o sistema resultante seria amplamente democrático: a maioria dos nós teria o mesmo número de ligações. De fato, a distribuição da conectividade dos nós (ou grau de incidência) numa rede aleatória, é uma distribuição de Poisson⁹⁷, onde se tem a grande maioria fazendo o mesmo número de ligações.

Entretanto, muitos anos mais tarde, tornou-se possível mapear grandes redes reais e verificar a validade da hipótese das redes aleatórias. Descobriu-se que a rede mundial WWW (com “nós” equivalendo aos documentos e ligações aos links)⁹⁸ segue uma distribuição de conectividade dada por uma lei de potência.

Essas redes são chamadas **redes invariantes por escala** (RIE) ou simplesmente redes sem escala⁹⁹, pelo fato de não apresentarem um tamanho ou uma conectividade característicos (como é o caso das redes aleatórias). Elas estão por trás da estrutura de muitas redes naturais e artificialmente criadas pelo homem.

O mecanismo de formação de uma (Rede Invariante por Escala) RIE pode, então, ser resumido por:

- **Crescimento:** inicia-se com um agrupamento formado por alguns nós, todos eles conectados uns aos outros. O processo de crescimento é realizado pela adição de novos nós ao conjunto preexistente (rede). Cada novo nó é conectado a alguns dos nós que formam a rede, de acordo com algum tipo de prescrição (ver abaixo o mecanismo de conexão preferencial);

⁹⁶ (ERDOS e RÉNYI, 1959)

⁹⁷ Poisson

⁹⁸ (PASTOR-SATORRAS, 2001; ALBERT e outros, 1999)

⁹⁹ (ALBERT e BARABASI, 2002; DOROGOVTSSEV e MENDES, 2002)

- **Conexão preferencial:** ao escolher o nó ao qual o novo nó se conecta, assume-se que a probabilidade com que um nó seja escolhido depende de sua conectividade.

De maneira simplista, uma rede é um conjunto de nós com algumas regras para conectá-los. Originalmente, as redes são estruturas abertas capazes de expandir-se de maneira ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede¹⁰⁰, entretanto é necessário que se utilizem os mesmos códigos de comunicação, como valores e indicadores de desempenho. Elas, por serem abertas, são suscetíveis à inovação e sem ameaças ao seu equilíbrio¹⁰¹.

O surgimento de uma rede ocorre quando um propósito comum consegue aglutinar diferentes atores e convocá-los para a ação. É uma organização sem hierarquia, os seus elementos estão ordenados sem a mediação de qualquer controle ou governo.

Essa ordem é produzida por uma dinâmica de autoajuste, que acontece devido à circulação da informação de modo não linear. Em sua estrutura, não há somente um centro, cada ponto (**elemento**) existente no sistema pode vir a ser o centro, conforme o ponto de vista, logo possui vários centros, conseqüentemente há a divisão do poder.

Por meio da característica de transitividade, os pontos que não possuem todas as conexões possíveis passam a tê-las, sendo que, de acordo com a quantidade de conexões existente no ponto, podemos classificá-lo como “hiperconector”.

Redes são, ainda, estruturas organizacionais flexíveis e dinâmicas. Desse modo, surge a ideia de movimento, como o conjunto de ações necessárias para alimentar o desejo e o exercício de participação, para dar pujança às dinâmicas de conexões e relacionamento entre os integrantes. Apesar de sua onnipresença e importância em praticamente todos os processos que são

¹⁰⁰ (CASTELLS, 2000, p. 498; COSTA, 2003)

¹⁰¹ (CASTELLS, 2000)

realizados pelas pessoas, os mecanismos básicos que regem seu funcionamento ainda são pouco conhecidos.

Para a existência de uma rede, são necessários alguns pré-requisitos que Costa (2003) descreve como práticas e princípios democráticos, inclusive do ponto de vista social, e emancipatórios, do ponto de vista político. Abertas e democráticas, as redes proporcionam a identidade de seus membros, sem, no entanto, anular a sua diversidade, não impedindo que, a qualquer instante, novos atores se possam integrar.

Assim, a sua estrutura, formar-se-á a partir de uma conectividade entre seus pontos ou nós, baseada não em noções primárias de disposição geográfica e quantidade, mas sim na capacidade e dinâmica produzidas por esse tipo de sistema, que são:

- Não linearidade (a rede estende-se em todas as direções);
- Laço de realimentação (os fluxos humanos deslocam-se ao longo de um caminho cíclico);
- Capacidade de se regular a si mesma (capacidade de corrigir seus erros, regular e organizar a si mesma);
- Multiplicação de ações (poder de expansão das conexões);
- Dinâmica do relacionamento horizontal/vertical (ausência de uma relação de subordinação);
- Interdisciplinaridade (ancorada em perspectivas filiadas às várias correntes do chamado pensamento sistêmico e às teorias da complexidade).

Esses pré-requisitos podem ser considerados como o núcleo "duro" das redes. Entretanto, pode-se observar a existência de outros enfoques, tais como: uma relação moral de confiança¹⁰², sendo um grupo de agentes individuais que têm

¹⁰² (FUKUYAMA, 2000)

em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado.

Ao atuar de maneira cooperada, os nós, obtêm vantagens competitivas para as redes, partilhando informações, conhecimento e tecnologia, produzindo desta forma, um ambiente sustentável de funcionamento.

Bernardes e outros¹⁰³ destacam que redes, originariamente, são estruturas invisíveis, informais e tácitas. As pessoas só as veem quando precisam delas, ou seja, quando elas são acionadas. Os mesmos autores destacam que a primeira condição para a existência de uma rede é a participação voluntária.

A autonomia é o fundamento do modo de operação dos integrantes, pois, sem a participação ativa, nenhuma iniciativa vai adiante. Porém, deve haver um pato que orquestre uma coordenação das autonomias ou facilitadores.

A formação das redes de cooperação representa um papel muito importante na identidade de uma determinada região ou território, pois significa que os habitantes de um lugar procuram incorporar ao seu próprio sistema cultural os símbolos, valores e aspirações mais profundas da sua região.

Especificamente no que diz respeito às características de uma rede de turismo, alguns aspetos tornam-se cruciais como a não hierarquia, o compromisso de aliança a longo prazo, a flexibilidade e a colaboração, ressaltando que a rede pode variar quanto ao tamanho, objetivo e estrutura (formal e informal).

A aplicação da abordagem de redes na gestão de destinos pode vir a ser um excelente instrumento de desenvolvimento. Os atores da rede precisam identificar pontos de interesse comuns e ações concretas que possam ser realizadas, trazendo benefícios para cada um dos participantes; caso contrário, corre-se o risco de se criar uma rede sem vida. Sem haver troca de informação, compartilhamento de experiências, conhecimento conjunto ou ação coletiva, a rede enfraquece, e sua existência perde a razão de ser.

¹⁰³ Bernardes e outros (2006)

Uma das formas de se entender o posicionamento relacional é por meio da coesão das relações entre os atores. A figura seguinte ilustra um elemento central numa rede difusa e numa rede densa:

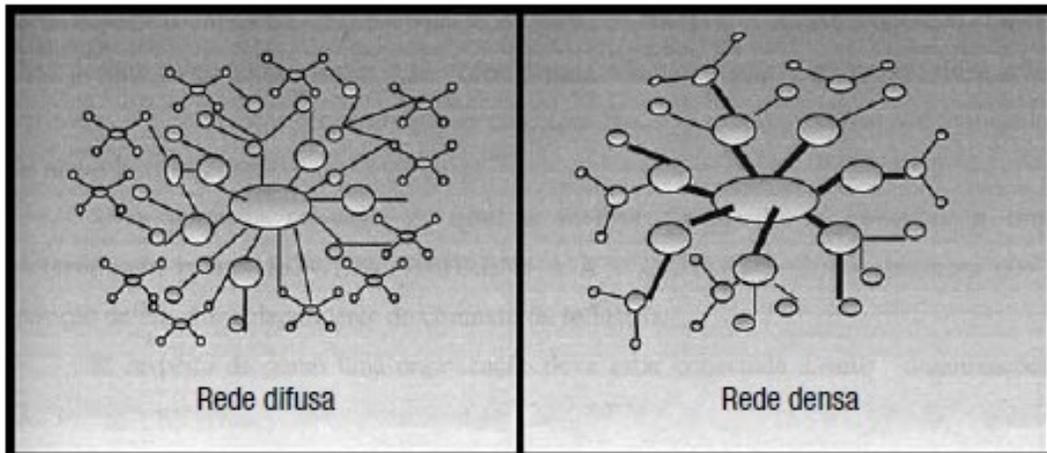


Fig. 79 – Posicionamento estrutural: rede difusa e rede densa

O grau de interconexão das relações é ilustrado pelos traços mais espessos nas redes densas. A coesão das relações é uma propriedade relacional dos pares de atores de uma rede e pode ser compreendida por meio da intensidade do relacionamento (forte ou fraco, estratégia de saída ou diálogo, relações de longo prazo).

No trabalho em causa, o termo "rede", será considerado como todo e qualquer tipo de ligação entre dois ou mais nós. Serão adotadas como atores ou nós os elementos que compõem essa rede.

3. Proposta Metodológica em Rede adaptada ao estudo de caso

Como já se referiu, qualquer tipo de rede encerra uma estrutura e determinadas relações entre os atores. A presença de regularidades nas relações é denominada estrutura. A estrutura contém canais em que os atores trocam bens e serviços, transferem recursos e informações.

Na estrutura, estão presentes a relação de poder, a confiança, o oportunismo, o controle social, os sistemas de alinhamento de interesses, as formas de negociação e as formas de seleção de fornecedores, entre outros aspetos¹⁰⁴. Dentro da perspetiva analítica de redes, tem-se a análise posicional que considera seus aspetos estruturais e relacionais.

Porém, o recurso turístico urbano torna-se difícil de delimitar por dois motivos: em primeiro lugar a cidade pode ser perspetivada “como um todo, como entidade distinta formada por estruturas físicas, funções, atividades, atmosferas e mesmo valores simbólicos que de algum modo estão associados ao nome de uma cidade”¹⁰⁵ e em segundo lugar a cidade pode ser associada “a alguns serviços específicos, infraestruturas ou atributos que lhe estão associados”.¹⁰⁶

Na conceção de Jansen-Verbeke¹⁰⁷, por exemplo, o recurso turístico urbano é constituído por componentes primárias, secundárias e adicionais. As componentes primárias referem-se aos aspetos relacionados com a atividade no lugar (serviços culturais, desportivos e de diversão disponíveis) e com os atributos do lugar (recursos históricos e patrimoniais, recursos ambientais e também recursos culturais), as componentes secundárias relacionam-se com os serviços hoteleiros, restauração e comércio, e as componentes adicionais referem-se às acessibilidades ao local, estacionamento e infraestruturas de apoio aos turistas. O conjunto destas componentes define o nível de desenvolvimento da cidade enquanto produto turístico.

¹⁰⁴ (SACOMANO NETO, 2004)

¹⁰⁵ (Ashworth e Voogd, 1990 cit. In Henriques, 2003: 127)

¹⁰⁶ (Ashworth e Voogd, 1990 cit. In Henriques, 2003)

¹⁰⁷ Jansen-Verbeke¹⁰⁷ (1988)

A proposta metodológica de intervenção que se pretende desenvolver, pressupõe a visão do património cultural do espaço urbano e paisagem, como um recurso turístico identificado no território, através do qual é possível a identificação de uma estrutura constituída por elementos de diferentes dimensões fundamentais para um turismo sustentável.

Em modo de resumo, para que não haja dúvida sobre o que orienta e dá razão de existir à proposta metodológica neste estudo de caso, com base na definição de uma rede e para que o propósito possa ser compreendido com mais rigor, apresentam-se breves respostas às seguintes questões:

► Quais os objetivos da rede?

O principal objetivo da rede é a criação de um ambiente sustentável de turismo urbano de longo prazo com base no recurso “património cultural do espaço urbano e paisagem” através do equilíbrio da combinação dinâmica dos seus elementos.

► Quais as áreas de atuação da rede?

As áreas de atuação são bastante abrangentes, mas obviamente as que importam mais neste contexto são as áreas do turismo nas suas diferentes dimensões, a área do património cultural, espaço urbano e paisagem.

► A quem interessa a rede?

Também neste ponto o interesse é bastante abrangente, sendo que o maior interesse desta rede centra-se nos turistas, na população geral, bem como nos agentes envolvidos no desenvolvimento da região, na evolução da economia local e no reforço da identidade social e patrimonial.

► Quem se beneficiará com o trabalho da rede?

Para além do turista e do turismo no geral, beneficia sobretudo a população local, o próprio património e cultura local, a cidade e o país.

► Quem são (e por que) os potenciais integrantes da rede?

Os principais integrantes diretos da rede são os elementos constituintes do património cultural do espaço urbano e paisagem. O seu valor e importância enquanto recurso patrimonial justifica a procura de uma proposta de metodologia de intervenção no território com recurso a uma rede.

► O que a rede pretende fazer?

A constituição de uma rede neste contexto faz parte de uma estratégia metodológica de intervenção no território que permite a criação de um ambiente de turismo sustentável de longo prazo no território da Baixa de Luanda.

As respostas apresentadas são breves e sucintas e têm como objetivo apenas relembrar a teoria explanada anteriormente. Com efeito, o tema é bastante mais complexo e exigente na sua reflexão, bem como o território do estudo de caso, a Baixa de Luanda.

De fato, traçar o perfil cultural da Baixa de Luanda, como já se referiu, é uma tarefa que se apresenta minuciosa e extensa dada a sua riqueza histórica, patrimonial e urbanística e pela multiplicidade de acontecimentos no âmbito político-económico e de índole social que marcaram e marcam esta zona da cidade.

Para se fazer uma leitura da paisagem atual da Baixa, com base nestes pressupostos, torna-se inevitavelmente necessário recuar no passado relacionando-o com o presente, pois é nesta relação que se encontra a chave para descobrir os elementos mais fortes nas sinergias entre as várias dimensões.

Ao mesmo tempo, importa reforçar para a explanação desta metodologia, o que foi referido no capítulo 2.3.2 acerca dos elementos do território e as dimensões do turismo defendidas pela Organização Mundial do Turismo, mais concretamente a Dimensão Ambiental, a Dimensão Sociocultural e finalmente a Dimensão Socioeconómica.

O quadro seguinte resume este raciocínio e introduz o cruzamento teórico dos elementos com os quais se pretende demonstrar a metodologia em rede estruturada que se defende. Numa fase posterior, a abordagem metodológica que se deseja apresentar, centra-se precisamente no **equilíbrio de combinação da dinâmica dos elementos** com os quais se cria um ambiente sustentável de longo prazo numa lógica de rede estruturada formada por elementos e suas inter-relações (Fig. 80).

AMBIENTE DE TURISMO SUSTENTÁVEL DE LONGO PRAZO

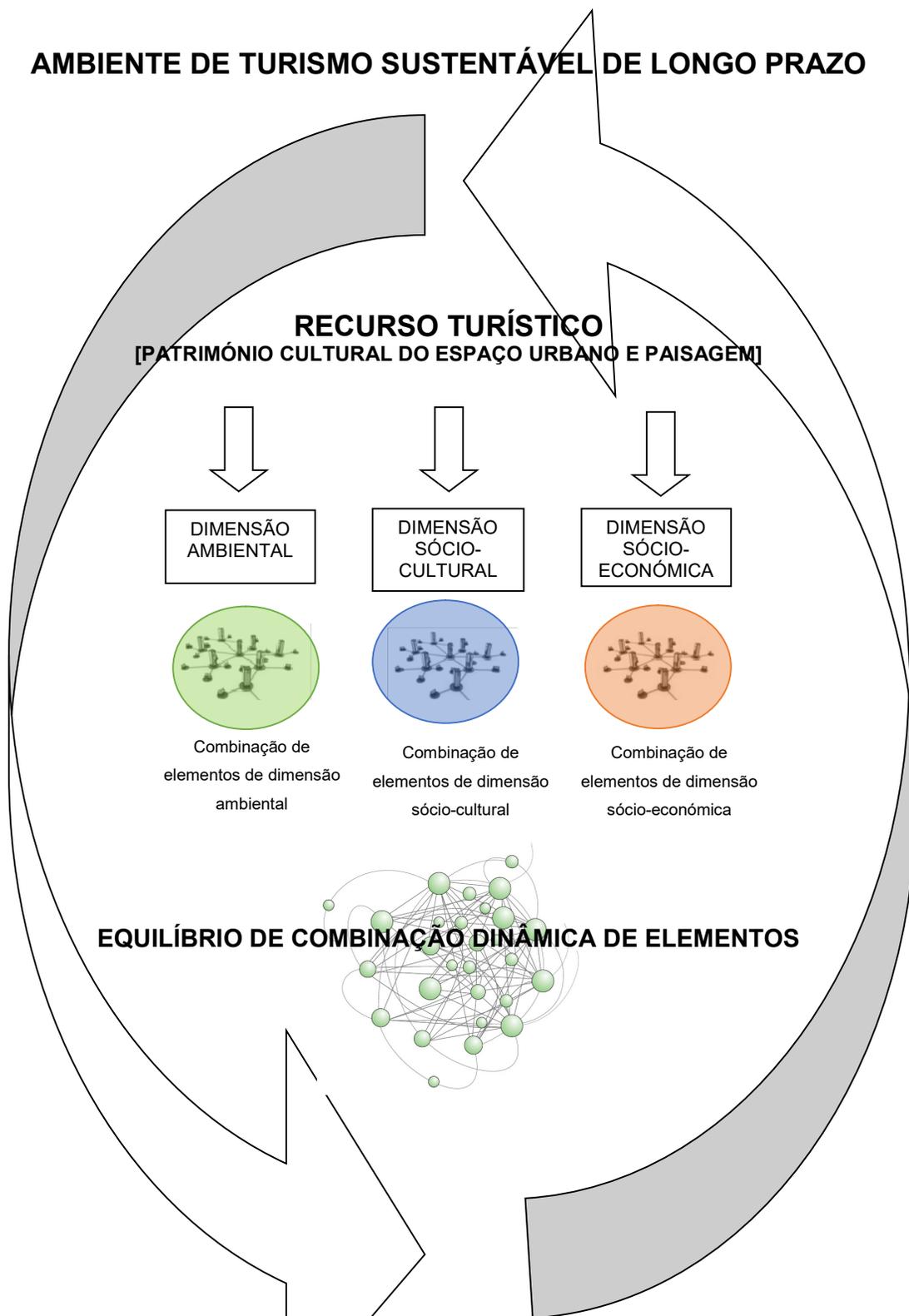


Fig. 80 – Esquema do equilíbrio de combinação da dinâmica dos elementos com os quais se cria um ambiente sustentável de longo prazo numa lógica de rede estruturada formada por elementos e suas inter-relações.

3.1 Equilíbrio direcional horizontal e vertical

O equilíbrio da combinação dinâmica de elementos, far-se-á numa **diretriz horizontal** na qual os elementos se relacionam pela mesma dimensão, formando um plano comum agregador entre elas. Quanto mais abrangente no espaço e arrecadador de elementos for este plano, maior o equilíbrio de combinação dinâmica de elementos e conseqüentemente maior o ambiente sustentável deste recurso turístico.

Por outro lado, cada elemento terá o seu próprio equilíbrio numa **diretriz vertical**. Ou seja, o equilíbrio é tanto maior, quanto mais dimensões esse elemento alcançar. Desta forma, um elemento cuja diretriz vertical contemple as três dimensões, constituir-se-á com um elemento estruturante forte na sustentação da diretriz horizontal, reforçando o equilíbrio de combinação da dinâmica dos elementos e por conseqüente, contribuindo para a defesa de um ambiente sustentável do recurso turístico aqui em análise.

O ambiente sustentável que se persegue, será tanto maior quanto mais complexo for o sistema de equilíbrios de diretriz horizontal e vertical, sendo que a sua interdependência tratará de garantir a sustentabilidade. Para que o ambiente funcione, basta então garantir a ação eficaz do sistema atuando nas diferentes variáveis dimensionais de cada elemento por forma a não se perder o equilíbrio. Por sua vez, a complexidade do sistema, garante a sustentabilidade do todo, permitindo que a eventual falha de um dos elementos, não comprometa a dos outros.

3.2 Aplicabilidade da metodologia

Foi definida uma parte do território para por em prática a metodologia aqui apresentada, pressupondo que a repetição da metodologia no restante território terá os mesmos resultados conclusivos. Fato apurado atendendo às características predominantes em toda a Baixa como já se demonstrou oportunamente no capítulo anterior.

Para isso, utilizou-se como referência geográfica o elemento quarteirão analisado no ponto 2.4.1.3 para os devidos efeitos, mas abrangendo uma área envolvente mais alargada por forma a explicitar mais concisamente o esquema metodológico, como se apresenta nas imagens seguintes.

Neste perímetro definido em torno do quarteirão, serão analisadas, numa primeira fase, as diferentes dimensões separadamente, referenciando os elementos do património cultural do espaço urbano e paisagem enquanto recursos turísticos, bem como os canais de ligação entre eles.

Os lugares de enfiamentos visuais podem servir de pontos de flexão entre os canais de união de elementos, uma vez que proporcionam ligação através da paisagem urbana e dos pontos de vista proporcionados que se considera de valorizar. Estes pontos, constituem momentos de possível paragem ou contemplação, mas representam também referências de orientação no espaço.

O elemento quarteirão, uma vez já estudado assume-se, nas seguintes análises, como um elemento completo das diferentes dimensões, quer na diretriz horizontal como vertical, pelo que as suas características reforçam a análise teórica, razão pela qual ele se apresenta com uma denominação gráfica diferente.

Posteriormente, serão analisadas as diferentes dimensões como um todo, ou seja, sobrepondo a informação num só esquema de rede que se traduz numa estrutura complexa, na qual será possível verificar a consistência da rede estruturada que permitirá a constituição de um ambiente sustentável de longo prazo, através do equilíbrio de combinação dinâmica de elementos.

Foram selecionados alguns Elementos, de acordo com os critérios apontados no ponto 2.3.2 do Capítulo II, no qual se descrevem como sendo aqueles que preenchem as exigências para a existência de um turismo sustentável: façam um ótimo aproveitamento dos recursos e particularidades ambientais; constituam importantes soluções para o desenvolvimento do turismo mantendo as características e processos ecológicos; ajudem na preservação da herança natural e da biodiversidade.

Não descorando obviamente o que se vem aqui defendendo, no que respeita as particularidades ambientais que se prendem com a paisagem e o património bem como a sua importância relacional com o turismo urbano. Também não menos importante, os aspetos sociais, identitários e simbólicos que influenciam de forma particular e única, pois cada território é um território.

Como já se referiu anteriormente, o propósito desta tese não é fazer um inventário de elementos, mas sim demonstrar a aplicabilidade da metodologia, recolhendo obviamente alguns desses elementos do património cultural.

Como proposta para um eventual exercício de inventário, apresentam-se algumas fichas de caracterização de elementos (Apêndice) e da forma como se poderia compilar a informação relativa a cada um, facilitando a prática dessa metodologia.

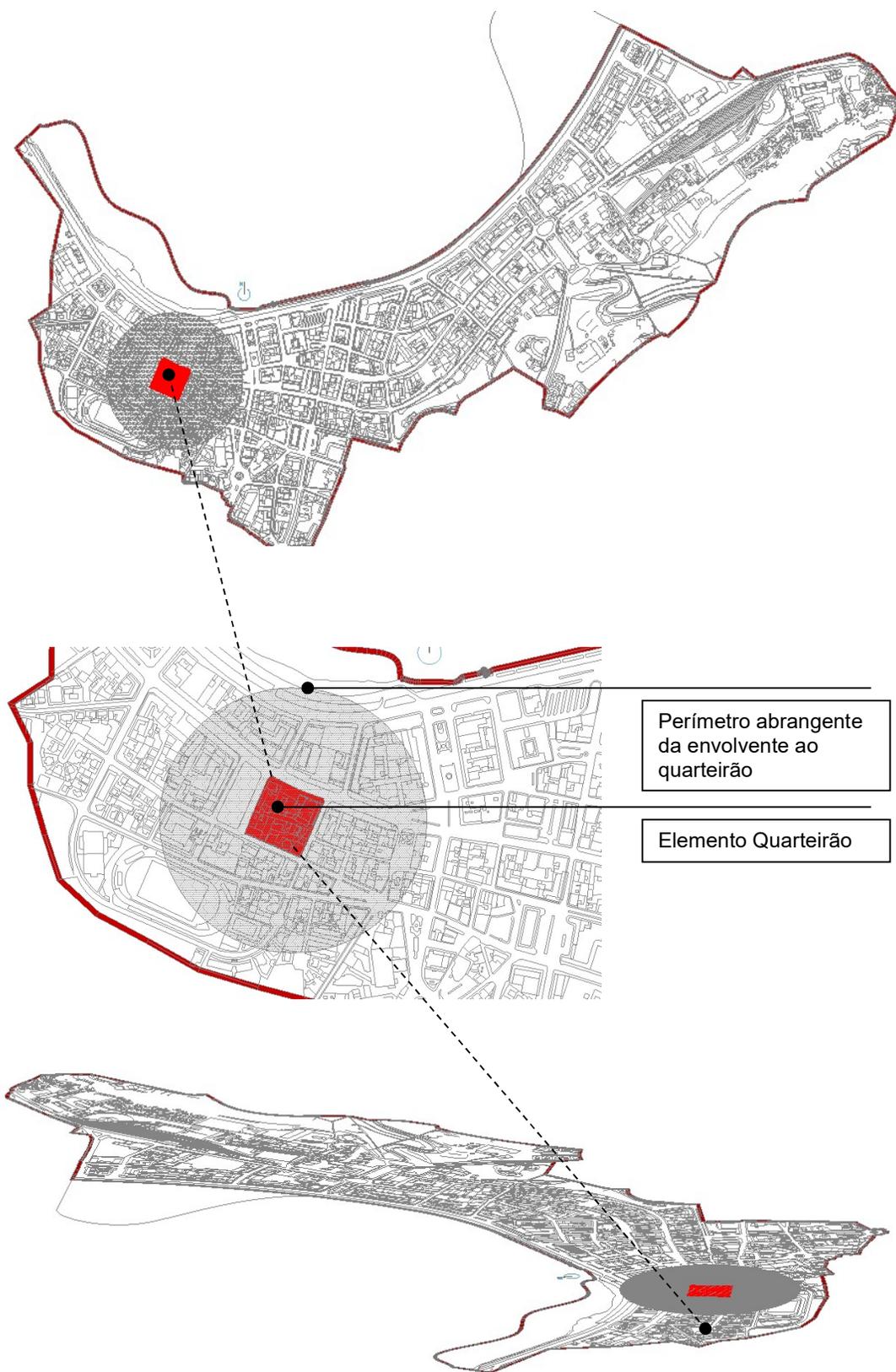


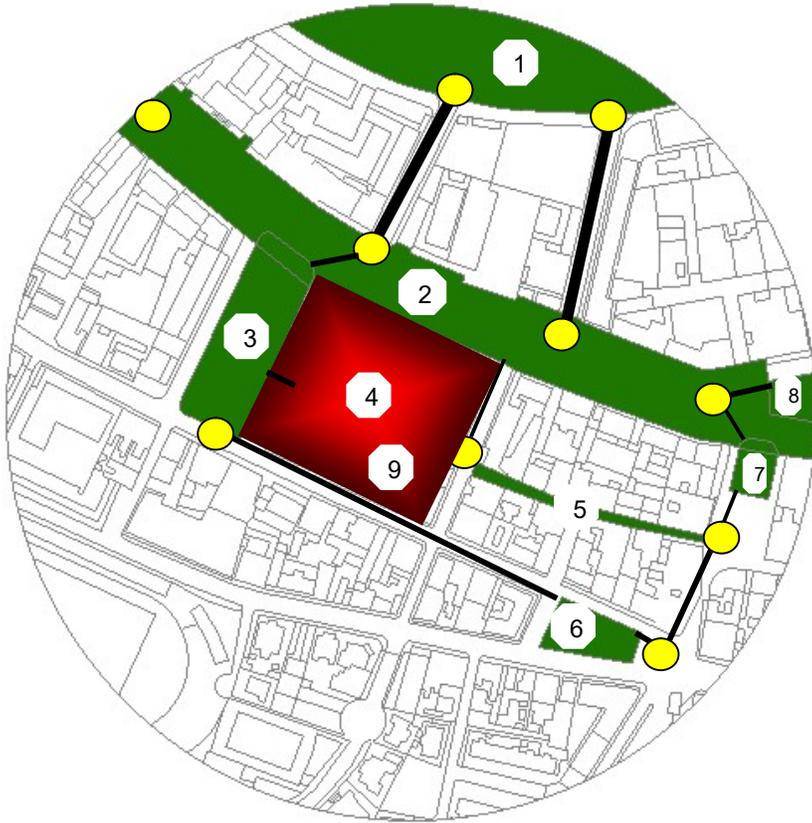
Fig. 81 – Apresentação da área de estudo para a aplicabilidade da metodologia proposta

3.2.1 Dimensão Ambiental

Nas imagens seguintes registaram-se os elementos considerados de dimensão Ambiental e analisa-se o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos numa diretriz horizontal na primeira imagem (Fig.82) e vertical na segunda imagem (Fig. 83), num perímetro de cerca de 200m em torno do quarteirão.

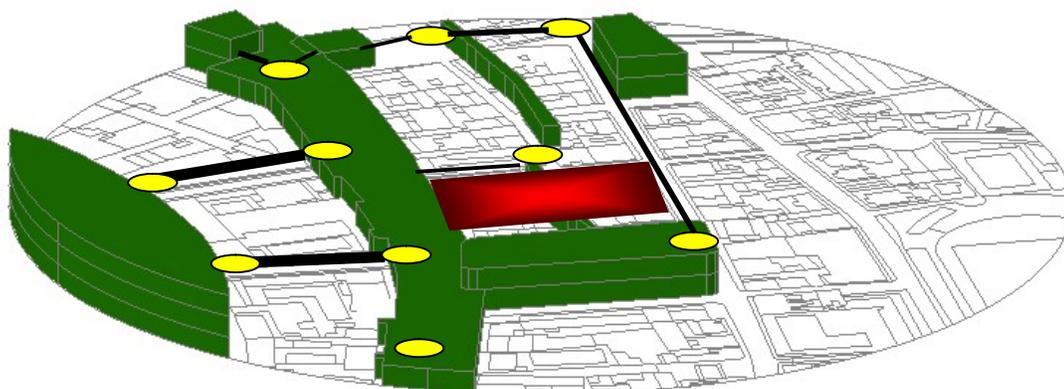
A lista de elementos seleccionados são:

1. Marginal de Luanda – Av. 4 de Fevereiro
2. Rua Rainha Ginga
3. Largo do Atlético
4. Atravessamento do quarteirão
5. Rua dos Mercadores
6. Largo do Pelourinho
7. Igreja Nossa Senhora dos Remédios – espaço frontal
8. Largo Rainha Ginga
9. Quarteirão



-  Elemento Quarteirão
-  Elementos de dimensão ambiental – diretriz horizontal
-  Lugares de enfiamentos visuais de interesse - Pontos de flexão dos canais
-  Canais de ligação de elementos – intensidade forte
-  Canais de ligação de elementos – intensidade média
-  Canais de ligação de elementos – intensidade baixa

Fig. 82 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Ambiental e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz horizontal



Intensidade alta de influência do Elemento no território - diretriz

vertical



Intensidade média de influência do Elemento no território - diretriz

vertical



Intensidade baixa de influência do Elemento no território - diretriz

vertical

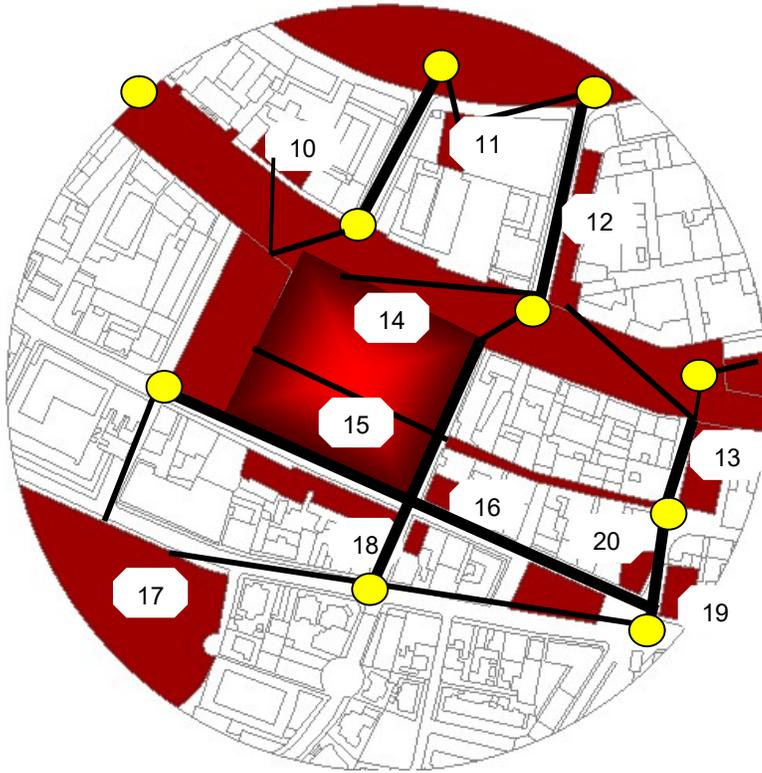
Fig. 83 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Ambiental e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz vertical

3.2.2 Dimensão sociocultural

A abordagem mantém os mesmos critérios do ponto anterior, sendo que os elementos não serão exatamente os mesmos, havendo obviamente alguns que se repetem por acumularem as diferentes dimensões (Fig. 84 e 85).

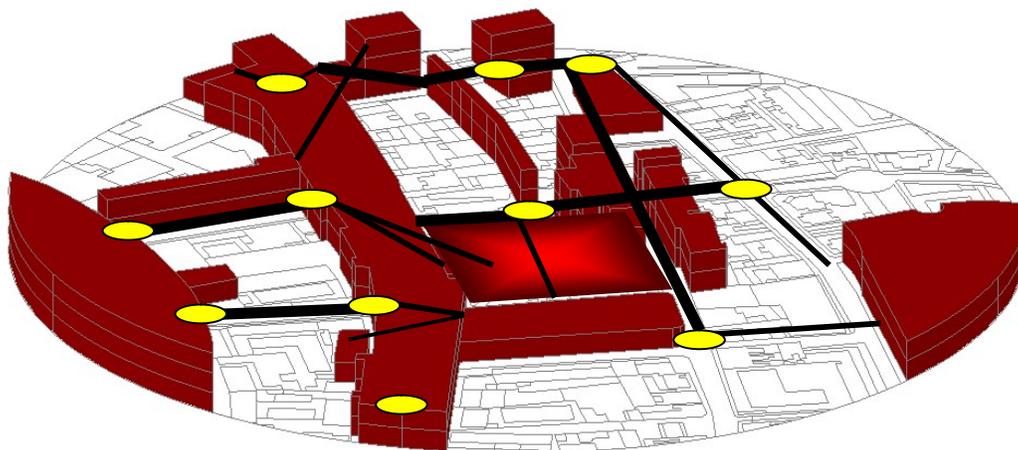
No seguimento da lista anterior, os elementos agora selecionados não identificados no ponto anterior são:

10. Edifício de interesse arquitetónico
11. Espaço de animação cultural
12. Edifício de interesse arquitetónico
13. Igreja de Nossa Senhora dos Remédios – edifício
14. Zona de venda informal de produtos
15. Museu de Antropologia
16. Centro Cultural Brasil/Angola
17. Estádio dos Coqueiros
18. Conjunto de interesse arquitetónico
19. Edifício da EPAL – sobrado recuperado
20. Edifício de interesse arquitetónico – por recuperar



-  Elemento Quarteirão
-  Elementos de dimensão sociocultural – diretriz horizontal
-  Pontos de flexão dos canais – lugares de enfiamentos visuais de interesse
-  Canais de ligação de elementos – intensidade forte
-  Canais de ligação de elementos – intensidade média
-  Canais de ligação de elementos – intensidade baixa

Fig. 84 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Sociocultural e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz horizontal



- 

Intensidade alta de influência do Elemento no território - diretriz vertical
- 

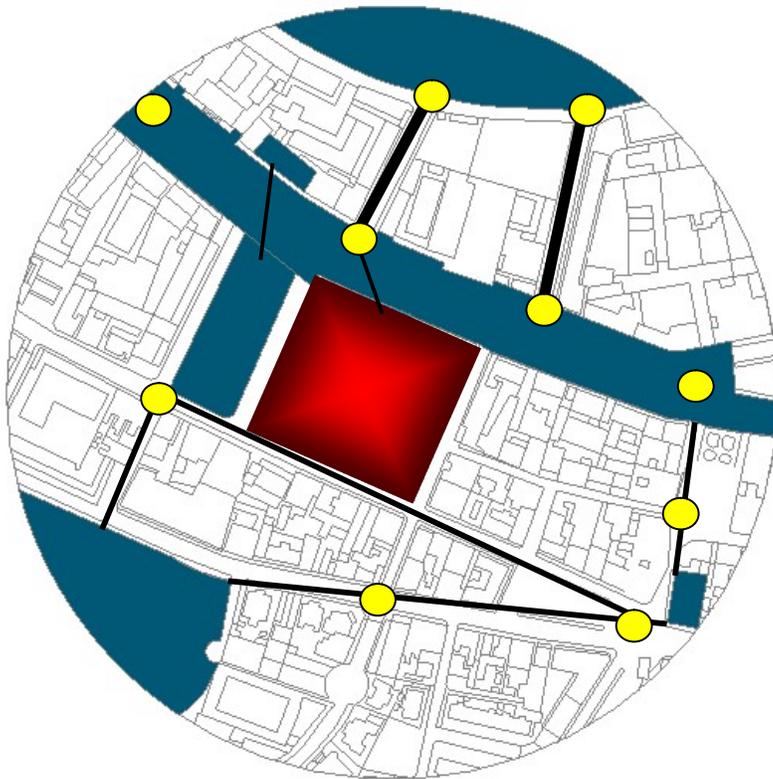
Intensidade média de influência do Elemento no território - diretriz vertical
- 

Intensidade baixa de influência do Elemento no território - diretriz vertical

Fig. 85 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Sociocultural e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz vertical

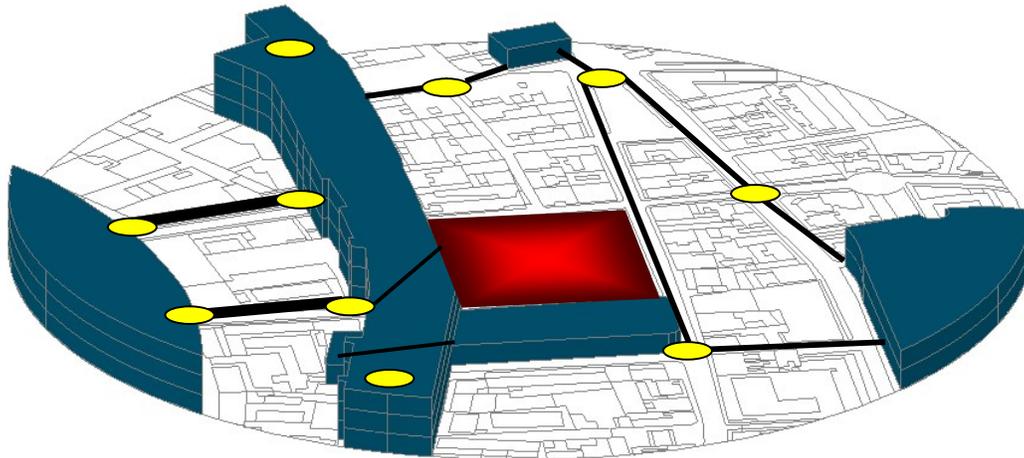
3.2.3 Dimensão socioeconómica

Mais uma vez esta abordagem mantém os mesmos critérios dos pontos anteriores, sendo que não se detetou nenhum elemento relevante neste contexto, que não conste já nas dimensões ambiental e sociocultural, pelo que estes se repetem, acumulando assim as três dimensões em simultâneo (Fig. 86 e 87).



- Elemento Quarteirão
- Elementos de dimensão socioeconómica – diretriz horizontal
- Pontos de flexão dos canais – lugares de enfiamentos visuais de interesse
- Canais de ligação de elementos – intensidade forte
- Canais de ligação de elementos – intensidade média
- Canais de ligação de elementos – intensidade baixa

Fig. 86 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Socioeconómica e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz horizontal



Intensidade alta de influência do Elemento no território - diretriz



Intensidade média de influência do Elemento no território - diretriz



Intensidade baixa de influência do Elemento no território - diretriz

Fig. 87 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Socioeconómica e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz vertical

3.2.4 Primeiras Conclusões

Da análise e levantamento efetuados, nos pressupostos metodológicos defendidos, chega-se á conclusão de que as características exigidas em cada uma das três dimensões estudadas estão preenchidas com a constatação da presença de elementos das três dimensões no território, em cada uma delas. Os elementos encontram-se devidamente articulados por canais de união que, coincidem com a estrutura viária existente.

Com o potencial paisagístico proporcionado em alguns lugares estratégicos devidamente apontados nas imagens, os pontos de flexão dos canais reforçam a interligação entre elementos.

Nas imagens tridimensionais é possível verificar, também nas três dimensões, as diferentes intensidades que cada elemento representa na área de estudo, constatando-se que fica garantida a combinação dinâmica dos elementos nas **diretrizes horizontal e vertical**.

Relevante é verificar que os canais de ligação, nas suas três intensidades definidas, coincidem com a estrutura viária existente. Nos casos em que estas ligações não são diretas e implicam uma quebra na estrutura, é possível recorrer aos pontos de flexão e respetivos lugares de enfiamentos visuais que reforçam a importância da paisagem.

A dimensão sociocultural é sem dúvida a que ocupa uma maior extensão de área no território, independentemente do nível de intensidade de influência dos elementos.

As dimensões socioeconómica e ambiental apresentam ambas uma extensão de ocupação do território muito próximas, independentemente do nível de intensidade de influência dos elementos.

3.3. Esquema de relação entre Dimensões

Importa agora analisar as relações que se proporcionam em simultâneo entre as três dimensões e que resultam num ambiente de combinação dinâmica de elementos (Fig. 88, 89 e 90).

Para isso serão analisadas as diferentes dimensões como um todo, ou seja, sobrepondo a informação anteriormente estudada em separado nas três dimensões, num só esquema de rede que se traduz numa estrutura complexa.

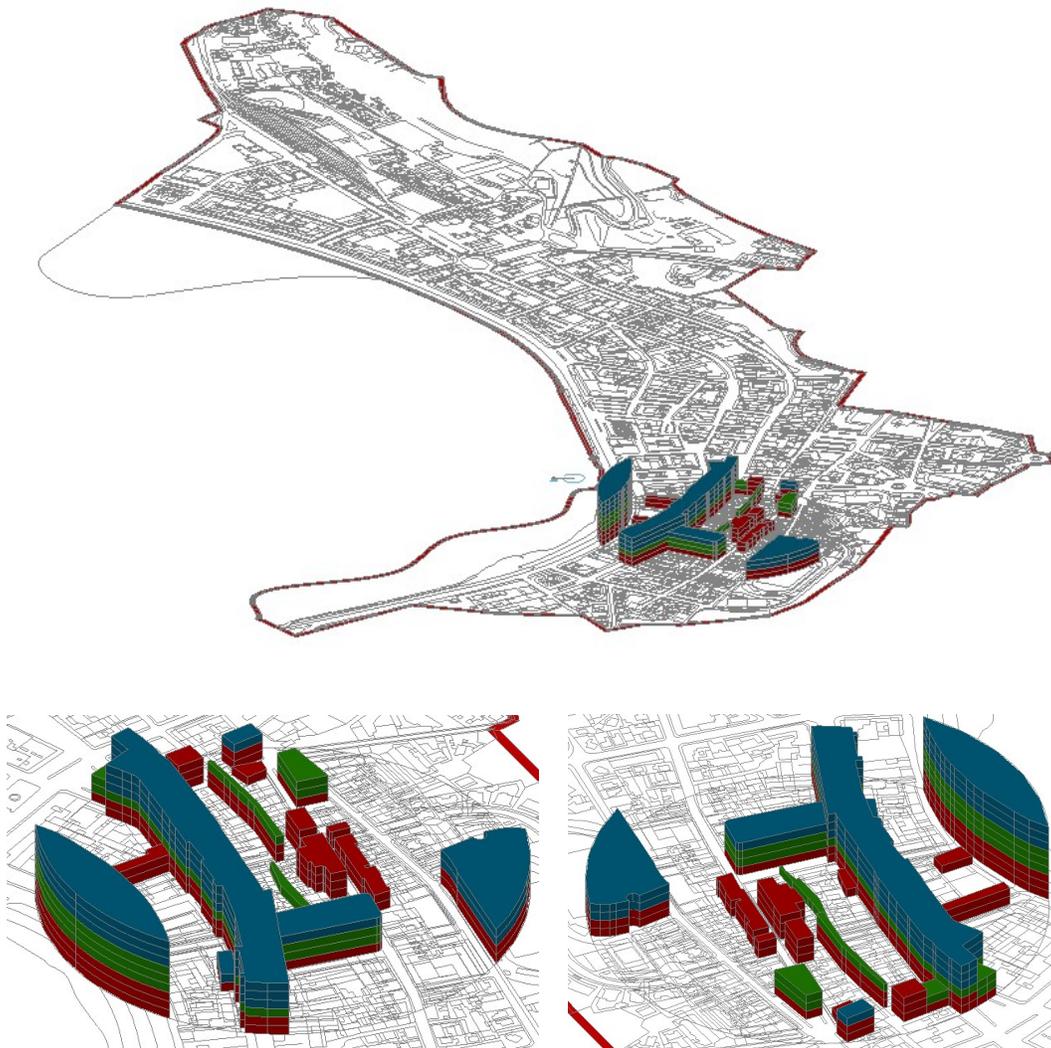


Fig. 88, 89 e 90 – Esquema de análise das relações que se proporcionam em simultâneo entre as três dimensões

A complexidade e densidade desta estrutura, que será também a razão da sua sustentabilidade, traduz-se na existência de elementos comuns, nos canais de ligação coincidentes, bem como os pontos de flexão desses canais e sua importância paisagística.

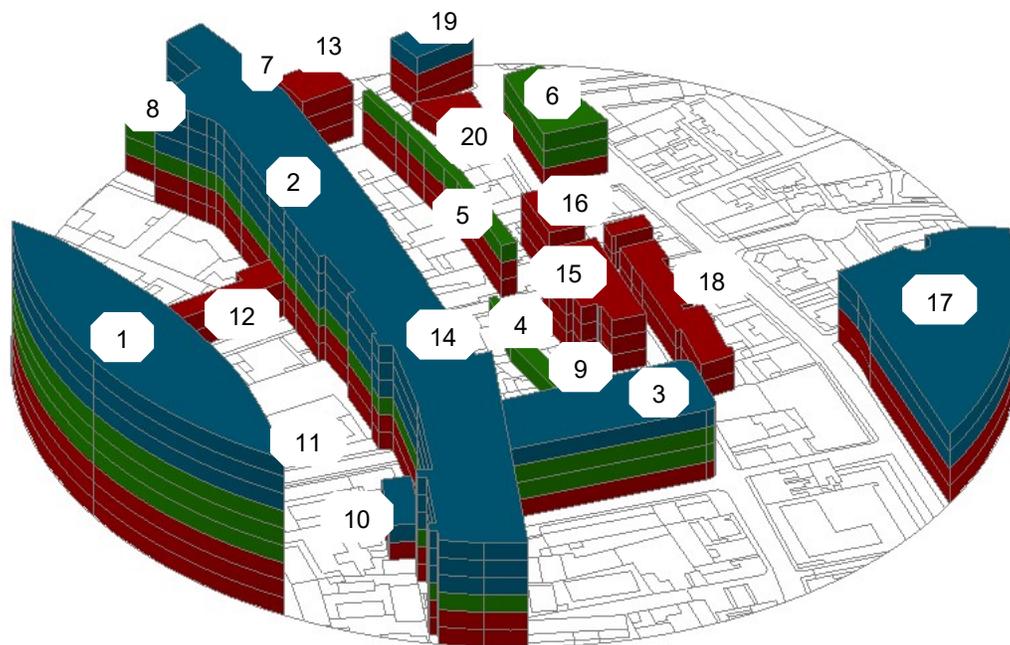
O conceito de densidade adquire, nesse sentido, um cunho prático: revela a potencialidade de interações no âmbito da rede, cada uma delas capaz de produzir valor, novidade, desdobramentos, projetos e vida. Que por sua vez, inseridas também na dinâmica de rede, podem produzir novas interações capazes da mesma produção.

Ora, esse processo indutor de invenção e criação, que aposta firmemente na potência de ordem nova presente no imprevisível e que se permite o exercício de fomentar a multiplicidade, é definitivamente a face mais eloquente da rede.

De seguida, apresenta-se a lista completa dos elementos (Fig. 91) selecionados para o estudo e análise do pedaço de território em causa nas diferentes dimensões abordadas (Fig. 92, 93, 94 e 95) e que se consideram como património cultural do espaço urbano e paisagem que constituem o Recurso Turístico:

1. Marginal de Luanda – Av. 4 de Fevereiro
2. Rua Rainha Ginga
3. Largo do Atlético
4. Atravessamento do quarteirão
5. Rua dos Mercadores
6. Largo do Pelourinho
7. Igreja Nossa Senhora dos Remédios – espaço frontal
8. Largo Rainha Ginga
9. Quarteirão
10. Edifício de interesse arquitetónico

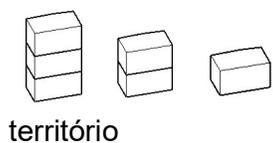
11. Espaço de animação cultural
12. Edifício de interesse arquitetónico
13. Igreja de Nossa Senhora dos Remédios – edifício
14. Zona de venda informal de produtos
15. Museu de Antropologia
16. Centro Cultural Brasil/Angola
17. Estádio dos Coqueiros
18. Conjunto de interesse arquitetónico
19. Edifício da EPAL – sobrado recuperado
20. Edifício de interesse arquitetónico – por recuperar



 Elementos de dimensão económico-social

 Elementos de dimensão ambiental

 Elementos de dimensão sociocultural



Níveis de Intensidade de influência dos elementos no

Fig. 91 – Esquema com apontamento da lista completa dos elementos seleccionados nas diferentes dimensões

► Junção de todos os elementos e respectivos níveis de intensidade de influência no território – deduções:

1. Da análise desta imagem de imediato se percebe que os elementos que ocupam uma maior extensão no território são também os que acumulam as três dimensões.
2. A dimensão ambiental nunca se apresenta isolada. Ela está sempre complementada na sua diretriz vertical por uma outra dimensão. Por outro lado, alguns dos elementos da dimensão sociocultural, encontra-se nesta diretriz completamente isolados.
3. Constata-se a garantia da combinação dinâmica dos elementos na **diretriz vertical**.

Analisando-se separadamente as circunstâncias do território na sua relação no que respeita ao nível de influência no território e respectivas dimensões, verifica-se o seguinte:

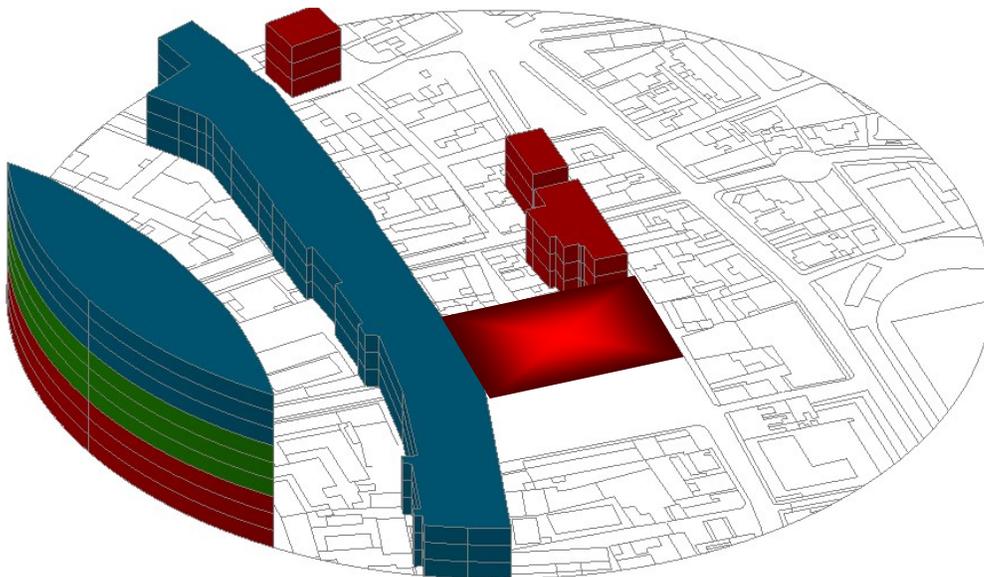


Fig. 92 – Esquema com apontamento dos elementos de Nível de intensidade Maior

► Elementos de Nível de intensidade Maior de influência no território – deduções:

1. As dimensões económico-social e sociocultural são as que possuem a maior extensão de ocupação com nível máximo de influência no território;
2. A dimensão sociocultural é a que apresenta o maior número de elementos de nível máximo de influência no território;
3. A dimensão Ambiental apresenta apenas um elemento com nível máximo de influência no território. No entanto, importa anotar que em toda a dimensão do território da Baixa, este elemento apresenta a maior extensão de ocupação do território e com nível máximo de influência no território;
4. Dos seis elementos apontados, dois têm relação direta com o elemento Quarteirão;

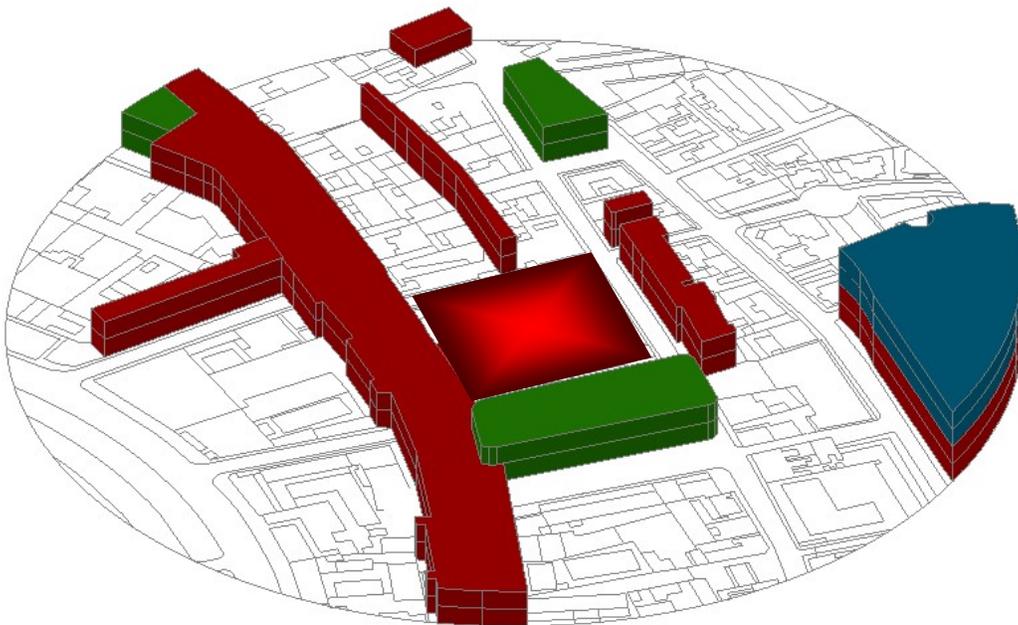


Fig. 93 – Esquema com apontamento dos elementos de Nível de intensidade Media

► Elementos de Nível de intensidade Média de influência no território – deduções:

1. A dimensão sociocultural é a que possui a maior extensão de ocupação com nível médio de influência no território, seguido da dimensão ambiental, mas com menor expressão;
2. A dimensão sociocultural é a que apresenta o maior número de elementos de nível médio de influência no território;
3. A dimensão económico-social apresenta apenas um elemento com nível médio de influência no território;
4. Dos onze elementos apontados, seis têm relação direta com o elemento Quarteirão.

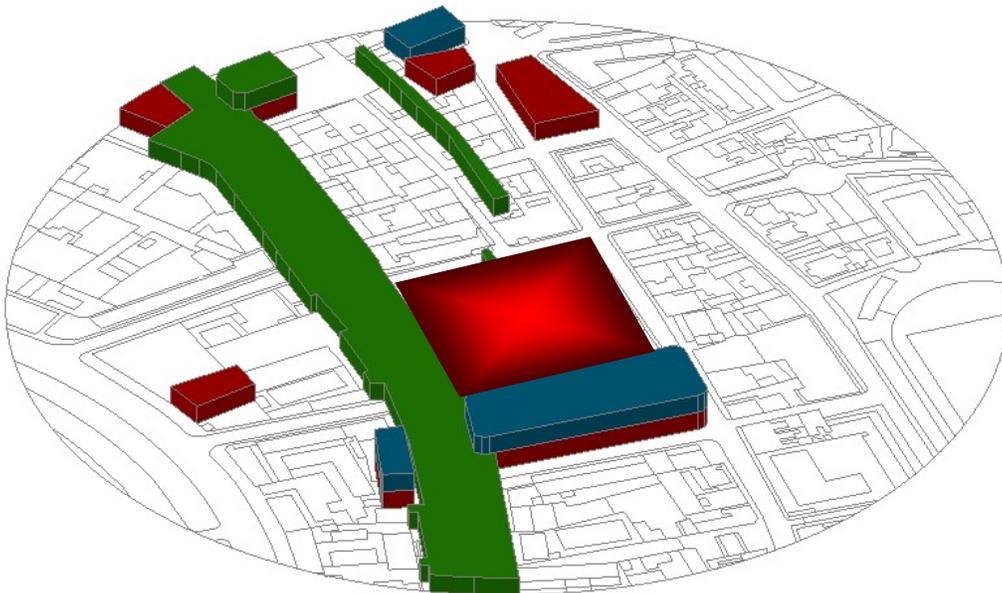
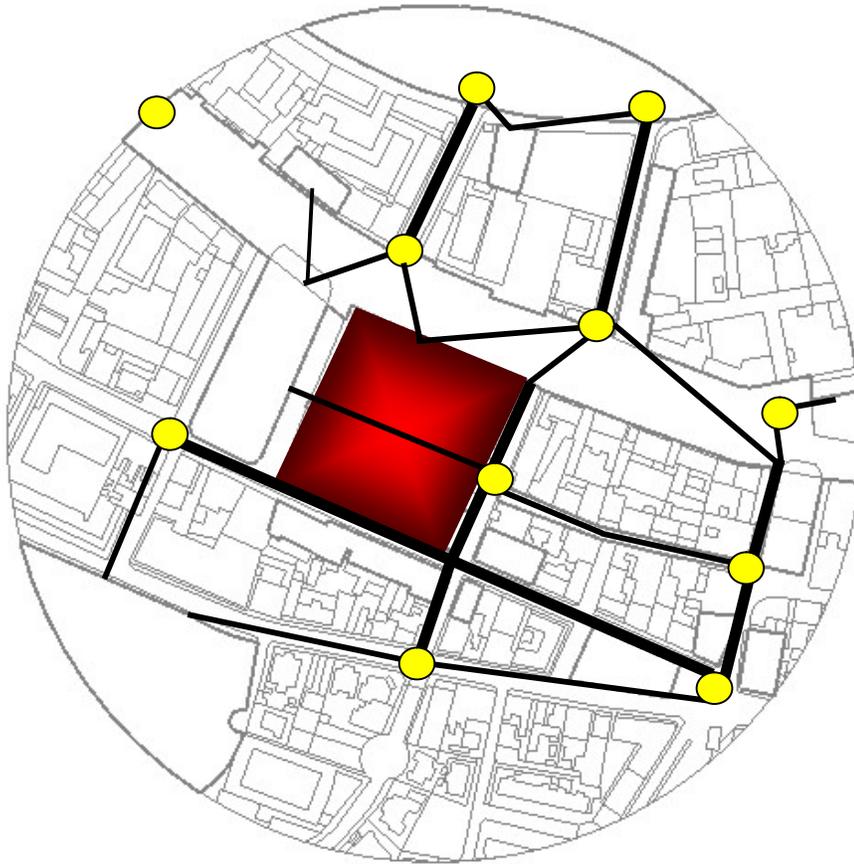


Fig. 94 – Esquema com apontamento dos elementos de Nível de intensidade Menor

► Elementos de Nível de intensidade Menor de influência no território – deduções:

1. A dimensão ambiental é a que possui a maior extensão de ocupação com nível menor de influência no território, seguido da dimensão socio cultural, mas com menor expressão e com elementos mais dispersos;
2. A dimensão económico-social é a que apresenta o menor número de elementos de nível menor de influência no território;
3. Dos doze elementos apontados, quatro têm relação direta com o elemento Quarteirão.

Finalmente apresenta-se o esquema de canais de ligação entre elementos, as suas intensidades de influência no território e a relação com os pontos de flexão dos canais correspondentes lugares de enfiamentos visuais de interesse (Fig. 95).



- Canais de ligação de elementos – intensidade forte
- Canais de ligação de elementos – intensidade média
- Canais de ligação de elementos – intensidade baixa
- Pontos de flexão dos canais – lugares de enfiamentos visuais de interesse

Fig. 95 – Esquema de canais de ligação entre elementos

► Canais de ligação entre elementos e Níveis de intensidade de influência no território nas três dimensões abordadas – deduções:

1. É possível efetuar a ligação entre os elementos, recorrendo à estrutura viária existente, sobretudo porque o elemento Rua Rainha Ginga, contempla atravessamentos diretos entre eles;
2. Os canais de ligação de intensidade forte entre elementos correspondem, na sua maioria, á união dos elementos de níveis de Intensidade máxima de influência no território;
3. Verifica-se que em todas as dimensões, os canais de ligação de intensidade forte são os que unem os elementos Rua Rainha Ginga com a Av. 4 de Fevereiro;
4. Em todas as dimensões, os canais de ligação de intensidade baixa são também os que unem os elementos com menor intensidade e influência no território;
5. A rede estruturada que se cria e unifica, é reforçada na sua consistência, através de pontuais nós de ligação visual que permitem a visualização dos elementos nos percursos que se criam entre os canais.
6. Os canais de ligação de intensidade baixa, estão na sua maioria associados geograficamente, ou coincidem com os canais de ligação de intensidade média. Por outro lado, os canais de intensidade média, estão na sua maioria geograficamente associados ou coincidem com os canais de intensidade forte. Significa esta circunstância que entre todos os canais de diferentes níveis de intensidade, se compõe uma estrutura que se auto sustenta.

3.3.1 Conclusões finais da aplicabilidade da metodologia

Dos ensaios apresentados e das respectivas relações retiradas das interpretações está-se em condições de afirmar que “a sua estrutura, formar-se-á a partir de uma conectividade entre seus pontos ou nós, baseada não em noções primárias de disposição geográfica e quantidade, mas sim na capacidade e dinâmica produzidas por esse tipo de sistema”, que aqui se repetem e servem de base para desenvolvimento das conclusões finais da aplicabilidade da metodologia defendida¹⁰⁸.

• Não linearidade

A estrutura de rede que resulta dos ensaios apresentados, demonstra a “não linearidade” da rede, constatando-se que esta se estende em todas as direções, podendo ser expansível em toda a dimensão do território da Baixa de Luanda, pressupondo a aplicabilidade do método em toda a área e não só ao perímetro de estudo.

Esta circunstância é ela própria condicionada por um carácter necessariamente aberto do sistema. A rede só pode estender-se em todas as direções (e não numa só) por conta da extensão de campo que tem pela frente. Tal extensão nada mais é do que a paisagem que esse espaço da abertura descortina.

Demonstrou-se também que nessa extensão de espaço, a Baixa, a riqueza de elementos é tão maior ou igual ao perímetro de ensaio do território, ao mesmo tempo que as ligações estão garantidas através da estrutura viária, atalhos, enfiamentos visuais, garantindo a aplicabilidade da não linearidade da rede.

¹⁰⁸ COSTA, Larissa (Coord.). Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003, 161 p.

• **Laço de realimentação**

Constata-se que os fluxos diversos implícitos, quer seja de pessoas, transportes, ou outros, deslocam-se ao longo de um caminho cíclico, ou seja, criam uma ordem de movimentação no território.

Essa ordem é produzida por uma dinâmica de auto-ajuste recíproco entre cada um dos elementos que compõem a rede, em função de laços de realimentação.

Os elementos da organização-rede ajustam-se uns aos outros, em função das suas características próprias, no que concerne às suas fragilidades, potencialidades, aos seus erros e acertos, até o estabelecimento de um modo coordenado de funcionamento conjunto.

É um processo de intenso movimento e rearranjo. Na verdade, não existe um elemento de autoridade e comando central nesta dinâmica, isto é, não é um ou outro dos elementos que comanda o todo e se reconheça como centro da rede. A organização emerge, assim, das relações dinâmicas entre os elementos e suas particularidades. Trata-se, portanto, de um processo de auto-organização em que cada elemento tem o seu papel de responsabilidade na sustentabilidade do sistema.

• **Capacidade de se regular a si mesma**

Esta capacidade implica que o sistema de rede tenha a capacidade de corrigir os seus erros, regular-se e organizar-se a si mesma. Isto acontece devido aos laços de realimentação entre elementos que circulam por caminhos cíclicos proporcionados pelos canais de ligação.

Ou seja, os acontecimentos diversificados que ocorrem na rede enriquecem de informação e experiência os elementos constituintes, sendo que um acontecimento errado, mais ou menos eficaz, ou excepcional terá repercussões em todos os restantes elementos.

Desta forma, o conjunto terá a capacidade de se equilibrar e de encontrar uma visão de funcionamento sistêmica em toda a sua complexidade, regulando-se a si mesma. Esta capacidade será tão mais forte quanto mais forte for a rede de canais que proporcionam a comunicação.

• **Multiplicação de ações**

O poder ou sustentabilidade da rede advém da propriedade de multiplicação inerente ao processo de fazer conexões, representado aqui pelo fato de que cada canal pressupõe pelo menos dois elementos e de que cada elemento pode estar na origem de uma infinidade de canais de ligação, reforçados por pontos de flexão dos canais que correspondem a lugares de enfiamentos visuais de interesse.

Tal capacidade de multiplicação de canais pelos elementos é o que produz a capacidade de expansão com aparência intrincada de malha da rede e confere complexidade ao seu desenho e conseqüentemente ao seu funcionamento.

Desta forma, constata-se de que nada adianta para a rede a existência de um grande número de elementos sem que estejam acompanhados de um considerável número de canais de ligação. Muitos elementos pouco interligados têm menos qualidade de rede do que poucos elementos profundamente conectados.

Por outro lado, através de um canal de conexão, um elemento isolado pode integra-se à rede, garantido a sua expansão no território. Significa esta circunstância que quanto mais rico for o território em matéria de elementos e canais de ligação, maiores são as possibilidades da rede se ampliar.

• **Dinâmica do relacionamento horizontal/vertical**

A dinâmica de relacionamento apresenta, neste estudo de caso, uma diretriz horizontal e outra vertical. Ambas se complementam e não existe relação de subordinação entre elas. Pelo contrário, elas complementam-se nas suas características de horizontalidade e verticalidade.

A ligação entre elementos fortes na sua intensidade vertical, reforça a intensidade e a importância do canal de ligação no que respeita à sua capacidade de união e fluxo. Existem elementos que são eles próprios canais de ligação, o que reforça o relacionamento dinâmico da rede estruturada.

Esta é uma conceção formalista de rede, baseada apenas na sua forma aparente, mas que considera como componente importante a dinâmica de relacionamento horizontal e vertical que a rede constrói e proporciona, sobretudo tendo em conta as características diversificadas de cada elemento.

• **Interdisciplinaridade**

A interdisciplinaridade implica o funcionamento sistémico da rede ancorada em perspetivas filiadas às várias correntes do chamado pensamento sistémico e às teorias da complexidade, teorias abordadas entre outros pelo físico austríaco Fritjof Capra¹⁰⁹.

Deste tema importa refletir apenas superficialmente acerca da visão da rede enquanto sistema vivo, mas não desenvolver, por se afastar da essência deste contexto.

Com efeito, este tipo de abordagem visa compreender as novas dinâmicas sociais, políticas e económicas dos sistemas vivos e, especialmente, de seu padrão básico de organização em que as redes são identificadas com um padrão comum a todos os organismos vivos.

¹⁰⁹ Fritjof Capra (“A Teia da Vida”, obra de 1996)

Verificadas as conclusões finais da aplicabilidade da metodologia conclui-se, em parte, a tese de uma proposta metodológica de intervenção na Baixa da cidade de Luanda através da leitura do espaço urbano e paisagem como património Cultural e Recurso Indissociável ao Desenvolvimento de um Turismo Sustentável.

Capítulo IV

Conclusões Finais

Capítulo IV – Conclusões Finais

O trabalho que aqui se desenvolve, pretende ser um modesto contributo para o progresso do estudo académico em Angola, particularmente nas áreas do urbanismo, ambiente, património cultural e do turismo. Com efeito, há ainda muito caminho a percorrer neste sentido, sendo por isso pertinente toda e qualquer reflexão em torno destes temas no contexto deste país.

Assim, constitui foco principal desta tese perceber e analisar conclusivamente o potencial da cidade de Luanda no que respeita ao desenvolvimento e turismo sustentável, identificando os fatores urbanos mais relevantes na zona da Baixa de Luanda enquanto território de estudo, marcado pela diversidade que a caracteriza.

Para isso, apresenta-se uma proposta metodológica de intervenção com recurso a uma rede urbana estruturada que se reflete numa linguagem territorial própria e lógica no contexto do turismo sustentável, recorrendo a características e elementos patrimoniais ao nível do espaço urbano, uma vez que se julga ser esse o caminho para um turismo sustentável.

São apontados inicialmente alguns conceitos no enquadramento da tese, sendo que o que se pretende para o enquadramento em causa, fazer perceber a evolução da aplicabilidade dos conceitos no âmbito do património e do turismo urbano numa perspetiva de sustentabilidade, e numa abordagem direcionada para o real contexto do território em foco.

O património africano permanece muitas vezes desconhecido pela historiografia e menosprezado pelos atores políticos responsáveis pela sua conservação e valorização. Constata-se igualmente a quase inexistência de menções à arquitetura africana nos principais guias de arquitetura moderna.

Por outro lado, verifica-se que o centro histórico se apresenta como um espaço fortemente latente ao desenvolvimento turístico, no sentido em que apresenta vasto património de potencial recurso, destacando-se a componente material como a arquitetura e o património histórico construído, os monumentos, as ruas, a riqueza histórico-urbana, os espaços públicos como parques, praças, a frente de mar que, no caso da Baixa de Luanda, é emblemática juntamente com todo um conjunto urbano que interliga estas realidades.

Considerou-se importante para a definição de uma metodologia de intervenção turismo sustentável a visão conjunta das diferentes fases de desenvolvimento urbano da cidade, seus elementos constituintes, sua história evolutiva, numa lógica articulada e integrada, por forma a tirar proveito das características que compõem o território de análise.

A Baixa foi sendo alvo de intervenções e de especial atenção ao longo de décadas, pelo seu desenvolvimento urbano, nomeadamente com as obras de aterro da baía ou pelo desenvolvimento de Planos e outros estudos urbanos para a cidade que apresentavam sempre um cuidado especial nesta zona.

Na última década, apesar da destruição de parte do património, a Baixa compõe-se por um número significativo de edificações cujo valor histórico, arquitetónico, paisagístico, ou simplesmente pela sua antiguidade e simbolismo, contribuem para a identidade desta zona. Património esse que pode projetar a cidade de Luanda a um lugar ímpar no turismo regional e internacional, desde que acompanhado de políticas e estratégias adequadas.

Com a inexistência de uma história industrial, com a dependência de importação de bens e total dependência do comércio do petróleo e diamantes, o País mantém a sua economia num ambiente fragilidade e incerteza face ao impacto da globalização, desprotegendo ao mesmo tempo as classes mais frágeis cujo acesso á dinâmica económica fica praticamente tomada pelas elites soberanas.

A aproximação entre angolanos, far-se-á mais facilmente através de uma distribuição equitativa dos recursos económicos e dos resultados de um desenvolvimento sustentado, uma vez que a guerra civil angolana agravou os conflitos distributivos, não só ao nível da propriedade dos meios de produção, mas também no que toca à repartição da riqueza nacional.

A guerra provocou a fragmentação do tecido social e a atomização dos mercados, desligados entre si, quase autossuficientes ao nível de uma reprodução simples da atividade económica tendo como consequência o forte movimento da população rural para Luanda, fruto da insegurança causada pelo ambiente de guerra.

O aumento considerável em consequência do êxodo massivo de populações das zonas rurais para a capital teve como consequência um crescimento acentuado, desordenado e não controlado, o que tem provocado sérios problemas como a escassez de habitação condigna, o deficiente saneamento básico, défice no abastecimento de água e energia elétrica, insuficiência de estradas, desemprego e consequentemente aumento dos índices de pobreza, condições precárias de saúde e criminalidade.

Na realidade de hoje, encontram-se situações, que entrecruzam elementos quer “modernos” quer “tradicionais” em várias áreas. Estas soluções de compromisso, no entanto, não são apenas o resultado de uma vontade de manter e cultivar hábitos e práticas ancestrais, mas é também resultado da impossibilidade de, em algumas áreas, aceder aos modos de vida e às estruturas urbanas.

Com a obtenção da paz, a retoma económica e a organização do CAN 2010, um dos importantes investimentos centrou-se na reabilitação das infraestruturas, a fim de aumentar as capacidades recetivas. Os trunfos, em termos de potencialidades turísticas de Angola, são verdadeiros e afirmam-se com o crescimento excecional do número de entradas de turistas no país durante os últimos anos.

A diversidade cultural paralelamente com o cosmopolitismo está no cerne do turismo Angolano. O amplo leque de experiências que podem ser vividas pode contribuir para atrair os visitantes que escolhem este país como destino turístico.

A rica variedade do seu património cultural, das suas paisagens naturais, da sua gastronomia e da sua história faz com que cada Província ofereça sensações diferentes a quem os visita. A preservação dessas diferenças é primordial e constitui um trunfo de primeiro plano na promoção de Angola no resto do mundo.

No entanto, o desenvolvimento do sector ainda se encontra limitado por diferentes obstáculos, tais como os processos administrativos (como é o caso dos vistos de entrada), a política de preços nas unidades hoteleiras, a falta de preparação dos atores e a fraca promoção do país como destino turístico, a inexistência de uma legislação completa e eficaz, ou ainda o clima de insegurança que ainda classifica o país.

Com efeito, da Baixa resta-nos apenas um território vulnerável e definido pela ausência de uma verdadeira identidade urbana. Neste sentido, torna-se pertinente questionar sobre as políticas de renovação urbana", bem como a estratégia definida para o turismo neste território e sobretudo o interesse sobre os diversos elementos patrimoniais que a compõem.

O fenómeno de crescimento em altura tem sido, na última década, exponencial em toda a cidade, fazendo-se sentir com mais visibilidade na marginal, uma vez que a rotura com as cérceas predominantes foi abrupta e sem critérios de planeamento que suportem as opções urbanas para esta frente da cidade.

A recente intervenção na Marginal, com a introdução de uma nova estrutura viária e incorporação de espaços públicos de lazer, entre outras características já aqui descritas, rompeu com a continuidade fluida e natural entre estas duas realidades que fazem, ao mesmo tempo, parte de um todo.

O perfil viário criado na nova marginal não beneficia o peão, quebra a relação e a permeabilidade urbana entre duas realidades distintas, mas que fazem parte de um todo, pelo que não contribui para a fluidez da vivência deste território e por conseguinte não é uma circunstância que favoreça uma estratégia de turismo funcional

Estas circunstâncias tornaram-se um fator de julgamento por parte dos cidadãos em geral, mas sobretudo por parte de estudiosos, conhecedores e críticos defensores do Património da cidade em particular da Baixa, onde se encontra um conjunto de elementos a preservar e considerar sob pena de se perder a funcionalidade, a história e a identidade da cidade.

Na verdade, parece haver uma pendência para um reencontro da cidade contemporânea com a cidade histórica que vai sendo sucessivamente idealizado, experimentado, buscando-se o melhor modo e forma de causar e um inatingível consenso de opinião.

A abordagem desta tese, implica o reconhecimento de que o centro histórico da Baixa, constitui-se crucial para a valorização da paisagem cultural da própria cidade de Luanda, pois nele conjugam-se elementos do espaço urbano e da paisagem, do passado e do presente, numa dinâmica e diversidade que se refletem na concentração da criação da oferta cultural e na abertura de espaços para esse fim, denunciando uma Luanda que anseia cosmopolitismo.

Percebeu-se também que, a essência da Baixa enquanto Património da cidade e do país, com fortes raízes no passado que se traduzem numa riqueza patrimonial cultural, histórica e paisagística com a grandeza suficiente para a colocação de Angola num destino turístico de qualidade, pese embora as dificuldades político-institucionais imperem como um obstáculo fatal a este objetivo. E esta realidade não pode ser ignorada.

Existem constrangimentos identificados que devem ser ultrapassados sob pena de nunca ser possível a aposta no turismo em Angola e que se prendem com o excesso de trânsito automóvel, escassez de estacionamento, a existência de muito lixo nas ruas, edifícios degradados, acessos pedonais invadidos e condicionados por veículos ou vendedores de rua, entre outros.

Há que se proporcionar mais abertura à entrada de turistas facilitando o acesso a vistos de entrada, oferecendo os devidos serviços de facilitação destes processos; há que se formar quadros especializados que possam dar uma resposta com qualidade ao turista.

Há que se resolver os problemas de falta de condições básicas como o acesso a água e energia; E obviamente, há que se dar uma importância maior ao património cultural existente valorizando-o e cuidando-o em detrimento de outros interesses paralelos que atingem apenas um nicho da população, e não a população em geral.

A modernidade é o sentido apontado pelo e para o seu desenvolvimento. Mas, falar de modernidade não é só falar das áreas de expansão recente da cidade, dotadas de requisitos para as exigências de vida atuais e de uma linguagem arquitetónica contemporânea e universal; é falar também numa atitude que passa pela contemplação da existência de um centro histórico na cidade, deliberando sobre o seu futuro, acerca da sua conservação.

É neste contexto que surge a oportunidade de repensar a cidade, com perspetivas de futuro e de conhecimento do passado e entende-la enquanto espaço de diferenças, de subjetividades, de interações de identidades e confrontos. O exercício de gestão, planeamento, estudo, análise e reflexão do território e das suas políticas urbanas urge neste contexto (Anexo 3).

É também neste contexto que surge a oportunidade de lançar uma proposta de intervenção metodológica de intervenção na Baixa de Luanda.

A tese compreende uma descrição agrupada de elementos que compõem o recurso turístico “património cultural do espaço urbano e paisagem” por três dimensões essenciais para o alcance dos princípios de um turismo sustentável e que são também as defendidas pela Organização Mundial do Turismo, mais concretamente uma Dimensão Ambiental, uma Dimensão Sociocultural e finalmente uma Dimensão Socioeconómica.

Passou-se à escolha de elementos, como recurso necessário para a apresentação da proposta metodológica de intervenção, com base no critério geográfico bem como na importância que esses elementos têm na correspondência às diferentes dimensões já especificadas para a constituição do património cultural do espaço urbano e paisagem.

A variedade e diversidade de elementos, implicou um tipo de abordagem mais sintetizada, atendendo a que existem elementos importantes enquanto referências urbanas, patrimoniais e paisagísticas que não são descritos e caracterizados, ainda que considerados como fazendo parte da composição de uma estrutura com fim à implementação de uma metodologia de turismo sustentável.

A constituição de uma rede estruturada faz parte da estratégia metodológica de intervenção no território que permite a criação de um ambiente de turismo sustentável de longo prazo no território da Baixa de Luanda.

O ambiente sustentável que se persegue, será tanto maior quanto mais complexo for o sistema, sendo que a sua interdependência tratará de garantir a sustentabilidade, e para que o ambiente funcione, basta então garantir a ação eficaz do sistema atuando nas diferentes variáveis dimensionais de cada elemento por forma a não se perder o equilíbrio.

Das análises efetuadas, através da interpretação de esquemas apresentados em plantas, em parte do território da Baixa, pôde-se concluir fundamentalmente que existem condições para um ambiente de turismo sustentável de longo prazo, provocado pelos recursos turísticos do património cultural do espaço urbano e da paisagem, cumprindo cada um desses elementos as três dimensões do turismo sustentável. Em cada dimensão, por sua vez, é possível a criação de uma rede estruturada de combinação de elementos, resultando no seu conjunto num equilíbrio de combinação dinâmica de elementos.

Os elementos unem-se através de canais de ligação que coincidem com a estrutura viária existente, reforçando-se essa ligação com os locais favoráveis no que respeita aos enfiamentos visuais e pontos de vista proporcionados.

Foram interpretados esquemas comportando os elementos isoladamente nas diferentes dimensões, bem como a sua intensidade de influência no território e retiradas conclusões em cada um dos esquemas. Foi também interpretado um esquema com a junção de todos os elementos nas três dimensões em simultâneo, concluindo-se que a maioria dos elementos em causa contempla todas elas e com uma intensidade média ou forte.

Com estas interpretações criam-se as condições para a fundamentação desta tese. Recorrendo a esta metodologia de intervenção em rede estruturada, e analisando as diferentes dimensões do turismo sustentável de cada elemento, mas num contexto holístico, está-se perante um território com potencial de património cultural que suporta a implementação de uma estratégia eficaz de um turismo sustentável.

A clivagem do local versus global nas orientações sobre os legados culturais e heranças patrimoniais, proteção versus inovação, evidenciam o conflito entre a identidade e memória coletiva. Como resultado, as pressões políticas e as decisões tomadas, procuram o compromisso das diversas preocupações, implicando inclusive o redesenho e a inflexão de tomadas de posições projetais.

A nível global o debate sobre turismo urbano coloca-se na questão de como intervir estrategicamente ao nível local. Sob a pressão da competitividade económica, as políticas urbanas encaram a arquitetura e paisagem como a combinação de imagens competitivas de regeneração económica e coesão sociocultural numa partilha de símbolos urbanos e orgulhos cívicos.

A recente importância do marketing urbano e das estratégias de regeneração simbólicas (iconização) fornecem uma visão analítica das dinâmicas culturais das políticas urbanas por detrás dos interesses das políticas económicas e funções estruturais.

Em várias cidades europeias as políticas culturais são orientadas em função dos objetivos políticos incluindo tradições locais assim como das tendências globais. Mas se neste continente as experiências urbanas são um desafio contínuo, no continente Africano, há de fato muito ainda por trabalhar neste campo, sobretudo em Angola.

O que é recente no desenvolvimento das cidades é a sua utilização como modelo na regeneração urbana associado a políticas urbanas em áreas degradadas ou em transformação.

A interação entre a recuperação física (edificado e espaço público) e a reabilitação económica aliada à regeneração Sociocultural tem benefícios e vantagens. Os benefícios económicos da regeneração cultural foram salientados nos anos 80 e atualmente é um dos aspetos e indicador da qualidade de vida urbana.

A regeneração física cada vez mais passa por projetos artísticos culturais e pela qualidade do desenho nos espaços de uso quotidiano. Novas formas de sociabilidade e novos modos de vida associam-se a novas formas de consumo cultural e produção cultural.

Distingue-se a visão atual da posição dos anos 80 pela valorização dos frágeis e benefícios da coesão social e competitividade económica e sua inter-relação com as comunidades na promoção de projetos culturais locais e na distribuição dos apoios e benefícios, de forma, equitativa e sustentável.

Neste contexto, a Baixa de Luanda não está “perdida”, tem apenas de se “encontrar”, e é com esperança nesse encontro que esta tese pretende ajudar a desbravar o longo caminho a percorrer.

Anexos

Anexo 1

Entrevista a Emanuel Caboco, chefe do Departamento do Instituto Nacional do Património Cultural, em entrevista ao Jornal “O PAÍS”, fala sobre o tema “Todos os Dias Comete-se um Atentado ao Património”

Entrevistador: Como caracteriza Luanda do ponto de vista do património cultural edificado?

Emanuel Caboco: Luanda é uma cidade considerada de grande mérito pela sua história, arquitetura, urbanização e paisagem (panorâmica e cultural). Ela ainda possui um conjunto de características e valores acrescidos da sua idade que a tornam num espaço urbano excepcional, apesar dos impactos provocados pelas intervenções que ocorreram ao longo dos tempos terem alterado significativamente a sua morfologia.

Entrevistador: entretanto, já foi mais bela e atrativa.

Em tempos idos, Luanda era apontada como uma das mais belas cidades da África Austral, justamente pela diversidade formal dos seus edifícios, a sua apreciável coerência arquitetónica, a contenção volumétrica e a homogeneidade de todo o seu traçado.

Entrevistador: que diagnóstico faz deste património?

Esta é uma questão muito difícil de ser respondida. Mas, a verdade é que uma boa parte do património arquitetónico classificado encontra-se degradada. Com o êxodo da população portuguesa em 1975 no contexto da proclamação da Independência Nacional, e o incremento das hostilidades pelo interior do país, a população procurou refúgio nas cidades, sobretudo em Luanda onde havia segurança.

As populações ocuparam massivamente os edifícios que na sua maior parte não foram projetadas para acolher tanta gente. Logo, não só os edifícios urbanos mas também toda a rede técnica acabaram por degradar-se

gradualmente. Por outro lado, já se registou um pouco por todo país, no âmbito da Reconstrução Nacional, um certo movimento de recuperação de toda uma série de infraestruturas, incluindo o património.

Entrevistador: que comentários faz sobre o atual aspeto da urbe?

Como sabe, a cidade foi fundada em 1576 e sofreu ao longo dos tempos algumas transformações com consequências importantes na legibilidade que oferece hoje, quanto ao percurso histórico da sua urbe.

É óbvio também que a evolução do uso dado ao espaço que compreende em particular o Centro Histórico provocou alterações nas componentes da arquitetura mais tradicional. Hoje as intervenções tendem cada vez mais transformar a imagem da paisagem urbana de acordo com as demandas.

Entrevistador: que edificações servem, de referência para a cidade no seu atual contexto?

Muitas das construções mais antigas e notáveis de Luanda dos séculos XVI, XVII e XVIII acabaram por desaparecer, salvo raras exceções. Das poucas que restaram contam-se o complexo de fortificações (as Fortalezas de São Miguel, São Pedro da Barra e do Penedo), a torre da antiga Sé Catedral (onde funciona atualmente o Instituto de Meteorologia) e alguns poucos sobrados que se encontram ao longo dos mais antigos arruamentos de Luanda (Rua dos Mercadores, Rua Major Kanhangulu, Rua Frederich Engles e Rainha Ginga).

Entrevistador: há já alguma proposta para a requalificação da Rua dos Mercadores?

Em princípio não, embora se reconheça que seja aquela rua um dos recantos mais típicos de Luanda antiga e que o seu estado de conservação seja crítico.

Entrevistador: que projetos existem para a proteção do Centro Histórico de Luanda?

A nossa luta tem sido a de tentar impedir que a degradação continue ou não ao ritmo que tem sucedido. É uma luta que vimos travando ao longo dos anos.

Tivemos pouco sucesso e ficamos muito aquém daquilo que seria desejável. O património arquitetónico continuou a degradar-se. Em contrapartida há uma forte tendência de substituição dos monumentos por construções mais modernas e mais vistosas.

Outro aspeto importante desta questão é que um projeto de conservação ou de recuperação de um centro histórico requer verbas avultadíssimas, mas até recentemente o investimento para a reabilitação, manutenção e reconstrução das várias infraestruturas e do próprio património era extremamente reduzido.

Enquanto isso não acontecer, o que temos que fazer é persistir na luta pela preservação do Centro Histórico de Luanda, procurando ajustar o interesse de modernizar a cidade com o propósito de se manter viva a sua memória.

Entrevistador: como fazer para travar a onda de demolições do Património na capital do país?

Pensamos que é urgente a busca de uma solução saudável para o problema que afeta particularmente a cidade de Luanda. Todos os dias comete-se um atentado ao património.

A verdade é que não se pode continuar a desperdiçar os mecanismos, correndo o risco de desarticular inclusivamente as políticas do Estado, desperdiçar os meios e, o mais grave e real, obtendo resultados de duvidosa eficácia.

Na prática, só através de uma compreensiva cooperação entre os vários agentes implicados na gestão do património das nossas cidades, nomeadamente os órgãos do Estado, proprietários, a sociedade, se pode contornar a situação das demolições, descaracterização, e outros aspetos, porque os propósitos da classificação e preservação do património não estão acometidos a um único órgão, que é o Ministério da Cultura, mas sim a uma rede de instituições que tratam da gestão urbana e a todos a quem interessa esse mesmo património. Resumindo, trata-se de uma responsabilidade coletiva!

Entrevistador: e o que diz a UNESCO a esse respeito?

Angola é desde 1992 Estado-parte da Convenção de 1972 da UNESCO, sobre o Património Mundial, Cultural e Natural e tem obrigações perante a comunidade internacional inerentes à proteção do património à luz desse documento.

Sabe que a UNESCO, através do Comité do Património Mundial (WHC) e mesmo através do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) encoraja os países a dar um tratamento coerente ao Património Cultural e Natural, e equilibrado que é a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger os bens culturais e naturais em todo mundo. Mas o Estado Angolano tem certas obrigações.

O papel da UNESCO reserva-se sobretudo às questões que afetam os bens classificados como Património da Humanidade ou quando o bem faça já parte da Lista indicativa do Estado.

Entrevistador: qual tem sido a posição da Ordem dos Arquitetos de Angola?

Felizmente iniciam-se movimentos de alguns sectores da sociedade civil visando conter uma série de situações e até mesmo prestar assessoria ao Estado. É o caso da Ordem dos Arquitetos que tem uma perspetiva coerente em relação aos problemas que afetam o património no nosso País. Um outro caso é a Associação KALU que tem tido papel importante na proclamação da preservação do Património em conjunto com a Universidade Lusíada (Projeto Reviver).

Entrevistador: de que forma deverão eles intervir, uma vez que têm a sua quota parte neste processo?

No caso da Ordem dos Arquitetos, esta agremiação tem um papel muito importante a desempenhar, porque na prática recai sobre os arquitetos, urbanistas, engenheiros, a responsabilidade de elaboração de projetos, a sua

fiscalização e etc. São esses profissionais os responsáveis pelo futuro das nossas cidades.

Consideramos que um dos desafios que a Ordem tem é a luta contra os comportamentos desfavoráveis à questão da preservação do património. Temos bons profissionais, mas muitos deles também, por mais graduados que sejam, têm opções e comportamentos éticos duvidosos, ocasionando situações que não se imaginava em pleno século XXI. Muitos destes atuam numa perspetiva de empreiteiro, ignorando as preocupações culturais, o que é muito grave.

Entrevistador: e a Sociedade?

Temos de reconhecer que a nossa consciência em relação à preservação do património é ainda bastante recente. Falta-nos sensibilidade para este problema. Achamos que uma das soluções passa pelo incremento da educação patrimonial.

O assunto deve ser tratado na sala de aulas mesmo não fazendo parte do currículo obrigatório. Uma coisa é a visão do INPC que passa pelo olhar técnico e que nem sempre coincide com o olhar do educador; outra é a visão do professor, a visão pedagógica, cujo objetivo é ensinar e formar.

As ações desta instituição nunca serão suficientes para sensibilizar a sociedade, sem descurar a obrigatoriedade de a mesma criar condições para o alargamento do volume de informação sobre o que há no nosso país como sendo património.

Entrevistador: o que diz a Lei do Património Cultural?

Temos uma Lei, promulgada em 2005, que é conhecida como a Lei 14/05, do Património Cultural, cuja regulamentação vem sendo feita. Este é um passo. Trata-se de uma Lei atual e atuante embora a aplicação não seja sentida. Achamos que o INPC tem de ser adaptado às necessidades que essa legislação estabelece, em vez de uma estrutura rígida, incapaz de mobilizar o país e responder às suas questões e aos problemas.

O seu estatuto deve ser suficientemente elástico, capaz de fazer face às solicitações e para criar novos tipos de ação e numa perspetiva funcional congregar em si as funções que até agora têm estado dispersas. E por quê não pensar na possibilidade de criar um Conselho Superior do Património Cultural? Talvez pudesse fazer suprir a relevante lacuna existente no que respeita à tomada de decisões.¹¹⁰

¹¹⁰ Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/category/patrimonio/page/2/>

ANEXO 2

- **ERMIDA DE Nª Srª DA NAZARÉ (Século XVII)**

Situada na parte baixa da Cidade, com fachada voltada para a Avenida 4 de Fevereiro,
Classificada pela Portaria nº 135 – Boletim Oficial nº 26, de 8 de Junho de 1922.

- **FORTALEZA DE S.MIGUEL (Século XVI-XVII)**

Situada no Morro de S.Paulo à entrada da Ilha de Luanda,
Classificada pela Portaria nº 2837 – Boletim Oficial nº 48, de 2 de Dezembro de 1938.

- **IGREJA DE Nª Srª DO CARMO (Século XVII)**

Situada na Rua Tipografia Mamã Titã,
Classificada pela Portaria nº 5217 – Boletim Oficial nº 29, de 18 de Julho de 1945.

- **IGREJA DE Nª Srª DOS REMÉDIOS (Século XVII)**

Situada na parte baixa da Cidade, na Rua Rainha Ginga,
Classificada pela Portaria nº 6718 – Boletim Oficial nº 21, de 25 de Maio de 1945.

- **EDIFÍCIO DA ANTIGA ALFÂNDEGA DE LUANDA (Século XVIII-XIX)**

Situado na parte baixa da Cidade na Rua Visconde Pinheiro,
Classificado pela Portaria nº 7531 Boletim Oficial nº 30 de 1 de Agosto de 1951.

- **RUA DOS MERCADORES**

Situada na parte baixa da Cidade, entre o beco da Sé e a Rua Manuel Cerveira Pereira,
Classificada pela Portaria nº 9689 – Boletim Oficial nº 7, de 13 de Fevereiro de 1957.

- **EDIFÍCIO SEISCENTISTA (SOBRADO)**

Situado no largo do Infante D..Henriques (Baleizão) nºs 14/17,
Classificado pelo Decreto nº 86 – Boletim Oficial nº 222, de 23 de Setembro de 1974.

- **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XIX)**

Situado no Largo Lumeji nºs 10/13,
Classificado pelo Decrato nº 42 – Boletim Oficial nº 21, de 25 de Janeiro de 1975.

- **PALÁCIO DE FERRO (Século XIX)**

Situado na Rua Major Kanhangulu nºs 45/53,
Classificado pelo Despacho nº 42 – Boletim Oficial nº 21, de 25 de Janeiro de 1975.

• **EDIFÍCIO SETECENTISTA - * Casa do MPLA***

Situado entre as Ruas Higínio Aires nº 8/12 e Pedro Félix Machado nºs 29/31, Classificado pelo Despacho nº 37 – Diário da República nº 185, de 6 de Agosto de 1977.

• **EDIFÍCIO * MENDES VALLADAS* (Século XVIII)**

Situado entre as Ruas do Esquadrão nº 12/32, da Alfândega nºs 24/28 e o Largo ex-D.João IV nºs 26/33, Classificado pelo Despacho nº 37 – Diário da República nº 185, de 6 de Agosto de 1977.

• **EDIFÍCIO DO MUSEU NACIONAL DA ANTROPOLOGIA “Casa Nobre” (Século XVIII)**

Situado na parte baixa da cidade, na Rua Frederich Engels nºs 57/61, Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205 de 31 de Agosto de 1981.

• **PALÁCIO DO GOVERNO PROVINCIAL (Século XIX)**

Situado no Largo Irene Cohen nºs 1/7; Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XVIII)**

Situado na Rua Frederich Engels nºs 106/108, Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DO JORNAL DE ANGOLA (Século XIX)**

Situado na Rua Rainha Ginga nºs 12/18; Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **RESIDÊNCIA TÍPICA COLONIAL (Século XIX)**

Situado no Largo Lumeji nºs 6/7; Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XVII)**

Situado na Rua Major Kanhangulu nº 196/210; Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Dezembro de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XVIII)**

Situado na Rua Frederich Engels nºs 98/104, Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CASA TÍPICA (Século XIX)**

Situada na Rua Frederich Engels nºs 39/41;

Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XIX)**

Situado na Rua Major Kanhangulu nºs 86/90,
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CASA TÍPICA (Século XIX)**

Situada na Rua Frederich Engels nºs 16/18,
Classificada por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XVIII)**

Situado na Avenida 4 de Fevereiro nº 230 (área de Bailezão);
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **PALÁCIO DAS COMUNICAÇÕES (Século XIX – XX)**

Situado na Rua da Alfândega nºs 6/14,
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CASA NOBRE (Século XVIII)**

Situado no Largo Brassane Leite nº 10/13,
Classificada por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CASA TÍPICA (Século XIX)**

Situada no Largo Matadi nºs 6/9,
Classificada por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CHALLET (Século XIX)**

Situado no Largo Matadi nºs 10/12,
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO (Século XIX)**

Situado na Rua Rainha Ginga nºs 34/40;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XIX)**

Situado na Rua Rainha Ginga nºs 42/50;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO (Século XIX)**

Situado na Rua Dr. Alfredo Trony nºs 90/108, 41147, 49/57, e 59/67;

Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO (Século XIX)**

Situado na Rua Serqueira Lukoki nºs 90/108;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

Situado na Rua Dr. Alfredo Trony nºs 2/10, 12/20 e 26/32;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XIX)**

Situado na Rua Rainha Ginga nºs 49/51;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE * MABILIO DE ALBUQUERQUE* (Século XIX)**

Situado na Rua Major Kanhangulu nºs 23/27-A;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XVIII-XIX)**

Situado na Travessa da Sé nºs 18/28;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XIX)**

Situado entre o Largo Brassane Leite nºs 49/51 e a Rua Major Kanhangulu nºs 1/1-A;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **EDIFÍCIO (Século XIX)**

Situado na Rua Rainha Ginga nºs 54/56;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO**

Situado entre o Largo David Cervant (Kituva-Kitelexide) e a Rua Tenente Valadim nºs 7/11 e 17/29;
Classificado por Despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.

• **ANTIGO ATLANTIC PALMCE HOTEL (Século XIX-XX)**

Situado na Rua Major Kanhangulu nºs 92/94;
Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.

- **ANTIGO GRANDE HOTEL LUANDA (Século XX)**
 Situado na Rua Manuel Cerveira Pereira nº 19;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **EDIFÍCIO DE SOBRADO (Século XIX)**
 Situado na Calçada Domingos Teaka Hanga nºs 3/5;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **EDIFÍCIO DO INSTITUT NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (Século XIX)**
 Situado na Rua Major Kanhangulu nºs 77/79;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **EDIFÍCIO CLUBE TRANSMONTANO (Século XIX)**
 Situado entre a Rua Pedro Félix Machado e a Calçada Paiva de Andrade nº 2;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **CASA TÍPICA (Século XIX)**
 Situada na Rua Frederich Engels nº 86;
 Classificada pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **EDIFÍCIO DA COMPANHIA GERAL DE ANGOLA (Século XX)**
 Situado no Largo do Bailezão nºs 2/4-A;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **ANTIGA BOITE DOM QUIXOTE (Século XX)**
 Situada na Rua Major Kanhangulu nºs 63/65;
 Classificada pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **CASA TIPICA (Século XX)**
 Situada na Rua Major Kanhangulu nº 172/174;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **EDIFÍCIO DA LELLO (Século XIX)**
 Situado na Rua Major Kamhangulu nºs 4/10;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **ANTIGO EDIFÍCIO DOS BOMBEIROS (Século XIX)**
 Situado na Avenida 4 de Fevereiro nº 74;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **CONJUNTO ARQUITECTÓNICO (Século XVIII)**
 Situado no Largo do Bailezão nºs 5/8,9/10,12/13;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.
- **EDIFÍCIO (Séculos XVIII-XIX)**
 Situado entre as Ruas Rainha Ginga nºs 33/37 e Amilcar Cabral;
 Classificado pelo Despacho nº 47, de 8 de Julho de 1992.

• **ZONA HISTÓRICA DE LUANDA**

Abrange as partes alta e baixa da Cidade;

Classificada e estabelecido pelo Despacho nº 51, de 2 de Setembro de 1992.

• **EDIFÍCIO SEDE DO BANCO NACIONAL DE ANGOLA (Século XX)**

Situado na Avenida 4 de Fevereiro;

Classificado pelo Despacho nº 27, de 8 de Abril de 1995.

• **EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DE ACETILENO (Século XVII-XVIII)**

Situado na Avenida 4 de Fevereiro;

Classificado pelo Despacho nº 119 – Diário da República nº 38, de 6 de Setembro de 1996.

• **EDIFÍCIO (Séculos XVIII – XX)**

Situado na Rua Pedro Felix Machado nº 19/27;

Classificado pelo Despacho nº 93/00 – Diário da República nº 21 de 26 de Maio de 2000.

• **ANTIGO PORTO CAIS DE LUANDA**

Situado na Avenida 4 de Fevereiro, defronte à sede do Banco de Poupança e Crédito;

Classificado pelo Despacho nº 97, de 04 de Novembro de 2002.¹¹¹

¹¹¹ http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola.htm

GESTÃO



GESTÃO URBANA DISCIPLINA E EDUCAÇÃO

Uma cidade é como o coração, necessita da pressão equilibrada para viver tranquilamente, sem arritmias nem ansiedades...

Mário Beirolas*

Números apontam para que a cidade de Luanda tenha crescido de um milhão de habitantes em 1991, para cerca de sete milhões nos dias de hoje.

Vários são os motivos que levaram a esta explosão demográfica, que com ela trouxe um completo desordenamento urbanístico e de infra-estruturas e o inevitável desequilíbrio ambiental e social.

Somos hoje vítimas de uma ocupação desregada do território de Luanda, com impacto directo na diminuição da qualidade de vida.

Vivemos numa época marcada por profundas alterações tecnológicas, económicas e sociais, contribuindo para o desenvolvimento e para a criação de riqueza, da mesma forma, que arrastando uma parte da população, para situações de exclusão social e de pobreza.

Esta dualidade é característica das grandes cidades, com mutações tecnológicas e económicas, impostas pela competitividade, fortemente criadoras de problemas sociais, como o desemprego, emprego precário e desadaptação profissional.

Estas formas urbanas reflectem situações de precarização social, pela disseminação de zonas urbanisticamente degradadas e subequipadas, onde residem, maioritariamente, populações socialmente desfavorecidas e mais vulneráveis ao fenómeno de exclusão social. Falamos de grupos de risco (idosos isolados, famílias com carências económicas, indivíduos desempregados ou com empregos precários, crianças e jovens com dificuldades de inserção social, minorias étnicas, emigrantes, sem abrigo, toxicodependentes, deficientes, indivi-

duos afectados por doenças graves).

A esta precarização sócio-económica, associam-se à marginalização e a insegurança urbana, com efeitos negativos, quer na qualidade de vida urbana em geral, quer nas próprias actividades económicas.

E hoje evidente o acentuado congestionamento urbano, a falta de saneamento e água, os hábitos de vida desregulados, a venda de rua desregada, pobreza.

Esta situação resultou, em muitos casos, da esperança das populações de que a proximidade do grande centro lhes possibilitaria emprego, estabilidade social e qualidade de vida.

A recente mudança na estrutura de gestão da Província de Luanda, com o aumento da autonomia para os Administradores Municipais, indica a importância da criação de

uma Zona Metropolitana de Luanda, que permita a descentralização do desenvolvimento e a criação de "núcleos de crescimento ordenado", apoiados num maior acompanhamento, monitorização e controlo da implantação das populações e, necessariamente, da construção.

Esta forma de crescimento ordenado permitirá dinamizar social e económico.

De igual modo, é importante o papel das Provincias vizinhas de Luanda, como captadoras de habitantes potenciais, sendo para tal necessário gerar nas mesmas emprego e crescimento económico e social sustentável.

Os Planos Directores Municipais podem e devem contribuir para a normalização e ordenamento do território, definindo regras

"Luanda cresceu de um milhão de habitantes em 1991 para cerca de 7 milhões nos dias de hoje"

claras de ocupação do solo e de construção.

As políticas do território, para além do económico e do urbano, alcançam-se num desenvolvimento harmonioso equilibrado e sustentável, onde as diversas dimensões, sociais, ambientais e culturais se integram, garantindo a qualidade de vida para os cidadãos.

Com base numa estratégia territorial, procura-se conciliar o desenvolvimento com dinâmica e ordenamento disciplinado, controlando, de forma natural, todos os processos de pressão demográfica. No caso concreto de Luanda, é evidente a necessidade de desenvolver um processo de "descentralização urbana", criando "novas zonas de desenvolvimento controlado" associadas a cada Município e que considerem:

1. A continuidade da afirmação de Luanda como zona de excelência, para residir, trabalhar e visitar, apostando na sua requalificação social, territorial, urbana e ambiental;
2. Desenvolvimento das Administrações Municipais de Luanda, como centros de descompressão e reordenamento, considerando a sugerida Zona Metropolitana de Luanda;
3. Desenvolver redes de transportes integrados, que facilitem o acesso rápido ao grande centro;
4. Valorizar as Províncias limítrofes, como forma de atracção populacional para as mesmas;
5. Potenciar as Inter-relações Provinciais;
6. Promover a coesão social, através da motivação e educação para a descentralização, com o aumento da empregabilidade local, da cidadania e da igualdade de oportunidades;
7. Desenvolver e privilegiar a legalização preferencial de actividades económicas descentralizadas;
8. Potenciar as condições ambientais, aumentando a qualidade de vida em todas as "zonas de descompressão";
9. Desenvolver campanhas de marketing suburbano, que motivem as populações na procura de melhor qualidade de vida.

A reformulação da estratégia territorial e do ordenamento do território de Luanda poderá, assim, ter presente uma nova expressão do conceito de Região Metropolitana, considerando a interdependência de 4 dimensões territoriais:

- **Área Metropolitana Central** - núcleo central de Luanda com um plano de mudança já existente e que permitirá mudar a sua fisionomia;
- **Periferia Metropolitana** - que integra uma estrutura urbana polinucleada, descontinua, com uma estreita relação entre espaços urbanos e espaços suburbanos com potencial de crescimento;
- **Região de descompressão Metropolitana** - que abrange zonas envolventes de Luanda fortemente descongestionadas, mas com acessos facilitados;
- **Regiões de crescimento** - que abrangem as Províncias limítrofes

A melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas, apoiadas na expansão e modernização das infra-estruturas de transportes, consolida esta descompressão.

E, por isso, essencial dar continuidade ao desenvolvimento dos eixos de transporte em curso, nacionais e inter-regionais, por forma a garantir o estabelecimento de corredores de interligação territorial, criando a noção de que do longe se faz perto.

Assistimos, hoje, à coabitação entre uma Luanda moderna e organizada e uma Luanda anti-social e desumanizada, onde habita a tristeza e a inuidade.

Com a criação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, poderemos dar coerência a alguns dos pontos indicados, garantindo o desenvolvimento económico, o melhor ordenamento do território e a mobilidade urbana.

Mas, então, qual o papel da Lei do Ordenamento do Território em todo este contexto?

O ordenamento do território é o sistema integrado das normas, princípios, instrumentos e acções da Administração Pública que tem por função a organização e gestão do espaço biofísico territorial, urbano e rural, em termos de enquadramento, disciplina, defesa e valorização da sua ocupação e utilização pelas pessoas singulares e colectivas, privadas e públicas.

Nesta definição existem três elementos chave:

- **Normas, princípios e acções administrativas** - conjunto de critérios que disciplinam o ordenamento;
- **Organização e gestão do espaço biofísico territorial, urbano e rural** - que garante regras específicas de implantação e crescimento urbano;
- **Enquadramento, disciplina, defesa e valorização da sua ocupação e utilização pelas pessoas** - que garante, com a adequada fiscalização, o cumprimento pelas populações das regras de ocupação dos solos.

Assim, repensar o ordenamento do território de Luanda pressupõe neste contexto:

1. **Valorização integrada e racional da ocupação do espaço** - descongestionar as zonas de tensão actual, criando novas zonas de descompressão / novas centralidades;
2. **Garantir a igualdade de oportunidades de acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos** - desenvolver zonas habitacionais alternativas às actuais sob pressão, para instalação dessa população;
3. **Recuperar e reconverter as áreas degradadas ou de ocupação ilegal** - recriar novos polos urbanos modernos flexíveis;
4. **Criar oportunidades de empregos como forma de fixar populações no meio rural** - diminuir os fluxos para o grande centro urbano;
5. **Preservar e defender os solos com aptidão natural ou aproveitados para actividades**

"Explosão demográfica trouxe um completo desordenamento urbanístico e de infra-estruturas"

agrícolas, pecuárias ou florestais - garantir a dinamização económica de cada zona;

6. **Proteger os recursos hídricos** - disponibilizar água a toda a população;
7. **Proteger o património natural e cultural** - valorizar a componente histórica e turística.

Percebemos, por isso, que quer as tendências de crescimento, quer a legislação em vigor, apontam para a necessidade de criar um novo modelo de visão estratégica sobre o ordenamento do território, baseado na conciliação de todos os interesses tendo como base:

- A conciliação entre os modelos de urbanização e o crescimento económico;
- A implantação integrada de zonas económicas de subsistência (aquelas em que os núcleos residenciais estão dimensionados em função do desenvolvimento empresarial);
- A implementação obrigatória de sistemas de saneamento, água e esgotos em todas as novas unidades de descompressão;
- A criação e dimensionamento de unidades sociais, educacionais e de saúde, em função do crescimento populacional e da actividade económica;
- O cumprimento da lei e fiscalização da construção habitacional e implantação empresarial;
- A disponibilização de zonas de crescimento urbano (alargadas em função da necessidade de descompressão), com definição de regras chave de implantação e volumetria;
- A educação e motivação das populações para hábitos e comportamentos saudáveis e de acordo com a lei;
- A introdução da normatividade e da punição, necessárias à geração de respeito pelo crescimento sustentado urbano;
- A educação ambiental e de hábitos de consumo que garantam o crescimento de populações saudáveis e produtivas.

O cenário urbano de Luanda sugere, por isso, a discussão sobre o ordenamento deste território, bem como a definição de uma "Zona Metropolitana Nucleada" (que faz a descompressão urbana, através do alargamento para zonas circulares envolventes, com espaço para crescimento).

Percebemos agora porque educação e disciplina?

Porque, por um lado, é necessária educação e esclarecimento às populações por forma a aceitarem e serem capazes de encontrar a melhor forma de vida, por outro lado, é essencial disciplinar ou mesmo sancionar, conscientizando que, se não mudarmos de mentalidade, seremos vítimas da nossa anarquia. Basta pensar que muitas das doenças das grandes cidades resultam da utilização inadequada da terra, do congestionamento e da poluição.

Lembret-me agora. E aquelas horas de trânsito diário que nos põem os cabelos em pé. Quantas horas nos retiram do convívio com a família e amigos? Vale, então, a pena reflectir onde, como e porquê viver assim.

Já agora, vamos repensar Angola e, com ela, todas as suas províncias, dando-lhe a sua verdadeira posição internacional, através do crescimento de cidades modernas, à volta das quais se desenvolvem núcleos urbanos, centros re- pensados de ecologia, inovação e desenvolvimento sustentado. Um país simultaneamente inteligente e humanizado.

*Consultor

HÁ 2,5 TRILHÕES DE BYTES DE DADOS CRIADOS POR DIA, EM TODO O MUNDO.

Com o Datacenter ITA, o seu negócio está ligado a este número.

Na ITA, somos especialistas em conectar o seu negócio a tudo o que acontece no mundo. Para isso, temos um Datacenter com conectividade fibra e satélite redundante, nacional e internacional, Disaster Recovery, seja qual for o seu servidor, bem como serviço de backup de dados. E ligamos tudo isto ao seu negócio.

Em colaboração com ITELnet.



Internet Technologies Angola, S.A.



Ligue +244 225 286 000 ou contacte comercial@ita.co.ao e fique ligado ao sucesso da sua empresa.

Apêndices

Fichas de caracterização

RECURSO

PATRIMÓNIO CULTURAL DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM

ELEMENTO	LOCALIZAÇÃO
<p style="text-align: center;">Palácio de Ferro</p> 	

DIMENSÕES		
ECOLÓGICA	SOCIO CULTURAL	ECONOMICA
<ul style="list-style-type: none"> ● Equipamento enquadrado em espaço público envolvente de descompressão urbana ● Relação direta com o elemento Rua Rainha Ginga 	<ul style="list-style-type: none"> ● Equipamento público de caracter cultural ● Espaço de forte componente cultural e dinâmica social ● Edifício único como exemplar arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atividades culturais com forte apoio financeiro e logístico governamental e privado ● Diversidade de comércio/equipamentos/serviços em toda a envolvente próxima
<p>Elemento caracterizado por equilíbrio máximo da diretriz vertical e horizontal</p>		

		
Foto nº1	Foto nº2	Foto nº3

“Consta que o conjunto original dos vários pavilhões que constituem o Palácio tenha sido desenhado por Gustave Eiffel para uma exposição internacional; mais tarde, a Companhia Comercial de Angola adquiriu-o e montou-o em Luanda, em 1896. É contemporâneo da Torre Eiffel e do Palácio de Cristal no Porto. É exemplar único em Luanda e uma referência urbana. Entrou em degradação em meados do século XX, mas sofreu total recuperação para albergar o Museu do Diamante”

Isabel Martins in <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra/Bibliografia?a=67>

RECURSO

PATRIMÓNIO CULTURAL DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM

ELEMENTO	LOCALIZAÇÃO
<p>Museu de Antropologia</p> 	

DIMENSÕES

ECOLÓGICA	SOCIO CULTURAL	ECONOMICA
<ul style="list-style-type: none"> ● Equipamento enquadrado em espaço público envolvente de descompressão urbana ● Relação direta com o elemento Rua Rainha Ginga 	<ul style="list-style-type: none"> ● Equipamento público de carácter cultural ● Espaço de forte componente cultural e dinâmica social ● Edifício único como exemplar arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atividades culturais com forte apoio financeiro e logístico governamental e privado ● Diversidade de comércio/equipamentos/serviços em toda a envolvente próxima

Elemento caracterizado por **equilíbrio máximo** da diretriz vertical e horizontal

		
Foto nº1	Foto nº2	Foto nº3

“É uma construção de finais do século XVIII, localizada no Bairro dos Coqueiros, tornando-se um modelo de casa nobre luandense, representativo do tipo clássico da casa rica. É um edifício de planta recortada e aberta, tipicamente setecentista, com uma composição que se desenvolve à volta de dois pátios, um de serviço e outro com carácter social. Apresenta uma fachada marcada pelo ritmo de cinco vãos nos pisos superiores, uma porta central ladeada por duas janelas e um sobradinho a eixo da porta principal, que assinala e valoriza a entrada principal do edifício. As janelas de sacada são um elemento bastante forte na fachada, pela decoração de cantaria guarnecida com grades de ferro forjado trabalhado. Outro elemento que se destaca neste edifício é a cobertura em telhados múltiplos de quatro águas cobertos com telha curva, reminiscência dos telhados em tesoura portugueses. Originalmente foi residência de um rico comerciante; em 1961, albergou as instalações da Companhia de Diamantes de Angola, e atualmente é o Museu de Antropologia. Foi classificada como Património Arquitetónico pela portaria provincial n.o 7.534, publicada no Boletim Oficial de Angola n.o 44, de 29.10.1952.”

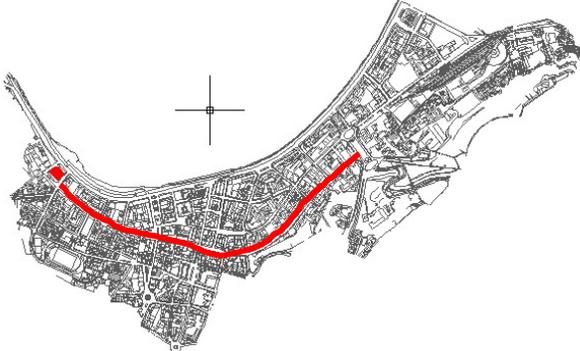
Isabel Martins in <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra/Bibliografia?a=64>

RECURSO		
PATRIMÓNIO CULTURAL DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM		
ELEMENTO	LOCALIZAÇÃO	
Largo do Atlético		
DIMENSÕES		
ECOLÓGICA	SOCIO CULTURAL	ECONOMICA
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço público • Espaço verde tratado a necessitar manutenção • Espaço de descompressão urbana • Sombreamento natural • Enfiamentos visuais para a Rua Rainha Ginga – Fortaleza de São Miguel e Edifício Sede da Sonangol 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de encontro e convívio • Existência de elemento escultórico 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de estabelecimento comercial – café/pastelaria com esplanada • Venda informal de produtos • Diversidade de comércio e equipamentos na envolvente próxima
Elemento caracterizado por equilíbrio máximo da diretriz vertical		
Foto nº	Foto nº	Foto nº

RECURSO		
PATRIMÓNIO CULTURAL DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM		
ELEMENTO	LOCALIZAÇÃO	
<p>Largo do Baleizão</p> 		
DIMENSÕES		
ECOLÓGICA	SOCIO CULTURAL	ECONOMICA
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço público • Espaço verde tratado a necessitar manutenção • Espaço de descompressão urbana • Sombreamento natural • Enfiamentos visuais para a Rua Rainha Ginga – Fortaleza de São Miguel, Marginal e frente de mar 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de encontro e convívio • Existência de elemento escultórico 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de comércio, existência de equipamento cultural e hoteleiro na envolvente próxima
Elemento caracterizado por equilíbrio máximo da diretriz vertical		
		
Foto nº1	Foto nº2	Foto nº

RECURSO

PATRIMÓNIO CULTURAL DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM

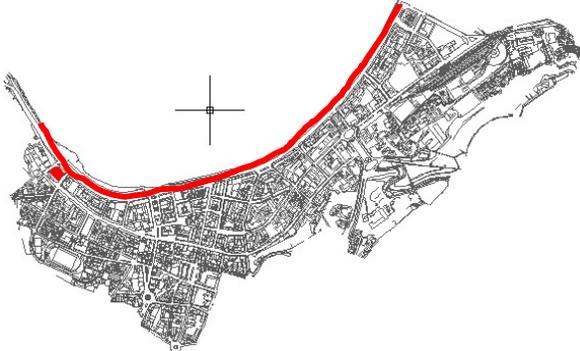
ELEMENTO	LOCALIZAÇÃO
<p>Rua Rainha Ginga</p> 	

DIMENSÕES

ECOLÓGICA	SOCIO CULTURAL	ECONOMICA
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço público • Relação direta e suporte de vários elementos de todas as dimensões • Enfiamentos visuais para a Baía/mar, Fortaleza de São Miguel, Hotel Epic Sana, outros • Orientada no sentido dos ventos predominantes • Atravessamentos de relação com a Marginal e restante cidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de encontro e convívio • Existência de vários elementos escultóricos, simbólicos • Existência de instituições culturais em todo o percurso e envolvente próxima • Existência de instituições religiosas • Suporte de edificado patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte das principais instituições governamentais do país • Centro económico/financeiro da cidade • Venda informal de produtos em todo o percurso e envolvente próxima • Diversidade de comércio/equipamentos/serviços em todo o percurso e envolvente próxima

Elemento caracterizado por **equilíbrio máximo** da diretriz vertical e horizontal

		
<p>Foto nº1</p>	<p>Foto nº2</p>	<p>Foto nº3</p>

RECURSO		
PATRIMÓNIO CULTURAL DO ESPAÇO URBANO E PAISAGEM		
ELEMENTO	LOCALIZAÇÃO	
Marginal/Baía		
DIMENSÕES		
ECOLÓGICA	SOCIO CULTURAL	ECONOMICA
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço público • Relação direta e suporte de vários elementos de todas as dimensões • Enfiamentos visuais para a Baía/mar, Fortaleza de São Miguel, Hotel Epic Sana, outros • Orientada no sentido dos ventos predominantes • Atravessamentos de relação com a restante cidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço de encontro e convívio • Suporte de edificado patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte de algumas instituições governamentais do país • Venda informal de produtos em todo o percurso e envolvente próxima • Diversidade de comércio/equipamentos/serviços em todo o percurso e envolvente próxima
Elemento caracterizado por equilíbrio máximo da diretriz vertical e horizontal		
		
Foto nº1	Foto nº2	Foto nº3

Índice de Imagens

Índice de imagens

Fig. - 1, 2, 3 e 4 (enquadramento geográfico da área de estudo)

Fig. 5 - Limites da Baixa de Luanda a vermelho;(UN-HABITAT, Programa das Nações Unidas “Baixa Viva”)

Fig. 6 – Vista aérea de toda a Baía de Luanda e recente intervenção

Fig. 7 – Vista aérea de toda a Baía de Luanda e recente intervenção

Fig. 8 - Vista aérea parcial da Baía de Luanda e recente intervenção

Fig. 9 - [Biblioteca do Exército - Exercicio1932 x 1368Pesquisar por imagem...](#) (IGeoE); apoio técnico: Sandra Fernandes (CEG); apoio científico: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE) Planta urbana / Luanda (Angola) / Angola

Fig. 10 - Fonte: Silveira, Luís, Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas no ultramar, ministério do ultramar, junta de investigação do ultramar, lisboa, 1956, vol. II, p.210

Fig. 11 - Plano de Urbanização de Luanda – Plano regulador, Câmara Municipal de Luanda, 1957; Fonte: AAVV, urbanismo colonial – os planos de urbanização nas antigas províncias ultramarinas, 1934/1974, projeto de investigação do departamento de urbanismo da faculdade de arquitetura – UTL, (POCTI/AUR/2001).

Fig. 12 - [Biblioteca do Exército - Exercicio1842 x 2463Pesquisar por imagem](#) [Luanda] : C. M., 1959. - 1 planta : ozalide ; ; 80 x 60 cm. Catalogação: Sandra Fernandes (CEG) e Luísa Remédios (IGeoE); apoio técnico: Sandra Fernandes ...

Fig. 13 - Mapa – o crescimento da área da cidade de Luanda - Ilídio do Amaral 1962 “Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de angola” – Junta de Investigações do Ultramar

Fig. 14 – Planta com indicação de uso do solo – Fonte Gabinete da UN-HABITAT, Programa das Nações Unidas “Baixa Viva” em Luanda

Fig. 15 - Mapa - Antiguidade relativa dos edifícios da Baixa - Ilídio do Amaral 1962 “Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de angola” – Junta de Investigações do Ultramar

Fig. 16 - Fonte: AAVV, Urbanismo Colonial – Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934/1974, projecto de investigação do departamento de urbanismo da faculdade de arquitetura – UTL, (POCTI/AUR/2001)

Fig. 17 - <http://skywaterland.blogspot.pt/2014/03/>

Fig. 18 - Requalificação da baía de Luanda em 2009

(Fonte: <http://www.landplan.pt/projetos/requalificacao-da-marginal-da-baia-de-luanda/>)

Fig. 19 - Projeto da baía de Luanda em 2009 (Fonte: <http://www.streetdog.pt/portfolio/46-baia-de-luanda>)

Fig. 20 - Plano Diretor de Luanda, camara municipal de luanda – direção dos serviços de cadastro de arquitetura e urbanismo, planta de zonagens, 1971; fonte: Instituto nacional de ordenamento do território de angola, 2004

Fig. 21 - Estudo urbano sobre baixa de Luanda (Fonte: Correia, 2012) Correia, M. A. (2012). O património do movimento moderno: Luanda 1950 - 1975. (tese de Mestrado). FAU - Universidade de São Paulo. São Paulo-Brasil.

Fig. 22 a 25 – Imagens da vida social da Baixa. Autoria própria

Fig. 26 - Cruzamento da Rua Major Kanhangulo, Rua Engrácia Fragoso e Dr. A. Maciel – Vista dos contrastes paisagísticos com arquiteturas de várias épocas, estilos e escalas territoriais. – kahina

Fig. 27 - Rua Major Kanhangulo – Vista dos contrastes paisagísticos com arquiteturas de várias épocas, estilos e escalas territoriais, com destaque para o edifício do Palácio de Ferro do lado esquerdo como exemplo de elemento patrimonial de destaque. - kahina

Fig. 28 - Tela em técnica mista do artista plástico Angolano Sabby

Fig. 29 e 30 – Imagens das festas anuais do Carnaval Angolano na Baía de Luanda <http://fotos.sapo.pt/eurico31/fotos/?uid=Z5ZUMz5o5kZe3JuP7aZu>
<http://www.africa21online.com/artigo.php?a=9664&e=Sociedade>

Fig. 31 - Planta turística de Luanda em 1953 (Fonte: http://www.sanzalangola.com/galeria/v/Albuns-Temporarios/albun17/Luanda_1953.jpg.html)

Fig. 32 – Limite da área de estudo - Baixa de Luanda - enquadrada com a envolvente da cidade

Fig. 33 – Apontamento da Rua Rainha Ginga a verde na Baixa de Luanda, enquadrada com a envolvente da cidade

Fig. 34 e 35 – Largo do Baleizão e ambiente <http://www.alamy.com/stock-photo-africa-angola-luanda-monument-at-the-largo-do-baleizao-60569025.html>

Fig. 36 – Planta da Baixa de Luanda com apontamento da Rua Rainha Ginga, Av. 4 de Fevereiro e respetivos atravessamentos de arruamentos secundários

Fig. 37 – Vista geral do Largo do Ambiente – enfiamentos visuais para o mar; SITE DA ANGOP

Fig. 38 – Vista descendente do Largo do Ambiente – enfiamento visual para o mar; Foto: kahina ferreira

Fig. 39 – Rua da Alfândega – atravessamento enfiamento visual para o mar; Fonte: Kahina Ferreira

Fig. 40 – Rua Duarte Lopes, Coqueiros - vista para o Largo do Baleizão com enfiamento visual para o mar. Fonte: Kahina Ferreira

Fig. 41 – Rua dos Enforcado (acesso à parte Alta da cidade) – vista para o Largo do Baleizão com enfiamento visual para o mar. Fonte: Kahina Ferreira

Fig. 42 – Apontamento dos Quarteirões formados com a Rua rainha Ginga

Fig. 43 – Vista do Hotel Globo na Rua Rainha Ginga

Fig. 44 – Rua Rainha Ginga – Vista para o Largo Rainha Ginga Foto: Kahina Ferreira

Fig. 45 – Rua Rainha Ginga - Vista de parte do edificado; wikimedia.org/wiki/File:Rua_Rainha_Ginga_Luanda_03.JPG?uselang=pt

Fig. 46 – Rua Rainha Ginga - Vista do Hotel Continental

<https://www.google.pt/maps/place/Hotel+Continental+Luanda/@-8.8122865,13.2291525,15.93z/data=!4m8!1m2!2m1!1sdescri%C3%A7%C3%A3o+da+rua+rainha+ginga+em+luanda!3m4!1s0x0:0x5bd80760eb34e871!8m2!3d-8.8108344!4d13.2254711>

Fig. 47 – Rua Rainha Ginga - Vista de um edifício em estado de degradação
47 <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=329829&page=144>

Fig. 48 – Final da Rua Rainha Ginga - Vista pormenorizada da nova intervenção no Largo do Ambiente

47 <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=329829&page=144>

Fig. 49 – Rua Rainha Ginga - Vista de um edifício da empresa Sonangol

47 <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=329829&page=144>

49 <https://www.pinterest.pt/pin/521362094338401691/>

Fig. 50 – Apontamento da Av. 4 de Fevereiro assinalada a verde na Baixa de Luanda, enquadrada com a envolvente da cidade

Fig. 51 – Apontamento da Av. 4 de Fevereiro assinalada e atravessamentos que unem à Rua Rainha Ginga

Fig. 52 – Av. 4 de Fevereiro e respetivos enfiamentos visuais diretos com a Rua Rainha Ginga

Fig. 53 – Av. 4 de Fevereiro e respetivas frentes com os quarteirões

Fig. 54 e 55 – Av. 4 de Fevereiro com representação da linha da curva da baía abrangendo uma diversidade de elementos de interesse turístico

Fig. 56, 57, 58 e 59 – Av. 4 de Fevereiro na descrição de Vasco Vieira da Costa
http://angolaimagebank.photoshelter.com/image/I0000OK7_IDD00IY
(Angola Image Bank)

Fig. 60 - Av. 4 de Fevereiro – na descrição de Vasco Vieira da Costa com vista de edifícios de galerias
http://angolaimagebank.photoshelter.com/image/I0000OK7_IDD00IY
(Angola Image Bank)

Fig. 61 - Av. 4 de Fevereiro com vista da nova frente urbana e seus edifícios em altura
http://angolaimagebank.photoshelter.com/image/I0000OK7_IDD00IY
(Angola Image Bank)

Fig. 62 – Novos edifícios em altura na Baixa de Luanda – contrastes do edificado

Fig. 63 – Vista dos novos edifícios em altura na Baixa de Luanda e alteração da sua paisagem

63 <http://www.rumo.co.ao/2016/01/05/baia-de-luanda-vai-vender-casas-abaixo-de-e300-mil/>

Fig. 64 – Vista da Av. 4 de Fevereiro enquanto barreira física com o restante território da Baixa

64 <http://www.jaimagens.com/index.php?pagina=3&action=atual&id=69671>

Fig. 65 – Vista do edifício do Banco Nacional de Angola (à direita) e edifício do Museu da Moeda (à esquerda) com enfiamento visual para a Av. 4 de Fevereiro. Foto: kahina ferreira

Fig. 66 e 67 – Apontamento do Quarteirão de análise no enquadramento do território da Baixa

Fig. 68 – Apontamento das características do Quarteirão enquanto elemento de recurso turístico

Fig. 69 – Edifício da União na Rua Rainha Ginga aerograma

Fig. 70 – Rua dos Mercadores (uma das mais antigas ruas da Baixa com existência de alguns sobrados); http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/aberto_o_centro_cultural_do_brasil

Fig. 71 e 72 – Edifício do atual Centro Cultural Brasil/Angola antes da sua recuperação arquitetónica

Fig. 73 - Edifício do atual Centro Cultural Brasil/Angola após a sua recuperação arquitetónica

Fig. 74 e 75 – Sobrado recuperado no cruzamento da Rua dos Coqueiros e sobrado em estado de degradação

Fig. 76 – Edifício da antiga esplanada Baleizão em 1963. Atualmente encontra-se em estado de degradação e ao abandono

Fig. 77 – Planta com apontamento de alguns dos elementos seleccionados ao longo de todo o território da Baixa

Fig. 78 – Edifício sede da EPAL e traseiras da Igreja da Sé

Fig. 79 – Posicionamento estrutural: rede difusa e rede densa; Fonte: Gnyawali e Madhavan (2001)

Fig. 80 – Esquema do equilíbrio de combinação da dinâmica dos elementos com os quais se cria um ambiente sustentável de longo prazo numa lógica de rede estruturada formada por elementos e suas inter-relações.

Fig. 81 – Apresentação da área de estudo para a aplicabilidade da metodologia proposta

Fig. 82 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Ambiental e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz horizontal

Fig. 83 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Ambiental e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz vertical

Fig. 84 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Sociocultural e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz horizontal

Fig. 85 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Sociocultural e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz vertical

Fig. 86 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Socioeconómica e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz horizontal

Fig. 87 – Esquema de análise dos elementos de dimensão Socioeconómica e o equilíbrio da combinação dinâmica dos elementos de diretriz vertical

Fig. 88, 89 e 90 – Esquema de análise das relações que se proporcionam em simultâneo entre as três dimensões

Fig. 91 – Esquema com apontamento da lista completa dos elementos selecionados nas diferentes dimensões

Fig. 92 – Esquema com apontamento dos elementos de Nível de intensidade Maior

Fig. 93 – Esquema com apontamento dos elementos de Nível de intensidade Media

Fig. 94 – Esquema com apontamento dos elementos de Nível de intensidade Menor

Fig. 95 – Esquema de canais de ligação entre elementos

Índice de Quadros e Gráficos

Índice de Quadros

Quadro 1 – Sintetização dos diversos conceitos de desenvolvimento a partir da década de 60. Fonte: Amaro (1996)

Quadro 2 – Excerto do documento “Agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo em Angola”

Quadro 3 – Excerto do documento “Agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo em Angola”

Quadro 4 - Distribuição da direção do vento
(Fonte: <http://pt.windfinder.com/windstatistics/luanda>)

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Gráfico de distribuição de stock de escritórios por zonas

Gráfico 2 - Distribuição da população residente por províncias (Fonte: INE - Angola, 2014)

Gráfico 3 - Percentagem da população no território nacional (Fonte: INE - Angola, 2014)

Gráfico 4 – População Angolana – Nações Unidas

Lista de Abreviaturas

Lista de Abreviaturas

Bibliografia Geral

Bibliografia

ABREU, M. de A. – *Sobre a Memória das Cidades*. Revista da Faculdade de Letras. Geografia, I Série, p.97, 1998.

ALEXANDRE, Christopher - *Uma cidade não é uma árvore*, in revista *Arquitetura*, Fevereiro de 1967, nº 95.

AMARAL, Ilídio - *Acerca de "Paisagem: Apontamentos para um debate*, in Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, 2001.

AMARAL, Ilídio do. *Construindo a História de Angola: A importância da utilização cruzada de fontes (reflexões de um geógrafo)*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 2002.

AMARAL, Ilídio do. *Luanda, estudo de Geografia Urbana*, in Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, II Série, vol. 53, Lisboa, 1968.

AMARAL, Ilídio do. *Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1962.

AMARO, R. - *O Desenvolvimento Local - Um Caminho para a Sociedade-Providência?* in IEG/FLUC (eds.) *Dinamismos SócioEconómicos e (Re)Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra, 1996.

AMARO, R. - *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, I.S.C.T.E., I Lisboa, 1996.

AMIN, S. - *L'empire du chaos*, Paris, L'Harmattan, 1991.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) – Arquivo das Obras Públicas referente a Angola, arquivo cartográfico e iconográfico, Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO DE ANGOLA (AHA) – Arquivo cartográfico e iconográfico. Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo – Angola (INOOTU) – Arquivo Geral, Luanda.

ATLANTE - *Luanda e os seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e ilhas baixas e o das escarpas abarrocadas*, 2005.

AZEVEDO, J. - *A conservação dos valores naturais, nos projectos de requalificação urbana*. in Actas da VII Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, 2001.

BARBEDO, J. M. - *Textura da pobreza urbana: métodos de análise espacial de apoio à formulação de políticas urbanas de redução da pobreza em regiões metropolitanas da África Sub-Sahariana : o caso de estudo de Luanda*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto. Porto-Portugal, 2007.

BARABÁSI, Albert-László e BONADEAU, Eric. Redes sem escala. In: Revista Scientific American, Brasil, ano 12, nº 13, junho de 2003.

BATALHA, Fernando - *Angola, Arquitetura e História*. Nova Vega, Lisboa, 2006.

BATALHA, Fernando - *A Urbanização de Angola*. Edição Museu Angola, Luanda, 1950.

BATALHA, Fernando - *Em defesa do Património Histórico Tradicional de Angola*, Centro de Informação e Turismo de Angola, Luanda, 1963.

BATALHA, Fernando - *Geração Africana. Arquitetura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

BATALHA, Fernando - *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa*. Caleidoscópio, Lisboa, 2005.

BATALHA, Fernando - *Arquitetos do Século XX - da tradição à modernidade*. Caleidoscópio, Lisboa, 2006.

BATALHA, Fernando - *Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa 2001-2006*, Lisboa, 2006.

BENETTI, Luciana Borba - *Avaliação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Município de Lages/SC, através do método do Painel de Sustentabilidade*, Tese de Pós-Graduação na UFSC, Florianópolis, 2006.

BETTENCOURT, A. C. - *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: os musseques de Luanda*. Tese de Mestrado, FA - Universidade de Lisboa. Lisboa-Portugal, 2011.

BORJA, J.; **CASTELLS**, M. - *Local & global: management of cities in the information age*. Londres, UNCHS (Habitat/ONU) e Earthscan Publications, 1997.

BUENO, L.M. de M. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. Tese de Doutorado, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

BUSQUETS, J.& **CORTINA**, A. - *Gestión del Paisaje*, Ariel, Barcelona, 2009.

BUTLER, R. W. - *Tourism Environment and Sustainable Development*, Environmental Conservation, 1995.

CAPRA, Fritjof - *A teia da vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo, Cultrix/Amana-Key, 2001.

CAPRA, Fritjof - *As conexões ocultas - ciência para uma vida sustentável*. São Paulo, Cultrix/ Amana-Key, 2002.

CASTRO, J. C.; Neto, P. R. - *A guerra como fator de interferência na organização do espaço urbano e regional: Conflitos sócio espaciais em Luanda - Angola*. Anuais do Seminário Nacional de Planeamento e Desenvolvimento, 2, 2. Florianópolis-Brasil, 2014.

CASTELLS, Manuel; Portes, Alejandro - *World Underneath: the origins, dynamics and effects of the informal economy in the informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Edited by Alejandro; Castells Portes, Manuel; Benton, Lauren. Baltimore: John Hopkins University Press., *Colombia*, 1989.

CASTELLS, M - *A sociedade em rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura*. Ed. São Paulo, Brasil, 2000.

CHOAY, François. *A Alegoria do Património*. Lisboa 70, Lda. 1999.

COSTA, Vasco Vieira da, *Luanda, Plano para a Cidade-Satélite nº3*, Edições do curso de Arquitetura da ESBAP, Porto, 1984.

COSTA, Larissa (Coord.) - *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

COOPER, C. e Outros - *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre, Bookman, 2001.

COSTA, V. - *Património e desenvolvimento*. in Actas do Seminário *A intervenção no património, práticas de conservação e reabilitação*, FEUP/DGEMN, 2002.

CORREIA, M. A. - *O património do movimento moderno: Luanda 1950 - 1975*. Tese de Mestrado, FAU - Universidade de São Paulo. São Paulo-Brasil, 2012.

CRUZ, José Ribeiro - *Resumo da História de Angola*. Lisboa, 1940.

CIAM, Carta de Atenas, 1931.

DE KADT, Emanuel - *Tourisme – Passeport pour le Développement?* Oxford University Press, Oxford, 1979.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Felix - *Mil Platôs*, volume 2, São Paulo, Editora 34, 1998.

DELNET, Notícias - *Turismo e desenvolvimento local sustentável: Elementos para um debate*, Nº 24, Abril/maio 2004.

DIAS, Augusto Pitta Groz, *Luanda de Hoje*, in Revista Turismo – numero especial dedicado à província de Angola, Lisboa, 1964, IV Série, nº 7/8.

DOMINGUES, Álvaro. *A Paisagem Revisitada*, Finisterra, 2001.

FERRAZ, Susana – *Espaço Público de Luanda – Património arquitetónico colonial angolano e português*. Dissertação de Mestrado, FAUP, 2005.

FERNANDES, José Manuel; **JANEIRO**, Maria de Lurdes; **FONTE**, Maria Manuela da, *Angola no século XX. Cidades, Território e Arquiteturas 1925-1975*, 2010.

FERNANDES, José Manuel. *Geração Africana – Arquitetura e Cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*. Livros Horizonte, Lisboa, Outubro de 2002.

FERNANDES, José Manuel. *Arquitetura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português* in F. Bettencourt e K. Chaudhuri (eds), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V - 1930-1998, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

FONTE, Maria Manuela - *Urbanismo e arquitetura em Angola: de Norton de Matos à revolução*. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, FAUTL, Lisboa, 2007.

FREUDENTHAL, A., FERNANDES, J. M. e JANEIRO, M. L. - *Angola no século XIX. Cidades, Território e Arquiteturas*. Printer Portuguesa, Lisboa, 2006.

FRIEDMANN John – *Empowerment - uma política de Desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta Editora, 1996.

FUKUYAMA, F. - *Social Capital and civil society*. International Monetary Fund, 2000.

GIDDENS, Anthony - *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta Editora, 1997.

GIDDENS, Anthony - *Consequências da modernidade*. Oeiras, Celta Editora, 2000.

GNYAWALI, D.; MADHAVAN, R. - *Cooperative networks and competitive dynamics: a structural embeddedness perspective*. Academy of Management Review, 2001.

GRANDE, Nuno - *O verdadeiro mapa do Universo*. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2002.

GROER, Etienne de - *Luanda e os seus Satélites*, Boletim da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1945-46, Vol.I

HENRIQUES, Isabel de Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Instituto de Investigação Científica e Tropical – Instituto de Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1997.

HUMAN RIGHTS WATCH - *Eles partiram as casas. Desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda*. HRW/SOS Habitat-Ação Solidária, v.19, n. 7(A). New York; Luanda, Maio 2007.

HONG, Theodore - *Peer-to-peer: o poder transformador das redes ponto a ponto*. Desempenho. In: ORAM São Paulo, Berkeley Brasil, 2001.

ICOMOS - *Carta de Veneza*, 1964.

ICOMOS - *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas e Áreas Urbanas* (Carta de Washington), 1976.

ICOMOS - *Documento de Nara sobre a Autenticidade*, 1994.

IGNARRA, Luiz Renato - *Fundamentos do Turismo*. Pioneira Thomson Learning, São Paulo, 2003.

KAN, Gene. Gnutella In: ORAM, Andrew. *Peer-to-peer: o poder transformador das redes ponto a ponto*. São Paulo: Berkeley Brasil, 2001.

LACROIX, Michel - *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*, Instituto Piaget, 1997.

LEFEBVRE, S. - *Mondialisation et urbanisation:l'evolution demographique d'un phenomène urbain*. Montréal, Canada, *paper* INRS-Urbanisation - UQAM, 1992.

LEIPER, N. - *The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry*. Annals of Tourism Research, 1979.

LEIPER, N. - *Tourism systems: an interdisciplinary study*. Occasion Papers, n. 2. Department of Management Systems, Massey University, Palmerston, 1990.

LIPNACK, Jessica; STAMPS, Jeffrey - *Rede de informações*. São Paulo, Makron Books, 1994.

LOBO, Margarida Sousa - *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, FAUP, Porto, 1995.

MAGALHÃES, Ana; **GONÇALVES**, Inês - *Moderno Tropical. Arquitetura em Angola e Moçambique. 1948-1975*, Edição Tinta de China, Lisboa, 2009.

MANCE, Euclides - *A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva - *Luanda. A cidade e a arquitetura*. Dissertação para Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), Porto, 2000.

MARTINS, Ana Cristina - *A memória da ruína, ou a ruína da memória*, 8ª Mesa Redonda de primavera, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 26 e 27 de Março, 2004.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva (Coord); **GRILO**, Maria João Teles; **MACHADO**, Roberto Severino López – *Arquitecturas de Luanda*, Investigação do Curso de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto, Junho 2010.

MENDES, Maria Clara (Coord.) *Urbanismo Colonial. Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas 1934-74*. Exposição na FA-UTL, Lisboa, 2008.

MINOTUR - *Agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo em Angola*

ONU - *Estratégia Mundial para a Conservação e Comissão de Brundtland - O Nosso Futuro Comum*, 1987.

ONU - UN-HABITAT, Programa das Nações Unidas “Baixa Viva”, Luanda, Angola, 2016.

ONU - Relatório do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - *Planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável em nível municipal. Guia para treinamento de agentes multiplicadores e monitores municipais.* Madrid, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*, UNEP e UNWTO, 2005.

PEPETELA - *Luandando*, ELF Aquitaine Angola, 1990.

PETROCCHI, Mário - *Turismo: Planeamento e gestão*, Ed. Futura, São Paulo, 2007.

POMBOT, Manuel Ruela. *Paulo Dias de Novais e a Fundação de Luanda. 25 de Janeiro de 1576 - 25 de Janeiro 1926.*

POON, Auliana - *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, Walingford, CABI, 1993.

PRADO, Roberto Goycoolea; **MARTÍ**, Paz Núñez (Dir.); **GUTIÉRREZ** Carlos Garcia – *Estudo, catalogación y definición de estrategias de recuperación del patrimonio moderno de Luanda.* UAH Espanha/UTL Portugal/UAN Angola, 2012.

RIBEIRO, Orlando - *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1981.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann - *Recomposição Social e Urbanização em Luanda*, Centro de Estudos Africanos.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann - *Survival and social reproduction strategies in angolan cities.* Africa Today, 2007.

RUSKIN, John - *The Seven Lamps of Architecture.* London: Smith, Elder, 1849.

RUSCHMANN, D. - *Turismo e Planejamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente*, Papyrus, 1997.

SABATÉ, J. - *Paisajes culturales, el patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desarrollo*, Revista Urban, n.º 9, Madrid, 2004.

SACOMANO Neto, M. - *Redes: difusão do conhecimento e controle – um estudo de caso na indústria brasileira de caminhões*. Tese (doutorado), Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

SALGUEIRO, Teresa Barata - *Paisagem e Geografia*, Finisterra, XXXVI, 72, 2001.

SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade como património* in Carlos Alberto Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal, tomo 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades*, parte IV – *A Cidade como Espaço de Vida e Lugar de Produção*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2005.

SAMPAIO, Jr. - *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SANTOS, José de Almeida - *Luanda d'Outros Tempos*, Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

SARMENTO, Eduardo Moraes - *O Turismo no Contexto das Pequenas Economias Insulares: o Caso de Cabo Verde*, Tese de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2006.

SECUMA, Agostinho José João - *Modelação do crescimento urbano da província de Luanda, Angola*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, Junho 2012.

TRINDADE, Augusto José Silva - *O fenómeno urbano na africa Subsahariana – o caso de luanda*, ISCSP/UTL, Lisboa 2000.

TROTSKY, Leon - *Por los Estados unidos socialistas de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Coyoacán, 1961.

TROTSKY, Leon - *The Age of Permanent Revolution: a Trotsky Anthology*. New York: Dell Publishing, 1964.

TROTSKY, Leon - *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

WAARDEN, F. V. - *Dimensions and types of policy networks*. European Journal of Political Research, 1992.

WASSERMAN, S.; **FAUST**, K. - *Social network analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.